

1987/2

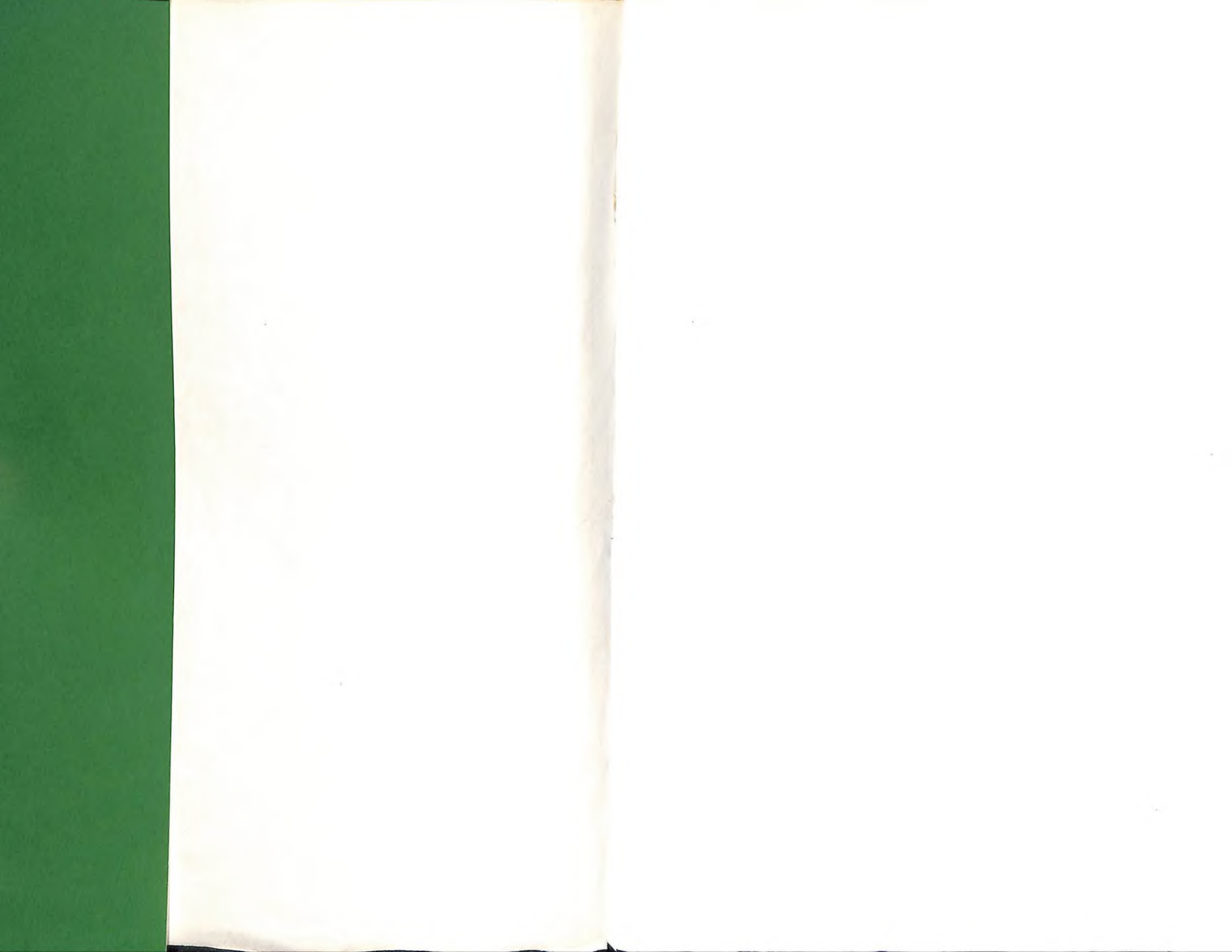
CADERNOS
CANDIDO MENDES

A escravidão na África pré-colonial
"Descolonização" em Moçambique
As relações Brasil-África do Sul
Casamento inter-racial no Brasil
Crise econômica e desigualdade racial
A cor num grupo de baixa renda
Literatura negra brasileira contemporânea

estudos

14 AFRO-ASIÁTICOS





CADERNOS
CANDIDO MENDES

14

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
Carlos A. Hasenbalg

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
Biblioteca Pós - Graduação

N.º 14 — Setembro de 1987 ISSN 0101-546x

Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEEA
do Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor
Candido Mendes

Editor
José Maria Nunes Pereira

Secretário de Redação
Carlos Augusto de Oliveira Lima

Conselho Editorial
Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Denise Ferreira da Silva, Jacques d'Adesky, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Nelson do Valle Silva, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie.

Conselho Consultivo
Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Clímério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Kabengele Munanga, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octavio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Slenes.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

We ask for exchange

Price:
Single copies: US\$ 6.00
Double copies: US\$ 12.00
Subscription: US\$ 30.00 (five issues)

Assinaturas, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados para:
Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:
Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10 — conjunto — 501 — tel.: 224-8622 - ramal 59
20011 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da Fundação Ford

SUMÁRIO

Notas sobre a escravidão na África pré-colonial 5

João José Reis

Apresenta um panorama crítico da problemática da escravidão na África pré-colonial, que se contrapõe à idéia de uma África romântica, em que a opressão e a exploração teriam sido introduzidas pelos europeus.

O processo de "descolonização" em Moçambique 22

Elimar Nascimento

Reformula o conceito de descolonização, aqui entendido como processo simultâneo de destruição/construção de agentes e relações sociais, e explicita a especificidade desse processo em Moçambique, sublinhando o papel da Frelimo como produtora de uma nova hegemonia.

O apartheid e as relações Brasil-África do Sul 32

José Maria Nunes Pereira

Ressalta a complexidade da situação sul-africana, caracteriza o *apartheid* como questão das políticas externa e interna brasileiras, avalia as relações Brasil-África do Sul, com ênfase para a crescente participação de capitais sul-africanos na produção mineral brasileira, e propõe duas alternativas para essas relações; o rompimento ou uma diplomacia ativa.

Distância social e casamento inter-racial no Brasil 54

Nelson do Valle Silva

Revisa a bibliografia sobre casamentos inter-raciais no Brasil, constata que cerca de 80% dos casamentos são racialmente endogâmicos e analisa os padrões de casamentos exogâmicos à luz de fatores demográficos e normativos.

A questão da cor nas relações de um grupo de baixa renda 85

Moema de Poli Teixeira Pacheco

Faz uma análise de cor, enquanto critério de classificação, a partir das categorias empregadas num grupo de baixa renda, definido por seus laços de vizinhança, no contexto de suas relações sociais.

Efeitos da crise no mercado de trabalho urbano e a reprodução da desigualdade racial 98

Lucia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Nascimento Araujo

Analisa o impacto da recente crise econômica de 1979-1983 sobre o mercado de trabalho urbano, preocupando-se principalmente com os efeitos dessa crise sobre as formas de inserção na produção, as condições de trabalho e o aumento da desigualdade racial.

Literatura negra brasileira contemporânea 109

Luiza Lobo

Dá uma visão geral das tendências atuais da produção literária dos autores negros brasileiros, procurando definir temas e vertentes a partir de obras de autores ideologicamente identificados com a sua raça ou cor. Foram escolhidos dois eixos de análise: de um lado, a impregnação de africanização, e, de outro, uma linha corrosiva como expressão de rebeldia e renovação.

Negra: mulher e doméstica — considerações sobre as relações sociais no emprego doméstico 141

Celma Rosa Vieira

Kanimambo, Samora 159

NOTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA PRÉ-COLONIAL *

João José Reis**

* O autor contou com o apoio do CNPq para a pesquisa do material utilizado neste artigo.

** Professor do Departamento de História da UFBa.

Quando se pensa em africanos escravizados, a imagem imediata que vem à mente é a de plantéis de escravos trabalhando nas fazendas, engenhos e cidades dos Estados Unidos, Caribe ou Brasil. Eles faziam parte de um contingente de pelo menos 11 milhões de africanos, transferidos à força para as Américas, e seus descendentes. Entretanto, um número crescente de estudos tem mostrado que a escravidão em larga escala — ou de *plantation* — também existiu na própria África e que os escravos, lá, eram forçados a trabalhar nos mesmos moldes que nas plantações de algodão, engenhos de açúcar e campos de mineração do Novo Mundo. Mas ali também houve uma forma muito peculiar de escravidão de pequena escala, conhecida ora por *escravidão doméstica*, ora por *escravidão de linhagem ou parentesco*. Nela a função e o *status* do escravo eram bem diferentes do que tinham na escravidão de *plantation* (o *escravismo tout court*), existente tanto nas Américas como, mais tarde, na África. Acrescente-se que o suprimento de cativos para o tráfico atlântico resultou na reorganização das funções de sociedades inteiras e na reinvenção da própria escravidão africana.

O objetivo deste artigo é apresentar ao leitor brasileiro um panorama crítico da problemática da escravidão na África pré-colonial. No Brasil há um desconhecimento quase absoluto dos debates sobre esse assunto nos últimos dez anos — debates feitos principalmente em língua inglesa e francesa. Aqui talvez ainda predomine a idéia de uma África romântica, onde a opressão e exploração de mulheres, homens e crianças foram introduzidas pelos europeus. Estes decerto intensificaram-nas e levaram-nas ao último requinte, mas a menos que entendamos que os africanos, como a maioria dos povos deste planeta, também produziram internamente a opressão, vamos continuar achando-os um

“acidente” ou talvez um “enigma” histórico indecifrável.

Os principais temas que discutiremos são a natureza, funções e transformações da escravidão africana. No final, argumentamos que uma tipologia da complicada arquitetura dessa escravidão deve enfatizar os determinantes estruturais sobre as situações funcionais e empíricas. Assim se evita a infinita listagem de “escravidões” africanas, tarefa tão cara aos antropólogos funcionalistas.¹

Atualmente a maioria dos pesquisadores, tanto africanos como europeus, concorda que havia escravos na África antes da chegada dos mercadores europeus no final do século XV. A questão em disputa é a natureza ou o tipo de escravidão que então existia.

Uma corrente de estudiosos argumenta que, antes da inserção da África no movimento mundial de expansão capitalista, a região apenas conheceu uma forma “amena” de escravidão, a qual não pode ser considerada como uma forma de exploração do trabalho.² Nesse sistema, as pessoas eram transformadas em escravos apenas como resultado de punição judicial por algum crime ou como uma espécie de garantia para o pagamento de débito. No último caso trata-se da difundida instituição da penhora humana. Nessas situações os escravos eram relativamente bem tratados: tinham acesso aos meios de produção (basicamente a terra), podiam casar-se com pessoas livres e eram considerados membros da família do senhor. Estas práticas parecem tão contraditórias com a noção de escravidão convencional — quer dizer, aquela que existiu nas *plantations* do Novo Mundo — que alguns autores se recusam a falar de escravidão, e se o fazem colocam aspas no termo. Esta é a perspectiva de, por exemplo, Suzanne Miers e Igor Kopytoff na introdução a uma importante coletânea de artigos sobre o assunto.³

Outros autores, como M. G. Smith, preferem reconhecer a existência da escravidão, mas argumentam que o sistema era profundamente atenuado pelo fato de que senhores e escravos partilhavam a mesma cultura. Entre os haússas, essa partilha cultural, e principalmente a comunhão em Alá entre senhores e cativos, teria resultado numa variante da escravidão que, segundo M. G. Smith, não tinha o caráter brutal que predominou na escravidão em larga escala das Américas. Essa perspectiva — chamam-na “pluralista cultural” — recusa qualquer ponto de vista sobre a escravidão na África que acentue sua natureza de sistema de trabalho para produção e reprodução de bens e pessoas.⁴

Mas a escravidão doméstica e o papel da religião no escravismo africano devem ser vistos apenas como ingredientes que desafiam nossa análise, ou até enriquece-a. Neste sentido, discordamos de autores como Mary Douglas, Miers e Kopytoff, que relutam em admitir o *status* de escravos para as pessoas não-livres em sociedades africanas. Da mesma forma, discordamos de M. G. Smith, que, juntamente com esses autores, subestima a função produtiva e reprodutiva imposta aos cativos. Se definimos o escravo como alguém que é propriedade de outro — que pode ser pessoa, grupo social, instituição ou cargo político —, e cuja propriedade é reconhecida pelas leis e costumes, temos de concluir que a “prisão social” do cativo doméstico constituía uma forma de escravidão. Essa definição de escravo vale tanto para a escravidão “de linhagem” como para a utilização comercial em larga escala de escravos, esta também encontrada na África em lugares e períodos específicos.

Feita essa, digamos, declaração de posição inicial, passemos a discutir mais detalhadamente como a escravidão existiu em sociedades pouco diferenciadas ou de linhagem na África.

II

Já dissemos que homens, mulheres e crianças podiam ser escravizados por várias razões. Se alguém era acusado de feitiçaria, por exemplo, podia ser expulso e vendido para fora do seu grupo.⁵ A mera expulsão de um indivíduo de sua comunidade — na qual sua existência era fundamentalmente definida pela participação num grupo de parentesco — significava sua transformação em estrangeiro, ainda que permanecesse no mesmo território tribal. Nessas circunstâncias, ser comprado/vendido significava a criação de novos (embora subordinados) laços ou alianças com um outro grupo. Mas não só a punição estava na origem desta metamorfose de livre para escravo. Pessoas livres podiam aceitar com certa resignação essa metamorfose, se isto ajudasse a sobrevivência do grupo.⁶ Assim é que, entre os *senas* de Moçambique, vendiam-se pessoas a grupos vizinhos para se escapar da fome.⁷ Adquiria-se comida em troca do cativo e diminuía-se o número de bocas. Esse tipo de comércio muitas vezes garantia não apenas a sobrevivência de grupos inteiros, mas também das mulheres, crianças e homens que eram transformados em escravos nos grupos receptores.

Em geral, escravos eram “produzidos” tanto dentro quanto fora do grupo de origem. As pessoas punidas com a escravidão podiam em alguns casos permanecer em suas próprias comunidades. Quando a acumulação de riqueza privada era permitida, os escravos também podiam ser utilizados em pequena escala internamente. A instituição da penhora, analisada por Mary Douglas, ilustra este caso.⁸ Ao contrário da produção interna de escravos, em contextos sociais baseados no parentesco ou linhagem, a aquisição externa geralmente se realizava através da compra ou troca. Neste caso o escravo já era um tipo especial de mercadoria.⁹ O método de aquisição através de ataques a vilas e raptos

individuais — práticas que só se desenvolveram completamente quando se passou a usar escravos em larga escala — era menos difundido, mas também existiu nessas comunidades.¹⁰

Temos nos referido à “produção” de escravos. Esse conceito/processo esteve organicamente ligado à função do parentesco. Essa função era *produzir* escravos (ou filhos livres de mães escravas) através da *reprodução*. Isto explica por que na África se adquiria de preferência cativos do sexo feminino. As escravas que serviam de concubinas desempenhavam importante papel nas estruturas sociais da África pré-colonial.¹¹ Nas comunidades muçulmanas a concubinação era livremente aceita nos marcos da religião e a concubina podia perfeitamente tornar-se esposa legítima de seu proprietário. Ao contrário das sociedades cristãs do Novo Mundo, ali as amantes não só eram bem aceitas, mas eram preferidas como companheiras e mães dos filhos de seus donos.¹² O controle da sexualidade feminina nunca foi tão explicitamente ligado à acumulação de prestígio e poder como aqui.

Mary Douglas discute a preferência por concubinas nas sociedades matrilineares da África Central. As mulheres eram escolhidas como penhor para que seu dom de gerar vida impedisse a natureza centrífuga da matrilinearidade, vista da perspectiva do homem. Nestas sociedades o controle dos filhos de um casal pertencia ao parente consanguíneo masculino mais velho da *esposa livre*. Isso enfraquecia a linhagem do homem, que pelas regras da exogamia pertencia a uma linhagem diferente daquela da mulher. Entretanto, quando um homem casava com uma mulher vítima da penhora — eu diria, ao contrário de Douglas, escrava temporária — ele retinha em sua linhagem o direito sobre os rebentos da união. Mesmo quando o penhorado era homem, ele podia casar-se com uma mulher livre da linhagem do seu senhor — o que era

possível pelas regras da exogamia, por ser ele estrangeiro — e então a linhagem do senhor naturalmente controlaria os filhos da união.¹³

O mesmo processo que Douglas discute entre os *teke, lunda, kongo, bimba, maravi e yao* pode ser encontrado entre outros grupos e em situações diferentes da penhora, isto é, no caso de escravidão pura e simples. No mercado interno africano, as mulheres e crianças cativas tinham maior valor que os homens.¹⁴ As vantagens eram muitas. Como concubinas — que podiam tornar-se esposas legais —, as escravas se inseriam com relativa facilidade na estrutura doméstica de seus senhores. Em geral, mesmo em situações de escravidão altamente comercial, como a descrita por Cooper, os filhos da escravamente tornavam-se livres, e ela também ganhava a liberdade, após a morte do senhor.¹⁵ A posse da concubina dava ao proprietário direitos sobre sua capacidade reprodutiva; e o controle sobre os filhos significava força nova para o senhor e sua casa. Esse controle sobre pessoas era exercido de acordo com normas estabelecidas de lealdade ao senhor e a seu grupo. Ao contrário da escravidão em larga escala, onde a supervisão dos escravos envolvia a criação de métodos dispendiosos e sofisticados, na escravidão doméstica as normas e ideologia do parentesco funcionavam como o principal mecanismo de controle social. Isso explica a predileção número dois dos compradores de escravos: as crianças. Adquiridas num estágio inicial de socialização, elas se adaptavam mais rápida e facilmente às estruturas de parentesco da linhagem do senhor. Alguns grupos africanos só adquiriam crianças. O traficante de escravos capitão Theophilus Conneau conta que certa vez visitou uma pequena aldeia na costa da África Ocidental cujos residentes só compravam crianças, e nunca vendiam qualquer membro de sua comunidade.¹⁶ O povo sena estudado pelos Isaacman também preferia

comprar mulheres e crianças pelas razões que já discutimos.¹⁷

O tratamento dispensado aos escravos na escravidão de linhagem diferia daquele que predominava no escravismo comercial. O escravo “adotado” pelo grupo de parentesco era geralmente considerado “filho” do senhor.¹⁸ Em comunidades muçulmanas com populações escravas grandes e pequenas essa situação era comum, como descreve M. G. Smith a respeito do país haússa.¹⁹ Porém, a linguagem do parentesco deve ser bem entendida. Uma diferença fundamental existia entre o “escravo-filho” e o filho real de um *baba* na comunidade haússa de Kano: ao contrário de seu irmão ou sua irmã legítimos, o escravo ficava menor *para sempre*, nunca se livrando dos laços de paternidade que o subordinavam ao *baba*.²⁰ Assim, embora seja possível encontrar em Kano escravos em posições sociais, políticas e religiosas de destaque, permanecia o fato de que continuavam sob controle de seus proprietários.

Mas por que o controle sobre pessoas é tão importante na África pré-colonial, em sociedades pouco diferenciadas? Em sua discussão sobre a origem da escravidão e da servidão como sistemas de organização do trabalho, Evsey Domar sugere que em toda situação de abundância de terras e escassez de mão-de-obra se verifica uma tendência ao aparecimento do trabalho forçado.²¹ O mesmo argumento que Domar usa para a escravidão norte-americana e a servidão russa talvez possa ser usado aqui. Se há um aspecto da história africana em que há unanimidade entre os estudiosos, é o que diz respeito à escassez de gente em relação à terra. Este fenômeno, como enfatizam com razão Miers e Kopytoff, não tem de ser necessariamente referido à questão do uso das pessoas para o trabalho produtivo. O controle sobre elas pode muito bem estar relacionado à função de gerar prestígio social e poder político.²² Mas seja por razões econômicas, sociais ou políti-

cas, a competição pelo controle de gente inevitavelmente levou a conflitos que resultaram na transformação de seres humanos em mercadorias com valor de troca.

É exatamente este último aspecto da escravidão, seja no contexto doméstico ou ampliado, que Miers e Kopytoff se recusam a aceitar para a África. Surpreendentemente, a definição que dão para escravidão segue o modelo do Novo Mundo, ou seja, um sistema no qual os escravos formam uma categoria social distinta, cujo sobretabalho é explorado de maneira diferente daquela de outros grupos livres subordinados. Ora, que esta situação também vingou na África não há dúvidas, mas não precisamos nos basear apenas no critério da expropriação do trabalho para definir escravidão.

Para começar, a expropriação/apropriação do trabalho só pode ser intensiva e generalizada quando há escassez relativa dos produtos criados, ao lado de uma demanda externa para estes produtos. Não era este o caso da produção de alimentos, dada a abundância de terras, o que tornava os povos africanos em geral relativamente auto-suficientes. Como veremos adiante, na produção de ouro e marfim, e no caso tardio da produção de alimentos para o mercado mundial, vamos encontrar formações escravistas propriamente ditas, com as *plantations* operando seu modelo peculiar. Mas, por enquanto, não nos interessa este fenômeno. Basta mencionar que a mercadoria realmente escassa era a força de trabalho e foi a troca de pessoas que caracterizou todos os tipos e formas escravistas na África, fossem domésticas ou não, pelo menos até a segunda metade do século XIX. Ora, ser escravo significava não ter estabilidade na comunidade que o adquiria. O escravo podia ser vendido para fora da linhagem senhorial, quer por mau comportamento, por necessidade material do senhor ou qualquer outra razão. É exatamente essa insegurança que se torna a primeira e principal definição

do escravo em geral. A segunda talvez seja a sua qualidade de retentor de valor, que o define como propriedade.

Mas podemos surpreender Miers e Kopytoff em sua própria rede. Eles afirmam que na África pré-colonial os escravos eram tão explorados quanto outros grupos subordinados de gente livre, como os adolescentes, as mulheres etc. Isto pode ser verdade para uma ou outra sociedade africana, mas não pode ser generalizado. Sigamos as regras da escravidão para uma instituição exemplar: o casamento.

Em primeiro lugar, o casamento do homem escravo, que em algumas circunstâncias permitia-lhe o acesso a um pedaço de terra, podia ser adiado indefinidamente pelo senhor. Enquanto isso este controlava o trabalho do escravo da mesma forma que o adulto controlava o do menor, que também só "crescia" casando-se. Mesmo após o casamento, havia comunidades que retiravam dos escravos o direito de procriação, e desta forma subtraíam-lhes a possibilidade de controlar o trabalho dos filhos. Assim, a produtividade de sua gleba era prejudicada. Por outro lado, seus filhos iriam repetir a mesma trajetória de subordinação. Isto revela um dos mecanismos em que reprodução e apropriação do trabalho produtivo aparecem intimamente relacionadas. Nestas circunstâncias é difícil aceitar que não havia uma exploração escrava distinta no grupo doméstico. Além disso, há a questão da qualidade do trabalho. O senhor podia designar para seu escravo o trabalho pesado, ou o mais sujo e indignificante — e assim liberar a si próprio e os membros de sua família, total ou parcialmente, do trabalho produtivo. Contudo, talvez possamos admitir que a exploração do trabalho no nível doméstico foi relativamente reduzida e freqüentemente relacionada mais ao tipo de trabalho do que à quantidade do sobretabalho apropriado.¹³

Mais do que na questão do trabalho, a escravidão de linhagem se distinguia em outros aspectos do escravismo propriamente dito. As relações escravo-senhor, por exemplo, eram altamente pessoais, e assim o tratamento dispensado ao escravo muito dependia da personalidade ou do temperamento do senhor. Aqui o fenômeno do "bom" ou "mau" senhor tinha muito mais possibilidade de existir do que nos sistemas escravistas de larga escala e altamente comercializados e impessoais. Neste último o tratamento do escravo era função de uma lógica econômica, embora não dependesse só dela evidentemente. Embora a mobilidade ocorresse nas *plantations*, as possibilidades de ascensão social eram bem maiores e mais diversificadas nas situações escravistas domésticas da África.

Muitas vezes essa "amenidade" da escravidão africana foi injustamente generalizada ou transformada em discurso ideológico. É o caso, por exemplo, da festejada escravidão nas comunidades muçulmanas. O islã, é verdade, favoreceu ideologicamente tanto a escravização de infiéis como sua libertação depois de conversos. Mas, como demonstrou Lansine Kaba, a educação religiosa dos cativos era prejudicada pelas condições de trabalho ou simples negligência dos senhores.²⁴ Por outro lado, para usar a expressão dos Fisher, a conversão não representava necessariamente um passaporte para a liberdade. Na verdade, com frequência os escravos eram catequisados e convertidos exatamente para que pudessem se ocupar de tarefas, como cozinhar, para a execução das quais a religião recomendava mãos muçulmanas.²⁵ E mais: ao contrário do que afirma M. G. Smith, muçulmanos escravos e livres participavam da mesma cultura, só que em pé de desigualdade e separação. Os Fisher mostram que as festas muçulmanas eram celebradas segregadamente por escravos e senhores, cada um de seu lado.²⁶

No entanto, falar de escravidão muçulmana é falar de um tipo mais comercial de escravidão. Antes porém de discutir o uso de escravos em larga escala nas plantações, minas, comércio etc., talvez seja importante resumir e reter as características básicas da escravidão de linhagem ou doméstica. Eram elas: a escravidão funcionava como um mecanismo de reprodução demográfica para o indivíduo ou grupo escravista (era importante aumentar o número de membros da linhagem através da aquisição externa e reprodução interna de escravos; estes serviam como uma medida de prestígio social e poder político, bem como mercadoria que podia ser eventualmente trocada por outra); mulheres e crianças eram preferidas em razão da lógica da reprodução e da fácil assimilação às estruturas de parentesco (desde que eram mais valiosas, elas também eram preferidas por razões estritamente econômicas). Em geral, nas sociedades de linhagem o fundamental não é o controle dos meios de produção de bens, mas dos meios de reprodução de pessoas.²⁷

III

Embora não sejam dominantes, muitas dessas características podem ser encontradas em situações onde se verifica o uso generalizado de escravos; mesmo onde existia alta densidade escrava, a cena doméstica e/ou a lógica de seu funcionamento não desapareciam completamente. Mas no caso da escravidão ampliada, a maioria da população escrava constituía uma categoria de trabalhadores marcadamente distinta, e que mantinha relações impessoais com a categoria de senhores. Como um sistema ampliado de organização do trabalho, a escravidão na África pré-colonial adquiriu formas diversas e os escravos foram usados em tarefas as mais variadas como trabalhadores agrícolas, mineiros, carregadores, artesãos, domésticos e soldados. No

entanto, o que mais distingue a variante africana de escravidão ampliada é a organização da *produção de escravos* para atender à demanda dos mercados interno e internacional.

Por produção de escravos queremos dizer que, além da dimensão reprodutiva que mencionamos com relação à escravidão doméstica, encontramos na África sociedades que se tornaram especializadas na captura de cativos com a finalidade principal de negociá-los. Para que uma sociedade se transformasse em produtora de escravos ela teria de atravessar importantes mudanças políticas e econômicas. Em primeiro lugar, teria de abrigar uma significativa diferenciação na distribuição de poder e riqueza, acompanhada da consolidação de uma classe dominante. Teria também de possuir um estado organizado com uma burocracia e um aparato legal que irradiassem a hegemonia dos privilegiados. Seria fundamental possuir um eficiente corpo militar à disposição do Estado, condição indispensável, tanto ao controle social interno, como à produção de escravos através dos métodos convencionais da guerra de conquista. Finalmente, nenhuma dessas condições seria suficiente à existência de estados produtores de escravos sem que também existissem uma rede comercial dinâmica e um mercado para acolher e fazer circular essa mercadoria humana.

Não causa, então, surpresa que a produção africana de escravos em grande quantidade, bem como outras formas de escravização em massa estivessem historicamente vinculadas à demanda do comércio transaariano e do tráfico transatlântico. Embora as mercadorias básicas do comércio do Saara fossem ouro e marfim — em troca de sal —, os escravos estiveram aí presentes tanto como produto quanto como carregadores nas caravanas.²⁸ (Além disso, a exemplo do reino de Gyaman, analisado por Terray, a mineração de ouro era tarefa principalmente de escravos.) Os

vínculos entre comércio pré-atlântico de longa distância e escravidão estiveram na origem do uso maciço de escravos na África pré-colonial.²⁹

Emmanuel Terray sugere uma explicação da origem da escravidão ampliada, sua articulação com o comércio de longa distância e a formação de estados na África. Ele descarta a tese defendida por Catherine Coquery-Vidrovitch, segundo a qual o surgimento do estado resultou do monopólio do comércio à distância pelas aristocracias africanas.³⁰ Para ele o *nexus* causal, se há algum, é o seguinte: o comércio à distância introduziu mercadorias que só podiam ser adquiridas através de uma apropriação maior de sobretrabalho; como a terra era abundante, o único meio da classe dominante extrair mais trabalho seria inventar relações escravistas; mas a escravidão requer meios coerentes e eficientes de controle social e isso só pode ser conseguido pela invenção do estado. Terray escreve sucintamente:

“A nosso ver (. . .) o verdadeiro papel [do comércio de longa distância] consistiu na introdução de relações de produção de tipo escravista em formações sociais dominadas até então pelo modo de produção baseado no parentesco, acompanhadas em alguns casos maduros da escravidão doméstica simples; e foram por seu turno essas relações escravas que evocaram a formação do Estado como a condição de seu funcionamento e reprodução.”³¹

De acordo com este autor, no caso do reino abron de Gyaman, na atual Costa do Marfim, o surgimento de um “modo de produção escravista” seguiu-se à chegada de mercadores de origem *mande*, e a escravidão se tornou um sistema dominante no reino a partir do século XV, já com a ajuda do mercador europeu.³² É claro que a explicação de

Terray sobre a origem do escravismo em Gyaman não pode ser generalizada. Aliás, mesmo que consideremos sua idéia uma boa hipótese, ela expressa um certo esquematismo marxista que não é apenas vício de linguagem. Do lado positivo está o fato de que ele fez pesquisa e é bem informado sobre a sociedade que estudou.

Gyaman representa um exemplo típico de sociedade ao mesmo tempo produtora de escravos para o comércio externo e consumidora de trabalho escravo internamente. Lá os *dumko* (ou escravos) eram utilizados como lavradores, carregadores, artesãos e principalmente mineiros. Na agricultura, os *dumko* podiam ser encontrados na execução das tarefas mais sujas e pesadas, mas também trabalhando ao lado de pequenos agricultores livres, ou ainda administrando campos para senhores notáveis. Nas minas os escravos executavam todo o trabalho, em geral cansativo e perigoso. Só na prospecção aluvial de ouro é que se empregavam tanto escravos como gente livre. Os carregadores eram principalmente propriedade de mercadores muçulmanos de origem *dyula*, que controlavam o circuito comercial de longa distância.

Essa mão-de-obra escrava não se auto-reproduzia, pois a segunda geração dos escravos adquiridos, os *dumko-ba*, se tornavam livres segundo as regras sociais de Gyaman. Assim, a reposição da mão-de-obra era feita pela compra ou por meio de guerras e pequenas expedições violentas. Os escravos adquiridos na ponta da arma tinham o nome de *nnomun*, designação que mantinham até serem integrados ao sistema produtivo de seus captores ou jogados no mercado escravo. No reino de Gyaman o escravismo passou a predominar sobre outras formas sócio-econômicas, tornando-se o *modus operandi* de sua sociedade e economia, e o comércio de longo curso passou a servir de mecanismo de escoamento da produção escravista.³³

Se os escravos de Gyaman eram adquiridos principalmente para servir na comunidade captora, há exemplos de estados africanos cuja função "produtiva" principal consistia em capturar escravos para o comércio. É o caso de Segou, que Jean Bazin discute num estudo muito interessante sobre escravidão na África.³⁴ A produção dos *jon* (escravos) se realizava por meio de três mecanismos principais: 1) as *kele*, expedições militares envolvendo a mobilização em massa das aldeias subordinadas, cujos homens abandonavam os campos agrícolas para guerrear; as vítimas da pilhagem pertenciam ao rei de Segou, o *fama*, que por sua vez as redistribuía entre os súditos favoritos e os que se distinguíam nas *kele*; 2) *soboli*, que eram rápidos ataques a aldeias, levados a cabo por pequenos grupos de cerca de 40 guerreiros profissionais, os quais mantinham os cativos para uso próprio; e 3) *jado*, que consistia em rápidas operações de assalto e rapto, das quais participavam não mais que dez homens de cada vez. Embora a maioria dos cativos capturados pelos homens do *fama* fosse vendida, alguns ficavam em Segou trabalhando na produção de comida (principalmente milhete) e como carregadores e artesãos.³⁵

Agora o aspecto mais irônico e contraditório da perversa operação escravista em Segou: a maior parte da mão-de-obra usada na produção de escravos era formada por escravos-guerreiros. Os *ton-jon*, nome desses escravos, pertenciam ao estado e deviam obediência e lealdade exclusivamente ao *famu*. Assim, o sistema produtivo de Segou repousava no profundo paradoxo de que escravos eram usados para produzir escravos. A existência de escravos armados representava um óbvio potencial de conflito, mas que era aliviado pela distribuição de privilégios materiais e sociais aos *ton-jon*. Eles eram, por exemplo, conselheiros políticos de confiança do *famu*. O poder dos *ton-jon* é descrito com precisão por Bazin:

"Embora todo poder emane do rei, o rei nada é sem seus guerreiros. Nenhuma decisão importante é tomada sem seu conselho. Uma expedição que eles não favoreçam está condenada ao insucesso."³⁶

Obrigados a cortar os laços com as comunidades de origem, os escravos-soldados se tornavam organicamente dependentes do rei. O *fama* preferia contar com guerreiros cuja única lealdade era para com a casa real, do que com homens livres cuja lealdade primeira pertencia a suas próprias linhagens ou grupos de parentesco.

O tipo de escravismo de Segou não era incomum nos estados mais complexos da África pré-colonial. Um membro da dinastia haússa de Katsina assim falou dos escravos palacianos dos *fulani*: "eles eram os dirigentes, os *Fulani* tinham o poder apenas no nome. O Rei estava nas mãos de seus escravos."³⁷ Embora possa ser um exagero da parte de um orgulhoso súdito dos *fulani*, essa escravidão militarista e a existência de numerosos exércitos de escravos são especificidades marcantes do sistema escravista africano. Quanto a isso não há dúvidas. Em alguns casos, como entre os *wolof* e *serer*, os *tyeddo* (escravos guerreiros) praticamente elegiam os chefes políticos do país, os *jaambuur*.³⁸

No entanto, por mais poderosos que fossem esses escravos amados, como todo escravo eles tinham regras estritas de convivência com os livres. Podiam influir nas decisões políticas, mas não podiam ser chefes políticos eles próprios. Não podiam casar, sendo assim impedidos de constituir descendência e criar linhagens que competissem com as atenções devidas à casa real. Nesse sentido tinham uma posição semelhante à dos escravos eunucos, tão difundidos na África pré-colonial, que privados de sua fertilidade eram empregados, entre outras coisas, na administração dos haréns reais.³⁹

A produção de escravos incentivou a formação de estados altamente militaristas como o Daomé, Ashanti, o império Fulani, além de Segou e outros. Também transformou sociedades menores e pacíficas em verdadeiras reservas de caça de escravos. O escravismo africano — como o americano — organizou sua reprodução sobre a articulação/dominação de sociedades mais simples, iguais e com formas de produção primárias. Assim, as plantações de cereais e coco em Malinde e Mombasa, no Quênia, obtinham seus cativos principalmente dos povos que viviam às margens do lago Nyasa.⁴⁰ Quanto aos *ashanti*, escreve Terray: "Após a segunda metade do século XVIII, os *gurunsi* e povos vizinhos — *busamsi*, *konkomba*, *toyokosi* etc. — constituíram verdadeiras reservas de escravos para os *ashanti* e povos *akön* em geral."⁴¹

A demanda dos famigerados mercados escravistas do Mediterrâneo e do Novo Mundo animou a produção de escravos na África. Como vimos antes, o uso ampliado destes estava ligado ao comércio à distância. Com o estabelecimento do circuito atlântico de trocas as relações escravistas de produção foram intensificadas e levadas a seu limite máximo. A formação de estados produtores de escravos teve muito mais a ver com o tráfico atlântico do que com o comércio inter-regional de caravanas. De acordo com Bazin, Segou é um exemplo "desta série de formações políticas constituídas pelo desenvolvimento do comércio escravo na costa atlântica".⁴² Mas falar disso não significa generalizar a tese de Walter Rodney de que a escravidão na África resultou da influência européia. Na verdade, o próprio Rodney não estende suas conclusões às formações estatais "pré-atlânticas", a impérios como Gana, Mali e principalmente Songhay, que então já conheciam formas mais desenvolvidas de escravidão. Essas sociedades não podem ser equiparadas àquelas mais simples existentes na Alta Guiné, analisadas por Rodney.⁴³

De qualquer maneira, o desenvolvimento da escravidão na África após o século XVI esteve profundamente condicionado pelo envolvimento da região na lógica de expansão da economia mercantil mundial. É como Paul Lovejoy e Martin Klein escrevem: "A tendência nestes 300 anos de exportação de escravos no Atlântico foi a de exploração crescente dos escravos no interior dessas sociedades, com o aumento tanto da incidência da escravidão quanto da propriedade escrava."⁴⁴ Assim, os recentes achados da historiografia sobre escravidão africana, ao invés de negar a tese de Rodney, corrige-a. A intensidade da escravidão comercial tornou-se particularmente aguda lá para o final do século XVIII e início do XIX, com a expansão de estados profundamente ligados ao tráfico atlântico. Essa expansão tomou em muitos casos a forma de *jihads* ou guerras santas muçulmanas. Os conflitos envolveram regiões da Zona da Floresta que até então só conheciam a escravidão doméstica, como Oyo e Aro, por exemplo, e concorreram para o declínio das formações estatais da Zona da Savana. Desta forma, o século XIX foi inaugurado com a transformação das sociedades da Floresta em dedicados usuários de escravos na agricultura, mineração, transporte e assim por diante.⁴⁵

Com o passar dos anos, uma escravidão de *plantation* mais madura se desenvolveu, uma vez mais como resposta às mutantes características da economia capitalista internacional. Fimado o grosso do processo de acumulação primitiva — para o qual contribuíram decisivamente o tráfico escravo do atlântico e o trabalho escravo das Américas —, a natureza das necessidades do capitalismo, agora industrial, se modificou. As máquinas europeias precisavam de matéria-prima e o proletariado europeu devia comer comida barata. Ambos podiam ser diretamente produzidos na própria África, sem o risco e a consumição de transferir seus produtores para outros

tropicais. O que a Europa demandava no século XIX era um "comércio legítimo" de produtos tropicais, em troca de seus industrializados. O tráfico de seres humanos deixara de servir sua função de enriquecer o centro do sistema. A África se encaminhava para tornar-se uma periferia mais organicamente integrada ao centro.

Foi neste quadro que a escravidão de *plantation*, o escravismo propriamente dito, se expandiu dentro do continente africano. Grandes fazendas trabalhadas por escravos foram estabelecidas para a produção de amendoim entre os *wolof*, de azeite de dendê no Daomé e nações no delta do Níger, de cravo em Zanzibar, de cereais e coco no Quênia. Como Klein e Lovejoy sugerem, o "comércio legítimo" aumentou o número de escravos na África ao mesmo tempo em que desestimulou a escravidão nas Américas.⁴⁶

As plantações africanas eram tristemente parecidas com os engenhos e fazendas do Novo Mundo. Klein e Lovejoy descrevem a situação no califado de Sokoto, em território haússa:

"Freqüentemente as *plantations* chegavam a ter algumas centenas de escravos. [...] As maiores propriedades eram possuídas ou controladas pela aristocracia e normalmente se localizavam ao redor de vilas muradas ou cidades — capitais [...] A produção era dirigida, em parte pelo menos, à troca no mercado, principalmente a provisão de algodão e índigo da importante indústria têxtil orientada para a exportação; ao suprimento de cereais dos setores localizados no deserto e nas cidades; e à manutenção dos exércitos, que eram cruciais para a escravização de gente e o contínuo suprimento de trabalho escravo."⁴⁷

Em geral, nestas fazendas gigantes o trabalho era altamente disciplinado e controla-

do; os escravos trabalhavam sob o sistema de turmas dirigidas por feitores. A discussão que Cooper faz da base econômica das fazendas de Malinde, no século XIX, revela a semelhança com o modelo americano. Por outro lado, ele argumenta que o paternalismo senhorial era generalizado, o que dava à escravidão ampliada desta região um caráter próprio. A força do paternalismo, segundo o autor, teria impedido o desenvolvimento da resistência coletiva e da formação de classe entre os escravos do Quênia.⁴⁸ É uma análise demasiadamente parecida àquela que Eugene Genovese faz da escravidão no Sul dos Estados Unidos, o que de certa forma a enfraquece. Mas sem dúvida é possível que o escravismo comercial tenha mantido, ou tomado emprestado, certas características da escravidão doméstica, entre elas as significações parentais.⁴⁹

Uma discussão sobre escravidão seria incompleta sem alguma menção à questão da resistência escrava. A resistência individual e cotidiana era muito comum e manifestava-se de várias formas. Por exemplo, em certas comunidades muçulmanas o escravo insatisfeito com seu senhor podia escolher um outro dono, pasmem!, cortando-lhe a orelha — ou, menos doloroso para o senhor escolhido, cortando a orelha do seu cavalo. Via de regra o homem livre assim marcado devia procurar honrar a escolha do cativo.⁵⁰ Uma outra forma de resistência era a fuga individual. No Quênia os quilombos existiram da mesma forma que no Novo Mundo.⁵¹ Os escravos também resistiram coletivamente, de maneira subterrânea, criando uma cultura própria, distinta da de seus senhores, e enraizada na experiência pré-escravista, quando ainda eram livres.⁵² A resistência coletiva armada e as revoltas escravas foram mais raras.

Há pouca reflexão a respeito de resistência, em especial revoltas escravas, nos escritos sobre o escravismo africano. Só Emmanuel Terray tentou uma explicação mais

completa sobre a região que estudou, mas é uma explicação que, além de outras deficiências, se limita a discutir a ausência de revoltas. Para ele uma série de fatores barrou o desenvolvimento de uma consciência escrava anti-senhorial. Em Gyaman, como na maioria dos lugares, os escravos vinham de grupos étnico-culturais diferentes e desta forma não partilhavam dos mesmos valores, dificultando os laços de solidariedade entre eles. Além disso, já que a segunda geração de escravos era livre, os escravos não desenvolviam uma consciência histórica de continuidade social e solidariedade de classe.⁵³ Os mecanismos de dividir-para-dominar também funcionavam com eficiência contra a organização escrava. Os privilégios dados a algumas categorias de escravos (os *ton-jon* de Segou e os *tyeddo* do Senegal, por exemplo) e sua integração à casa do senhor eram mecanismos seletivos de mobilidade social que colocavam os escravos uns contra os outros. As revoltas só ocorreram mais freqüentemente onde os grupos dirigentes se encontravam desunidos por alguma razão, ou onde as pressões abolicionistas das potências coloniais da Europa trabalharam para enfraquecer o controle sobre os escravos. Esta última situação é ilustrada pelo Senegal no final do século XIX, quando a Europa já não promovia mais o escravismo e as revoltas então se multiplicaram. Já a revolta escrava no império de Oyo, em torno de 1817, ilustra um caso de desunião da classe senhorial que foi aproveitada por escravos rebeldes.⁵⁴

O pouco que se escreveu sobre resistência escrava na África, principalmente por falta de informação, podia ser enriquecido em termos de análise pela leitura dos estudos bem mais sofisticados sobre revoltas no Novo Mundo. À luz dessas reflexões a tese de Terray, por exemplo, é deficiente. Neste lado do Atlântico os escravos nascidos na África, e também vindos de grupos étnicos os mais variados, foram muito mais combatentes que

os cativos crioulos nascidos na escravidão. Estes últimos optaram por formas de resistência e integração mais pacíficas, apesar de apresentarem as características de continuidade histórica de classe que segundo Terray favoreceria o embate revolucionário. Na própria África há exemplos de repetição desse paradigma americano. Em Gumbu, no Mali, os *saarado* (escravos nascidos em cativeiro) nunca se revoltaram.⁵⁵

IV

Para concluir, podemos dizer que a África pré-colonial conheceu dois tipos fundamentais de escravidão: um doméstico ou de linhagem e outro ampliado ou propriamente escravismo. Pode-se talvez até chamar um de *escravidão* e outro de *escravismo*. No primeiro caso, os escravos funcionavam principalmente como unidades reprodutivas, ou como fator multiplicador de dependentes para determinada linhagem ou grupo de parentesco. Neste sentido, o escravo-penhor, concubinas, eunucos, guerreiros, ao invés de definirem tipos distintos de escravidão, representavam

apenas situações escravas diferentes ou o uso diferenciado dado aos escravos por seus senhores. A *função* não deve então servir de definição. O fato de que as variadas posições funcionais dos escravos ocorriam tanto na escravidão como no escravismo africano mostra que elas fazem parte da definição geral do modelo africano, sem que com isso definam sistemas escravocratas particulares.

Quanto ao uso ampliado de escravos, que podemos chamar de escravismo, a África conheceu várias formas. Como no Novo Mundo, os escravos foram utilizados maciçamente na produção comercial e trabalharam sob condições semelhantes aos cativos brasileiros, jamaicanos ou americanos. Entretanto, a África teve um tipo de escravismo inteiramente peculiar, com o desenvolvimento de estados cuja principal atividade econômica consistia em escravizar povos mais fracos para vendê-los no circuito comercial atlântico. Em ambas as formas escravistas comerciais, os privilegiados da África receberam o incentivo, quando não a promoção direta, das potências européias que um dia viriam a ocupar fisicamente o continente em nome da civilização. □

NOTAS

1. Ver, por exemplo, Miers e Kopytoff (1977, p. 76-8), representantes importantes da versão funcionalista.
2. Rodney (1972). Como veremos adiante, a tese de Rodney não é completamente errada.
3. Douglas (1964, *passim*) e Kopytoff e Miers (1977, *passim*). Douglas (*idem*, p. 302, 304) escreveu que a "penhora" (...) era o sistema de transferir direitos sobre pessoas como compensação por ofensas e acerto de débitos", mas ela conclui eufemisticamente que "o escravo por débito (...) nunca cessava de ser livre".
4. M. G. Smith (1954 e 1959, p. 242). Ele afirma: "(...) a cultura e sociedade haússas formavam um único campo homogêneo, ao qual os escravos e seus descendentes eram assimilados tão completamente quanto possível, sob a direção e através da instrumentalidade da religião maometana (...)."
5. Douglas (1964, p. 311). Sobre punição de escravização pela venda, ver também Fisher (1971, p. 87). Vaughan (1977, p. 91), Kopytoff e Miers (1977, p. 13), Klein (1977, p. 343).
6. Vaughan (1977, p. 92) fala de um informante, ex-escravo *mafa* de Margi (Nigéria) que se orgulhava de ter sido trocado por comida. Ele sentia que (junto com seu pai, que também fora vendido) "salvou sua aldeia" da fome.

7. Isaacman e Isaacman (1977, p. 109); também Fisher e Fisher (1971, p. 75) e Klein (1977, p. 343).
8. Douglas (1964); Kopytoff e Miers (1977, p. 13); Rey (1975, p. 514).
9. Isaacman e Isaacman (1977, p. 107-9); Kopytoff e Miers (1977, p. 12).
10. Rey (1975, p. 520).
11. Meillassoux (1975a, p. 24). Infelizmente, só após escrevermos este artigo tivemos acesso à excelente coletânea sobre mulheres e escravidão na África, organizada por Robertson e Klein (1983). Na Introdução, os organizadores criticam a ênfase que muitos autores deram ao papel "reprodutivo" da escrava na África, negligenciando seu desempenho na produção. Segundo eles, as mulheres escravas tinham, inclusive, uma baixa taxa de fertilidade, menor que a das mulheres livres. Mas embora possamos concordar que maior atenção deva ser dada às funções produtivas da mulher escrava, Robertson e Klein não apresentam evidências suficientes contra a tendência de se tratar a questão da reprodução biológica como um aspecto fundamental do papel da mulher na escravidão africana.
12. Smith (1954, p. 258).
13. Douglas (1964, p. 303).
14. Fisher e Fisher (1971, p. 194-9).
15. Cooper (s.d., p. 15). Em Gumbu, no Mali, a escrava que gerasse um filho do senhor era invariavelmente alforriada, a não ser que a criança morresse — Meillassoux (1975b, p. 240-1).
16. Conneau (1977, p. 122): "Tenho dito que eles não se vendem uns aos outros, mas sempre compram crianças de ambos os sexos e as adotam e não estou sabendo que dispõem delas depois."
17. Isaacman e Isaacman (1977, p. 108).
18. Smith (1954, p. 249).
19. Smith (1954) estuda aqui os haússas de Zaria, uma sociedade claramente de *plantation*, com alta densidade escrava, mas, mesmo assim, onde a linguagem do parentesco nas relações escravo-senhor continuava a prevalecer.
20. Smith (1954, p. 249). Ver também Meillassoux (1975h, p. 228), a respeito do *status* de menoridade perpétua dos escravos, e a subtração de seus direitos de paternidade, entre os *gumbu*: "Não tendo meios de constituir dependentes por meio da paternidade, o escravo não tem nenhum meio de acesso à independência *vis-à-vis* o seu senhor, nem à autoridade, ao contrário do jovem [livre], que conquista sua independência *vis-à-vis* o adulto pela constituição de uma família."
21. Domar (1970).
22. Kopytoff e Miers (1977, p. 64).
23. Ver nota 20. O fato de que os senhores herdavam os bens eventualmente acumulados por seus escravos (Cooper, s.d., p. 23) também mostra uma espécie de apropriação senhorial *post-mortem*. Veja também Meillassoux (1975b, p. 229).
24. Kaha (s.d.). Meillassoux (1975b, p. 241) escreve: "(...) em Gumbu não se enviavam os escravos à escola corânica, evitando-se instruí-los na religião (...)".
25. Fisher e Fisher (1971, p. 36, 46).
26. Fisher e Fisher (1971, p. 42) e Klein e Lovejoy (s.d., p. 7.).
27. Rey (1976, p. 519-20) sugere: "Se admitimos (...) que os meios de produção nesse tipo de sociedade não acessíveis a todos, o controle dos meios de produção não é o aspecto principal do controle da 'distribuição fundamental'; este aspecto fundamental é o controle da distribuição de produtores entre as diferentes unidades de produção (...). A classe dominante do sistema de linhagem se define então antes de tudo por seu controle exclusivo sobre a distribuição de homens e mulheres entre as unidades de produção, controle assegurado principalmente pelo controle da circulação de homens e mulheres entre as diferentes linha-

gens que dominam essas unidades de produção." Para uma perspectiva ligeiramente diferente da de Rey, ver Marshall Sahlins (1972, p. 93). Ele diferencia a "propriedade cacical" (*chiefly ownership*, que equivale à sociedade *lignager* de Rey) da "propriedade burguesa". Nesta última a classe dominante controla os meios de produção diretamente e, através desse controle, também controla os produtores; no outro caso, a linhagem dominante controla os meios de produção através do controle dos produtores.

28. Fisher e Fisher (1972, *passim*). Sobre o comércio escravo através do Saara, ver sobretudo Lovejoy (1983, cap. 2).
29. Terray (1975b, *passim*, especialmente p. 423-45); Lovejoy (*ibidem*).
30. Para uma reiteração de suas posições, ver Coquery-Vidrovitch (1976, p. 107).
31. Terray (1974, p. 339).
32. Terray (1974, p. 337). Um processo semelhante parece ter acontecido em Songhay, onde nas vésperas da conquista marroquina (1491) o setor agrícola, parcialmente trabalhado por escravos, era dominante (Kaba, 1977, p. 345).
33. Terray (1974, 1975b). Ver também para o caso dos *ashanti* em geral, Terray (1977).
34. Bazin (1974).
35. Bazin (1974, p. 115, 212).
36. Bazin (1974, p. 140).
37. Fisher e Fisher (1972, p. 167).
38. Klein (1977, p. 338).
39. Bazin (1974, *passim*, esp. 129-34).
40. Cooper (s.d., p. 25).
41. Terray (1975b, p. 392).
42. Bazin (1974, p. 116).
43. Rodney (1972, p. 164). Fage (1972) burila este argumento num artigo-resposta a Rodney.
44. Klein e Lovejoy (s.d., p. 24).
45. Klein e Lovejoy (s.d., p. 27-8).
46. Klein (1977, p. 349), Klein e Lovejoy (s.d., p. 30), Cooper (s.d.), Fisher e Fisher (1972, p. 137), Meillassoux (1975b, 224-5).
47. Klein e Lovejoy (s.d., p. 18).
48. Cooper (s.d., *passim*; e 1977, p. 263 e segs.).
49. Genovese (1974). Em um trabalho mais recente, Cooper (1981) desenvolve a idéia do papel do islã na escravidão leste africana como forma de hegemonia ideológica-cultural, no sentido gramsciano.
50. Klein (1975, p. 347).
51. Cooper (s.d., p. 26-31, e 1977, p. 204). Cooper sugere que a facilidade da fuga pode ter influenciado negativamente o desenvolvimento da consciência escrava e diminuído a ocorrência de revoltas.
52. Cooper (s.d., p. 24-5); Agiri (1981, p. 137).
53. Terray (1975b, p. 129-9).
54. Klein e Lovejoy (s.d., p. 26). Ver também Adamu (1979), Gbadamosi (1978) e Agiri (1981).
55. Meillassoux (1975b, p. 243).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMU, Mahdi. 1979. "The Delivery of Slaves from the Central Sudan to the Bight of Benin", in H.A. Gemery e J. S. Hogendorn (orgs.), *The Uncommon Market*. Nova York, Academic Press, p. 163-180.
- AGIRI, Babatunde. 1981. "Slavery in Yoruba Society in the 19th Century", in P.E. Lovejoy (org.), *The Ideology of Slavery in Africa*. Beverly Hills e Londres, Sage.
- BAZIN, Jean. 1974. "War and Servitude in Segou", in *Economy and Society*, 3, p. 107-143.
- CONNEAU, Captain Theophilus. 1977. *A Slaver's Log Book or 20 Years Residence in Africa*. Nova York, Avon Books (texto original de 1853).
- COOPER, Frederick. s.d. "Plantation Slavery in a Non-Western Society: The Coast of Kenya in the Nineteenth Century" (mimeo.).
- _____. 1977. *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*. New Haven, Yale U. Press.
- _____. 1981. "Islam and Cultural Hegemony: The Ideology of Slaveowners on the East African Coast", in P.E. Lovejoy (org.), *The Ideology of Slavery*, p. 271-307.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. 1976. "The Political Economy of the African Peasantry and Modes of Production", in P. Gutkind e I. Wallerstein (orgs.), *The Political Economy of Contemporary Africa*. Beverly Hills e Londres, Sage, p. 90-111.
- DOMAR, Evsey. 1970. "The Causes of Slavery and Serfdom: A Hypothesis". *Journal of Economic History*, 30, p. 18-32.
- DOUGLAS, Mary. 1964. "Matriliney and Pawnship in Central Africa", in *Africa*, 34:4, p. 301-313.
- FAGE, John D. 1972. "Slavery and Slave Trade in the Context of West African History", in N. Klein e G. W. Johnson (orgs.), *Perspectives on the African Past*, Boston, Little, Brown & Co., p. 140-152.
- FISHER, Allan G. B. e FISHER, Humphrey. 1971. *Slavery and Muslim Society in Africa*. Garden City, Nova York, Doubleday & Co.
- GBADAMOSI, T.G.O. 1978. *The Growth of Islam Among the Yoruba, 1841-1908*. Atlantic Highlands, Nova Jersey, University of Washington Press.
- GENOVESE, Eugene D. 1974. *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*. Nova York, Pantheon Books.
- ISAACMAN, Barbara e ISAACMAN, Allen. 1977. "Slavery and Social Stratification Among the Sena of Moçambique: A Study of the Kaporo System", in S. Miers e I. Kopytoff (orgs.), *Slavery in Africa*, p. 105-120.
- KABA, Lansine. s.d. "Inequality in the History of the Western Sudan with Special Reference to Songhay" (mimeo.).
- _____. 1977. "Background to Change in West African Economic History: Songhay, 1492-1750", in *Journal of African Studies*, 4:3, p. 344-356.
- KLEIN, Martin A. 1977. "Servitude among the Wolof and Sereer of Senegambia", in Miers e Kopytoff (orgs.), *Slavery in Africa*, p. 335-363.
- KLEIN, Martin e LOVEJOY, Paul. s.d. "Slavery in West Africa" (mimeo.).
- KOPYTOFF, Igor e MIERS, Suzanne. 1977. "African 'Slavery' as an Institution of Marginality", in Miers e Kopytoff. (orgs.), *Slavery in Africa*, p. 3-81.
- LOVEJOY, Paul E. 1983. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Londres, Cambridge University Press.
- MEILLASSOUX, Claude. 1975a. "Introduction", in C. Meillassoux (org.), *L'esclavage en Afrique pré-coloniale*, Paris, Maspero, p. 11-25.
- _____. 1975b. "État et conditions des esclaves à Gumbu (Mali) au XIX^e siècle", in C. Meillassoux (org.), *L'esclavage*, p. 221-251.

PATTERSON, Orlando. 1973. "Slave and Slave Revolts: A Sociohistorical Analysis of the First Maroon War, 1665-1740", in R. Price (org.), *Maroon Societies*. Garden City, Nova York, Doubleday, p. 246-292.

REY, Pierre-Phillipe. 1975. "L'esclavage lignager chez les tsangui, les punu et les Kuni du Congo-Brazzaville: Sa place dans le système d'ensemble des rapports de production", in C. Meillassoux (org.), *L'esclavage*, p. 509-528.

ROBERTSON, Claire C. e KLEIN, Martin (orgs.). 1983. *Women and Slavery in Africa*. Madison, University of Wisconsin Press.

RODNEY, Walter. 1972. "African Slavery and Other Forms of Social Oppression on the Upper Guinea Coast in the Context of the Atlantic Slave Trade", in Klein e Johnson (orgs.), *Perspectives*, p. 152-166.

SAHLINS, Marshall. 1972. *Stone Age Economics*, Chicago, Aldine.

SMITH, M.G. 1954. "Slavery and Emancipation in Two Societies", in *Social and Economic Studies*, 3, p. 239-290.

—. 1959. "The Hausa System of Social Stratification", in *Africa*, 29, p. 239-252.

TERRAY, Emmanuel. 1974. "Long-Distance Exchange and the Formation of the State: The Case of the Abon Kingdom of Gyaman", in *Economy and Society*, 3, p. 315-345.

—. 1975a. "Classes and Class Consciousness in the Abon Kingdom of Gyaman", in N. Block (org.), *Marxist Analysis and Social Anthropology*. Londres, Aldine, p. 85-135.

—. 1975b. "La captivité dans le royaume abron du Gyaman", in C. Meillassoux (org.), *L'esclavage*, p. 389-453.

—. 1977. "Ashante au XIX^e siècle", in *Annales: E.S.C.*, 2, p. 311-32.

VAUGHAN, James H. 1977. "Mafakur: A Limbic Institution of the Margi", in Miers e Kopytoff (orgs.), in *Slavery in Africa*, p. 85-102.

SUMMARY

Notes on slavery in pre-colonial Africa

The purpose of the article is to give Brazilian readers a critical insight on slavery in pre-colonial Africa as opposed to the idea of a romantic Africa where oppression and exploitation of men, women and children was introduced by the European.

No researchers, African or otherwise, deny the fact that slaves did exist in Africa before the 15th century slave traders. The issue is what kind of slavery was customary at the time in the African continent. One current stresses the "mild" type of slavery and underestimates the productive and breeding role forced on the captive. Another school which we support sees the "social prison" of a house slave as another form of effective slavery, as was the enslavement of offspring and slavery pure and simple where large-scale trade in human beings was the goal. This type was present in Africa at specific times and places.

Enslavement took place either in a person's own original group or from outside, by means that ranged from punishment, kidnappings, village raids and even purchase and sale. Women were preferred for their higher value for breeding, as children were thought to be easier to "shape".

As a broad system of work allocation, slavery in pre-colonial Africa took different forms and slaves were assigned to several jobs as farmers, miners, haulers, craftsmen, house servants and soldiers. But the most striking difference in the African mode of extended slavery is an organized *production of slaves* to meet the demands of both a domestic and international market. We find in Africa some societies that became experts in capturing individuals basically to sell, such as Dahomey and the Ashanti kingdom in the 18th and 19th centuries. Later, plantation slavery evolved to meet the demand for tropical goods channelled to Europe during the industrial revolution. While stimulating the growth of slave trade between Africa and Europe, this "legitimate trade" discouraged slavery in the Americas.

Another peculiarity of African enslavement is the fact that it helped develop States whose chief economic activity consisted in enslaving weaker peoples to sell them at Atlantic trade posts. They were so stimulated by the European powers that eventually occupied their continent physically in the name of civilization.

RÉSUMÉ

Notes sur l'esclavage en Afrique précoloniale

L'objectif de cet article est de donner au lecteur brésilien un panorama critique du problème de l'esclavage en Afrique précoloniale, qui s'oppose à l'idée d'une Afrique romantique où l'oppression et l'exploration d'hommes, femmes et enfants ont été introduites par les Européens.

La majorité des chercheurs, africains ou non, affirme qu'il y avait des esclaves en Afrique avant l'arrivée des marchands européens au XV^e siècle. La discussion tourne aujourd'hui sur le type d'esclavage existant à cette époque sur le continent africain. Un des courants fait allusion à la forme "douce" d'esclavage, oubliant le fonction productrice et reproductrice imposée aux captifs, tandis qu'un autre courant dont le point de vue nous épousons conclut que la "prison sociale" du captif domestique est, elle aussi, une forme d'esclavage, comme il arrive avec l'esclavage "de lignée" et avec l'esclavage proprement dit, par l'utilisation commerciale d'esclaves, faite en grande échelle en Afrique dans des endroits et pendant des périodes données.

Plusieurs procédés transformaient les noirs en esclaves: punition, vol, attaques aux villages, achat et vente, dans leur groupe d'origine ou en dehors de celui-ci. Les femmes étaient préférées, elles valaient plus, puis-qu'elle pouvaient reproduire, tandis que les enfants étaient socialement bien adaptables.

Comme système agrandi d'organisation du travail, l'esclavage en Afrique précoloniale a eu des formes diverses et les esclaves ont été employés pour accomplir les tâches les plus variées: travailleurs agricoles, mineurs, porteurs, artisans, employés de maison et soldats. Toutefois, ce qui caractérise l'esclavage africain en expansion est l'organisation de la *production d'esclaves* pour répondre à la demande du marché interne et international. Il y avait en Afrique des sociétés spécialisées en la capture des noirs, surtout pour les vendre, comme Daomé et le royaume *ashanti*, entre le XVIII^e et le XV^e siècles. Plus tard s'est développé un esclavage de *plantation*, pour répondre à la demande de produits tropicaux dont l'Europe avait besoin à l'époque de la révolution industrielle. Ce "commerce légitime" entre l'Afrique et l'Europe faisait augmenter l'esclavage africain et simultanément décourageait l'esclavage aux Amériques.

Une autre particularité de l'esclavage africain est d'avoir contribué au développement d'Etats dont la principale activité économique consistait à dominer les peuples plus faibles pour les vendre dans le circuit commercial de l'Atlantique. Pour ce faire, ils ont compté sur l'appui des puissances européennes qui, un jour, occuperait physiquement le continent au nom de la civilisation.

O PROCESSO DE "DESCOLONIZAÇÃO" EM MOÇAMBIQUE*

Elimar Nascimento**

A finalidade deste trabalho é a de abordar a questão da especificidade do processo de descolonização em Moçambique. Essa questão tem sentido na medida em que se observa no caso moçambicano uma série de características desconhecidas das outras antigas colônias portuguesas em África. De forma precisa, Moçambique não conheceu, como Angola, uma pluralidade de movimentos nacionalistas e nenhuma divergência interna ameaçou a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) após a conquista do poder, ao contrário do que ocorreu nas outras colônias portuguesas. A unidade nacional em torno da Frelimo parece o sinal empírico mais evidente da especificidade do processo moçambicano, expresso na estabilidade política e na coesão do seu corpo dirigente.

Três pequenas observações de caráter conceitual-metodológico são imprescindíveis afirmar antes de precisar melhor nossa questão.

Primeiro, entendemos por processo de descolonização o conjunto de fatos que, de um lado, contribuem para a destruição dos agentes e das relações sociais próprios à situação colonial e, de outro lado, contribuem para o nascimento de novos agentes e relações sociais que substituem os anteriores e caracterizam uma situação nacional. Trata-se, portanto, de um processo duplo e articulado de destruição/construção. Se o primeiro elemento constitui o aspecto de negação no processo de descolonização, o segundo elemento constitui o aspecto de sua positividade. Estamos cientes que essa concepção de descolonização diferencia-se das concepções usuais, particularmente entre os europeus. Nesse sentido deve-se assinalar que ela não exclui, mas, pelo contrário, engloba a luta de libertação nacional. Por sua maior abrangência é que conservamos o termo, despidendo-o, porém, de sua conotação europocentrista. O extermínio do colonialismo, e a história o tem largamente demonstrado, ultrapassa, de

longe, a simples obtenção da independência nacional.¹

Segundo, a construção da resposta de nossa questão nos obriga a uma tríplice abordagem teórica: a) em que consiste a situação colonial, ou mais precisamente, a natureza de sua hegemonia; b) como se realiza a ruptura desta situação; e, finalmente, c) qual o processo de criação dos novos agentes e relações sociais, assim como qual a natureza destes.

Tratando-se de níveis de análise distintos, e não de momentos históricos sucessivos, deve-se ter presente que os pontos b e c, no plano empírico, estão estreitamente imbricados. Não se pode confundir, de um lado, a ruptura do pacto colonial com a luta pelo poder e, de outro, a criação de novos agentes e relações sociais com o período após a conquista do poder. É uma característica do processo moçambicano (embora de forma não exclusiva) a simultaneidade entre destruição e construção, presente ambas ao longo do processo de descolonização.

Finalmente, como nos debruçamos sobre um processo de destruição de um poder político e construção de um novo, é fundamental enfatizar o aspecto constitutivo maior das relações de poder: a hegemonia. Estas relações são constituídas, e não compostas, de coerção e consentimento (dominação e hegemonia), sendo o segundo aspecto o fundamental. Assim, conquistar o poder (no caso, exterminar o colonialismo) significa ao mesmo tempo, e sobretudo, romper a hegemonia do "grupo dominante" e criar uma nova hegemonia.²

O colonialismo português em Moçambique pode ser definido, a partir de 1939, por uma hegemonia caracterizada por dois aspectos:

- Um consentimento passivo, que tem sua origem na violência sistemática

exercida sobre os moçambicanos pelo aparelho repressivo colonial;

- um consentimento de adesão fria, que tem sua origem na cooptação dos intelectuais rurais e urbanos, através da missão-escola e da integração dos chefes das comunidades étnicas (régulos) à administração colonial.

Um racismo mal camuflado constituía o conteúdo desta hegemonia, que se manifesta simultaneamente pela interiorização do "ser negro é ser inferior" e pela possibilidade propalada de ultrapassar esta situação através da "assimilação". Desta maneira, a hegemonia colonial portuguesa caracterizou-se por ser uma hegemonia indireta e pelo terror, organizando a sociedade moçambicana de maneira fortemente hierárquica: na base, os "negros" das comunidades étnicas e/ou os trabalhadores manuais do campo e da cidade; no plano intermediário, o segmento social dos "civilizados" (não "negros"), formado de trabalhadores e da pequena burguesia de brancos, asiáticos e "assimilados";³ na cúpula, a burguesia colonial — o verdadeiro agente hegemônico —, em sua grande parte não residente no país.

A libertação nacional exigia que um agente subalterno fosse capaz de desenvolver uma ação condizente com a natureza desta hegemonia. Ou seja, que superasse as divisões internas dos grupos subalternos, vencesse o imobilismo criado pelo racismo e enfrentasse a situação de terror criada pelo aparelho repressivo do Estado colonial.

A ação desencadeada pela Frelimo (1964) sob a forma particular de uma "guerra nacional, popular e prolongada" possibilitou a ruptura da hegemonia colonial e a queda de seu agente pelo fato de possuir essas características:

- Era uma ação geral e globalizante, incorporando o conjunto dos grupos su-

* Este texto é uma versão revista do trabalho apresentado no III Congresso Internacional da ALADAA — Associação Latinoamericana de Estudos Afroasiáticos, organizado pelo CEEA e realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1983.

** Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UnB.

balternos e atingindo todos os espaços sócio-econômicos, políticos e ideológicos, se bem que num meio geográfico limitado (menos de 1/5 do país);

- era uma ação violenta, permitindo a destruição progressiva do aparelho repressivo colonial;
- era uma ação construtiva, criando simultaneamente novos agentes e novas relações sociais, na resposta concreta aos problemas cotidianos das massas camponesas.

Esta ação político-militar desenvolvida pela Frelimo pode ser compreendida, de certa forma, como uma continuação das lutas anticoloniais desenvolvidas no século XIX, desde que se tome em consideração a superação das deficiências daquelas lutas: as divisões étnicas e raciais, a definição incorreta do inimigo, a incapacidade de incorporar o conjunto dos grupos sociais subalternos e, finalmente, a incapacidade de superar o caráter opressivo das relações sociais internas ao próprio movimento.

A especificidade do processo de descolonização em Moçambique pode agora ser posta de forma concreta através de uma pergunta: por quais razões a Frelimo foi capaz de desencadear uma ação com aquelas características?

Com isso sugerimos que a resposta da especificidade do processo moçambicano encontra-se, de um lado, no tipo de ação política desenvolvida pelo grupo subalterno central, os camponeses, e, de outro lado, na natureza mesma do novo agente social hegemônico criado no desenrolar da luta. De forma mais precisa, é a natureza deste novo agente social, suas características intrínsecas, que possibilita o desenrolar de uma ação política simultaneamente destruidora dos agentes e relações coloniais e inibidora da formação de movimentos divergentes e/ou dissidentes, além de criadora de novos agentes e relações

nacionais. E, no entanto, a história da Frelimo é marcada por dissidências e fracassos.

Quando as luzes do seu Congresso de fundação (25/6/62) ainda não tinham se apagado, já nasciam as primeiras dissidências. Co-seru, Funipano, Unar, Udenamo são apenas algumas das siglas das múltiplas dissidências, todas de vida efêmera, que a Frelimo conheceu. Houve mesmo algumas mais importantes como o Coremo (Comité Revolucionário de Moçambique), que chegou a desenvolver durante alguns anos uma luta armada significativa no oeste do país, sem contar com a cisão importante de Uria Simango e Lázaro Kavandame em 1968/1969, e os movimentos neocolonialistas estimulados pelo Estado colonial nos estertores da sua existência (1973/1974). E não foram as derrotas da Frelimo e a ausência de aliados internacionais que impediram os movimentos divergentes/dissidentes de se consolidarem. A rigor, a luta armada iniciou-se em 1964 com sucessivas derrotas. Planejada para ser lançada em todas as províncias, ela vingou apenas nas duas do norte, fronteira com a Tanzânia, uma das quais com baixíssima densidade populacional (Niassa).⁴ E foram necessários quatro anos para a abertura de uma nova frente guerrilheira (Tete), na fronteira com a Zâmbia, que até aquela época apoiava o Coremo. Por outro lado, não se pode esquecer que vários países africanos não apoiaram explicitamente a Frelimo, preferindo seus concorrentes; a relutância no apoio de Cuba; e as divergências frequentes com os soviéticos.⁵

Encontra-se na trama da história deste movimento a singularidade do processo de descolonização em Moçambique.

A literatura sobre a Frelimo pôs em relevo o fato de que ela nasceu da fusão de três organizações nacionalistas, criadas todas entre fins dos anos 50 e começo dos 60, no estrangeiro: Udenamo (Zimbábue), Unami (Maláui) e Manu (Tanzânia).⁶ Desta forma esta literatura, que a própria Frelimo alimentou,

confunde a criação da Frente de Libertação com a fusão formal das três organizações nacionalistas no Congresso de 25 de junho de 1962, em Dar-es-Salaam, deixando na penumbra processos fundamentais.

Na realidade, com esta explicação, é impossível entender a grande fragilidade dos outros movimentos nacionalistas, a coesão e unidade da direção da Frelimo, e sobretudo a sua natureza. A questão, parece-nos, deve ser abordada de um novo ângulo: a Frelimo nasce, em verdade, da fusão de quatro grupos de intelectuais, no sentido gramsciano do termo,⁷ provindo de quatro meios sociais distintos.

Em primeiro lugar, o meio rural das comunidades étnicas, em particular o movimento das cooperativas do norte, sob a liderança de Lázaro Kavandame. Deste meio vieram figuras importantes, naquela época, como o próprio Kavandame e Jonas Manashujua, ou figuras centrais logo em seguida (e até hoje), como Alberto Joaquim Chipande.

Em seguida o meio social urbano do interior do país, onde nasceu, juntamente com a revolta de Barué, o movimento protonacionalista dos inícios do século, com as primeiras greves dos trabalhadores, as primeiras associações (Grêmio Africano e Associação Africana) e os primeiros jornais (*O Brado Africano*). Foi neste espaço onde a consciência nacionalista manifestou-se em primeiro lugar, com o movimento dos intelectuais e artistas (Noêmia de Souza, José Craveirinha, Malangatana Valente, Luís Bernardo Honwana, entre outros), com o Centro Associativo dos Negros de Moçambique (CANM) e, posteriormente, o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (Nesam) e as Associações de Ajuda Mútua. Deste meio social surgiram vários intelectuais que vieram, no momento da fundação da Frelimo ou logo em seguida, a ocupar lugares-chaves na direção do movimento, tais como: Silvénio Nungu, Shaffrundin Khan, Uria Simango, Samuel

Dalhalama, Armando Guebuza, Sansão Mateus Muthemba, Josina Muthemba (depois, Machel), Francisco Zukane, Sebastião Mabo-te e Samora Machel.

O meio universitário do exterior, onde jovens provenientes das várias colônias portuguesas relacionam-se entre si e com o movimento de resistência ao salazarismo, adquirindo uma forte consciência anticolonial, constitui o terceiro espaço de formação dos intelectuais que vieram a compor a Frelimo em seu processo real de gestação. Eduardo Mondlane provém deste meio, juntamente com uma série de outros intelectuais, como Marcelino dos Santos, Jorge Rabelo e Oscar Monteiro, além de muitos outros de menor importância. Alguns destes, no entanto, à semelhança de Eduardo Mondlane, pode-se dizer que provém simultaneamente deste espaço e do meio social urbano do interior, como Joaquim Chissano, Mariano Matsinha e Mário da Graça Machungo.

O último meio social, o dos trabalhadores emigrantes, evidentemente é aquele que a literatura corrente tem enfatizado, de onde saiu a maior parte dos militantes presentes ao Congresso de fundação da Frelimo, assim como de sua direção.

O entendimento da deflagração da luta armada, nos moldes realizados, se encontra no fato de que a direção da Frelimo pertenceu, desde os seus inícios, aos intelectuais saídos do meio universitário do exterior, sob a direção de Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos. Os intelectuais originários dos meios dos trabalhadores emigrantes, embora majoritários, se dividiram desde 1962, nos primórdios da Frente, e se mostraram incapazes de assumir sua direção.

A rigor, a direção formal encontrava-se, até 1966, nas mãos dos intelectuais provenientes seja do meio dos trabalhadores emigrantes, seja do meio rural do interior. Porém, sob o ponto de vista real e a partir daquela data também sob o ponto de vista for-

mal, a hegemonia da Frelimo coube a um bloco intelectual (BI) nascido da fusão dos intelectuais do meio universitário do exterior com os do meio urbano do interior. Estes dois grupos de intelectuais, os nacionalistas do exterior e os nacionalistas do interior,⁸ além de terem elementos comuns (sobretudo aqueles que fizeram o Nesam antes de partirem para a universidade no exterior), possuíam uma série de concepções semelhantes. Por exemplo: a concepção do colonialismo como expressão imperialista, a especificidade do colonialismo português em sua conotação fascista e, finalmente, o imperativo da luta armada. A direção formal da Frelimo em seus primórdios, ao contrário, compreendia a luta anticolonial como a simples expulsão dos estrangeiros do país. Formava, assim, um outro BI, porém de nacionalismo conservador. Aparentemente, o não desligamento das comunidades étnicas, por parte destes intelectuais, constitui, de um lado, a base material de seu nacionalismo conservador e, de outro, a sua própria incapacidade em definir corretamente o inimigo e, conseqüentemente, deflagrar a ação capaz de destruir os agentes e relações coloniais. A direção real da Frelimo, pelo bloco intelectual dirigido por Mondlane, refletiu-se não apenas no seu programa como também na sua própria estrutura organizativa.⁹ Mas é na deflagração da luta armada que se revela, com mais clareza, a direção real dos nacionalistas do exterior e do interior.

Com a deflagração da luta armada, em 1964, dois fatores devem ser destacados: a consolidação do Bloco Intelectual Conservador (BIC), composto de uma parte dos remanescentes do meio dos trabalhadores emigrantes e dos intelectuais do meio dos camponeses das comunidades étnicas, sob a direção de Lázaro Kavandame e Uria Simango; e a formação de um novo grupo de intelectuais que serão incorporados à direção real do movimento, os políticos-militares, sob a liderança

de Samora Machel. Provenientes do meio urbano do interior e em menor parte dos camponeses, estes intelectuais, formados no transcurso da guerra, criarão uma nova relação direção/base, no interior das regiões de guerrilha.

As diferentes concepções sobre a descolonização do BIC e dos políticos-militares revelaram-se contraditórias desde 1966, conduzindo-os rapidamente a uma luta aguda de caráter armado (1968). Este antagonismo produziu uma crise no interior da Frelimo entre 1968/1969. A solução desta crise em favor dos políticos-militares teve várias conseqüências importantes, entre elas:

- A expulsão de todos os participantes identificados com o BIC;
- a criação de um novo bloco intelectual na direção do movimento, o Bloco Intelectual Revolucionário (BIR), nascido da fusão dos intelectuais provindos da antiga direção real com os políticos-militares, sob a liderança destes últimos;
- o BIR assumiu o poder de forma exclusiva, identificando-se com a direção da Frente;
- mas, sobretudo, ocorreu um processo de transformação na Frelimo.

A natureza da crise de 68/69 e seu desdobramento nas conseqüências assinaladas merecem algumas explicações.

Em primeiro lugar, o porquê de o BIC, majoritário, não ter conseguido deter a hegemonia, fragmentando-se em dissidências e divergências pulverizantes. As razões são múltiplas, e não completamente esclarecidas. Podemos assinalar apenas algumas hipóteses:

- A natureza intrinsecamente dispersiva de seus intelectuais, prisioneiros do regionalismo e de uma concepção do na-

cional como o somatório das etnias, e não como a sua superação:

- o apoio do governo tanzaniano a Mondlane;
- a vinda de novos militantes do interior, modificando a relação de forças existentes;
- a capacidade de iniciativa do grupo dirigido por Mondlane, assim como a sua ascendência intelectual — afinal, são principalmente eles os portadores do saber.

De um lado, portanto, a força política e intelectual do grupo dirigido por Mondlane, de caráter urbano-internacional, e, de outro lado, a fragilidade do BIC, pelo seu caráter rural-étnico.

A guerra veio acentuar este processo de mudança nas relações de forças, não somente aumentando qualitativamente o bloco hegemônico, mas modificando-o substancialmente. Aquela, não significou apenas o início da ruptura da hegemonia colonial, mas também o início da construção de uma nova hegemonia, em sua natureza de "guerra de posição".¹⁰ Pois simultaneamente à destruição dos agentes e relações coloniais, na criação de "zonas libertadas" colocou-se a questão da construção de novas estruturas sociais. Os atores centrais desta ação foram os comandantes guerrilheiros, que formaram o grupo dos políticos-militares. Entre outros: Samora, Alberto Chipande, Sebastião Mabote, Armando Guebuza, Josina Muthemba (depois Machel), Francisco Magaia, Joaquim Chissano, João Pelembe, Fernando Matavele, Oswaldo Tanzana, Raimundo Pachinuapa, Francisco Monkhomba. Este grupo permitiu ao bloco de Mondlane superar sua grande fragilidade de grupo urbano: o desligamento do grupo subalterno central, o campesinato. Mas ao mesmo tempo impulsionou as contradições no interior da Frelimo. A crise de 68/69 foi a expressão maior do acirramento

destas contradições. Ela consistiu numa crise ímpar, desconhecida nos outros movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, revestindo o movimento moçambicano de características especiais.

Se a literatura corrente tem enfatizado em que constitui as diversas contradições da crise de 68/69, não tem dado, no entanto, a devida atenção quanto à natureza de suas origens. As contradições internas da Frelimo surgiram desde 1966, e este fenômeno está relacionado a um conjunto relativamente ocasional de fatores: a luta armada deflagrada em 1964 conseguiu vingar apenas nas duas províncias do norte; assim a luta guerrilheira ficou restrita a um espaço limitado, porém com fácil ligação com a direção do movimento, localizada na Tanzânia. Sem conseguir avançar, os guerrilheiros dedicaram-se, de muito perto, ao enfrentamento das relações e costumes próprios à vida das comunidades étnicas. As mudanças aí introduzidas pelos guerrilheiros, com o apoio dos jovens das etnias locais, pôs em questão a autoridade dos líderes do BIC, que não formavam exatamente uma burguesia, mas sim um conjunto de chefes de comunidades étnicas. E o mais interessante é que estes chefes guerrilheiros eram, em sua maioria, provindos de outras regiões étnicas, particularmente do sul, o que lhes facilitava em parte o enfrentamento dos costumes locais. Para os velhos líderes do BIC a luta anticolonial não se colocava além dos limites da expulsão dos estrangeiros, e muito menos no questionamento ou mudança em suas relações de chefia. Tratava-se de uma petulância inadmissível, mais ainda a provinda de jovens de outras regiões.

O primeiro confronto, e a primeira derrota do BIC, deu-se na sessão do Comitê Central em outubro de 1966. Nesta, foi criado o Comitê Político Militar (CPM), que passou a ser o verdadeiro órgão dirigente da Frelimo, com maioria clara dos liderados de Eduardo Mondlane. Além do plano organizativo, foi

também uma vitória política: o tribalismo foi condenado ao nível de igualdade do colonialismo.

A partir daí o BIC foi acirrando suas posições, radicalizando a luta, caminhando mais para a direita, enquanto conhecia derrotas sucessivas. Em fins de 1967 Lázaro Kavandame, que assume a direção do BIC, naquele momento, propõe a separação dos políticos e dos militares na tentativa de enfraquecer o grupo dirigido por Samora Machel, ficando em larga minoria.

Em início de 1968, o velho maconde une-se com o Pe. Gwengere em campanha aberta contra Eduardo Mondlane, em posições claramente racistas e anticomunistas. A Frelimo divide-se no interior mesmo de sua presidência, sob a aparência de salvar a unidade: para Mondlane trata-se de manter o BIC, aliando-o de sua fração mais direita; para o vice-presidente Uria Simango, trata-se de cortar os extremos dos dois blocos em luta, o que constitui, no caso, uma posição conservadora.

Os acontecimentos precipitam-se: o grupo de Kavandame ausenta-se do II Congresso (2 a 25/6/1968), após ter apressado a sua convocação; tenta, em seguida, criar uma República Maconde, em cumplicidade com grupos tanzanianos e o colonialismo português; o presidente Eduardo Mondlane é assassinado em 10/02/69; ocorrem enfrentamentos armados nas fronteiras da Tanzânia com Cabo Delgado entre as FPLM (Forças Populares de Libertação de Moçambique) e a Frelimo Youta League, criada pelos dissidentes macondes; e, finalmente, a expulsão do BIC, Uria Simango inclusive. Samora Machel e Marcelino dos Santos assumem a presidência e a vice-presidência, respectivamente, em maio de 1970.

A partir deste ano a Frelimo tornou-se uma tríplice realidade:

- Uma frente, formada por diversas correntes político-ideológicas, mas sem que estas, exceto o BIR, que não se apresenta como tal, tivessem possibilidades de organização própria;
- um partido político em gestação, através da incorporação de novos aderentes ao BIR;
- uma organização estatal, que substitui o aparelho administrativo colonial nas zonas libertadas.

Esta maneira múltipla de ser, de um lado, dotou a Frelimo de flexibilidade e eficácia necessárias para criar laços estreitos com a população camponesa, impedindo o surgimento de outros movimentos nacionalistas; de outro lado, dotou sua direção de unidade e o movimento, de tradições e regras que impossibilitaram as dissidências.

Com a independência nacional, em 1975, a Frelimo tornou-se um partido político identificado ao aparelho de Estado. Ou seja, perdeu definitivamente sua primeira característica, desenvolvendo as duas restantes.

Os últimos oito anos comprovam estas "qualidades" assinaladas, mas também novas deficiências. Neste ciclo de descolonização, ainda não concluído, as mudanças no Partido-Frelimo (criado oficialmente no III Congresso, em fevereiro de 1977) tornaram-no menos flexível e mais restritivo. As dificuldades de exercício do poder estatal, numa situação de penúria e cerco externo, têm demonstrado a ilusão em transformar o país numa imensa zona libertada. A hegemonia criada aqui, no período da luta de libertação nacional, tem-se enfraquecido. Impossibilitado de responder convenientemente às demandas das massas camponesas, aprisionado por um aparelho estatal burocratizado (e herdado do colonialismo), deficiente de pessoal político qualificado, cercado por uma "pequena burguesia do saber", o corpo diri-

gente do país arrisca-se a se desligar das bases mais populares e, sobretudo, encaminhar um processo de despolitização crescente. Os bolsões de insatisfação já surgiram desde 1978, e mais recentemente têm sido aproveitados pela África do Sul.

Nada está decidido, porém. O desafio de construir um poder democrático, popular e nacional continua vigente. Várias medidas foram tomadas neste sentido, tais como: na-

cionalização das terras, escolas, prédios de aluguel, hospitais e serviços de saúde. Eleições já foram realizadas duas vezes no país, organizações democráticas da sociedade civil foram organizadas (mulheres, trabalhadores, moradores de bairro e aldeias, juventude etc.). Enfim, a sociedade já conheceu um processo de democratização. E a percepção da necessidade de separar o partido do Estado é uma aquisição do grupo dirigente. □

NOTAS

1. Ver entre outros: Pierre Biarnes, *L'Afrique aux africains: 20 ans d'Independence en Afrique Noire Francophone*, Paris, Armand Colin, 1980; Robert e Marianne Cornevin, *L'Afrique Noire de 1919 à nos jours*, Paris, PUF, 1973; Franz Fanon, *Les damnés de la terre*, Paris, Maspero, 1975.

2. Elimar Nascimento, *A universalidade de Gramsci*, Recife/Campina Grande, Centro Josué de Castro/Mestrado em Sociologia Rural-UFPB, 1983.

3. Embora os "assimilados" sejam pessoas de raça negra, não se viam assim na época colonial, separando-se, desta forma, de sua cultura de base e do grupo subalterno central. Após a Segunda Guerra Mundial alguns "assimilados" buscarão romper com este quadro. É dentre estes que irão surgir os principais líderes dos movimentos nacionalistas que conquistarão o poder nos anos 70: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Marcelino dos Santos e tantos outros.

4. Moçambique na época colonial era dividido em nove províncias, de norte a sul: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, conforme os nomes atuais, aqui utilizados. Após a independência, a província de Manica e Sofala desmembrou-se em duas.

5. O Maláui jamais apoiou a Frelimo e a Zâmbia só o fez a partir de 1968. Por outro lado, os movimentos divergentes sempre tiveram aliados na África, e mesmo entre os países socialistas, no caso particular do Coremo.

6. Udenamo - União Democrática Nacional de Moçambique; Unami - União Nacional Africana de Moçambique Independente; MANU - União Nacional Africana de Moçambique (sigla em inglês, no original).

7. Este ponto foi objeto de grande debate por ocasião do 3.º Congresso da ALADAA (Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos), realizado pelo CEEA, no Rio de Janeiro, em agosto de 1983, quando uma primeira versão deste trabalho foi apresentada. De um lado, um italiano nos acusava de não ter compreendido Gramsci; de outro lado, uma personalidade guineense nos inquiria sobre o caráter "elitista" de nossa afirmação: afinal, "são as massas que fazem a História". Deixamos a Gramsci a resposta: "Que todos os membros de um Partido Político devam ser considerados como intelectuais, temos aqui uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; mas, se refletirmos bem, veremos que nada é mais exato. Será preciso fazer distinções de grau; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isso que importa; importa a função, que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual" (*Quadern Del Carcere*, VIII, p. 1.523). Afinal, "todos os homens são intelectuais" embora nem todos "tenham, na sociedade, a função de intelectual" (*idem*, p. 1.516).

8. Aquino de Bragança, com quem temos uma enorme dívida intelectual, utiliza os mesmos termos, porém num outro sentido. Veja-se a este respeito seus inúmeros artigos em *Afrique-Asie*.

9. A Frelimo não era uma frente em que as organizações políticas fundadoras guardassem sua estrutura própria. Estas, de forma *sui generis*, dissolveram-se por ocasião do Congresso de 25 de junho de 1962. E quando tentaram se rearticular o fizeram fora da Frente, como movimento dissidente.

10. Em nossa tese de doutoramento desenvolvemos melhor este conceito, o que aqui, pelo pouco espaço, não é possível. Ver: Elimar Nascimento, "Decolonisation en 'Afrique Portugaise' - Le processus de destruction/construction hégémonique au Mozambique", Paris, tese de doutorado do 3.º Ciclo, Universidade René Descartes (Paris IV), 1982.

11. Elimar Nascimento, "A concepção da educação em Moçambique: notas introdutórias. in: *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 4, Rio de Janeiro, 1980, p. 21-42.

SUMMARY

The "decolonization" process in Mozambique

The purpose of this article is to discuss the specific nature of decolonization in Mozambique.

Decolonization is conceptually defined as a two-fold and purposeful process of destruction-construction. Such a concept, rather than exclude, does encompass a national liberation struggle.

An answer to the question of specificity in dealing with Mozambique requires a three-point theoretical approach: a) the nature of the colonial power and its strong hegemony; b) building up to the break; c) how new social players and relations have emerged. This three-point approach covers different analytical levels rather than a continuum of historical events for the simple fact that points b and c are closely intertwined from an empirical viewpoint.

Typical of the Mozambican process (though not unique) is the simultaneous destruction and construction experienced throughout the entire process of decolonization (e.g. freed regions). This leads to a look at the issue of hegemony: how Frelimo can break the colonial power's hegemony and create a new hegemony. It can do so through a "nation-wide, popular and long-lasting war" that will lay the groundwork for a break both with that hegemony and with the colonial power's repression.

The specificity of the Mozambican decolonization process lies in the kind of action developed by Frelimo. In addition to violent action causing gradual destruction of the colonial repression apparatus, they engaged in some constructive action by simultaneously creating new social players and rela-

tions while undermining the "grounds" on which the colonial power had built its hegemony. Examples of this are racial and ethnic separation, misjudgement of the enemy, an inability to take in the set of lower social class groups. Frelimo managed to tie in the political action developed by the peasants (key lower class group) to a new kind of hegemonic player: the intellectual bloc born from a merger of outside university minds and inner city intellectuals.

As the fighting unfolds, a new sort of intellectual emerges, the political-military mind (e.g. Samora Machel) as well as a confrontation with the nationalist-conservative intellectual bloc essentially made up of ethnic leaders and emigrant workers (e.g. Kavadame). The alliance made between academics (e.g. Mondlane) and political-military leaders had the upper hand. The latter originating in cities and, to a lesser extent, among the peasants, have contributed to a tighter leadership-ranks interaction in the guerrilla held countryside.

Following national independence in 1975, Frelimo became a political party identified with the State Establishment, less flexible, with its hegemony eroded. Failing to respond properly to the peasants' demands, lost in a complex bureaucracy, surrounded by a "small bourgeois intelligentsia", the country's governing body risks a breach with its people and growing political erosion. But nothing is final yet. The challenge of building a democratic, popular and national power is still ahead.

RÉSUMÉ

Le processus de "décolonisation" de Moçambique

L'objectif de ce travail est le problème de la spécificité du processus de décolonisation à Moçambique. La décolonisation est, conceptuellement, un processus double et articulé de destruction-construction. Cette conception n'exclut pas, et plutôt comprend la lutte pour la libération nationale.

L'élaboration de la réponse à la question de la spécificité de Moçambique nous mène à une triple approche théorique: a) le type du pouvoir colonial et la grande hégémonie dont il est le maître; b) la réalisation de la rupture; c) le type de processus de création des nouveaux agents et les rapports sociaux. Cette approche triple comprend des ni-

veaux distincts d'analyse et non des moments historiques successifs, les points *b* et *c* étant étroitement liés sur le plan empirique.

La simultanéité entre destruction et construction pendant tout le processus de décolonisation caractérise quoiqu'il ne soit pas exclusivement ce processus à Moçambique (ex.: les régions libérées). Ce processus nous mène au problème de l'hégémonie: comment FRELIMO va briser l'hégémonie du pouvoir colonial et créer une nouvelle hégémonie. Ceci sera fait à travers une "guerre nationale, populaire et longue" qui aboutira à la rupture et de l'hégémonie et de la répression du pouvoir colonial.

La spécificité du processus de décolonisation à Moçambique se trouve dans le type d'action menée par FRELIMO qui, outre l'action violente entraînant la destruction progressive de la machine coloniale de répression, menait une action constructive créant simultanément de nouveaux agents et de nouveaux rapports sociaux, tout en éliminant le "champ" sur lequel le pouvoir colonial avait construit son hégémonie. Comme exemples, nous citons les divisions ethniques raciales, la définition incorrecte de l'ennemi, l'incapacité d'incorporer l'ensemble des groupes sociaux subalternes. FRELIMO a bien articulé l'action politique menée par les paysans (groupe subalterne central) avec un nouveau type d'agent hégémonique: le groupe in-

tellectuel né de la fusion entre intellectuels du milieu universitaire extérieur et ceux du milieu urbain intérieur.

A mesure que continue la lutte, surgit un nouveau type d'intellectuel, le politique-militaire (ex.: Samora Machel), ainsi que l'affrontement avec un groupe intellectuel nationaliste-conservateur formé essentiellement par le leadership ethnique et par des travailleurs émigrés (ex.: Kavandame). L'alliance formée par des intellectuels (ex.: Mondlane) et par les politiques-militaires remporte la victoire. Ces derniers, originaires du milieu urbain de province et, dans une proportion réduite, du paysannat, vont contribuer à une relation plus étroite direction-base, à l'intérieur des régions de guérilla.

Après l'indépendance nationale, en 1975, FRELIMO est devenu un parti politique identifié à la machine de l'Etat, moins flexible et affaibli dans son hégémonie. Dans l'impossibilité de répondre comme il le désire aux sollicitations des paysans, prisonnier d'une machine étatique bureaucratifiée, entouré d'une "petite bourgeoisie du savoir", le corps dirigeant du pays risque de s'éloigner des masses populaires et se dépolitise de plus en plus. Ren n'est pourtant décidé. Le défi de construire un pouvoir démocratique, populaire et national est toujours vivant.

O APARTHEID E AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA DO SUL *

José Maria Nunes Pereira **

Há conflitos domésticos, restritos ao interior de um país, que se internacionalizam ao atingir vizinhos, rompendo o *statu quo* da região em que estão situados, e se agravam a ponto de envolverem e responsabilizarem grande parte da comunidade internacional. Esse é o caso do *apartheid*. Talvez se possa, neste texto, considerar também o aspecto inverso do fenômeno: o de caráter de domesticidade que, no caso do Brasil, assume um conflito além-Atlântico, na África Austral, produzido por uma política expansionista conduzida por um Estado agressor: a África do Sul.

Por outras palavras, a segregação racial institucionalizada e as agressões e invasões sul-africanas a países vizinhos — que comungam com o povo brasileiro matriz histórico-cultural e a mesma língua, como é o caso, em especial, de Angola e Moçambique — transformam o conflito da África Austral em importante questão doméstica do Brasil. Prova disso é que, ademais das condenações governamentais e manifestações populares contra o *apartheid*, as relações diplomáticas, financeiras (especialmente os investimentos sul-africanos no Brasil) e comerciais entre Pretória e Brasília vêm sendo cada vez mais questionadas por dirigentes e amplos setores da opinião pública brasileira.

Diga-se, de passagem, que qualquer política de segregação (especialmente a do *apartheid*, por mais que ela pareça tão díspar da questão racial brasileira) deve ser objeto tanto de reflexão e estudo comparativo, quanto de solidariedade às vítimas. No entanto, esse espírito comparativo não nos deve fazer resvalar em qualquer destas duas atitudes extremadas: nem no ufanístico “não temos aqui esse problema”, nem no desabafo mecanicista “aqui é igual a lá”.

Não é por serem travadas de modos diferentes que certas lutas são mais justas ou mais árduas do que outras. Na África Austral, por exemplo, as guerras de independên-

cia de Angola e Moçambique foram conduzidas, se nos permitem o simplismo da imagem, como lutas de boxe, ou, como diriam outros, como jogos de soma zero. Já na África do Sul, pensamos que, por enquanto, a luta se assemelha mais a um demorado e pertinaz jogo de xadrez, embora cada vez mais mortífero. Recorrendo ainda à teoria dos jogos, diríamos que os negros e os brancos sul-africanos lúcidos pretendem, em última instância, evitar que a soma desse jogo venha a ser zero. A menos que o relógio das mudanças substantivas, até agora demasiado atrasado, enguice de vez e, então, alguns acabem quebrando o tabuleiro de xadrez. O jogo perderia, assim, quaisquer regras.

Em decorrência da situação acima exposta, o objetivo deste trabalho é duplo, o que o leva a ser constituído de duas partes.

A principal parte é dedicada a contribuir para o esclarecimento do caráter intrincado das relações do Brasil com a África do Sul e do tipo de atuação que a diplomacia brasileira vem tendo face à questão do *apartheid*. A secundária, pela qual iniciaremos, aborda a situação das forças em confronto na África do Sul, especialmente após as revoltas urbanas negras que eclodiram em 1984.

Essas revoltas, que tiveram como consequência mais visível a internacionalização definitiva do conflito (pressões, desinvestimentos, sanções, isolamento político de Pretória e sua opção aberta pelas agressões externas), foram igualmente acompanhadas e sucedidas por fenômenos importantes como a mudança qualitativa da luta *anti-apartheid* para um patamar superior e o fortalecimento, traduzido eleitoralmente em maio de 1987, de uma corrente branca ultra-racista que pensa viver num “mundo de relógios parados”,¹ ao mesmo tempo em que se manifestam rachaduras irrecuperáveis nos aparelhos tradicionais de produção ideológica do poder branco (exemplos: o *Broederbond*, a Igreja Reformada Holandesa, a Universidade de

Stellenbosch).² Como pano de fundo, a transferência crescente do poder de decisão para o Conselho de Segurança Nacional, enquanto o empresariado reivindica reformas sociais que satisfaçam a necessidade de mão-de-obra negra especializada.

A questão do *apartheid*

Novo encadeamento de fatos vem se sucedendo na África do Sul que alerta ainda mais os analistas políticos para o caráter absolutamente singular e extremamente complexo da sociedade sul-africana. E isso vale tanto para as estruturas do poder branco, quanto para o comportamento dos negros e dos seus movimentos políticos e sociais. A singularidade sul-africana não se compadece com a aplicação de modelos de já comprovada operacionalidade em outras sociedades, quer as racialmente segregacionistas, quer as coloniais africanas tradicionais.

Assim, é natural que uma certa perplexidade — com as consequentes oscilações nas tomadas de posições concretas e duradouras — atinja também os governos, sejam eles do Ocidente, do Leste, ou não-alinhados, af incluindo também muitos dos africanos.

É claro que a maior parte desses governos procuram abafar essa perplexidade com a alta sonoridade dos discursos condenatórios de Pretória; outros a superam através de valiosa prática de ajuda concreta à luta contra o *apartheid*. Um último grupo de governos, com destaque para os Estados Unidos da administração Reagan, combina a perplexidade diante da situação sul-africana com engajamento a Pretória, que vai ao ponto de incluir uma ajuda, mais ou menos clandestina, à desestabilização que o governo sul-africano produz nos países vizinhos. É o caso do apoio militar que o governo Reagan concede à atuação da Unita em Angola.³

* Versão ampliada de trabalho apresentado no V Congresso Internacional da ALADAA — Asociación Latinoamericana de Estudios Afroasiáticos, realizado em Buenos Aires, em setembro de 1987, e de artigo publicado em *Brasil — Perspectivas Internacionais*, n. 14, abr.-jun. 1987, p. 8-10.

** Professor Assistente de Relações Internacionais da África e pesquisador do CEAA.

A aceleração da história

Desde setembro de 1984, com a eclosão das rebeliões nas *townships*, tem havido inédita aceleração da história da luta contra o *apartheid*.⁴ Isso não significa, obrigatoriamente, perda substancial do controle do poder por parte da aliança estabelecida entre o grupo dominante no Partido Nacional, representado por Pieter Botha, e o conjunto das Forças Armadas, liderado pelo general Magnus Malan. Essa aliança, atualmente, seria melhor identificada no Conselho de Segurança Nacional.⁵ O que observamos é que as mudanças já ocorridas, embora provocadas pela intensificação inédita da luta (interna e internacional) contra o *apartheid*, ainda têm o seu ritmo controlado pelo pulso duro de Pretória.

Quanto à mencionada aceleração da história, ela pode ser percebida se repararmos que as fases mais fortes de movimentos de revolta (Sharpeville, 1960; Soweto, 1976; *townships* em geral, 1984) vêm tendo cada vez maior duração e profundidade e menor espaço de tempo entre elas. E o que é mais importante, a última fase envolveu (e ainda envolve, nos seus desdobramentos), direta ou indiretamente, número nunca antes atingido de pessoas de todas as *raças* e classes sociais. Estendeu-se a quase todo o território nacional e teve reflexos internacionais bem mais sérios que das últimas vezes.⁶

Alguns fatos novos marcaram essa fase da luta e a colocaram num patamar bem acima daquele atingido em qualquer dos anteriores movimentos de rebelião negra.⁷ Como escreveu o jornalista sul-africano Bokwe Mafuna: "Enquanto em Soweto os estudantes estavam isolados do resto da população e tinham que defrontar sozinhos as balas da polícia, hoje as suas organizações trabalham em estreita colaboração com os sindicatos, igrejas, associações comunitárias e organizações políticas".⁸

Entre esses fatos que deram nova qualidade à luta está o sindicalismo negro, legalizado desde 1979, após sucessivas greves "selvagens" relacionadas com a crescente escassez de mão-de-obra negra especializada, já que o desenvolvimento e complexidade da indústria sul-africana — com a consequente maior internacionalização da economia — se encontram espartilhados pelas limitações impostas pelo *apartheid* à educação dos negros. O número de homens/dia em greve cresceu 700% nestes últimos sete anos, tendo a reivindicação salarial como principal motivo.⁹ Em 1986, o número de homens/dia "perdidos" totalizou 1.308.958 — quase o dobro do número de 1985.¹⁰

A expressão mais importante desse novo sindicalismo negro é o National Union of Mineworkers — NUM (União Nacional dos Mineiros), criado em 1982, com 22% dos 550 mil mineiros do país. A grande maioria dos seus afiliados, porém, é de estrangeiros dos países vizinhos ou de oriundos dos ban-tustãs. Isso, mais o fato de existirem cerca de 400 mil trabalhadores nos países da África Austral procurando um emprego nas minas e de estas estarem passando por um crescente processo de mecanização, que permite reduzir a necessidade de mão-de-obra em até 50%, fragilizou a atuação do NUM.¹¹ Contudo, as minas continuam sendo setor-chave da economia sul-africana, pois dela dependem perto de 80% do valor das exportações.

Na área política, a United Democratic Front — UDF (Frente Unida Democrática), formada em 1983, constitui a principal novidade, em termos de organização, da atual situação sul-africana. Pela primeira vez na história do país, foi organizada frente multirracial *anti-apartheid* tão ampla e duradoura: cerca de 700 organizações dos mais diversos tipos, abrangendo mais de dois milhões de aderentes. Embora tenha conseguido se manter legal, ela foi vítima do estado de emergência, decretado em julho de 1985 (suspensão

em março de 1986 e novamente em vigor após junho de 1986), que prendeu grande parte dos seus dirigentes e obrigou muitos outros à clandestinidade. Liderada pelo pastor Allan Boesak, presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, a UDF abriga inúmeros dirigentes do African National Congress — ANC (Congresso Nacional Africano), de quem adota o documento que constitui ainda o seu programa-base: a Carta da Liberdade, elaborada em 1955. Entre as organizações mais importantes afiliadas à UDF estão o Congresso dos Estudantes Sul-Africanos, a Sociedade Cívica de Soweto, a União Nacional dos Estudantes Sul-Africanos (com predominância de brancos liberais), o Congresso Indiano (Transvaal e Natal) e instituições ligadas às diversas Igrejas e movimentos sociais de bairros.¹²

Ainda na esfera política, outro fato relevante é a hegemonia cada vez maior que o ANC exerce na população negra e o crescente grau de credibilidade que adquiriu junto aos brancos, especialmente entre grandes empresários, com quem tem mantido conversações e que o têm na conta de interlocutor indispensável para qualquer projeto de mudança substantiva.¹³

Por outro lado, embora nunca tenha havido unidade satisfatória do movimento nacionalista, verificou-se recentemente a conjugação da intensificação da luta *anti-apartheid* com uma inédita agressividade entre grupos negros. Calcula-se que das cerca de 2.500 pessoas negras mortas após o início das rebeliões em 1984, mais de um terço delas foram vítimas de grupos paramilitares negros armados pelo governo, de extremistas da Inkatha (organização tribalista zulu, liderada por Buthelezi), de grupos sob influência da Azapo-PAC (Organização do Povo da Azânia — Congresso Pan-Africano) ou de jovens radicalizados pela frustração e desemprego. A agressividade que assumem essas rivalidades de ordem política, social e

étnica é um trunfo nas mãos do governo Botha.

A amplitude de engajamento, na luta *anti-apartheid*, de crescente número de Igrejas de credos diferentes é também um fato novo na situação do país, especialmente pela estrutura de apoio que fornecem aos militantes da UDF e do ANC e pela contribuição que prestam na formação de líderes nacionalistas. Mesmo a NGK — Nederdovistse Gereformeerde Kerk (Igreja Reformada Holandesa), pilar do regime, está dividida no que concerne ao *apartheid*. No seu 70.º Sínodo, realizado em novembro de 1986, a maioria dos seus 360 delegados assinou um documento de reconhecimento de culpa pelo apoio que a NGK tem dado ao *apartheid*, embora não se lograsse êxito no término à segregação que separa a matriz branca das suas filiais negras e *coloureds* (mestiças). Por outro lado, ganha também importância política as chamadas "Igrejas negras independentes", de fundo messiânico, bastante conservadoras.

A crise econômica

A economia sul-africana atravessa a mais grave crise global da sua história moderna. A característica básica dessa crise é que ela é o efeito de um conjunto de causas políticas, e não de uma conjuntura desfavorável especificamente econômica, doméstica ou internacional. A origem das causas políticas pode ser sintetizada, para os seus efeitos econômicos, na ameaça de instabilidade do governo, que ainda não resolveu os problemas básicos que estavam na raiz das rebeliões de 1984. Estas, pela primeira vez, levaram o exército a intervir nos guetos negros e o presidente Botha a decretar o estado de emergência, ainda vigente.

Essa ameaça de instabilidade acelerou o ritmo das campanhas de desinvestimento, sobretudo norte-americano, e de sanções

econômicas internacionais. Como agravante, a questão da dívida externa, com cerca de 12 bilhões de dólares de débitos a curto prazo.¹⁴

“O desinvestimento começa a minar a economia sul-africana”, afirma o editorial do *The Economist* de 29.11.86. O Produto Nacional Bruto tem crescido nestes últimos cinco anos a uma média anual de 1,1%, enquanto a população cresce 2,5% ao ano. Os balanços das empresas caíram drasticamente em 1985-1986. Além da inflação (perto dos 20% anuais, alta para os padrões do país), a desvalorização da moeda nacional, o *rand*, baixando o seu valor para um terço do de 1981, significa que as importações estão custando cerca de três vezes mais.¹⁵ O Produto Interno Bruto *per capita* baixou substancialmente, situando-se, em termos reais, ao nível de 1972.¹⁶

Segundo relatório confidencial preparado por comissão de banqueiros suíços, a fuga de capitais em 1985 chegou a mais de sete bilhões de dólares, e as previsões para 1986 eram ainda mais dramáticas. De fato, na primeira metade de 1986, os investimentos de origem estrangeira não representavam mais do que 4,3% do total, quando, em abril de 1985, eles alcançavam 17,3%.¹⁷ No entanto, a revista norte-americana *Fortune* (4.8.86) considerava que a ameaça de isolamento econômico não era suficiente para pôr o governo sul-africano de joelhos. Uma outra análise, feita no relatório anual elaborado pelo Serviço de Comércio Externo dos Estados Unidos, revelado em outubro de 1986, e que geralmente serve de base para os negócios das empresas norte-americanas com a África do Sul, diz que esse país “está próximo de se tornar um outro Estado africano, isto é, um tornar um outro Estado africano, isto é, um devedor crônico, esgotado pelas importações, emperrado pelas diversidades étnicas, por um regime repressivo incapaz de tratar de forma positiva o seu próprio eleitorado, e de forma positiva o seu próprio eleitorado, e cuja única força é a sua capacidade de mani-

pular governos estrangeiros e atrair a atenção internacional, para o melhor ou para o pior”.¹⁸

Embora o governo sul-africano tenha se insurgido contra a avaliação do relatório, poucos são os brancos que acreditam que, à semelhança do ocorrido no passado — após Sharpeville (1960) e Soweto (1976) —, as sanções possam ser compensadas pela auto-suficiência que, por sua vez, venha a desembocar num *boom* econômico. Da mesma forma, e diante da crescente emigração branca (que atingiu, em 1986, um aumento recorde de 40%),¹⁹ eles parecem deixar de acreditar em alegações patrióticas de que o desinvestimento e a saída de empresas estrangeiras venham a ser compensados pelo desenvolvimento de alternativas domésticas, sobretudo nos campos tecnológico e financeiro. Contudo, o efeito, a curto prazo, do desinvestimento não é tão catastrófico para Pretória como se poderia esperar. É que a maioria das empresas americanas não está rompendo completamente os laços com a África do Sul, e algumas ficaram com o direito de voltar no futuro. É o caso, por exemplo, da General Motors e da IBM. Esse processo de retirada “sem dor” se resume em algumas etapas: vendem suas subsidiárias a diretores locais, que já as dirigiam; arranjam acordos e licenças que assegurem a continuidade do fluxo de produção; providenciam financiamento adequado; prevêem acordos de venda com opção de retrovenda.²⁰ Ocorre por vezes que as matrizes americanas guardam os mercados sul-africanos para as suas fábricas no exterior.²¹ A maior parte das companhias, porém, têm se retirado efetivamente.

Nesse meio tempo, os japoneses, embora proibidos pelo seu governo de investir na África do Sul, já ocupam, através de exportações, 40% do mercado automobilístico desse país e a sua marca Hitachi vem tomando o lugar da IBM. Quanto aos alemães, com mais de 350 empresas no território sul-africano,

aumentaram, nos últimos cinco anos, em 40% o capital investido, ultrapassando dois bilhões de dólares.²²

Nada disso, porém, obscurece o fato de que o desinvestimento é estrategicamente uma arma importante voltada contra a minoria branca no poder em Pretória. Resta fazer uma curta análise das conseqüências possíveis desse fato.

Numa primeira abordagem, vemos que, embora o investimento estrangeiro na África do Sul responda só por cerca de 3,8% do novo capital fixo, a sua retirada afeta o balanço de pagamentos e, sobretudo, atinge seriamente o processo de transferência de tecnologia. Nesse último ponto, no entanto, nossa atenção é atraída pelo fato de o investimento estrangeiro se traduzir em capital intensivo e ter, em inúmeros setores, feito desaparecer mais empregos para os negros do que criado. O exemplo mais nítido e imediato foi a mecanização da agricultura. Esta, feita com tecnologia estrangeira, levou mais de um milhão de negros a perderem o emprego nas fazendas dos brancos e a terem de retornar aos miseráveis bantustãs (*homelands*).²³

Indo mais fundo na análise, pode-se chegar, porém, à conclusão pessimista, como a de Michel K. Galvin, economista da Divisão Internacional de Finanças do Sistema Federal de Reserva dos Estados Unidos. Segundo ele, “uma leitura realista da interdependência econômica entre a África do Sul e a economia mundial, leva à conclusão pessimista de que as sanções politicamente inspiradas são incapazes de ocasionar mais do que um pequeno incentivo para que o governo sul-africano reforme a sua política racial (...). Por outro lado, a plausibilidade e os efeitos potenciais de uma crise de confiança dos investidores foram vivamente demonstrados pela maciça fuga de capitais que ocorreu no verão e outono de 1985. (...) O episódio demonstrou que o medo da instabilidade

pode ser grave e possivelmente se constituir em forte meio de pressão para a reforma.”²⁴ É fora de dúvida que as pressões econômicas externas tornarão a vida mais difícil para brancos e negros. A questão é saber se isso será numa escala suficiente para sobrepor-se aos custos que os brancos terão de pagar, mesmo só em termos econômicos, pela renúncia dos seus privilégios. É preciso que o declínio da economia convença os líderes brancos de que eles não resistirão sem reformas políticas profundas. Para que isso aconteça, torna-se necessário aumentar ainda em muito a pressão política e a militar.

Voltando ao custo econômico das reformas, Galvin calcula que elas atingiriam algo da ordem de 10% do PIB sul-africano e que para aumentar a renda *per capita* dos negros em um dólar seria necessário que a respectiva renda dos brancos baixasse em cerca de 5,5 dólares. É preciso levar em consideração duas coisas. A primeira é que os salários dos negros rurais correspondem somente a um quinto dos salários dos negros urbanos, o que coloca a população negra rural sul-africana numa categoria de renda *per capita* equivalente à dos países mais pobres do mundo.²⁵ A segunda é que para aumentar a renda dos negros é necessário dar-lhes oportunidades educacionais ao nível dos brancos, para que possam ocupar plenamente os empregos atualmente ainda restritos a estes. Embora o governo sul-africano tenha já iniciado uma política de maior investimento na educação dos negros, o analfabetismo entre estes é de 50% enquanto o dos brancos é de somente 2%.²⁶

Em síntese: se a atual crise econômica é diferente das anteriores, não é exatamente porque os credores da África do Sul exigem subitamente reformas para fazer negócios. Alguns deles, sim, continuarão exigindo, mas se a violência e os tumultos forem apaziguados, os investidores deverão retornar, como o fizeram após Sharpeville e Soweto. O que

torna essa crise diferente, dificultando a volta à normalidade antes de mudanças expressivas para os negros, é a amplitude e o aprofundamento internos dela, tanto política quanto econômica. Quanto a esse aspecto, tem sido a escassez de mão-de-obra negra especializada (há uma carência de cerca de 100 mil trabalhadores especializados)²⁷ que, fora dos períodos de rebeliões, mais modificações tem provocado no sistema do *apartheid*, sem no entanto ter modificado o básico: a universalidade do voto ou, no mínimo, a divisão do poder com os negros.

As Forças Armadas

Segundo o comodoro J. J. de Beer, diretor dos Estudos Estratégicos da South African Defense Force – SADF (Força de Defesa da África do Sul), “o nosso exército é uma guarda cívica, um exército de cidadãos. A infantaria, sobretudo, não reúne mais que 5% de profissionais, contra 30% de recrutados cumprindo serviço militar, 35% de reservistas por períodos intermitentes e 30% de ‘comandos’, engajados em tempo parcial para proteger as zonas rurais. A Aeronáutica e a Marinha, mais técnicas, já possuem 27% e 30% de militares de carreira. O conjunto abarca 450 mil homens. Nossa segurança resulta também na nossa nova autonomia em matéria de armamento: nossa indústria bélica é a sétima do mundo. As armas que fabricamos são adaptadas ao tipo de combate que travamos, ao clima, ao continente africano, até ao tamanho dos nossos homens (. . .). Para nós a ação militar não deve marchar sem a ação política. A defesa, no sentido estritamente militar, não é senão um aspecto minoritário na estratégia global do nosso país. Os resultados econômicos e políticos são determinantes.” Sobre a possibilidade de um recrutamento do *laager*, isto é, do espírito de auto-isolamento agressivo, tradicional dos

bôeres, Beer contesta-o: “Não há mais tabu, todas as evoluções são possíveis; queremos dizer adeus ao *laager*.”²⁸

Willem Steenkamp, cronista militar do jornal sul-africano *Cape-Times*, numa análise sobre as Forças Armadas do seu país, além dos fatores positivos, aponta: a) a Força Aérea e a Marinha estão em situação crítica no que se relaciona a armamento e equipamento, devido ao embargo internacional; b) o Exército não tem esses problemas por ter fabricação própria e progresso na inovação tecnológica (experiência longa na Namíbia); c) toda a mobilização em grande escala (como a que ocorre desde 1984, a maior da história do país) afeta grandemente a economia devido ao recrutamento de grande número de não profissionais. O analista admite, porém, que, embora inspirada no modelo britânico e abastecida majoritariamente por material de origem francesa, a SADF não é um exército de ocupação, do tipo colonial, mas sim uma tropa de autóctones muito bem treinada, de alto padrão técnico.²⁹

Quanto à debatida questão da influência das Forças Armadas no governo e à possibilidade de um golpe militar, Steenkamp afirma que o controle civil é tão eficaz que a SADF não pode sonhar em lançar-se numa intervenção militar, salvo se esta tiver sido aprovada conjuntamente por políticos e militares. No entanto, ele reconhece que a SADF exerce uma influência indireta notável sobre as decisões governamentais, sobretudo através do poderoso Conselho de Segurança Nacional, cujo secretário-geral é um general e a maioria dos membros é militar.³⁰

Por outro lado, Amir Taheri, da revista *Jeune Afrique*, afirma que já a primeira proclamação do estado de emergência, em junho de 1985, não foi uma decisão política, mas sim uma imposição dos chefes militares para fazer face às tergiversações do presidente Botha.³¹

Pensamos que é indubitável o desenvolvi-

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

mento crescente de um complexo militar-industrial, bem como a preeminência do Conselho de Segurança Nacional. Já os renomados serviços de segurança e informações – especialmente o MIS (Seção de Inteligência Militar) – estão com perfil mais baixo, desde a demissão do general C. L. Viljoen, em 1985.³²

O emprego de 40% de negros na força policial sul-africana, com um total de 48 mil homens, e a realização, só em seis meses de 1986, de três greves promovidas por eles, têm colocado a questão da fidelidade dos policiais negros ao regime. O problema para o governo de Pretória – que quer aumentar a força policial até atingir 86 mil homens, em 1994 – é que os novos admitidos serão majoritariamente negros, já que os jovens brancos são recrutados para o Exército. Há, inclusive, sinais de penetração do ANC na polícia.³³

A política sul-africana na África Austral: desestabilização e dependência

Os países da África Austral constituem um feixe diferenciado de países dependentes do poder militar e econômico da África do Sul.³⁴ Essa situação é anterior à constituição do Estado sul-africano como principal potência regional do continente. Ela se originou, de modo estrutural, durante o colonialismo, sob a égide do império britânico, que criou na África Austral um subsistema de dominação política e econômica, direta ou indireta. Assim, sumariamente dito, as colônias da região, fossem inglesas ou portuguesas, se organizaram em função da economia sul-africana. A grosso modo, a função dos países da região era fornecer mão-de-obra abundante e barata, bem como pontos de escoamento (portos e ferrovias) para as minas do *hinterland*. Este era constituído, prioritariamente, pela África do Sul e, secundariamente, pelas

antigas Rodésias (do Norte, atual Zâmbia, e do Sul, atual Zimbábue). Dizemos feixe diferenciado porque o grau de dependência é variável. Vai desde uma dependência quase total dos “países-enclave”, tipo Lesoto, até a uma dependência em grau bem menor, como é o caso de Angola. Essa variação, mais do que por razões de opção política dos governos dos países da região, é função sobretudo de fatores geográficos (por exemplo, Zimbábue é um país sem saída para o mar) e econômicos (Moçambique é, em grande medida, um país prestador de serviços à África do Sul e ao Zimbábue).

Na segunda metade dos anos 1970, as relações na África Austral exibiram um interessante paradoxo. Apesar da esmagadora superioridade econômica e tecnológica da África do Sul, e de o seu governo pretender usar a dependência econômica dos países da região em favor dos seus objetivos políticos, Pretória passou a ser incapaz de controlar, ou mesmo de exercer, substancial domínio sobre o curso dos eventos que passaram a ocorrer na África Austral após a derrubada do colonialismo português. Isto é, apesar de continuar a reforçar o seu potencial econômico, militar e tecnológico após esse fato, ela não foi capaz de traduzir isso em influência política e capacidade para controlar solidamente a evolução dessa região.

A internacionalização do conflito da África Austral, embora tivesse trazido resultados favoráveis às grandes potências mundiais (em graus diversos e por diferentes razões), foi decisivamente negativo para a África do Sul. A erosão da sua influência, após 1974, levou-a a fazer uma reavaliação da sua política, em termos estratégicos. Para muitos *policy-makers* sul-africanos, especialmente as altas patentes do Exército, os acontecimentos desses anos trouxeram várias lições: a) a diplomacia e o poder econômico por si só não são mais capazes de assegurar resultados favoráveis para a segurança do Estado sul-

africano; b) o Ocidente, especialmente os Estados Unidos, não são suficientemente confiáveis; c) a África do Sul não deve, e não precisa, submeter-se a qualquer outro ator político regional, especialmente se esse ator se engaja em atividades lesivas à segurança sul-africana.

Essa análise implica que a África do Sul tomaria, daí para a frente, uma postura regional cada vez mais agressiva. Foi o que se viu com o lançamento da campanha de desestabilização e invasões dos países vizinhos e a utilização de movimentos rebeldes, nesses países, sob controle de Pretória — caso da Unita, em Angola, e da Renamo, em Moçambique. A questão da desestabilização provocou divergência entre *verligtes* e *verkrampts*, *pombas* e *falcões*, dentro do governo de Pretória. Os *falcões*, tomando a desestabilização como um fim em si mesma. As *pombas*, isto é, os *verligtes*, viam na atuação militar efeitos econômicos indesejáveis e achavam, por outro lado, que seria possível estabelecer relações com os governos vizinhos, mesmo aqueles de posição ideológica mais contrária a Pretória. Em 1981, face ao extremo desgaste doméstico e internacional da posição da África do Sul, *falcões* e *pombas* colocaram-se praticamente de acordo com uma desestabilização ofensiva como forma de deter “a ameaça comunista de aniquilamento total” dos brancos. Essa atitude não obteve os resultados esperados além de um reforço interno dos *falcões* e uma aproximação com os Estados Unidos de Reagan.

A partir de 1983, estava evidente que, embora a desestabilização tivesse tido sucesso relativo, seus custos eram altos e continuariam a crescer. Surgiu para os *verligtes* uma oportunidade de pressionar no sentido de nova campanha diplomática com os países vizinhos, já que o “engajamento construtivo” com os Estados Unidos estava sendo questionado nesse país e no mundo. Entretanto, Moçambique se aproximava cada vez

mais de Washington, respondendo a iniciativas norte-americanas que se estendiam a outros países da região. É nesse contexto, e segundo os americanos por pressão deles,³⁵ que surge o “entendimento de Lusaca”, com Angola, e o Acordo de Nkomati, com Moçambique, respectivamente em fevereiro e março de 1984. Parecia ser a *détente*.

Segundo *The Economist*, “a *détente* falhou porque os Estados negros não estavam ainda suficientemente motivados para falar abertamente com uma África do Sul racista. A desestabilização ajudaria a fornecer tal motivação.”³⁶ Os objetivos dessa política regional sul-africana precisam claros: evitar o apoio dos Estados vizinhos à ação do ANC e, o que não é dito por Pretória mas percebido por todos, estreitar a dependência econômica da região — na esperança de evitar sanções internacionais ao regime do *apartheid*, pois estas atingiriam também pesadamente esses Estados — e aí ampliar os mercados para os produtos sul-africanos.

O paradoxal dessa situação é que foi, justamente após o acordo de Nkomati, que a África do Sul sofreu a sua pior onda de manifestações e rebeliões internas contra o *apartheid*. Por outras palavras, Nkomati — levando a reavaliações de atuação por parte do ANC e produzindo efeitos políticos resultantes do impasse constitucional de Pretória e da crise econômica — trouxe importante contribuição à aceleração da luta política no interior da África do Sul.

Nas condições atuais, a África do Sul tem meios de exercer, e continuar por longo tempo exercendo, e até aumentando, um pesado domínio sobre a economia de Moçambique, Zâmbia e Zimbábue, apesar da auspiciosa criação da Southern African Development Co-ordination Conference — SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral). A África do Sul pode absorver 1,5 milhão de trabalhadores emigrantes dos países da região, com indis-

pensável retribuição em moeda forte; seus portos são necessários para o comércio exterior de alguns desses países e, com o aumento da desestabilização, se tornam indispensáveis. É o caso do "corredor da Beira" (estrada, ferrovia e oleoduto que, numa extensão de cerca de 300 km, liga esse porto a Harare), que se constitui na única alternativa para o Zimbábue aos portos sul-africanos. Ocorre que cada vez mais é menor o percentual de mercadorias provenientes ou destinadas a esse país que transita pelo porto moçambicano da Beira, porque os rebeldes da Renamo sabotam quase continuamente o "corredor", apesar de tê-lo a proteger perto de seis mil soldados do Zimbábue trazidos para o território moçambicano. Até o início de 1987, transitavam pelo porto da Beira somente 20% do comércio zimbabueano³⁷ e os investimentos que estão sendo feitos neste ano no "corredor" demorarão ainda a dar resultados.

Quanto aos meios e métodos militares sul-africanos de atuar nesses países (onde só o Zimbábue tem um exército em bom estado), a capacidade militar direta de Pretória, isto é, através das Forças Armadas, parece continuar sendo limitada, por motivos vários.

Quanto à capacidade militar indireta, isto é, financiando, treinando e municionando, em todos os sentidos, os "rebeldes" (como Pretória faz com a Unita e Renamo), é de se supor que seja mantida. O que há de indicação por ora é de que a África do Sul procura outros apoios para esses "rebeldes", de modo a diminuir-lhe os encargos políticos e financeiros, sem que deixe de deter o controle sobre esses grupos. O caso da Unita, com a nova ajuda militar americana, é o mais conhecido. Mas há que se reparar no papel crescente do suporte financeiro a esses dois grupos rebeldes por parte dos árabes mais conservadores e influentes, como é o caso da Arábia Saudita, que talvez sonhe com um norte de Moçambique dominado por uma

minoría muçulmana, sob controle da Renamo. Para isso Pretória contribui, levando o Malawi a servir de ponto de apoio à Renamo para ações no norte moçambicano.

No caso do Zimbábue, espera-se que Mugabe atue no sentido de impedir que alguns antigos guerrilheiros da minoritária Zapu sirvam de massa de manobra de Pretória numa rebelião contra o partido governamental da Zanu.³⁸

As relações com os Estados Unidos

Duas observações preliminares na análise das relações de Pretória com Washington. A primeira é que a ligação entre assuntos domésticos e internacionais é um fator-chave na dinâmica da política sul-africana.³⁹ A segunda é que, para os Estados Unidos, a questão do *apartheid* e as suas relações com a África do Sul já se transformaram em assunto constante da política doméstica norte-americana.

Zbigniew Brzezinsky, em artigo publicado no *Washington Post*, fez, em novembro de 1986, um balanço da política externa de Reagan. Na parte referente à África do Sul, Brzezinsky escreve: "Pode-se provavelmente afirmar, sem ser acusado de parcial, que nos últimos seis anos o governo americano não exerceu sérias pressões visando fazer prevalecer o compromisso sobre a questão racial. Sempre pensando que seria um erro transformar a comunidade branca sul-africana em um *laager* cercado, ele não pôde se abster da pesada suspeita de que essa comunidade tirou da atitude passiva norte-americana as devidas conseqüências políticas. Esse estado de coisas diminui largamente as perspectivas de reformas graduais mais substanciais sobre a questão racial."⁴⁰

Já o renomado analista britânico John de St. Jorre, em artigo mais recente, mostra maior otimismo na evolução das relações en-

tre os dois países. Prevendo período de grandes mudanças nas relações Washington-Pretória, e reconhecendo que a derrota de Reagan perante o Congresso norte-americano na questão das sanções "provocou mais furos na já frágil embarcação do 'engajamento construtivo', deixando o barco americano à deriva", St. Jorre aponta para a contradição entre a crítica que a administração Reagan faz ao *apartheid* e o apoio com armas que dá a Jonas Savimbi, da Unita, que é o maior aliado regional de Pretória. No final desse artigo para a *Foreign Affairs*, o autor sintetiza suas recomendações ao governo norte-americano: "(...) Washington deve aceitar a realidade das sanções e tentar fazê-las mais efetivas ao encorajar os seus aliados do Ocidente e o Japão a adotarem as mesmas medidas. Isso não obrigará o governo sul-africano a pôr-se de joelhos, mas elevará o custo da manutenção do *apartheid* (...)."41

Sobre os objetivos da política norte-americana para a África do Sul, podemos considerar, entre outras, duas visões. A primeira, a do principal responsável pela África no Departamento de Estado norte-americano, o secretário assistente para Assuntos Africanos, Chester A. Crocker: "Temos importantes metas regionais na África do Sul: independência para a Namíbia; uma redução da violência nas fronteiras da região; a remoção de forças estrangeiras de Angola, e aí promover o desenvolvimento econômico. A eliminação do *apartheid* na África do Sul por mudança pacífica é crucial para melhorar as relações entre esse país e os seus vizinhos. Prova disso é que uma escalada de violência nas fronteiras reduz as possibilidades de uma mudança na própria África do Sul. No sentido de ter uma influência positiva na diplomacia regional, devemos estar capacitados a dialogar com todas as partes na área."42

A segunda visão, talvez demasiado simplista, mas muito direta, é a de um artigo do *Washington Star*: "Vamos abstrair-nos das

noções como a imoralidade do *apartheid* e a nossa longa amizade com a África do Sul. Estes são ótimos assuntos de conversa durante um chá com o decano da Faculdade de Direito. Dependemos da África do Sul no que diz respeito aos fornecimentos, para nós importantes, de cromo, vanádio, platina, manganês e outros minerais. Do ponto de vista estratégico, seria insensato perder estas matérias-primas. Além disso, os nossos barcos precisam fazer escala nos portos de Durban, Simonstown, Port Elizabeth e Cidade do Cabo. Os nossos interesses exigem bases militares, estações de controle, manganes e cromo."43

*Contra quem o tempo corre?
Onde está a saída?*

As Igrejas, o Broederbond (Irmandade — organização que até há poucos anos era a principal catalisadora da hegemonia branca), as universidades, amplos setores das Forças Armadas e um grupo de ministros do governo, além do empresariado, têm o realismo, em graus variáveis de relutância, de aceitar que 1984 foi o prelúdio de algo mais do que simplesmente uma outra etapa da luta *anti-apartheid*. As mudanças qualitativas na atuação dos negros e no estágio da economia sul-africana indicam que nova e irreversível situação se estabeleceu no país, por mais que os 30% de votos que os ultra-racistas do Partido Conservador receberam nas eleições para deputados brancos, realizadas em maio de 1987, possam querer indicar o contrário.44

O ANC triplicou os "incidentes terroristas" no período 1984-1986, ao mesmo tempo em que continua recebendo líderes empresariais sul-africanos em Lusaca e compartilhou, com proeminentes figuras da comunidade africânder, um seminário em Dacar, em julho de 1987.45 As mudanças operadas no

ANC após seu congresso em Lusaca, em 1985, e a qualidade do novo armamento recebido deram novo fôlego ao movimento, no qual, atualmente, uma liderança jovem, da geração de Soweto, cresce de influência em relação à velha, tradicionalmente ligada ao pequeno Partido Comunista Sul-Africano.⁴⁶

Do lado governamental, especialmente após o esgotamento dos efeitos políticos do primeiro pacote de reformas de Botha (1984-1986) e do crispamento de que o regime se revestiu — ainda maior depois das eleições para deputados brancos, em maio de 1987 —, a África do Sul passou a aproximar-se, cada vez mais, da situação de um Estado sitiado, no tradicional estilo *laager* dos bóeres.

A ultrapassada estratégia de Botha de descentralizar e liberalizar social e economicamente o *apartheid*, mantendo, inflexível, o controle político nas mãos dos brancos, sem mexer, portanto, na estrutura central do “grande *apartheid*”, está esgotada, embora ela ainda procure corresponder aos interesses do empresariado. Em reunião do governo com 200 líderes empresariais, em novembro de 1986, foi apresentado ao Executivo um documento redigido pelo Conselho Econômico Assessor — um dos órgãos de ligação entre os empresários e o governo. Esse documento ressalta a importância vital da normalização das relações financeiras internacionais e das entradas de capital externo, e aponta para a implementação de reformas políticas capazes de atrair o apoio doméstico em larga escala. Embora reconhecendo os riscos da reforma, o documento destaca os riscos ainda maiores envolvidos na manutenção do *statu quo*. A restauração da confiança política é apresentada como um pré-requisito vital para a implementação de uma estratégia geral a longo prazo.⁴⁷

Essas pressões para reformas não visam predominantemente, a concessão de direitos

políticos aos negros, mas sim, essencialmente, se destinariam à manutenção da estabilidade e retomada da credibilidade do governo, em grau e duração suficientes para fazer voltar a confiança dos banqueiros (caso da dívida externa) e investidores internacionais (caso da fuga de capitais), bem como dariam ao empresariado interno condições para traçar nova estratégia. As reformas teriam, assim, do ponto de vista dos empresários sul-africanos, uma dimensão e profundidade somente suficientes para assegurar uma estabilidade governamental prolongada, desafogar a economia (que necessita, por exemplo, de muito mais mão-de-obra negra especializada) e criar definitivamente uma média burguesia negra. O desmantelamento do *apartheid* seria feito, assim, somente e na medida em que fosse necessário para a segurança, estabilidade e credibilidade governamentais. Tanto que, no auge das pressões internas e externas, o presidente Botha decretou a censura total aos meios de comunicação, em dezembro de 1986. Essa atitude está de acordo com as preocupações básicas do *establishment* sul-africano: procura acurada de meios e processos de controle de rebeliões e saídas constitucionais de tipo confederativo ou federativo, mas sem partilha real do poder central.

Essas tentativas de federação ou confederação em bases étnicas, sem participação dos negros na partilha do poder central, não indicam uma solução, mas novo impasse. Para sair dele, talvez faça sentido ficar com a perspectiva de um pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Pretória, Wim Bouyse: “Teremos mais uns cinco, no máximo dez anos, de distúrbios e violências, ao fim dos quais se irá inevitavelmente para o compromisso. A sobrevivência da comunidade branca se sobreporá à sobrevivência das ideologias.”⁴⁸

Essa perspectiva faria mais sentido se a encarássemos do seguinte modo: cada etapa

de intensificação da luta acarreta duas consequências: novas conquistas dos negros (que até agora pouco têm ultrapassado a esfera econômica ou o que com ela mais diretamente se relaciona) e a resposta governamental por meio de um tipo de repressão ao mesmo tempo feroz e hábil que faz refluir temporariamente essa intensificação da luta, o que ocorre no momento. Porém, em cada uma dessas etapas o movimento negro alcança novo patamar e o ANC aumenta sua hegemonia e credibilidade. É importante salientar também que um trabalhador negro médio estabilizado nas cidades tem um padrão econômico superior ao da maior parte dos seus colegas do continente africano, especialmente o dos países vizinhos. Se for possível, ele troca a perspectiva de uma guerra racial generalizada, que destruiria grande parte da economia mais rica do continente e provocaria o êxodo dos brancos, por outra perspectiva, a de luta por etapas. A experiência de Moçambique, Angola e Zimbábue deu lições em mais de um sentido. Contudo, a ponderação de todos esses fatores pode ser descartada por um novo alastramento de rebeliões incontroláveis, desde que o regime continue frustrando o maior desejo da maioria negra, o que ela mais tem exigido e o que mais sistematicamente lhe tem sido negado: o direito de cidadania, de votar e ser votado para decidir sobre seus mais importantes problemas.

Quanto à perspectiva a mais curto prazo, a situação parecia se encaminhar, antes do último recuo e endurecimento do governo Botha, para uma nova Constituição que desse lugar ao que em ciência política contemporânea se designa por "consociação", isto é, um sistema que permita uma partilha desproporcional do poder com as minorias. Entre os instrumentos a serem usados para esse tipo de regime (que na África do Sul poderia assumir o formato de federação ou confederação, desde que fosse de base territorial, e

não, como setores do governo desejam, com a marca étnica) estariam: um número reservado de cadeiras para brancos no Parlamento (como ainda ocorre no Zimbábue, por exemplo) e poder de veto das minorias para assuntos vitais para elas, como direitos de expressão, trabalho, educação etc. Países como a Suíça e a Bélgica têm mecanismos semelhantes.⁴⁹

Para qualquer evolução significativa é indispensável que Botha se livre, de uma vez por todas, dos que estão à sua direita e consiga convencer os negros de que isso é algo de substancial com que se pode começar. Pensamos que o heterogêneo bloco político negro, liderado pelo ANC, poderia aceitar, como uma etapa, que a lei "um homem, um voto" fosse integrada nos arranjos de uma *consociation*. O ANC, contudo, não pode colocar essa posição como uma carta a descoberto logo no início das negociações, e muito menos nesta fase de endurecimento interno e externo, de recuo nas reformas e de extrema agressividade militar em que o governo se encontra, a ponto de enviar "comandos" para assassinar no exílio — nos países vizinhos ou até em Londres — dirigentes nacionalistas. Uma primeira e parcial proposta de partilha multirracial de um poder regional, o da província de Natal junto com o bantustã Kwazulu, foi rispidamente rejeitada pelo governo de Pretória.⁵⁰

Brasil-África do Sul: as palavras, os atos e o ouro

A visita do arcebispo sul-africano Desmond Tutu ao Brasil, entre 18 e 23 de maio de 1987, trouxe à ribalta a questão das relações do nosso país com o regime racista de Pretória. O arcebispo anglicano, Prêmio Nobel da Paz de 1984, ao ser recebido pelo presidente Sarney, após lhe agradecer as sanções decretadas no ano passado contra a África

do Sul, expressou o desejo do rompimento das relações diplomáticas de Brasília com Pretória. O pedido do arcebispo veio na sequência de um ano de campanha de diversos setores da sociedade civil brasileira contra o *apartheid* e a favor do corte de relações entre os dois países.

Em fevereiro de 1987, foi entregue ao Ministério das Relações Exteriores um manifesto, de iniciativa da Frente Nacional Anti-Apartheid, com a assinatura de 310 deputados e 45 senadores, pedindo o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul.⁵¹ Em julho de 1986, outro manifesto já havia sido encaminhado ao Itamaraty com o mesmo objetivo, assinado por cerca de 250 intelectuais e artistas.⁵²

Quanto ao Congresso, não se pode dizer que ele tenha sido sempre um fórum de unânime condenação às relações do Brasil com o regime de Pretória. Para não lembrar tempos mais recuados, em março de 1984 o então presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Diogo Nomura, no regresso de uma viagem à África do Sul, a convite do governo daquele país, defendia um fortalecimento do intercâmbio comercial com a África do Sul.⁵³ A sua proposta teve eco no *Jornal do Brasil*, que reclamava: "A discriminação do Itamaraty para com a África do Sul é, no mínimo, a reiteração de uma política terceiro-mundista vesga."⁵⁴

Corta ou não corta?

As referências a essas posições, assumidas por congressistas, órgãos de imprensa, intelectuais e artistas, poderiam indicar que as relações do Brasil com a África do Sul constituem matéria suficientemente discutida no seio da sociedade civil brasileira. Não nos parece que assim seja. Os rumos da nossa diplomacia não são objeto de frequentes debates no Congresso Nacional, como também não o são no seio dos partidos políti-

cos.⁵⁵ O setor da sociedade civil que mais se tem pronunciado sobre as relações do Brasil com a África do Sul tem sido o dos movimentos negros, que, nos últimos anos, aumentaram o número das manifestações contra o *apartheid* e a favor do rompimento das relações com Pretória.

A par disso, as relações privilegiadas que o Brasil mantém com Angola e Moçambique — o que transformou a região da África Austral na mais prioritária do continente — têm levado o governo, através do Itamaraty, a praticar alguns atos para além das palavras de inequívoco apoio à campanha *anti-apartheid* pronunciadas nos fóruns internacionais e traduzidas nos textos diplomáticos. O mais comentado desses atos foi o Decreto 91.524, assinado pelo presidente Sarney, em 9 de agosto de 1985, que proíbe a venda de combustíveis, armas e peças de reposição, bem como interdita qualquer tipo de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com a África da Sul.⁵⁶ O embaixador sul-africano em Brasília, Alexandre van Zyl, não deixou passar o ato sem dar a sua palavra: "Sanções são contraproducentes e fúteis, já que geralmente prejudicam mais o país que as impõe do que o país que é alvo deste tipo de gesto."⁵⁷

Por ocasião desse episódio, foi comentada na imprensa a possibilidade do corte de relações diplomáticas de Brasília com Pretória. O então chanceler Olavo Setúbal chegou a declarar que os próximos passos do Brasil em relação à África do Sul, que já passava, naquela altura, por grave turbulência interna, "serão decididos na ocasião propícia e a partir dos desdobramentos internos naquele país."⁵⁸ Considerações semelhantes seriam feitas, em fevereiro de 1987, pelo atual chanceler Abreu Sodré, quando da entrega do manifesto da Frente Nacional Anti-Apartheid.

Em junho de 1986, o presidente Sarney havia já didaticamente explicado a uma tur-

ma de escolares que lhe perguntava por que o Brasil não rompia com a África do Sul: "Nós temos relações com a África do Sul e com o seu povo, independente dos erros daqueles que transitoriamente estão no poder. É uma tradição do Brasil. Não ter relações é uma exceção. Ter relações é uma normalidade."⁶⁰ Àquela altura, o Brasil não tinha relações diplomáticas com Cuba. Era a exceção da época. Cortar com a África do Sul poderia ser a exceção de agora. É a melhor alternativa?

A alternativa da continuidade dos laços diplomáticos com a África do Sul, além dos argumentos de tradição e normalidade mencionados pelo presidente Sarney, tem tido diversas e apreciáveis justificativas de diplomatas e analistas políticos, que consideram a importância estratégica para o Brasil desse país e da evolução política da região austral do continente africano, aí envolvendo as questões relativas ao Atlântico Sul. O ministro Abreu Sodré sintetizou algumas delas ao afirmar: "Nós estamos presentes em Pretória para analisar os problemas de perto (. . .), servir de amparo para aqueles que precisam até se proteger da fúria racista." E acrescentou, sobre as relações econômicas com a África do Sul, que "estamos em processo de diminuição".⁶¹ Este artigo procurará mostrar, na sua parte final, que quanto às relações de investimentos, não estamos, por enquanto, em processo de diminuição. Pelo contrário.

Diplomacia ativa

Contudo, pensamos que se pode evoluir para um processo de aumento, não dos investimentos e do comércio, como ocorre atualmente, mas de eficácia na luta contra o *apartheid* e na defesa dos interesses do Brasil e da África Austral como um todo, se for implementada pelo Itamaraty, com o respaldo da sociedade brasileira, uma diplomacia mais

ativa que não exija obrigatoriamente — pelo menos para já — um corte nas relações com Pretória. Contudo, não ativando-se a diplomacia é exigível o corte.

Entendemos como diplomacia mais ativa, no caso da África do Sul, aquela que maximize a qualidade de interlocutor do Brasil junto aos atuais e, sobretudo, prováveis futuros governantes sul-africanos, bem como perante a comunidade internacional, como um todo, e os governos da África Austral, em particular. Antes de uma breve explicitação sobre formas que julgamos ser uma diplomacia mais ativa, valeria lembrar um exemplo do tipo oposto de ação diplomática: aquela que foi levada a cabo pelo Brasil, quando era caudatário da política africana de Portugal. Basta citar um depoimento, dado em 12 de setembro de 1974, pelo então senador José Sarney: "Confesso hoje, ao Senado Federal, que algumas vezes tive oportunidade de ficar nas Nações Unidas profundamente constrangido quando via que, em algumas resoluções, quase todos os países votavam contra ou pela abstenção, e nós éramos obrigados a ficar a favor de Portugal e nos levantávamos muitas vezes quatro: eram a África do Sul, a Espanha, Portugal e o Brasil (. . .)."⁶²

Para a alternativa de uma diplomacia mais ativa, a nossa embaixada em Pretória deveria continuar mantendo o baixo *status* diplomático, isto é, sem embaixador e tendo um encarregado de negócios, a nível de secretário, na chefia da embaixada. Contudo, ela deveria ser reforçada por inúmeras missões de serviço, cumpridas por jovens diplomatas muito bem preparados sobre a realidade sul-africana.

Quanto às ações de uma diplomacia ativa, elas se podem enquadrar, de um modo geral, em dois tipos: as conduzidas pelas nossas embaixadas em Pretória e nos países vizinhos e aquelas executadas diretamente por órgãos do governo, em Brasília. Entre as pri-

meiras, estariam a ampliação e intensificação de contatos com dirigentes de todos os partidos, negros e brancos, com sindicatos negros, com organizações das Igrejas etc.

Como recomenda o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, "a nossa representação diplomática naquele país deveria pressionar o governo de Pretória para adotar medidas concretas de superação da segregação racial".⁶³

Ao mesmo tempo, o Itamaraty deve canalizar um amplo apoio material (dinheiro, implementos agrícolas, medicamentos etc.) para os sul-africanos e namibianos refugiados nos países vizinhos, especialmente através do ANC e da SWAPO, esta reconhecida pela ONU e pelo Brasil como o legítimo representante do povo namibiano. Para isso o Brasil conta, como poucos países no mundo, com uma densa rede diplomática de seis embaixadas na região (África do Sul, Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue).

A nível do governo, em Brasília, deveriam ser concedidas bolsas de estudo para sul-africanos e namibianos cursarem instituições de ensino brasileiras. O arcebispo Tutu solicitou bolsas para estudantes de Direito, entre outras. Foi com muita ênfase que Sam Nujoma, presidente da SWAPO, agradeceu ao ministro Abreu Sodré um curso de língua portuguesa que foi ministrado, em Campinas, há dois anos, para militantes do seu movimento.⁶⁴ Este tem como principal base de apoio um país de língua portuguesa: Angola. A vinda de estudantes da África do Sul e da Namíbia para o Brasil seria acompanhada da abertura de escritórios do ANC e da SWAPO no nosso país, servindo de importantes correias de transmissão entre nós e esses movimentos que no futuro, próximo ou não, estarão participando do governo dos seus países.

Se não for implementada uma linha de diplomacia mais ativa, pensamos que a sociedade brasileira exigirá, ainda com mais ênfa-

se, o corte das relações diplomáticas com a África do Sul. Faz parte também da diplomacia ativa preocupar-se com o rumo das relações econômicas (comércio e investimentos, sobretudo) que estão sendo desenvolvidas com a África do Sul, embora a responsabilidade mais direta — pelo menos na parte dos tipos de investimentos no setor mineral — caiba aos nossos legisladores.

Nem só o ouro reluz

Os investimentos sul-africanos no Brasil são capitaneados pela Anglo-American Co., a maior empresa mineradora do mundo, sediada em Johannesburg, que, com o grupo Bozano Simonsen, controla a Mineração Morro Velho, detentora de 72,5% da produção brasileira de ouro industrial.⁶⁵

A Anglo-American do Brasil, é o maior grupo estrangeiro atuando na mineração, e o 5.º no cômputo geral. Desde 1985, ela passou a deter importantes segmentos de minerais metálicos, ao comprar no exterior o controle brasileiro de diversas sociedades, então pertencentes ao grupo norte-americano Horschild.⁶⁶

Em síntese, além do ouro, a Anglo-Americana, através de seis empresas, controla, em relação ao total da produção brasileira: 72,3% do níquel, 44,6% do nióbio, 32,7% do tungstênio, 14,4% dos fosfatos e 3,8% da prata.⁶⁷ Essas empresas, todas com sede no mesmo edifício, em São Paulo, são: Copebrás, Mineração Catalão, Codemin, Termoligas, Tungstênio do Brasil e Morro do Níquel.⁶⁸

A partir de 1986, a Anglo-American, através da sua subsidiária também sul-africana, a De Beers — a maior empresa de diamantes do mundo — está investindo num projeto de lavra de diamante industrial em Mato Grosso, com uma estimativa de produção anual que dobraria a do País, hoje estimada em 220 mil quilates.⁶⁹

Há interesse sul-africano na associação com empresas brasileiras de ligas metálicas, como forma de contornar as sanções de países europeus que impedem a importação desses produtos da África do Sul.⁷⁰

A política de investimentos da África do Sul no nosso país, dadas as áreas estratégicas

que atingem, além da questão do regime racista que domina em Pretória, merece um texto mais aprofundado do que este, e uma atuação muito mais vigilante por parte da nossa sociedade. Afinal, até aqui quem está realmente praticando uma diplomacia ativa é a África do Sul, não o Brasil.⁷¹ □

NOTAS

1. *Le Monde hebdo.*, 08/05/87.
2. *Expresso* (Lisboa), 16/05/87.
3. John de St. Jorre, "South Africa Embattled", in: *Foreign Affairs*, v. 65, n. 3, 1987, p. 539.
4. Marianne Cornevin, "Afrique du Sud: l'accélération de l'Histoire depuis le 3 Septembre 1984", in: *L'Afrique Contemporaine*, n. 136, out.-dez. 1985, p. 36-46.
5. Susan Booyesen, "Patterns of Political Influence in South Africa", in: *Politikon-South African Journal of Political Science*, v. 13, n. 2, dezembro de 1986, p. 43-46.
6. Keneth W. Grundy, "Race Politics in South Africa: Change and Revolt", in: *Current History*, v. 85, n. 511, maio de 1986, p. 197.
7. Atualmente, *coloureds* (mestiços) e asiáticos estão preferindo autodesignar-se, juntamente com os pretos, como *negros*, já que o termo genérico, que a todos englobava, *não-brancos*, seria um termo negativo, e negro, o contrário, segundo eles. O quadro a seguir, atualiza, com o censo demográfico de 1985, o total da população sul-africana, abrangendo – o que não ocorre nos dados governamentais – a população dos bantustãs, considerados por Pretória como independentes.

População sul-africana (em milhões de habitantes)

Branços	4,8
Africânderes	2,9
Branços de língua inglesa	1,9
Indianos	0,9
Coloureds	2,8
Negros	24,1
Oficialmente nos bantustãs	13,4
Nas áreas brancas – estimativa	13,0
Zulu – total aproximado	6,0
Xhosa	6,0
Sotho	4,0
Tswana	3,0
Shagana-Tsonga	1,0
Swazi	0,9
Venda	0,6
Ndebele	0,6
África do Sul	32,6

Fonte: *The Economist*, 01/02/86, p. 47.

8. *Le Monde Diplomatique*, julho 1985. Sobre esse mesmo fenômeno, Van der Merwe, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade de Pretória, comparando as rebeliões de 1984 com a de Soweto em 1976, afirma que aquelas mais recentes "foram mais profundas em conteúdo, tornaram-se gerais e foram caracterizadas por muito maior coesão, organização e violência". Cf. "Civil resistance with specific reference to South África", in: *ISSUP – Strategic Review*, Universiteit van Pretória, março 1967, p. 13.
9. *African Research Bulletin*, 31/01/86, e *Time*, 08/04/85.
10. *ISSUP – Strategic Review*, março 1987, p. 14, rodapé.
11. *The Economist*, 11/01/86, *África Confidential*, 20/08/86, e *The Economist*, 31/05/86.
12. Thomas G. Karis, "Black Politics: the road to revolution", in: Mark A. Uhlig, ed., *Apartheid in Crisis*, Nova York, Vintage Books/Randon House, 1986, p. 127-28.
13. Visitas de empresários ao escritório do ANC, em Lusaka, vêm se realizando desde 1985 com grande impacto no interior da África do Sul.
14. Laurence Harris, "South Africa's external debt crisis", in: *Third World Quarterly*, v. 8, n. 3 julho de 1986, p. 793-817.
15. *Fortune*, 04/08/86.
16. *Jeune Afrique Economie*, 15/05/86.
17. *Jeune Afrique*, 27/08/86.
18. Tim Jones, *Financial Times*, apud *Gazeta Mercantil*, 24/10/86.
19. *Le Point*, 29/09/86.
20. *The Economist*, 29/11/86.
21. *Folha de São Paulo*, 07/12/86.
22. *Journal de l'Économie Africaine*, abril de 1986, e *Businessweek*, 17/03/86.
23. Cosmas Desmond, "Sanctions and South Africa", in: *Third World Quarterly*, v. 8, n. 1, janeiro 1986, p. 78-99.
24. M. Galvin, "The high cost of reform", in: Mark A. Uhlig, *Apartheid in Crisis* Nova York, Vintage Books/Random House, 1986, p. 223.
25. Nações Unidas, Centro Contra o Apartheid, *Apartheid – the facts*, 1983, p. 28.
26. *Department of State Bulletin*, v. 85, n. 2.103, outubro de 1985.
27. *Ibidem*, v. 86, n. 2.109, abril de 1986.
28. Charles Zorgbibe, *Les derniers jours de l'Afrique du Sud*, Paris, PUF – Perspectives Internationales, 1986, p. 59-63.
29. "L'armée au pouvoir?", in: *Autrement – L'Afrique du Sud*, n. esp., n. 15, novembro de 1985, p. 182-96.
30. Ver também a revista da Associação de Ciência Política da África do Sul, *Politikon*, v. 12, n. 1, junho de 1985, p. 64-6.
31. *Jeune Afrique*, 30/07/86.
32. Sobre questões estratégicas, ver a primeira parte do número de abril de 1986 da publicação do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Pretória, *ISSUP – Estrategic Review*.
33. *The Economist*, 29/11/86.
34. A precisão conceitual de *feixe diferenciado*, para a situação de dependência na África Austral, é de Elimar Nascimento e foi formulada num seminário no CEEA, em outubro de 1980.

35. David F. Gordon, "Southern Africa: demise of the centrist consensus", in: *SAIS Review* (publicação da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, Washington), Primavera, 1986, p. 118-21.
36. *Apud* David Martin & Phyllis Johnson, "South Africa and the world", in: *Apartheid in Crisis*, op. cit., p. 285.
37. *L'Express*, 09/01/87.
38. *Africasia*, janeiro de 1987, p. 17. Sobre a guerra que a África do Sul move contra os países da Linha de Frente da África Austral, ler Joseph Hanlon, *Apartheid's Second Front*, Londres, Penquin, 1986, 130p.
39. Robert M. Price, "Security versus Growth: The International Factor in South African Policy", in: *The Annals* (AAPSS), v. 489, janeiro de 1987, p. 103.
40. Transcrito em *Jeune Afrique*, 26/11/86.
41. "South Africa Embattled", in: *Foreign Affairs*, v. 63, n. 3, 1987, *passim* (p. 538-63).
42. *Department of State Bulletin*, v. 85, n. 2.103, outubro de 1986, p. 4.
43. Citado por Iuri Chvetsov, em "O regime do apartheid está condenado historicamente", in: *Ásia e África hoje*, v. 69, n. 3, maio-junho de 1987, p. 28-9 (edição em português; o articulista soviético não assinala o autor do artigo citado, nem a data de publicação no *Washington Star*).
44. *The Economist*, 16/05/86 e 29/11/86.
45. Cf. *West Africa* de 20/07/87 e *South* de agosto de 1987.
46. *Africa Confidential*, 11/12/85.
47. Anthony Robinson, *Financial Times*, *apud* *Gazeta Mercantil*, 07/11/86.
48. *L'Express*, 11/07/86.
49. *The Economist*, 29/11/86, e Peter Duignam, "The Case Against Desinvestment", in: *ORBIS - A Journal of World Affairs*, v. 31, n. 1, primavera de 1987, p. 12.
50. Elaborado durante oito meses por representantes das comunidades branca, asiática e negra (praticamente só zulus) de Natal, o plano previa que a província de Natal fosse associada ao bantustão Kwazulu, que fica dentro das suas fronteiras. Os dois territórios passariam a ter um governo local multi-racial e um parlamento regional. Uma das câmaras seria composta por 100 membros eleitos por sufrágio universal, o que daria uma maioria aos negros. A segunda câmara, seria constituída por 10 representantes de cada grupo étnico (negros, asiáticos, africânders, ingleses e um quinto grupo para aqueles que se recusassem a ser catalogados segundo a raça). Esta segunda câmara teria o direito de veto em legislação referente a língua, religião ou cultura. Apesar de se tratar de uma proposta puramente regional (e numa das províncias de maioria inglesa, onde os africânderes não são influentes) os moderados esperavam que ela pudesse servir de modelo para o resto da África do Sul. Ver *Expresso* (Lisboa), 06/12/86, *Time*, 15/12/86 e *Newsweek*, 15/12/86.
51. *O Globo* de 19/02/87.
52. *Jornal do Brasil* de 24/06/86 e 28/06/86 e *O Globo* de 19/07/86.
53. *O Globo* de 23/03/84.
54. José Maria Nunes Pereira, "Brasil-África no Governo Figueiredo: um balanço", in: *Contexto Internacional*, v. 1, n. 2, jul.-dez. 1985, p. 83, e *Jornal do Brasil* de 04/04/84.
55. Ronald Schneider, *Brasil: Foreign Policy of a Future World Power*, Boulder, Westview, 1976, p. 137.
56. *O Estado de São Paulo* de 10/08/85 publica a íntegra do decreto.
57. *Gazeta Mercantil* de 11/05/86.
58. *O Estado de São Paulo* de 15/08/85.
59. *O Globo* e *O Estado de São Paulo* de 19/02/87.

60. *O Globo* de 21/06/86.
61. *Correio Braziliense* de 20/05/87 e *O Estado de São Paulo* de 21/05/87.
62. Paulo Roberto de Almeida, "Partidos Políticos e Política Externa", in: *Política e Estratégia* v. IV, n. 3, p. 436.
63. *O Globo* de 12/05/87.
64. Ouvido diretamente pelo autor, do presidente Sam Nujoma, em discurso pronunciado no Itamaraty, em 13/03/87.
65. *Brasil mineral*, ano V, n. 41, abril de 1987, p. 17; *Opinião* de 31/10/75.
66. Francisco Rego Chaves Fernandes e outros, *O subsolo brasileiro – consolidação estatística da situação das concessões, licenciamento, autorizações de pesquisa e pedidos de pesquisa*, Rio de Janeiro, CNPq, abril de 1987, mimeo, p. 29 e seq.
67. *Brasil mineral*, *idem*, p. 13-6, e Francisco Rego Chaves Fernandes e outros, *Os maiores mineradores do Brasil: perfil empresarial do setor mineral brasileiro*, Brasília, CNPq, 1982, 3 v., p. 465-86.
68. *Brasil mineral*, *idem*, p. 62-106. O edifício é o número 497 da Praça da República.
69. *Gazeta Mercantil* de 31/10/86.
70. *Gazeta Mercantil* de 05/09/86.
71. Este texto não aborda, por exemplo, as relações comerciais. Estas, em 1986 e até maio de 1987, apresentavam déficit para o Brasil. Nas nossas importações da África do Sul, os principais itens são: o ácido ortofosfórico (30%) e o papel de imprensa (22%); dados fornecidos pela Cacex, 30/06/87.

SUMMARY

Apartheid and South-African-Brazilian relations

With the domestic impact of the apartheid issue in Brazil, the southern African wars and the highly controversial South African-Brazilian relations as a starting point, the article is developed in two parts: first, an overview of the situation in South African following the 1984 black township uprisings; second, a look at Brasília-Pretoria relations.

The apartheid issue. The outbreak of township uprisings marks an unprecedented acceleration of the antiapartheid struggle. From Sharpeville, 1960, through Soweto, 1976, to the townships, 1984, the fight grows in numbers of social segments involved, lasts longer, has deeper international implications, and the skirmish-free interval increasingly shrinks.

On the political arena, new developments have changed the quality of the struggle. From claims for administrative, social and economic reform, the focus has shifted to a full participation of blacks in central government. Such new developments have been, among others: a) a new black unionism led by the Council of South African Trade Unions and its chief affiliate the NUM (National Union of Mineworkers); b) creation of the UDF (United Democratic Front), the most massive multiracial antiapartheid front in the country's history; c) the growing power of the ANC (African National Con-

gress) among the black population and their acknowledgement by whites, including business leaders, as a political counterpart both legitimate and critical; d) an increasing protest of several religious denominations against apartheid; e) the reasonable success of ultra-racist white segments (the Conservative Party) at the polls, again trying to stall the long overdue reform program backed by President Botha; f) failure of the government in consolidating a coopted mid-level black administration.

Two major facts: the growing importance of the National Security Council as the center of gravity of white power, and a stepped-up armed policy seeking to unstabilize neighboring countries.

On the economy side, South Africa is going through the worst crisis of its life, with troubles ranging from nearly twice as many man/days spent in strikes each year and shortage of skilled black labor, to capital desinvestment, especially American, and short-term payments due on its foreign debt.

In response to all this, Botha chose a harder stand both domestically and abroad under the excuse of standing under heavy fire: the antiapartheid struggle and the ultra-rights. Compromise

solutions of the consociation type have become increasingly obsolete, the risk of generalized bloody conflict has thus increased, as has the possibility of international intervention.

Brazil-Africa: words, action and gold. Intellectuals, black movements and congressmen have lobbied before the government for diplomatic relations between Brazil and South Africa to be severed. The Brazilian government argues that its golden rule is to maintain relations with States whatever their form of government, and adds that upholding the ties with Pretoria serves both domestic interests in southern Africa and as a possible aid to those fighting against apartheid.

On the other hand, South-African investments in Brazil led by the Anglo-American Co. have taken

on a new dimension from 1985 on. That year, the holding company already detaining majority control of the Brazilian production of industrialized gold, through acquisition of Horschild gained control of substantial portions of the Brazilian output of nickel, niobium, tungsten and phosphates, thus becoming the largest single foreign group involved in mineral processing in Brazil.

Two alternatives have been forwarded in the diplomatic sphere: either sever relations with Pretoria altogether or to adopt a short term active diplomacy that will finally lend more substance to the official antiapartheid discourse. Active diplomacy would involve simultaneously a new kind of action on the part of Brazilian embassies at Pretoria and neighboring countries, and concrete support the ANC and SWAPO.

RÉSUMÉ

L'apartheid et les relations Afrique du Sud-Brésil

Prenant comme point de départ l'importance du problème de l'*apartheid* pour le Brésil, le conflit en Afrique Australe et la polémique sur les relations avec l'Afrique du Sud, ce texte se divise en deux parties: la première est une analyse générale de la situation en Afrique du Sud après les rébellions noires urbaines de 1984; la deuxième analyse les relations entre Brasilia et Pretoria.

Le problème de l'*apartheid*. L'accroissement des rebellions dans les *townships* révèle une accélération de l'histoire de la lutte *antiapartheid*. De Sharpeville, 1960, passant par Soweto, 1976, jusqu'à *townships*, 1984, la lutte croît en nombre de secteurs sociaux engagés, est plus longue, a des conséquences internationales plus profondes, la période entre chacune de ces étapes étant de plus en plus courte.

Dans le secteur politique, de nouveaux phénomènes ont modifié la qualité de la lutte qui, dirigée auparavant vers l'exigence de réformes de caractère administratif, social et économique, maintenant se dirige surtout vers la participation totale des noirs au pouvoir central. Parmi ces phénomènes nous avons: a) le nouveau syndicalisme noir dirigé par la *Council of South African Trade Unions* et son principal affilié, le NUM (*National Union of Mine-workers*); b) la création de l'UDF (*United Democratic Front*), le front multiracial *antiapartheid* le plus grand de l'histoire du pays; l'hégémonie croissante de l'ANC (*African National Congress*) auprès de la population noire et sa reconnaissance par les blancs, y compris des entrepreneurs, en tant qu'interlocuteur politique valable ainsi qu'indispensable; d) la contestation à l'*apartheid*, de plus en plus grande de la part des diverses Eglises; e) le relatif succès aux élections des secteurs ultra racis-

tes blancs (*Conservative Party*), essayant de paralyser le programme de réformes du président Botha, déjà en retard; f) l'échec du régime, avec la consolidation d'une administration intermédiaire noire.

Deux faits sont très significatifs: la prédominance croissante du Conseil de Sécurité Nationale en tant que centre de gravité du pouvoir blanc, et l'intensification de la politique armée de destabilisation des pays voisins.

Dans le secteur économique, l'Afrique du Sud traverse la plus sérieuse crise économique de son histoire, les problèmes allant de la presque duplication annuelle du nombre d'hommes/jour en grève, rareté de main d'oeuvre noire spécialisée, jusqu'à la retraite des capitaux investis, surtout des capitaux nord américains, et paiement d'échéances à court terme de l'endettement extérieur.

Face à cet état de choses, Botha a opté pour une plus grande rigidité interne et externe, sous prétexte de se trouver entre des feux croisés: la lutte *antiapartheid* et l'ultra droite. Ce sont des solutions intermédiaires, du type *consociation*, devenant de plus en plus obsolètes et augmentant le risque d'un conflit sanglant généralisé, ce qui présuppose la possibilité d'une intervention internationale.

Brésil-Afrique: les paroles, les actions et l'or. Des intellectuels, des actions menées par les noirs, ainsi que les congressistes revendiquent auprès du gouvernement la rupture des relations diplomatiques du Brésil avec l'Afrique du Sud. Le gouvernement brésilien argumente que la norme qui le régit préconise le maintien des relations avec les Etats indépendamment des gouvernements, et ajoute que le fait de maintenir les liens avec Pretoria répond

aux intérêts nationaux de l'Afrique Australe ainsi que sert d'aide éventuelle à ceux qui luttent contre l'*apartheid*.

D'un autre côté, les investissements sud africains au Brésil, ayant en tête la Anglo-American Co., acquièrent une nouvelle dimension à partir de 1985, époque où cette *holding*, déjà majoritaire au contrôle de la production brésilienne de l'or industriel, passe - par l'achat de la Horschilds - à contrôler des parcelles substantielles de la production brésilienne de nickel, niobium, tungstène et phosphates.

tes, et devient le plus grand groupe étranger dans la production minérale brésilienne.

Dans le secteur des alternatives diplomatiques, on en trouve deux: la rupture des relations avec Pretoria ou l'adoption immédiate d'une ligne diplomatique active qui accorde, finalement, une plus grande importance au discours officiel *antiapartheid*. La diplomatie active comprendrait simultanément un nouveau type d'action des ambassades brésiennes à Pretoria et aux pays voisins, ainsi que l'appui concret au ANC et à SWAPO.

DISTÂNCIA SOCIAL E CASAMENTO INTER-RACIAL NO BRASIL *

Nelson do Valle Silva **

1. Introdução

São duas as motivações principais para o estudo da seletividade racial no casamento. Em primeiro lugar, existe um certo consenso quanto à importância do casamento inter-racial no contexto das relações raciais. Por exemplo, Oliver Cox — um teórico de inspiração marxista — afirma categoricamente que “o problema crucial das relações raciais é o do casamento entre negros e brancos” (Cox, 1918, p. 443). No pensamento assimilacionista o casamento inter-étnico desempenha um papel central na própria elaboração teórica: Milton Gordon, provavelmente o autor de maior influência nesta linha, propõe um esquema teórico composto por uma série de estágios que descreveriam o processo de assimilação social e cultural dos diversos grupos étnicos sucessivamente incorporados à sociedade americana. O último estágio desse processo, estágio que marca a assimilação final da minoria étnica, é o casamento inter-étnico (Gordon, 1964). Embora esta teoria tenha sido duramente criticada, particularmente no que diz respeito à sua aplicabilidade ao caso da minoria negra, o fato é que o casamento entre grupos minoritários e majoritários tem sido constantemente utilizado como um indicador do grau de assimilação das minorias.

Dada a incidência reduzidíssima do casamento inter-racial na sociedade americana — calcula-se que apenas 1,3% dos casais em 1980 era composto por pessoas de raças diferentes (cf. Goldman, Westoff e Hammerslough, 1984, p. 12) — os estudos focalizando esta sociedade têm-se concentrado mais na análise do casamento entre grupos étnico-religiosos brancos (e.g. Alba e Kessler, 1979; Schoen e Cohen, 1980; Johnson, 1980). Já os estudos sobre sociedades latino-americanas têm privilegiado a análise do casamento inter-racial *strictu-sensu*, centrando em suas relações com o problema da miscigenação

* Este artigo é parte da pesquisa “A Seletividade Racial no Casamento”, realizada para o CEEA, no primeiro semestre de 1987.

** Doutor em Sociologia pela Universidade de Michigan (EUA). Pesquisador do Laboratório Nacional de Computação Científica do CNPq.

(e.g. Chance e Taylor, 1977; McCaa, 1982; Seed e Rust, 1983). O modelo teórico que implicitamente tem servido de base para estes estudos ainda é aquele proposto por Warner há mais de meio século atrás. Warner (1936) propõe a caracterização dos grupos sociais em termos de dois tipos fundamentais: castas e classes. Castas seriam tipificadas por altos níveis de endogamia e de fechamento à mobilidade social; por outro lado, classes seriam grupos abertos tanto à mobilidade quanto ao casamento com outros grupos. Com base nesta tipologia, a situação do grupo negro nos Estados Unidos – baixa mobilidade social e alta endogamia – levou à sua definição como uma casta. O modelo de Warner foi também extensamente utilizado na análise de relações raciais no Brasil, tanto nos trabalhos patrocinados pela Unesco nos anos 50 (e.g. Costa Pinto, 1953; Wagley, 1965), quanto nos trabalhos posteriores de O. Ianni e, em certa medida, de F. Fernandes (Ianni, 1962; Fernandes, 1966). A marca fundamental dos estudos que tomam o modelo de Warner de relações raciais, bem como daqueles voltados para o problema da assimilação dos grupos étnicos, é a ênfase na permanência ou não do preconceito e da discriminação inter-racial.

A segunda motivação para o estudo da seletividade racial no casamento é de natureza mais demográfica do que sociológica. Trata-se de se tentar entender as mudanças na composição populacional, mais especificamente, as mudanças na composição racial da população. De um modo geral, os atributos socialmente relevantes dos indivíduos dependem dos atributos de seus pais, sejam eles herdados geneticamente, sejam herdados socialmente via processo de socialização. Assim, a *seletividade matrimonial*, aqui definida como a *correlação determinada no mercado matrimonial entre os atributos dos esposos*, tem uma influência direta e determinante na composição social da geração de

filhos. Como observa Johnson, a seletividade matrimonial também condiciona a composição populacional ao afetar a fecundidade e, no caso de características reversíveis (e.g. *status* ou identificação), ao afetar os atributos pós-maritais dos próprios esposos (Johnson, 1980, p. 1). No caso de Cor ou Raça, atributos em princípio não-reversíveis – embora a literatura brasileira indique a possibilidade de mudanças *marginais* na definição destes atributos em certas condições associadas a mudanças de *status* – são apenas dois os processos básicos que afetam a composição racial de uma população: 1) a seletividade matrimonial; 2) diferenciais de fecundidade marital (isto é, dentro do casamento) por tipo de casamento intra ou inter-racial. No caso de atributos reversíveis, teríamos que adicionar a estes dois fatores as mudanças nos atributos pós-casamento e os diferenciais na socialização e na dissolução marital por tipo de casamento.

O reconhecimento da importância da seletividade marital para o estudo da composição populacional nos leva, naturalmente, ao problema inverso, qual seja, o efeito da composição populacional sobre a seletividade marital. Paralelamente à ênfase que assimilationistas e aplicadores do modelo de castas a minorias negras emprestam a fatores sociais e culturais – pressões sociais no sentido do casamento endogâmico – foi-se tornando cada vez mais evidente a importância de fatores propriamente demográficos na determinação da seletividade marital. Por exemplo, em seu estudo sobre casamento entre grupos religiosos no Canadá, Heer nota que “quanto menor a proporção de um grupo religioso relativamente aos outros grupos, maior a proporção naquele grupo que se casa *fora* do grupo” (Heer, 1962, p. 247). A regularidade de constatação deste tipo levou Blau (1977) a propor uma teoria enfatizando relações matemáticas entre grupos como preditores da intensidade da interação social (in-

cluindo casamento) destes grupos. Mais especificamente, Blau argumenta que o fator estrutural mais relevante na determinação da endogamia é o tamanho do grupo: quanto maior o grupo, maior a taxa de endogamia, isto é, a proporção de pessoas casando dentro do grupo (Blau, 1977, p. 21-30).

Neste sentido, o tamanho dos grupos de cor no Brasil devem, necessariamente, desempenhar um papel importante na determinação dos padrões de casamento. Consultando os resultados do Censo Demográfico de 1980, observamos que os grupos de cor têm

tamanho bastante desigual, de uma proporção máxima de 54,23% para o grupo Branco a um valor mínimo de 0,56% para indivíduos classificados como Amarelos, passando por 38,85% para Pardos e 5,92% para Pretos. Além disso, devido aos diferenciais nos níveis e nos padrões de reprodução e de sobrevivência entre os grupos, observamos também variações significativas no tamanho dos grupos ao longo do tempo. Na tabela 1 apresentamos as proporções de indivíduos em cada grupo de cor para cada faixa etária do Censo de 1980.

Tabela 1

Idade	Cor			
	Branca	Parda	Preta	Amarela
0-4	51,46%	42,69%	5,02%	0,34%
5-9	49,09%	44,45%	5,59%	0,39%
10-14	49,68%	43,52%	5,93%	0,43%
15-19	53,21%	39,99%	5,90%	0,48%
20-24	56,00%	37,11%	5,93%	0,53%
25-29	57,30%	35,79%	5,85%	0,64%
30-34	57,48%	35,49%	5,87%	0,76%
35-39	56,57%	36,04%	6,20%	0,81%
40-44	56,51%	35,84%	6,45%	0,81%
45-49	58,25%	34,04%	6,52%	0,81%
50-54	59,21%	33,03%	6,60%	0,77%
55-59	60,04%	32,23%	6,66%	0,81%
60-64	60,34%	31,67%	6,77%	0,81%
65-69	58,73%	33,01%	7,11%	0,75%
70 e +	60,65%	30,79%	7,21%	0,88%
Total	54,23%	38,85%	5,92%	0,56%

Observa-se claramente que, a menos de eventuais pequenas oscilações, há uma tendência no sentido das proporções tanto de brancos quanto de pretos aumentarem com a idade; comportamento inverso é registrado no que diz respeito a pardos. Estas observações são coerentes com as seguintes hipóteses provisórias a serem validadas posteriormente:

1.1 — Outras coisas mantidas iguais, existem maiores condições demográficas de casamento endogâmico — em termos das *proporções* casando dentro do grupo — entre brancos do que nos outros grupos. Estas condições são menores entre amarelos e, na ordem, entre pretos e pardos.

1.2 — Outras coisas mantidas iguais, o decréscimo no tempo na proporção de bran-

cos e de pretos e o correspondente aumento na proporção de pardos sugerem um aumento na frequência de casamento inter-racial com o possível abrandamento das tendências endogâmicas nos grupos extremos, isto é, entre brancos e pretos.

Um fator demográfico relacionado é a chamada “razão de masculinidade”, ou seja, a relação entre o número de indivíduos do sexo masculino em um grupo e o número de mulheres no mesmo grupo. Quanto mais próximo de 1,0 — mais equilibrada a distribuição de homens e mulheres —, maior o incentivo à endogamia.

No caso brasileiro, a observação da pirâmide etária por cor mostra claramente não só as diferenças gerais na quantidade de homens e de mulheres entre os grupos de cor, como também sua variação com a idade dos indivíduos.

Para a população brasileira como um todo, independentemente da idade, a razão de masculinidade é de 0,988, refletindo o maior número de mulheres em nossa sociedade. Quando calculamos esta razão para os diversos grupos de cor, verificamos que para o grupo branco ela tem valor 0,963 — novamente indicando a predominância numérica de mulheres — ao passo que para os demais grupos ela é superior a 1,0 (1,019 para pardos; 1,016 para pretos e 1,047 para amarelos), evidenciando o fenômeno inverso nestes grupos.

Calculando-se as razões de masculinidade para as faixas etárias em que se dá normalmente o primeiro matrimônio, as faixas entre 15 e 35 anos, podemos observar, na tabela 2, o fenômeno com mais clareza.

O “déficit” de homens no grupo branco oscila entre 5% e 6% do total dos grupos nas

Tabela 2

Idade	Cor				Total
	Branca	Parda	Preta	Amarela	
15-10	0,949	1,004	1,047	1,024	0,977
20-24	0,939	1,009	1,047	1,047	0,972
25-29	0,939	1,008	1,014	1,025	0,968
30-34	0,952	1,014	0,996	1,027	0,979

idades normais de primeiro casamento; os demais grupos apresentam quase que consistentemente um “excesso” de homens nestas idades, embora no grupo preto, com substanciais “excessos” nas primeiras faixas etárias, tenda a decrescer e a apresentar “déficits” nas idades mais velhas. Com essas observações em mente, poderíamos avançar mais uma hipótese provisória:

1.3 — A pressão para casamentos exogâmicos é maior entre brancos e pretos, menor

entre pardos, sendo mais frequentes os casamentos entre mulheres brancas e homens não-brancos do que o caso inverso.

Acreditamos que é crucial a atenção às determinações demográficas quando analisamos os padrões de casamento em uma dada sociedade. Ao longo das últimas décadas, cientistas sociais têm acumulado amplíssima evidência de que a seleção marital se dá homogeneamente em relação a um conjunto extenso de variáveis, tais como classe social, educação, etnia, raça e religião. A interpreta-

ção mais usual é atribuir essa tendência a elementos normativos que determinam as regras de casamento preferencial. Sem dúvida, o mais famoso corpo teórico sobre sistemas de troca preferenciais de casamento é devido a Lévi-Strauss, em seus estudos de sociedades primitivas na Ásia e na Austrália. No entanto, empiricamente a análise destes sistemas preferenciais ou ideais de trocas matrimoniais é dificilmente distinguível dos padrões reais ou possíveis se não considerarmos as bases demográficas dos grupos. Como já se observou a propósito de Lévi-Strauss:

“Os processos demográficos afetam e estabelecem limites à operação dos padrões ideais de casamento. Estes efeitos podem ser preditos qualitativamente . . . Isto sugere que nenhuma descrição de sistema de casamento, mesmo em termos ideais, é completa sem a informação das condições demográficas nas quais este sistema opera. Sem informação deste tipo não podemos estabelecer o número máximo esperado de casamentos ideais, nem podemos dizer se uma frequência observada de casamento de um certo tipo é maior ou menor do que o esperado dada a operação do sistema ideal, ou dada a operação do acaso apenas.” (Kundstadter et alii, 1963, p. 518)

Um fator adicional que dificulta a análise dos padrões de casamento em sociedades modernas é a heterogeneidade social dos grupos que a compõem. Warren (1968) aponta para uma distinção fundamental: “Existem duas teorias dominantes para explicar por que ocorre a seletividade marital: 1) Ela ocorre ou como resultado da propinquidade dos esposos potenciais (. . .); ou 2) ela ocorre como resultado da seleção consciente pela pessoa de uma outra que lhe é semelhante com relação a uma característica particular.” Os dois pontos levantados por Warren mere-

cem reflexão. Em primeiro lugar, chama a atenção de que as normas de endogamia operam basicamente através de mecanismos de “seleção consciente” ou de “propensões” dos esposos potenciais, ou seja, moldando suas preferências matrimoniais. Em segundo lugar, aponta para o fato dos esposos potenciais estarem localizados em pontos diferentes do espaço social e que quanto maior a distância separando estes pontos, menores as chances daquele casamento se concretizar.

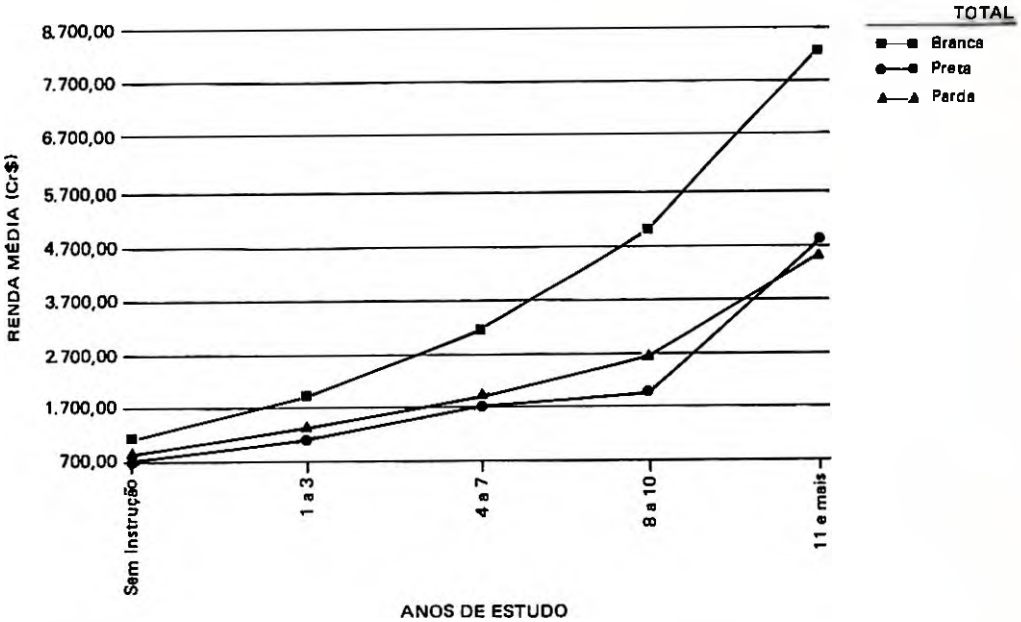
O conceito de “distância social” é, no entanto, problemático. Em sua revisão do emprego de “distância social” na Sociologia, McFarland e Brown (1973) observam que são dois os principais significados, associados aos nomes de E. Bogardus e P. Sorokin, respectivamente. Para Bogardus, o termo “distância social” denota a intensidade das restrições à interação social; já para Sorokin, este termo denota os diferenciais sócio-econômicos entre o grupo, especialmente no que diz respeito à renda e à educação. Para fins da discussão que entreteremos mais adiante, nos referiremos à distância social, no sentido que lhe dá Sorokin, como “distância sócio-econômica”.

Existe já ampla documentação sobre as distâncias sócio-econômicas que separam os grupos de cor no Brasil. Nela podemos claramente observar a tendência de pretos e pardos ocuparem uma posição muito semelhante, diferenciando-se de forma marcada do grupo branco (Silva, 1978; 1980). Nesse sentido a situação brasileira é quase dicotômica, como podemos ver na figura 1 — tirada de Oliveira et alii (1983, p. 49) — em que se relaciona os rendimentos com o nível educacional dos indivíduos, segundo os grupos de cor a que pertencem. Os dados para este gráfico são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1976.

Este mesmo padrão pode ser observado em outros tipos de dados. Por exemplo, sa-

Figura 1

Rendimento médio da população economicamente ativa, de 24 anos e mais, com rendimento, por anos de estudo, segundo a cor



bemos que o comportamento reprodutivo de um grupo tende a seguir, a grosso modo, a posição sócio-econômica daquele grupo; quanto mais baixa a posição social de um grupo em geral, mais elevado o nível reprodutivo daquele grupo. Bercovich (1986) calculou a partir dos dados do Censo de 1980 a taxa de fecundidade total – número médio de filhos tidos por mulher ao longo de todo seu ciclo reprodutivo – para cada grupo de cor. Os resultados obtidos por Bercovich são os seguintes:

Cor	TFT
Branca	3,45
Parda	5,63
Preta	5,12

Observe-se que, a par do grupo pardo ter um nível de fecundidade ligeiramente supe-

rior ao grupo preto (invertendo o pequeno diferencial na posição sócio-econômica), a diferença na fecundidade entre pardos e brancos é superior a 2 filhos em média, ao passo que a diferença entre o grupo pardo e o grupo preto é de apenas 0,5 filho. Ou seja, no que diz respeito ao comportamento reprodutivo, também transparece o padrão de similaridade entre pardos e pretos, por um lado, e o de diferenciação marcada em relação aos brancos, pelo outro lado.

Devido ao fato de que cor e posição sócio-econômica estão estreitamente correlacionadas na sociedade brasileira, uma explicação comum para os padrões de casamento é que eles refletem tendências ao casamento dentro das classes sociais, e não uma endogamia racial propriamente dita. Isto refletiria a hipótese já enunciada por Davis (1954) em sua interpretação funcional da endogamia, de que é “um princípio cardinal de toda ordem estratificada que a maioria dos que

casam o fazem com iguais (. . .). A evidência empírica (. . .) é que estratificação e endogamia se desenvolvem concomitantemente, e quanto mais rígida a estratificação mais restrita a endogamia”.

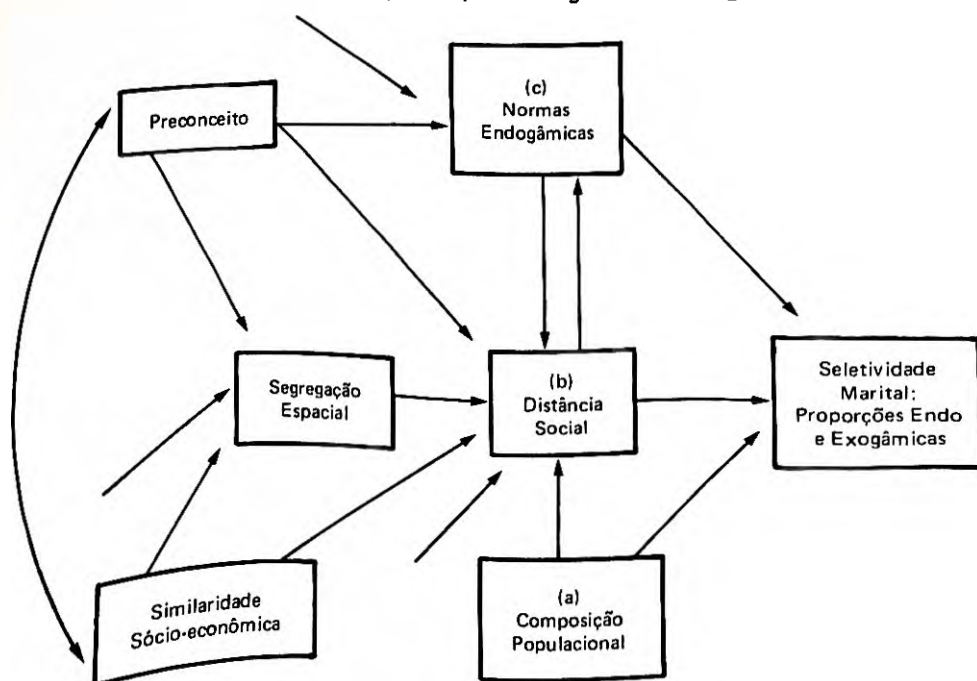
No caso do modelo que vamos desenvolver mais adiante (seção 4), no entanto, as instâncias sociais são obtidas diretamente a partir dos próprios dados sobre seletividade marital, um tipo particular de interação entre os grupos. Portanto, o conceito de distância social que utilizaremos se aproxima mais daquele enunciado por Bogardus – restrições à interação entre os grupos – do que o conceito de distância sócio-econômica de Sorokin. Como podemos hipotetizar que distância sócio-econômica e restrições à interação são normalmente associadas, uma questão que iremos entreter é em que medi-

da as distâncias sociais estimadas por nossos modelos refletem as distâncias implícitas na diferenciação sócio-econômica dos grupos de cor. Neste sentido, é importante ter-se em mente que as distâncias sociais obtidas via parametrização das restrições ao casamento refletem, eventualmente, não só distâncias sócio-econômicas mas também, potencialmente, outros tipos de diferenciação entre os grupos – por exemplo, diferenciação de ordem geográfica ou cultural.

De forma a organizar os conceitos envolvidos na discussão da seletividade racial no casamento, podemos representar graficamente os fatores afetando as proporções endogâmicas e exogâmicas numa população através de diagrama causal (figura 2), que segue figuras semelhantes em Bumpass (1970) e Johnson (1980).

Figura 2

Fatores afetando as proporções endogâmicas e exogâmicas



Nas análises da seletividade matrimonial que elaboraremos mais adiante (especialmente na seção 4) utilizaremos apenas as três variáveis ligadas em elo causal direto à seletividade marital: a) a composição racial da população, isto é, as *proporções de esposos* em cada um dos K grupos de cor (implicitamente estão aí incluídos os desequilíbrios nas razões de masculinidade; b) o conjunto de $K(K-1)/2$ *distâncias sociais* separando os K grupos de cor; e c) as *endogamias intrínsecas*, ou seja, o peso das normas e propensões endogâmicas nos K grupos. Cada um destes conceitos-variáveis explicativos estão associados a parâmetros do modelo log-linear de seletividade marital.

Como podemos observar na figura 2, as distâncias sociais são, em princípio, resultantes de divisões sócio-econômicas, geográficas e culturais (especialmente refletidas estas últimas no preconceito em relação aos outros grupos). No entanto, como estes fatores causais *não estão explicitamente incorporados ao nosso modelo analítico*, as hipóteses que são feitas são que: 1) estas diferenciações não afetam *diretamente* a seletividade marital, seu efeito sendo totalmente intermediado pelas distâncias sociais incluídas no modelo; e 2) as distâncias sociais são estimáveis com os limitados graus de liberdade disponíveis nas tabelas de seleção marital. São hipóteses cuja validade desconhecemos e que, portanto, devem ser consideradas como problemáticas e provisórias.

2. O casamento inter-racial no Brasil

A literatura a respeito do casamento inter-racial e da miscigenação no Brasil é já bastante extensa. Dela não pretendemos fazer uma revisão sistemática, considerando apenas alguns aspectos que nos parecem relevantes/característicos desta literatura.

No que diz respeito à intensidade do casamento inter-racial, o que parece transparecer das observações obtidas a partir de um conjunto bem espalhado de pesquisas é que ela parece variar significativamente dentro e entre as diversas regiões do País. Num dos primeiros registros a seu respeito, Pierson anotou para a Bahia (Salvador), nos anos 1933-34, que os registros oficiais indicavam apenas 3,3% de casamento entre brancos e negros (Pierson, 1942). Já Azevedo, quase duas décadas depois, observou, na mesma cidade, que de um total de 222 uniões formais, 34% dos casais tinham cônjuges do mesmo grupo de cor, 43% eram de homens mais escuros do que as mulheres e 22% de casais em que as mulheres eram mais escuras que os homens (Azevedo, 1966, p. 45). As diferenças entre as duas pesquisas podem, no entanto, ser atribuídas ao fato dos dados de Pierson serem oriundos do registro civil e os de Azevedo de uma pesquisa antropológica, com critérios mais restritivos na caracterização da cor dos indivíduos.

A Bahia, como se sabe, é provavelmente a área no Brasil em que a miscigenação é mais extensa. Dados para o Sul do País mostram uma situação bastante diferente daquela descrita por Azevedo. Klein (1969), examinando casamentos no Rio de Janeiro em 1890, observa que de um total de 42 mil uniões apenas 5,9% delas se davam entre brancos e não-brancos — incluídos aí pretos e pardos. Já para São Paulo, F. Fernandes encontrou em 1961 que apenas 11% dos homens pretos se casavam com mulheres brancas, o valor entre pardos sendo de aproximadamente 25% (Fernandes, 1966: p. 133).

Resumindo os resultados dos diversos estudos disponíveis, Staley — no primeiro estudo sistemático sobre o casamento inter-racial no Brasil — indica que os intercassamentos entre grupos de cor ocorrem na proporção de 3% a 20% nas populações brasileiras

(Staley, 1959: p. 50).¹ Confirmando suas observações, Staley apresenta um conjunto de dados coletados a partir do Registro Civil da cidade de São Paulo no período 1948-1957, em que cada casamento é classificado

de acordo com o grupo de cor dos cônjuges. Como poderemos ver na tabela 3, significativa é a presença de indivíduos classificados no grupo Amarelo, um complicador na análise do casamento inter-racial naquela área.

Tabela 3
Casamentos na Cidade de São Paulo (1948-1957)
pela cor dos cônjuges

Homens	Mulheres				Total
	Branças	Amarelas	Pardas	Pretas	
Branços	197.014	204	1.965	369	199.552
Amarelos	460	3.298	5	2	3.765
Pardos	2.588	9	7.407	567	10.571
Pretos	442	0	925	4.561	5.928
Total	200.504	3.511	10.302	5.499	219.816

Nota: Omitidos os casos com falta de informação.
Fonte: Staley (1959, *op. cit.*, p. 138-44).

A partir destes dados, podemos obter os seguintes valores:

– Casamentos endogâmicos (96,6%):

- Brancos: 98,7%
- Amarelos: 87,6%
- Pardos: 70,1%
- Pretos: 76,9%

– Casamentos exogâmicos (3,4%):

- Homem mais claro: 41,3%
- Mulher mais clara: 58,7%

Consideramos para o cálculo dos casamentos endogâmicos o total de *homens* como base em cada grupo de cor. É de se notar a grande proporção de casamento endogâmico entre os brancos e a predominância – mesmo desconsiderando o grupo amarelo – entre casamentos exogâmicos de casais em que a mulher é mais clara do que o marido. Apesar de serem dados extremos para o Brasil como um todo, encontrando-se

no limite inferior da faixa de frequência estabelecida por Staley, a situação em São Paulo, conforme expressa nas informações acima, apresenta um *padrão* que é bastante comum, observável nas demais regiões do País.

A pesquisa de Staley foi bastante extensa e detalhada, empregando uma variedade de métodos, incluindo além da análise dos dados do Registro Civil, um *survey* atitudinal entre jovens estudantes, uma análise de conteúdo da literatura brasileira, canções e ditados populares, bem como um conjunto de entrevistas em profundidade com casais inter-raciais. Algumas das conclusões de Staley merecem destaque:

1. No Brasil uma boa porção de casais inter-raciais revela um total desconhecimento da existência de preconceito racial ou de pressões sociais oriundas de preconceito racial. Este tipo de casal – que Staley denomina de “tipo Elíseo” – é o mais freqüente entre os

entrevistados, compondo cerca de 35% dos casais. Como indica Staley, "parece que foi a este tipo que se referia Robert Park quando falava da 'inocência paradisíaca' que caracteriza as relações raciais no Brasil" (p. 82). Se somarmos a este o segundo tipo de casal — "tipo Nesédico", bastante similar ao tipo anterior — em que o relativo isolamento (de modo geral têm poucos parentes ou poucos contatos com os que têm) os torna pouco sensíveis às pressões sociais oriundas do preconceito racial, e que perfazem 29% dos casais, teremos que quase 70% dos entrevistados por Staley demonstram não estarem sujeitos a quase qualquer forma de pressão preconceituosa (p. 79-86).

2. Graus variados de preconceito contra o casamento inter-racial são observados em todas as regiões, em todas as classes, entre indivíduos das mais diversas origens sociais e gerações.
3. Confirmou-se a suposta associação entre classe e resistência ao casamento inter-racial; quanto mais elevada a posição social, maior a resistência. De fato, o casamento parece ser a única barreira ou discriminação imposta a indivíduos não-brancos nas classes altas.² Certamente a distribuição de prerrogativas do homem de cor possuindo um *status* de classe alta é substancialmente igual. Ele parece ser privado apenas de acesso livre aos contatos sociais que normalmente levam ao

namoro e casamento com uma jovem branca daquela classe (p. 121).³

4. Verificou-se uma variação significativa entre as regiões no que diz respeito às atitudes em relação ao casamento inter-racial, embora esta variação não tenha se dado no sentido esperado, isto é, atitudes mais favoráveis no Nordeste do que no Sudeste e Sul.

Apesar das qualificações apontadas acima, o balanço que faz Staley da situação do casamento inter-racial no Brasil é bastante favorável: "(...) a sociedade brasileira parece ser capaz de conciliar o inconciliável. Pode mesmo haver uma 'conspiração natural inconsciente' para ignorar o conflito existente entre a norma geral de igualdade racial e normas específicas governando relações inter-raciais ao nível da família. (...) A democracia racial brasileira permanece como uma das mais admiráveis na sociedade humana moderna" (p. 127).

Thales de Azevedo é sem dúvida o pesquisador brasileiro que mais atenção tem dado ao problema do casamento como o ponto crítico das relações inter-raciais em nosso País (e.g. Azevedo, 1963a; 1963b; 1975). Segundo Azevedo, as regras básicas que controlam os casamentos inter-raciais podem ser resumidas num conjunto de normas ideais e padrões reais, correspondendo aos dois pilares distintos da cultura verbal e do comportamento social realmente adotado. Este coitejo norma/comportamento poderia ser expresso da seguinte forma (segundo Azevedo, 1963a, p. 35-36):

Normas Ideais	Padrões Reais de Comportamento
1. Pessoas de cores diferentes (implicando, logo, alguma distância de classe) podem casar	1. Casamento entre pessoas de cores diferentes sempre produzem algum desconforto ou mesmo tensão nas famílias e no meio social envolvido; quanto mais intensa, mais duradoura a crise que pode ocorrer.

2. isto sendo "mais natural" entre homens mais escuros e mulheres mais claras	2. Atualmente o arranjo mais freqüente e preferido é a união de homens escuros com mulheres claras, o reverso sendo mais raro e produzindo muito mais tensão.
3. de tipos reciprocamente não muito distantes em características físicas	3. A distância que pode ser superada entre tipos diferentes diminui proporcionalmente à subida nas escalas das classes sociais e dos grupos de prestígio.
4. e contando que os homens tenham status mais alto do que as mulheres.	4. Em arranjos assimétricos, diferenças mais marcadas (especialmente entre homens escuros e mulheres claras) são mais aceitas do que em escolhas simétricas ou horizontais; nestes últimos, o casamento ocorre dentro de limites mais estreitos de diferenciais de tipo.

A evidência do predomínio de uniões envolvendo homens mais escuros do que as mulheres em casamentos inter-raciais é, de fato, ampla e cobre as mais diversas regiões do Brasil. Por exemplo, Willems em seu estudo da comunidade de Cunha, na região Sudeste, descobriu que, entre 1.005 casamentos, 840 eram racialmente endogâmicos. Dos restantes, 158 se deram entre pardos e pretos ou entre pardos e brancos, enquanto que apenas sete envolviam brancos e pretos. Significativamente, 103 dos casamentos exogâmicos (cerca de 2/3 deles) envolviam homens mais escuros do que as mulheres (Willems, 1961, p. 59).

Embora a explicação deste fato social possa estar, como vimos na seção 1, em razões de ordem demográfica, Azevedo (1963b) adianta uma hipótese explicativa aplicável pelo menos ao caso das classes mais elevadas. Diz ele:

"Quanto à preferência, nas classes altas, pelo arranjo de par masculino escuro com par feminino claro, uma hipótese a verificar, embora o convívio quotidiano já o comprove, é que, de acordo com um

padrão extremamente difundido e por assim dizer universal, a família de orientação, em que os indivíduos, de acordo com Murdock, nascem e são criados, é nitidamente matripolar no sentido de que, de ordinário, aproxima-se e associa-se mais à família de procedência da mãe e desta recebe parte considerável de seus valores, de suas relações primárias, do seu status. (...) Se assim é, compreende-se que uma das conseqüências do matrimônio de homem escuro, originário historicamente ou atualmente de classe mais baixa, com mulher branca ou clara assegura ou faz esperar que os filhos dessa união sejam enculturados nos valores, nas regras de etiqueta e até na estrutura de relações próximas e de amizade da mãe. (...) Em suma, o branco que se casa com escura 'desce' de classificação, porque, de acordo com um refrão muito conhecido, 'quando uma moça se casa, sua família ganha um filho': este passa para o mundo das pessoas de cor de que se origina sua esposa. Ao passo que o homem escuro 'sobe' ao integrar-se na família da esposa clara ou alva." (Azevedo, 1963b, p. 94-95)

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

Portanto, além das razões de ordem demográfica, existem motivações de ordem propriamente social que nos levam a esperar um comportamento diferencial no que diz respeito ao sexo, nas escolhas matrimoniais. Homens escuros, por razões de estratégia de mobilidade social, preferem casar com mulheres mais claras; a recíproca, no entanto, não é, por hipótese, verdadeira.

Resumindo então algumas das principais proposições vistas até agora, podemos elaborar mais algumas hipóteses provisórias, sugestivas de exame empírico posterior:

2.1 — Existe diferença significativa, além do que seria esperado por razões de desequilíbrio entre os grupos de cor, no comportamento entre homens e mulheres no que diz respeito à seletividade racial no casamento. Em particular, há uma preferência dos homens escuros pelas mulheres mais claras; a recíproca não se verifica. Supostamente, este fenômeno se dá nas classes mais altas com mais freqüência.

2.2 — Existe uma associação entre classe social e resistência ao casamento inter-racial. Assim, quanto mais elevada a posição social dos indivíduos, maior a intensidade da endogamia, particularmente no grupo branco.

Um conjunto de trabalhos que apresentam resultados interessantes para o presente estudo é aquele desenvolvido por geneticistas interessados em estimar a mistura racial de nossa população (e.g. Salzano, 1986; Freire-Maia, 1983). Embora as populações mais estudadas sejam as do Norte e do Nordeste — por exemplo, Saldanha (1962), considerando grupos sanguíneos e a sensibilidade a feniltiurea, estima que o componente índio, negro e branco destas populações atingem a 18%, 34% e 48%, respectivamente —, estas pesquisas permitem avaliar o grau em que o processo de miscigenação atinge em nosso País. Assim, verificou-se que pessoas em Por-

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

to Alegre consideradas fenotipicamente como brancas apresentavam, em média, 8% de genes de origem africana, com variação mínima a máxima entre 4% e 11%; valores próximos entre 3% e 19% foram registrados para Curitiba (Salzano, 1986, p. 52).

Alguns métodos desenvolvidos pelos geneticistas, bem como o desembaraço com que tratam as informações sobre origem racial, são de causar desconforto a sociólogos, normalmente tão embaraçados com a natureza " eminentemente qualitativa " dos dados raciais. Nesse sentido, uma pesquisa com resultados que nos interessam sobremaneira é aquela desenvolvida por Krieger et alii (1965) sobre miscigenação racial no Nordeste brasileiro. Examinando 1.068 famílias oriundas do Nordeste, durante um exame médico, a cada indivíduo foi atribuído uma categoria racial baseada na pigmentação do abdômen, cor e tipo de cabelo, e conformação do nariz e dos lábios. Às classes designou-se os códigos numéricos de 0 (mais caucasóide) a 8 (mais negróide), sendo esta a mensuração utilizada para teste de vários efeitos raciais. Paralelamente, utilizou-se freqüências de genes para se determinar com mais exatidão a composição de cada uma destas classes. As categorias raciais utilizadas estão na tabela 4.

Esta classificação permitiu aos investigadores chegarem a uma série de inferências, tomando por base, entre outras informações, uma matriz em que os tipos raciais dos maridos e de suas esposas são relacionados. A matriz de seletividade racial de Krieger e colaboradores está na tabela 5.

Observe-se que na tabela 5, mesmo trabalhando com categorias raciais finas — o que obviamente tende a aumentar a freqüência dos casos exogâmicos — e com uma população com elevado nível de miscigenação, ainda assim os casos de casamentos endogâmicos compõem uma substancial parcela do total: 41,3%. Considerando as duas subdiagonais

Tabela 4

Classes raciais e sua freqüência em uma população nordestina

Classes raciais	Código	Freqüência (dos adultos)	%
Branco	0	884	41,5
Amarelo claro	1	85	4,0
Amarelo escuro	2	29	1,4
Mulato claro	3	517	24,3
Mulato médio	4	323	15,2
Mulato escuro	6	177	8,3
Preto	8	114	5,4

Tabela 5

Seletividade racial em uma população nordestina

Homens	Mulheres							Total
	0	1	2	3	4	6	8	
0	269	24	4	95	41	14	5	452
1	8	4	0	7	3	1	2	25
2	2	1	1	5	1	2	0	12
3	94	18	7	82	39	10	1	251
4	39	4	3	44	46	11	11	158
6	14	5	1	23	26	19	7	95
8	5	3	1	10	8	25	18	70
Total	431	59	17	266	164	82	44	1.063

adjacentes à diagonal principal como indicativas de casamento endogâmico, esta proporção cresce para 59,8%.

Krieger e seus colaboradores concluem em seu trabalho que, conforme esperado da história das relações raciais no Brasil, a endogamia é mínima para genes índio e máxima para genes negro, esta última considerada a mais forte barreira restante entre os fatores Negro e Caucasiano. Supostamente, variações geográficas nas proporções dos diversos grupos são grandemente responsáveis por esta endogamia. Para a população como um

todo, estimam os autores que caminhou ela 97% em direção à panmixia racial, isto é, à mistura entre os três fatores raciais constitutivos (Krieger et alii, 1965, p. 122-3).

Podemos, portanto, adicionar à nossa lista de hipóteses provisórias mais uma, esta inspirada nos resultados dos estudos genéticos sobre miscigenação:

2.3 – A endogamia intrínseca é maior entre Pretos e, provavelmente, mínima entre Pardos, com o grupo branco ocupando uma posição intermediária.

As hipóteses provisórias arroladas serão, na medida do possível, testadas empiricamente, com dados recentes sobre casamento inter-racial no Brasil, nas seções seguintes.

3. Fonte de dados e análise preliminar

Os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos de uma amostra de 0,075% do Recenseamento Geral do Brasil de 1980. Os registros das pessoas envolvidas na data do Censo em qualquer tipo de união, isto é, tanto as uniões legais quanto as chamadas uniões consensuais, foram compatibilizados, dando origem a uma amostra de 15.556 re-

gistros de casais. Nestes registros diversas informações referentes às características dos esposos foram armazenadas, dentre estas as informações sobre a cor do homem e a da mulher.

No Censo de 1980 seguiu-se a fórmula clássica oficial para investigação do quesito cor nos censos brasileiros. Utilizou-se a questão fechada “entre Branca, Preta, Amarela ou Parda, como classificaria a cor do Sr.(Sra.)?” A resposta dada a este quesito é a base da presente investigação. Cruzando para cada casal as informações deste quesito referentes ao marido e a sua esposa, obtemos a tabela de seleção marital, que no caso de quatro grupos de cor – o nosso caso particular – tem a seguinte forma:

Cor da esposa

	1 = Branca	2 = Amarela	3 = Parda	4 = Preta	
1 = Branca	f11	f12	f13	f14	f1+
2 = Amarela	f21	f22	f23	f24	f2+
3 = Parda	f31	f32	f33	f34	f3+
4 = Preta	f41	f42	f43	f44	f4+
	f+1	f+2	f+3	f+4	f++

onde f_{ij} é a freqüência de casamentos entre maridos de cor i com esposas de cor j , sendo

$$f_{i+} = \sum_{j=1}^4 f_{ij}; \quad f_{+j} = \sum_{i=1}^4 f_{ij}; \quad f_{++} = \sum_{i=1}^4 \sum_{j=1}^4 f_{ij}$$

As freqüências na diagonal principal ($i = j$) indicam os casamentos endogâmicos, a proporção destes no total de casamentos nos sendo dada por $\sum_{i=1}^4 f_{ii}/f_{++}$. As freqüências acima da diagonal principal ($i > j$) nos indicam os casos de casamento em que o

que nas margens da tabela temos os totais de homens e mulheres em cada grupo:

marido é mais claro do que a esposa; abaixo da diagonal ($i < j$) estão os casos inversos, a esposa sendo mais clara que o marido.

Podemos aplicar à tabela de seleção marital as técnicas usuais de análise de dados qualitativos. Por exemplo, o modelo mais elementar de algum interesse substantivo é o

de independência estatística entre linhas e colunas da tabela. Corresponde ao caso de uma situação de mercado matrimonial sem barreiras, em que as chances de casamento entre grupos são determinadas aleatoriamente, todos os indivíduos tendo a mesma probabilidade relativa de contrair matrimônio em qualquer um dos grupos — o que na terminologia biológica se denomina de “panmixia”. Mais formalmente, o modelo de independência corresponde à hipótese nula.

$$H_0: p_{ij} = p_i r_j \quad (3.1)$$

sendo p_{ij} a probabilidade de um marido da cor i estar casado com uma esposa da cor j ; p_i e r_j constantes positivas tais que $\sum p_i = 1$ e $\sum r_j = 1$. Como os estimadores de máxima verossimilhança destas constantes são

$$\bar{p}_i = f_{i+}/f_{++} \quad \text{e} \quad \bar{r}_j = f_{+j}/f_{++}, \quad (3.2)$$

podemos escrever que a freqüência esperada no caso da hipótese nula (eq. 3.1) ser verdadeira nos é dada por

$$\begin{aligned} \bar{p}_{ij} &= E(f_{ij}) = f_{++} p_{ij} = \\ &= f_{++} \frac{f_{i+}}{f_{++}} \cdot \frac{f_{+j}}{f_{++}} = \frac{f_{i+} f_{+j}}{f_{++}} \end{aligned} \quad (3.3)$$

A adequação de um modelo qualquer às observações empíricas na tabela de seletividade marital pode ser avaliada por uma estatística de ajustamento tal como a da razão de verossimilhança

$$G^2 = 2 \sum_{i=1}^4 \sum_{j=1}^4 f_{ij} \log_e (f_{ij}/\bar{F}_{ij}), \quad (3.4)$$

que, no caso específico do modelo de independência, sendo a hipótese nula verdadeira, se distribui assintoticamente como uma va-

riável χ^2 , com 9 graus de liberdade na nossa tabela de seletividade marital a quatro grupos.

Modelos deste tipo serão aplicados aos dados do Censo de 1980. Antes porém de examinarmos os nossos dados é importante que se discuta algumas questões relativas aos notórios problemas de classificação racial no Brasil.

A pesquisa sobre relações raciais no Brasil é tão carregada de peculiaridades que a tornam uma empresa arriscada. Já foi sugerido que o atributo mais distintivo do cálculo da identidade racial no Brasil é seu “resultado incerto, indeterminado e ambíguo” (Harris, 1970, p. 1). Supõe-se usualmente que vários fatores contribuem para este resultado, mas, ao que tudo indica, a ausência de uma regra de descendência (*descent rule*) racial é a mais fundamental (Degler, 1971).

A origem da imensa população de ascendência mista, tão característica da sociedade brasileira moderna e que até o fim do século XIX constituía o maior grupo da nossa população (Skidmore, 1972, p. 27), pode ser localizada nas condições históricas, econômicas e demográficas em que se processou a colonização do Brasil. Desde meados do século XVI a carência crônica de mão-de-obra e o número reduzido de colonizadores brancos resultaram na criação de um grupo livre intermediário de pardos e caboclos, necessários ao preenchimento de certas funções econômicas e militares, especificamente daquelas relacionadas com o controle da força de trabalho nas agroindústrias, que dificilmente poderiam ser executadas pelos próprios escravos, tais como as de capitão-de-mato ou de feitor (Harris, 1964a, p. 87). Assim, contrariamente à situação que prevaleceu em outras áreas em que funções deste tipo podiam ser preenchidas por trabalhadores brancos, a população parda e cabocla sempre teve um “nicho” bem definido na divisão do trabalho no Brasil colonial.

Acredita-se que, conforme a sociedade brasileira se desenvolveu, devido ao grau avançado que tomou a miscigenação e à posição firmemente ocupada pelos indivíduos de ascendência racial mista nos degraus intermediários da força de trabalho, tornou-se virtualmente uma impossibilidade se estabelecer um padrão de segregação racial baseada na aplicação de uma regra de descendência rígida — e sua resultante dicotomia branco/não-branco — como a que se desenvolveu no Sul dos Estados Unidos. Nesta última área, bem como em muitas outras sociedades estratificadas multirraciais, estratégias de controle social determinaram uma forma de cálculo de identidade racial que tem sido denominada de “regra de hipodescendência” (*hypo-descent rule*), caracterizada por: “1) a descendência governa a pertinência a um de dois grupos que se posicionam mutuamente numa relação superordinado-subordinado; e 2) se um indivíduo tem um ancestral linear materno ou paterno que é ou que foi membro do grupo subordinado, ele é igualmente membro do grupo subordinado” (Harris e Kotak, 1963, p. 207).

De um ponto de vista prático, a ausência de uma regra de descendência na sociedade brasileira — cada indivíduo é avaliado por sua cor, e não a de seus ancestrais — fato agora amplamente documentado (e.g. Harris, 1964b; Harris e Kotak, 1963), implica que não é possível se fazer distinções físicas entre os tipos raciais intermediários. A aparência pessoal é o critério fundamental para rotulação de cor, sendo raça basicamente uma questão de percepção individual. Correspondentemente, o preconceito racial em sociedades sem uma regra de descendência tem que necessariamente ser baseado em critérios puramente fenotípicos. Neste contexto, Nogueira distingue entre “regra de origem” e “regra de marca”: “Quando o preconceito racial deriva das aparências, isto é, quando suas manifestações são baseadas nas

características físicas do indivíduo, na fisionomia, gesto ou pronúncia, diz-se ser um preconceito de marca; quando a suposição de que o indivíduo descende de um dado grupo étnico é suficiente para fazê-lo vítima de preconceito, isto é chamado preconceito de origem” (Nogueira, 1959, p. 169). A situação do cálculo da identidade racial é ainda mais complicada pela sua suposta subordinação à identidade de classe. Como acontece com outras características individuais capazes de provocar dissonância cognitiva, tem-se observado uma tendência a se classificar indivíduos fenotipicamente diferentes mas de posição sócio-econômica similar na mesma categoria — fato tipificado pelo conhecido adágio “o dinheiro embranquece” (e.g. Pierson, 1942; Wagley, 1952; Azevedo, 1955). Esta interferência do fator classe no cálculo da identidade racial ocorre provavelmente apenas entre indivíduos racialmente não muito distantes. Como já observou Wagley (1970), nenhum brasileiro seria tão tolo a ponto de chamar um indivíduo de pele muito escura, mesmo sendo rico, de “branco”. O dinheiro embranquece, é verdade, mas não muito . . .

Assim sendo, não é de se surpreender que todo estudo sobre rotulação racial no Brasil tenha mostrado que uma multiplicidade de termos é utilizada para descrever as diferentes possibilidades e os mais variados graus de miscigenação, apesar da variedade de locais em que as pesquisas foram feitas. Wagley (1953) encontrou cinco termos numa comunidade amazônica; Pierson (1951) em seu já mencionado estudo da vila paulista de Cruz das Almas também encontrou cinco termos, mas relata vinte termos diferentes no seu clássico estudo sobre a Bahia (Pierson, 1942), número semelhante ao mencionado por Zimmerman (1952); Hutchinson em seu estudo de uma pequena comunidade também na Bahia relata 21 termos diferentes (1957). Igualmente na Bahia fica a vila de

pescadores denominada Arembepe, estudada por Harris. Nela este pesquisador explorou sistematicamente o escopo dos termos que podem ser aplicados a um dado indivíduo, mostrando um conjunto de nove retratos desenhados a um conjunto de cem indivíduos. Nada menos de quarenta termos raciais foram empregados (Harris, 1964b, p. 26).

A ampla variedade de termos raciais e a aparente ambigüidade tanto na definição dos termos indicativos de características raciais mistas, quanto na real classificação dada a indivíduos específicos quanto ao seu tipo racial, levou Harris a fazer os seguintes comentários sobre a prática costumeira do IBGE de coletar estatísticas raciais baseada numa classificação branco/pardo/preto:

“A tentativa do IBGE de coletar estatísticas raciais em termos de apenas três categorias — branco, pardo e preto — na esperança de aumentar a objetividade de seus dados, representa uma rendição lamentável a conceitos não-brasileiros de identidade racial. O procedimento por inteiro obscurece aquilo que é mais distintivo a respeito das relações raciais no Brasil em comparação com outros sistemas inter-raciais, qual seja a plethora de termos raciais e a ambigüidade abstrata e referencial envolvendo sua aplicação. (...) Os esforços dos recenseadores muito melhor serviriam aos interesses da ciência social se fossem dedicados à maximização de certos tipos de ingredientes subjetivos nas respostas; isto é, se a cada respondente fosse permitida a escolha livre entre todos os termos raciais localmente correntes e se todos estes termos fossem registrados e submetidos a processamento estatístico.” (Harris, 1964b, p. 22.)

O IBGE levou 12 anos para seguir o conselho de Harris. Em sua Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios de 1976

(PNAD-76) um conjunto de questões desenhadas para capturar a auto-identificação dos respondentes no que diz respeito ao tipo de cor foi incluído num apêndice especial ao questionário principal. Consistia de duas questões: a primeira, uma pergunta aberta pedindo ao respondente que descrevesse em suas próprias palavras qual era sua cor; apenas após ter sido esta questão respondida é que foi formulada a segunda questão, a clássica mensuração pré-codificada do tipo Censo, isto é, “dadas as categorias . . . como classificaria sua cor?” Para ambas as questões foi especificado que o entrevistador não poderia discordar ou emitir qualquer opinião sobre o assunto, anotando as respostas exatamente como dadas pelos respondentes.

O processamento estatístico dos dados da PNAD-76 indicaram que Harris estava correto quanto à extraordinária variedade de termos raciais que os brasileiros são capazes de produzir quando solicitados a fazê-lo. De fato, mais de 190 rótulos diferentes surgiram na questão aberta, a chamada “Designação de Cor”. No entanto, apesar da larga variação de respostas, notamos uma forte concentração em alguns poucos termos. Tanto assim que seis termos, incluindo aqueles utilizados na questão pré-codificada, podem dar conta de 95% das respostas. A tabela 6 apresenta as respostas mais frequentes dadas à questão aberta.

Observe-se que, embora os seis tipos de cor mais frequentes formem um tipo de contínuo variando de branco a preto, dois rótulos são responsáveis por mais de 76% de todas as respostas: brancos e morenos. Este último termo é, de fato, quase três vezes mais frequente que os dois termos para pessoas de ancestralidade negra na questão pré-codificada (isto é, pardo e preto), que em conjunto dão conta de apenas 12% das respostas na tabela 6. Assim, muito claramente, a maneira pela qual os brasileiros expressam sua própria identidade racial discrepa do

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

Tabela 6

Frequências de respostas à questão aberta sobre identidade racial

Designação de cor	Frequência	%
Branca	34.612	41,9
Clara	2.055	2,5
Morena clara	2.307	2,8
Morena	28.427	34,4
Parda	6.234	7,6
Preta	3.658	4,4
Outra	4.367	5,3
Falta de informação	917	1,1
Total	82.577	100,0

Fonte: IBGE, PNAD, 1976.

método usual de coletar e reportar esta característica nas estatísticas oficiais.

No entanto, a questão das três categorias utilizadas pelo IBGE representarem ou não, como Harris insistiu, “uma rendição lamen-

tável a conceitos não-brasileiros de identidade racial” permanece sem resposta. A razão fundamental para isto reside no fato de que não sabemos como as duas escalas — a dos brasileiros e a do IBGE — se relacionam. Acredito que para o argumento de Harris se sustentar e, portanto, para que a escala do IBGE não seja um instrumento útil na análise das relações raciais no Brasil, seria necessário que aquelas escalas não fossem monotonicamente relacionadas, caso em que as discrepâncias entre elas fossem tais que uma não pudesse ser utilizada como *proxy* para a outra. A tabela 7 apresenta o cruzamento das respostas dadas para ambas as questões aberta e fechada.

Se analisarmos a relação entre as duas classificações, ignorando as categorias Outros e Sem Informação em ambas as escalas, chegamos a um ajustamento do modelo de independência entre classificação da ordem de $G^2 = 82.131,5$, que com 10 graus de liber-

Tabela 7

Designação de cor por classificação de cor — Brasil — 1976

Designação de cor	Classificação de cor				Total
	Branca	Parda	Preta	Outra e sem informação	
Branca	96,7	2,1	0,1	1,1	100%
Clara	84,7	10,0	0,5	4,8	100%
Morena clara	51,6	39,9	2,5	6,0	100%
Morena	22,0	66,1	8,3	3,6	100%
Parda	2,6	94,0	2,6	0,8	100%
Preta	2,0	8,0	89,3	0,7	100%
Outra	36,6	28,0	17,2	18,2	100%
Sem informação	10,0	6,9	3,2	79,9	100%
Total	44.544	28.083	6.679	3.271	82.577
%	53,9	34,0	8,1	4,0	100%

Nota: Os totais para as categorias de designação de cor são os reportados na tabela 6.

Fonte: IBGE, PNAD, 1976.

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

dade implica a rejeição da hipótese de independência a qualquer nível de significância convencional. Mais significativa para o problema em questão é o padrão de relacionamento observável nos resíduos padronizados, em que valores superiores a $\pm 1,96$ indicam discrepâncias significativas acima ou abaixo, dependendo do sinal, do que seria esperado no caso de independência entre classificações. O padrão de resíduos para a referida tabela é o seguinte:

	Branca	Parda	Preta
Branca	+100,8	-103,6	-50,8
Clara	+18,9	-18,6	-11,5
Morena clara	-1,1	+5,5	-8,5
Morena	-74,6	+92,1	+4,7
Parda	-56,5	+78,4	-14,7
Preta	-43,7	-27,8	+177,3

Assim, o padrão observado mostra uma forte tendência a indivíduos que se identificaram na pergunta aberta com o grupo de cor Branca ou Clara a se identificarem com a cor Branca na pergunta fechada; similarmente, os que se identificaram nas categorias Morena clara, Morena e Parda se identificam na cor Parda na questão pré-codificada. A única discrepância ao "bom comportamento" deste padrão é a tendência significativa de alguns pretos na classificação de cor terem se identificado como "Morenos" na designação de cor. Confirmando o alto grau de inter-relacionamento monotônico entre as escalas, cabe lembrar que o coeficiente de correlação ordinal γ atinge no nosso caso o valor $\gamma = 0,944$.

Dessa forma, considerando os fatos de que

1. a enorme maioria dos brasileiros parece utilizar de fato um conjunto *restrito* de categorias de cor – basicamente branco, moreno e preto; e que
2. existe uma forte correlação monotônica entre as respostas obtidas na pergunta aberta e aquelas obtidas na questão pré-codificada, o que permite um razoável mapeamento de uma na outra,

acreditamos que a tradicional forma de mensurar a identidade racial nas estatísticas oficiais é fundamentalmente válida e que, portanto, os estudos que a utilizam – como o que faremos a seguir – devem cobrir com razoável fidedignidade a dimensão racial que pretendem mensurar.

Tendo ganho uma certa confiança na classificação utilizada no Censo de 1980, podemos agora examinar os dados em nossa tabela de seletividade, obtida a partir de nossa amostra de casais (tabela 8).

Ressalta na tabela de seletividade marital brasileira o peso da diagonal principal, indicativa dos casamentos endogâmicos: 12.294 de um total de 15.556 casos correspondem a casamentos entre cônjuges do mesmo grupo de cor. Ou seja, 79% dos casamentos são estritamente endogâmicos. Entretanto, a proporção de casamentos endogâmicos varia acentuadamente de grupo para grupo, como podemos ver na tabela 9, quer consideremos os maridos, quer as esposas como base de comparação.

Assim, conforme era esperado, dado o que foi discutido nas seções anteriores, os grupos mais numerosos têm mais oportunidades de realizar as normas endogâmicas do que os grupos menores, mais sujeitos a pressões exogâmicas. Como podemos ver, pouco mais da metade dos homens pretos e pouco mais de um terço dos homens amarelos são casados com mulheres de seu mesmo grupo de cor. Os diferenciais entre as mulheres,

Tabela 8

Seletividade racial no casamento – Brasil – 1980

Cor do marido	Cor da esposa				Total
	Branca	Amarela	Parda	Preta	
Branca	6.361	3	1.092	92	7.548
Amarela	17	42	5	1	65
Parda	1.421	9	5.425	193	7.048
Preta	123	1	304	466	894
Total	7.922	55	6.826	752	15.556

Tabela 9

Proporções de casamento endogâmico por grupo de cor

Grupo de cor	Base de comparação	
	Maridos	Esposas
Branco	84,3%	80,3%
Amarelo	64,6%	76,4%
Pardo	77,0%	79,5%
Preto	52,1%	62,0%

embora mais reduzidos, têm o mesmo sentido.

Examinando os 21% casais restantes, localizados fora da diagonal, correspondendo aos casamentos exogâmicos, podemos contar um total de 8,9% localizados acima da diagonal e 12,1% abaixo da diagonal. Ou seja, constatamos uma predominância (57,5%) de casamentos em que a mulher é mais clara do que o homem dado o total de casamentos interraciais propriamente ditos, contra 42,5% de casos inversos, em que o homem é mais claro do que a esposa. Confirmam-se, assim, as afirmativas encontradas na literatura quanto à predominância de casamentos de homens mais escuros com mulheres mais claras, em-

bora o caso contrário, frise-se, está longe de se constituir um evento raro, como pretendem alguns autores.

Existem boas razões, como já vimos, para acreditar que esta tendência no casamento inter-racial tem uma origem demográfica, e não puramente normativa. Devemos atentar para o fato das grandes diferenças de tamanho e nas razões de masculinidade – que seguem o sentido daquelas observadas para a população como um todo – e particularmente para o fato de que do grupo branco são oriundas quase 51% das mulheres casadas, enquanto que deste grupo provêm apenas 48,5% dos homens casados. Esta última diferença, muito significativa no grupo de cor mais numeroso, por si só poderia explicar a predominância de casamento de mulheres claras com homens escuros entre os casamentos inter-raciais.

A questão que se coloca, portanto, é qual seria o padrão de casamento na ausência dos diferenciais demográficos entre os grupos de cor. Se as distribuições dos grupos por cor e sexo fossem iguais, qual a magnitude relativa do casamento endogâmico dentro de cada grupo? As tendências no casamento inter-raciais permaneceriam? Para responder a questões como estas podemos efetuar uma

análise preliminar utilizando o método de ajustamento proporcional de Deming (1943), método analítico desenhado para se descobrir os padrões existentes nas tabelas no caso hipotético de que cada grupo compõe uma fração igual na população.⁵ Fixando cada célula marginal em 100, podemos aplicar o ajustamento proporcional das células da tabela para obter o padrão de associação entre as características dos esposos que

seria esperado no caso de todos os grupos terem o mesmo tamanho (refletindo, portanto, apenas as endogâmias intrínsecas e as distâncias sociais observadas neste padrão). Ou seja, o que seria observado na ausência dos efeitos das diferenças na composição populacional. O resultado da aplicação do ajustamento proporcional de Deming à nossa tabela de seletividade marital é reportado na tabela 10.

Tabela 10
Seletividade marital na ausência de diferenças na composição populacional

Cor do marido	Cor da esposa				
	Branca	Amarela	Parda	Preta	Total
Branca	77,9	0,7	15,6	5,8	100,0
Amarela	2,5	96,0	0,8	0,7	100,0
Parda	15,9	2,6	71,2	10,3	100,0
Preta	3,7	0,7	12,4	83,2	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Diferenças muito significativas em relação aos dados originalmente observados emergem da tabela ajustada. Em primeiro lugar, embora a proporção de casamentos endogâmicos suba ligeiramente a 82,1% do total de casamentos, as proporções endogâmicas em cada grupo de cor se alteram radicalmente. Por um lado, as proporções dentro dos grupos maiores se reduzem, caindo de entre 80% e 84% entre os brancos e de entre 77% e 79,5% entre pardos para 77,9% e 71,2%, respectivamente. Por outro lado, quando os grupos têm igual tamanho, as proporções endogâmicas nos grupos menores aumentam muito significativamente, subindo de entre 52% e 62% para o grupo preto e entre 64,6%

e 76,4% entre amarelos para 83,2% e 96%, respectivamente. Como podemos ver, o grupo amarelo é, *intrinsecamente*, um isolado na população brasileira. Muito claramente, o efeito das diferenças na composição populacional é no sentido de reduzir drasticamente a concretização de eventuais ligações endogâmicas nas minorias étnicas. De fato, quando eliminamos as diferenças nesta composição, deixando apenas os efeitos das endogâmias intrínsecas e das distâncias sociais implícitas, verificamos que o grupo amarelo apresenta uma proporção de casamentos endogâmicos extremamente elevada. Dos outros três grupos, é o grupo preto aquele com maior tendência endogâmica, seguido do

grupo branco, com o grupo pardo apresentando o maior nível de abertura ao casamento inter-racial.

No que tange ao casamento exogâmico, paralelamente à redução em sua frequência geral, observa-se uma redução na diferença das frequências acima e abaixo da diagonal principal. Agora, enquanto que a proporção de casamentos de homens mais claros que as mulheres é de 8,5% do total de casamentos, a proporção dos casos inversos, homens mais escuros do que as mulheres, é de 9,4%. Permanece, portanto, um pequeno diferencial de cerca de 0,9% de predominância do caso de marido mais escuro que a esposa, reduzido frente à diferença de 3,13% observada nos dados originais. A permanência desta pequena diferença pode, em princípio, ser atribuída a princípios de ordem normativa, indicando uma diferença de comportamento entre homens e mulheres no que diz respeito à seletividade marital. Inferências deste tipo, no entanto, são arriscadas já que a diferença é realmente reduzida e por desconhecermos a sua significância estatística. Necessitamos de métodos mais formais de análise antes de chegarmos a uma conclusão mais definitiva sobre o problema.

4. Um modelo de seletividade marital⁶

A relativamente recente disponibilidade dos chamados modelos multiplicativos ou log-lineares para análise de dados qualitativos possibilitou avanços importantes no estudo da seletividade marital. Após o trabalho pioneiro de Goodman (1972), onde é proposta toda uma classe de modelos para análise de tabelas quadradas, seguem-se uma série de tentativas, mais ou menos bem sucedidas, de se especificar os componentes da relação entre certas características dos casais. Uma primeira tentativa de aplicação deste tipo de

modelo ao problema de endogamia deve-se a Travis (1976), em sua análise da seletividade religiosa do casamento no Canadá. Baseado no fato de que, em tabelas 2x2, o parâmetro de interação de um modelo log-linear mensura o efeito da diagonal principal (ou seja, dos casamentos endogâmicos), Travis decompõe uma tabela com múltiplas categorias em seus diversos componentes de dimensões 2x2, extraindo os parâmetros correspondentes. Uma tentativa similar é a de Silva (1981), que aplica a propriedade de decomponibilidade da estatística de Qui-Quadrado da razão de verossimilhança para estudar a seletividade racial no Brasil, utilizando dados de uma pesquisa nacional de 1976. Esses métodos são, no entanto, de difícil aplicação quando se trabalha com tabelas envolvendo mais de três categorias.

Em 1982, McCaa, analisando o problema da miscigenação racial na América colonial espanhola, fez uso de modelos de quase-simetria. Tais modelos se concentram na especificação das células fora da diagonal, o que vale dizer, tentam caracterizar os casamentos exogâmicos (McCaa, 1982). Strauss e Romney (1982) e Lathrop e Pison (1982) propõem um conjunto de modelos mais orientados à parametrização da endogamia, sugerindo um teste formal da hipótese de igualdade no que diz respeito a esta característica entre os diversos grupos em análise. Este teste já havia sido proposto por Goodman (1972), cuja classe de modelos tem sua aplicação mais ampla em Johnson (1980), onde, além dos parâmetros mensurando os efeitos das diferenças em tamanho e razões de masculinidade entre grupos e de suas propensões intrínsecas à endogamia, se introduz alguns parâmetros destinados a capturar as distâncias sociais entre estes grupos.

A seguir examinaremos um modelo de seletividade marital à luz dos dados sobre características de cor dos casais selecionados em nossa amostra do Censo de 1980.

*Modelos de Distância Social:
O modelo DC de Goodman*

Os modelos de Distância Social representam tentativas de incorporar a idéia de que o casamento entre grupos socialmente próximos são mais comuns do que entre grupos distantes. Obviamente, a suposição básica que sustenta tais modelos é que existe uma ordenação intrínseca entre as categorias, caso contrário, seria problemático se falar em "distância" separando os grupos. Na discussão que se segue suporemos que a ordem das categorias de cor no Brasil é aquela apresentada anteriormente: Brancos > Amarelos > Pardos > Pretos. É importante que se sublinhe que, se para os modelos vistos antes é totalmente irrelevante a ordenação dos

grupos, a validade dos resultados dos modelos de distância depende estreitamente da plausibilidade da ordenação adotada. No nosso caso, acreditamos que a ordem que estamos propondo se ancora firmemente no que se conhece a respeito da posição social relativa dos diversos grupos de cor, em diversas dimensões da vida social. Corresponde também à ordenação geral adotada em alguns estudos de base genética em que a escala tenta capturar a variação de mais caucásoide a mais negróide (veja-se, e.g., Krieger et alii, 1965, p. 115-6).

O modelo mais geral de Goodman (1972), incluindo todos os demais modelos de sua classe como casos especiais, pode ser expresso da seguinte forma:

$$F_{ij} = UU_i^M U_j^E C_{ij} B_r G_{ij} \quad \text{para } i, j = 1, \dots, k \quad (4.1)$$

$$r = i - j = -(K - 1), \dots, -1, 0, 1, \dots, (K - 1)$$

onde:

$$1. G_{ij} = \begin{cases} \prod_{s=j}^{i-1} V_s & \text{para } i > j \\ \prod_{s=i}^{j-1} V_s & \text{para } i < j \\ 1 & \text{para } i = j \end{cases} \quad (4.2)$$

$$2. C_{ij} = \begin{cases} 1 & \text{para } i \neq j \\ f_{ij} / (UU_i^M U_j^E B_o) & \text{para } i = j \end{cases} \quad (4.3)$$

e

3. Os parâmetros U_i^M , U_j^E , G_{ij} e B_r estão sujeitos às restrições usuais de forma a definirem unicamente estes parâmetros.

O modelo 4.1, denominado por Goodman DC (para *diagonals crossings*), estabelece que cada termo de interação na tabela, isto é, cada termo U_{ij}^{ME} do modelo log-linear geral,⁷ é igual ao produto de três efeitos C_{ij} , B_r e G_{ij} , cada um indicando um tipo especial de interação. Assim, escrevendo a interação na célula (i, j) como

$$U_{ij}^{ME} = C_{ij} B_r G_{ij},$$

onde:

1. G_{ij} são parâmetros capturando os efeitos cumulativos de cruzamentos de limites separando a categoria i e a categoria j em uma ordenação linear particular das K categorias (Johnson, 1980, p. 49). Os parâmetros V_s que geram os G_{ij} (eq. 4.2) são denominados por Goodman de "parâmetros de cruzamentos";

2. B_r são parâmetros capturando o efeito do fato da célula (i, j) estar localizada numa diagonal específica $r = i - j$ da tabela. Os parâmetros B_r são denominados "parâmetros diagonais";

3. C_{ij} são parâmetros capturando efeitos especiais associados a uma localização numa célula particular da diagonal principal. São denominados "índices de razão", como se pode depreender da eq. 4.3. Estes parâmetros representam as *endogâmias intrínsecas* dos grupos de cor, o peso das normas e propensões endogâmicas destes grupos. Se o modelo tiver sido especificado corretamente, então cada um destes coeficientes de "endogamia intrínseca" captura o excesso da proporção observada casando dentro do grupo relativamente à proporção esperada dada a composição populacional (isto é, tamanho e razões de masculinidade dos grupos) e as distâncias sociais estimadas entre os grupos. Por ser uma razão entre frequências observada e

estimada numa célula específica, com um parâmetro para cada uma destas células, os modelos com parâmetros do tipo C_{ij} sempre apresentam um ajustamento perfeito nestas células.

A generalidade do modelo de Goodman pode ser apreciada quando observamos que, equalizando parâmetros ou fazendo alguns deles iguais à unidade, pode-se derivar um conjunto complexo de modelos: por exemplo, fazendo-se tanto os parâmetros V_s quanto os B_r iguais à unidade, obtém-se o modelo de Quase-Independência. Similarmente, fazendo-se todos os parâmetros V_s , B_r e C_{ij} iguais à unidade, obtém-se o modelo de Independência. O modelo que examinaremos a seguir é derivado do modelo DC de Goodman através de restrições desta natureza.

O modelo de cruzamentos

Uma característica importante do modelo de Goodman é a suposição de que existem barreiras bloqueando o casamento entre indivíduos oriundos de grupos diferentes, sendo estas barreiras que expressam o conceito de distância social. Assim, quanto mais distantes forem os grupos de origem do par potencial, mais barreiras sociais devem eles cruzar, o que explicaria o fato de o casamento entre grupos próximos ser mais freqüente do que entre grupos socialmente distantes.

No modelo de cruzamentos supõe-se que as barreiras são específicas às categorias entre as quais se dá o casamento: supõe-se que o número de fronteiras de grupo transpostas é menos importante do que *quais* são especificamente as fronteiras transpostas. Assim, o tamanho de cada barreira é determinado por quais categorias ela separa. Assim, a distância entre duas categorias i e j é a soma dos tamanhos das barreiras intervenientes. Em termos dos parâmetros log-lineares

$$g_{ij} = \begin{cases} \sum_{s=j}^{i-1} v_s & \text{para } i > j \\ \sum_{s=1}^{j-1} v_s & \text{para } i < j \\ 0 & \text{para } i = j \end{cases} \quad (4.4)$$

onde os v_s indicam os tamanhos específicos das barreiras intervenientes e g_{ij} é a distância total separando os grupos i e j .

Algumas características deste modelo devem ser observadas. Em primeiro lugar, sua simetria: como a eq. 4.2 mostra claramente, a estrutura dos parâmetros de interação é perfeitamente simétrica. Por exemplo, o parâmetro V_1 no caso dos dados do Censo de 1980 captura a idéia de que cruzar a barreira separando homem Branco e mulher Amarela é igual à que separa mulher Branca e homem Amarelo, independentemente do sexo e da cor dos indivíduos que estão cruzando esta barreira. Ou seja, ela é igual tanto para os próprios Amarelos quanto para Pardos e Pretos envolvidos em casamento com brancos.

Em segundo lugar, o fato de as distâncias no modelo de cruzamentos serem as somas das distâncias intervenientes (eq. 4.4) é particularmente importante por possibilitar o mapeamento das distâncias entre grupos de cor num espaço unidimensional (Johnson, 1980, p. 123-30), facilitando a obtenção de uma métrica para estas distâncias.

Uma outra propriedade interessante deste modelo é que a endogamia nos extremos da hierarquia de cor é atribuída às barreiras ao casamento que separam os grupos de cor, isto mesmo em modelos *sem* endogamias intrínsecas C_{ij} . Ou seja, o modelo de cruzamentos sempre ajusta as células (1,1 e K,K) perfeitamente. Assim sendo, uma vez que no caso de nossos dados as células na diagonal para Brancos e Pretos serão perfeitamente ajustadas, poderíamos entreter um

modelo em que houvesse apenas um parâmetro mensurando as propensões endogâmicas de todos os grupos, além dos parâmetros de cruzamento

$$v_{ij} = u + u_i^M + u_j^E + c + g_{ij} \quad (4.5)$$

com os parâmetros sujeitos às restrições usuais.

Ajustando através do sistema GLIM⁴ tal modelo a nossos dados obtemos $G^2 = 300,9$ com 5 graus de liberdade. Embora represente uma melhoria substancial em relação ao caso de independência (" R^2 " = 0,967), o modelo de cruzamentos com endogamia uniforme se ajusta muito mal aos dados. O índice de dissimilaridade Δ indica que mais de 1% das observações foram mal alocadas pelo modelo. Estes resultados confirmam a existência de diferenças marcantes nas propensões à endogamia entre os diversos grupos de cor.

O modelo que logicamente se impõe é aquele em que além dos parâmetros de cruzamentos temos ainda as endogamias intrínsecas a cada grupo. Pode ele ser escrito na forma log-linear completa

$$v_{ij} = u + u_i^M + u_j^E + c_{ij} + g_{ij} \quad (4.6)$$

Neste modelo, as células diagonais 2 a $K - 1$ são afetadas por um específico parâmetro c_{ij} . Haberman (1979, p. 519) nos dá uma especificação diferente mas equivalente. Aplicando-o aos mesmos dados obtemos $G^2 = 13,85$ com 4 graus de liberdade. Atinge uma melhoria quase que completa em relação ao modelo de independência (" R^2 " = 0,999) e apenas 0,3% de casos mal alocados. Assim, confirma-se que as distâncias sociais também desempenham um papel significativo, embora secundário, na configuração dos padrões de casamento inter-racial em nossa sociedade.

Neste modelo interessa também a magnitude dos parâmetros representando os efei-

tos das endogamias intrínsecas e das distâncias sociais. São elas:

Endogamias intrínsecas

Grupo	Coefficiente	Erro Padrão
Branco	1,363	0,337
Amarelo	6,646	0,382
Pardo	0,609	0,085
Preto	3,130	0,092

Assim, o grupo Preto aparece caracterizado por um alto nível de propensão endogâmica, ao passo que o grupo Pardo tem a característica inversa, uma baixíssima endogamia intrínseca. O grupo Branco ocupa uma posição intermediária entre estes dois; o grupo Amarelo, de elevadíssima endogamia intrínseca, é, no entanto, numericamente desprezível.

Os valores dos parâmetros de cruzamento são:

Parâmetros de cruzamento: ν

Parâmetro	Coefficiente	Erro Padrão
ν^1	0,681	0,169
ν^2	0,564	0,172
ν^3	1,565	0,049

implicando o seguinte conjunto de distâncias inter-raciais:

Parâmetros de distância: g_{ij}

Amarelos	0,681		
Pardos	1,245	0,564	
Pretos	2,810	2,129	1,565
	Branco	Amarelos	Pardos

Observa-se, portanto, que, contrariamente ao que sabemos das distâncias sócio-econô-

micas entre os grupos de cor, o grupo Pardo ocupa uma posição realmente intermediária entre Brancos e Pretos. De fato, parece mesmo estar ligeiramente mais próximo do grupo Branco do que do grupo Preto. O padrão dicotômico observado nos estudos sócio-econômicos, isto é, Brancos claramente diferenciados de Pardos e Pretos, estes últimos ocupando posição muito próxima entre si, claramente não se reproduz nos padrões de distâncias sociais implícitas nos padrões de casamento inter-racial no Brasil. Estes resultados sugerem que as distâncias sociais no casamento não são de natureza primariamente sócio-econômica, seguindo talvez outras hierarquias como, por exemplo, hierarquias de *status* ou de prestígio.

Finalmente, podemos examinar a hipótese de que nos casamentos envolvendo homens mais escuros e mulheres mais claras exista uma compensação, o homem estando em posição mais elevada que a mulher em outras dimensões de *status*. Como vimos, esta é uma suposição freqüente na literatura brasileira, sobretudo no que diz respeito à sua caracterização do comportamento nas classes altas. Para examinar esta questão — ainda de forma muito limitada — lançaremos mão dos dados relativos à educação dos cônjuges, codificados em termos de nível educacional atingido: Sem Instrução, Primário, Secundário, Colegial e Universitário. Calculando as proporções de casais com *igual* nível educacional, com marido *mais* educado do que a esposa, e com marido *menos* educado do que a esposa, para cada combinação de cor possível, obtemos os dados da tabela 11.

Para todas as combinações de cor dos cônjuges, verifica-se uma grande predominância de casais com nível educacional equilibrado, variando entre cerca de 58% a algo mais que 67%. Similarmente, para quase todos os tipos de casal, há uma maior ocorrência de homens *mais* educados do que suas esposas, mesmo aqueles em que a esposa é

Tabela 11

Proporções de tipos educacionais pela cor dos esposos

Cor do marido	Cor da esposa		
	Branca	Parda	Preta
Branco	= : 60,7% > : 22,3% < : 17,0%	= : 59,9% > : 21,7% < : 18,4%	= : 67,4% > : 19,6% < : 13,0%
Pardo	= : 60,0% > : 21,8% < : 18,2%	= : 63,2% > : 19,1% < : 17,7%	= : 62,2% > : 18,6% < : 19,2%
Preto	= : 57,7% > : 24,4% < : 17,9%	= : 67,0% > : 19,8% < : 13,2%	= : 67,0% > : 18,2% < : 14,8%

Nota: > indica marido *mais* educado do que a esposa; < indica marido *menos* educado do que a esposa; = indica marido e esposa com educação equivalente.

mais escura do que o marido. A única exceção são os casais em que o homem é pardo e a mulher é preta, onde as proporções de homens mais educados é aproximadamente igual (19% do total) a de homens menos educados do que suas mulheres.

Embora a proporção de casais com homens mais educados seja ligeiramente superior no caso de casais em que o homem é preto e a mulher é branca (24,4% dos casais, comparado com 22,3% no caso de ambos os esposos serem brancos), esse comportamento

não é uniforme, sendo inferior tanto no caso de casais em que o homem é pardo e a mulher é branca, quanto no que o homem é preto e a mulher é parda. No caso dos casais em que a mulher é mais escura do que o marido, também nenhum padrão compensatório parece emergir. Portanto, não há nada que nos permita afirmar com segurança algo como "quanto maior a diferença de cor, maior a diferença educacional entre os cônjuges", nem mesmo para o caso de casais com o homem mais escuro do que a mulher. □

NOTAS

1. Para uma revisão sistemática de um grande conjunto de pesquisas locais, veja-se Azevedo, T., 1975, p. 60 e seguintes.
2. O casamento, talvez por se constituir na forma mais "visível" de interação social, é o único elemento sobre o qual se percebe unanimemente o efeito do preconceito e a discriminação racial no Brasil. Por exemplo, D. Pierson em seu estudo sobre a comunidade paulista de Cruz das Almas, observa que "se existe discriminação na base de cor na comunidade, é no domínio final e último das relações pessoais, isto é, com referência ao casamento e à incorporação na família" (Pierson, 1951, p. 191-2).
3. Como observa Azevedo (1963b, p. 99): "Não podemos fugir à evidência de que na sociedade brasileira, apesar da brandura do antagonismo racial e da ideologia assimilacionista concomitante do preconceito de

marca, (...) o sentimento coletivo dominante é contrário às uniões heterocrômicas, pelo casamento, particularmente na esfera superior de classificação e convívio social."

4. Definidos $Z_{ij} = (f_{ij} - F_{ij})/\sqrt{F_{ij}}$, raiz quadrada dos componentes da usual estatística de ajustamento "Qui-Quadrado de Pearson", se distribuem como uma Normal Padrão, isto é, $Z_{ij} \sim N(0,1)$. Assim, valores superiores a $|1,96|$ indicam desvios significativos na célula.

5. Este método - que alguns chamam de Mostellerização - é descrito por Bishop et alii (1975, p. 97 e seguintes), sendo considerado o "emprego clássico" do algoritmo iterativo de ajustamento proporcional (AIAP), freqüentemente empregado para estimação de modelos log-lineares. Neste método, as freqüências nas células de uma tabela são ajustadas proporcionalmente para satisfazer um conjunto de marginais fixos *a priori*, normalmente fixados em 100 cada um. Ver Bishop et alii, páginas referidas, para uma descrição detalhada do método, que tem a importante propriedade de preservar todos os efeitos interativos (isto é, o padrão de associação) da tabela original.

6. Nesta seção faremos apenas uma descrição muito sumária do modelo de distância social. Uma discussão mais detalhada deste e de outros modelos log-lineares de seletividade marital encontra-se em Silva, N. V., "A Seletividade Racial no Casamento", *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1987.

7. Para uma descrição do sistema GLIM e exemplos de sua utilização, veja-se Baker e Nelder (1978) e Breen (1984).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, R. e KESSLER, R. C., "Patterns of interethnic marriage among American Catholics", *Social Forces*, n. 57, p. 1.124-40, 1979.

AZEVEDO, T. *Elites de Cor: Um Estudo de Ascensão Social*, São Paulo, 1955.

_____, *Social Change in Brazil*, Latin American Monograph Series, Univ. of Florida Press, 1963a.

_____, "Mestiçagem e Status no Brasil", in *Actas do V Colóquio Int. de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, p. 87-112, 1963b.

_____, *Cultura e Situação Raciais*, Rio de Janeiro, 1966.

_____, *Democracia Racial. Ideologia e Realidade*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.

BAKER, R. J. e NELDER, J. A., *The GLIM System. Release Three*, Oxford: Numerical Algorithms Group, 1978.

BERCOVICH, A. M., "Sensibilidade das estimativas de fecundidade e mortalidade a alguns erros nas informações primárias", *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Águas de São Pedro, vol. 3, p. 1.255-83, 1986.

BISHOP, Y.; FEINBERG, S. e HOLLAND, P., *Discrete Multivariate Analysis*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1975.

BLAU, P., "A macrosociological theory of social structure", *American Journal of Sociology*, n. 83, p. 26-54, 1977.

BREEN, R., "Fitting Nonhierarchical and Association Log-linear Models Using GLIM", *Sociological Methods and Research*, vol. 13, n. 1 (August), p. 77-107, 1984.

BUMPASS, L., "The trend in interfaith marriage in the United States", *Social Biology*, n. 17, p. 253-59, 1970.

CHANCE, J. K. e TAYLOR, W. B., "Estate and class in a colonial city: Oaxaca in 1792", *Comparative Studies in Society and History*, n. 19, p. 454-87, 1977.

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

- COSTA PINTO, L., *O Negro no Rio de Janeiro*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
- COX, O. C., *Caste, Class and Race: A Study in Social Dynamics*, Nova York, 1948.
- DAVIS, K., "Intermarriage in Caste Societies", in: COSER, R. L. (ed.), *The Family*, Nova York: St. Martin, 1954.
- DEGLER, C., *Neither Black nor White. Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*, Nova York: MacMillan, 1971.
- DEMING, W. E., *Statistical Adjustment of Data*, Nova York, Wiley, 1943.
- FEINBERG, S., *The Analysis of Cross-Classified Categorical Data*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1977.
- FERNANDES, F., "Cor e estrutura social em mudança", in: BASTIDE, R. e FERNANDES, F., *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
- _____, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo: Dominus, 1966.
- FREIRE-MAIA, N., *Brasil: Laboratório Racial*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.
- GOLDMAN, N.; WESTOFF, C. F. e HAMMERSLOUGH, C., "Demography of the Marriage Market in the United States, *Population Index*, 50 (1), p. 5-25, 1984.
- GOODMAN, L., "The analysis of cross-classified data: independence, quasi-independence, and interaction in contingency tables with or without missing cells", *Journal of the American Statistical Association*, n. 63, p. 1.091-131, 1968.
- _____, "Some multiplicative models for the analysis of cross-classified data", in: LE CANE, L. (ed.), *Proceedings of the Sixth Berkeley Symposium in Mathematical Statistics and Probability*, Berkeley: Univ. of California Press, 1972.
- GORDON, A. I., *Assimilation in American Life*, Nova York: Oxford Univ. Press, 1964.
- HABERMAN, S., *The Analysis of Qualitative Data*, Nova York: Academic Press, 1979.
- HARRIS, M., *Patterns of Race in the Americas*, Nova York: Norton, 1964a.
- _____, "Racial Identity in Brazil", *Luso-Brazilian Review*, n. 1, p. 21-28, 1964b.
- _____, "Referential Ambiguity in the Calculus of Brazilian Racial Identity", *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 26, n. 1 (Spring), p. 1-14, 1970.
- HARRIS, M. e KOTTAK, C., "The Structural Significance of Brazilian Racial Categories", *Sociologia*, n. 25, p. 203-9, 1963.
- HASENBALG, C., *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HAUSER, R. M., "Some Exploratory Methods for Modeling Mobility Tables and Other Cross-Classified Data", in: SCHUESSLER, K. F. (ed.), *Sociological Methodology 1980*, São Francisco: Jossey Bass, 1980.
- HEER, D. M., "The trend in interfaith marriage in Canada: 1922-1957", *American Sociological Review*, n. 27, p. 245-50, 1962.
- HOUT, M., *Mobility Tables*, Berkeley: Sage, 1983.
- IANNI, O., *As Metamorfoses do Escravo*, São Paulo: Difel, 1962.
- _____, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, 1966.
- JOHNSON, R. A., *Religious Assortative Marriage in the United States*, Nova York: Academic Press, 1980.
- KLEIN, H., "The Colored Freedmen in Brazilian Slave Society", *Journal of Social History*, III (Fall), 1969.
- KRIEGER, H.; MORTON, N. E.; MI, M. P.; AZEVEDO, E.; FREIRE-MAIA, A. e YASUDA, N., "Racial admixture in north-eastern Brazil", *Annals of Human Genetics*, n. 29, p. 113-25, 1965.
- LATHROP, M. e PISON, G., "Méthode statistique d'étude de l'endogamie. Application à l'étude du choix du conjoint chez les Peul Bandé", *Population*, n. 3, p. 513-42, 1982.

- LÉVI-STRAUSS, C., *The Elementary Structures of Kinship*, Boston: Beacon Hill, 1969.
- MCAA, R., "Modeling social interaction: marital miscegenation in colonial Spanish America", *Historical Methods*, n. 15, p. 45-66, 1982.
- McFARLAND, D. D. e BROWN, D. J., "Social distance as a metric - a systematic introduction to smallest space analysis", in: LAUMANN, E. O. (ed.), *Bonds of Pluralism*, Nova York: Wiley, p. 213-53, 1973.
- OLIVEIRA, L. E. G.; PORCARO, R. M. e COSTA, T. C. N. A., *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*, Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- PIERSON, D., *Negroes in Brazil*, Chicago: Univ. Chicago Press, 1942.
- , *Cruz das Almas, A Brazilian Village*, Washington: Southsonian Institution, 1951.
- REYNOLDS, H. T., *The Analysis of Cross-Classified Data*, Nova York: Free Press, 1978.
- ROMNEY, A. K., "Measuring Endogamy", in: PAUL, K. (ed.), *Explorations in Mathematical Anthropology*, Stanford, Califórnia: CASBS, 1971.
- SALDANHA, P. H., "Race Admixture among Northeastern Brazilian Populations", *American Anthropologist*, n. 64, p. 751-9, 1965.
- SALZANO, F. M., "Em Busca das Raízes", *Ciência Hoje*, n. 5, p. 48-53, 1986.
- SCHOEN, R. e COHEN, L. E., "Ethnic endogamy among Mexican-American Grooms", *American Journal of Sociology*, n. 86, p. 359-66, 1980.
- SEED, P. e RUST, P. F., "Equality of Endogamy: statistical approaches", *Social Science Research*, n. 14, p. 57-79, 1985.
- SILVA, N. V., "Endogamia de Classe ou Endogamia de Cor?", trabalho apresentado no V Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo, 1981.
- SIMPSON, G. E. e YINGER, M., *Racial and Cultural Miscouities: An Analysis of Prejudice and Discrimination*, Nova York: Harper & Row, 1972.
- SKIDMORE, T., "Toward a Comparative Analysis of Race Relations Since Abolition in Brazil and the United States", *Journal of Latin American Studies*, n. 4, p. 1-28, 1972.
- STALEY, A. J., *Racial Democracy in Marriage: A Sociological Analysis of Negro-White Inter-marriage in Brazilian Culture*, Dissertação Doutoral não publicada, University of Pittsburgh, 1959.
- STRAUSS, D. e ROMNEY, A. K., "Log-linear multiplicative models for the analysis of endogamy", *Ethnology*, n. 21, p. 79-99, 1982.
- TRAVIS, H., *Religious in-marriage and inter-marriage in Canada, 1934-1969: A Methodological and Empirical Investigation*, working paper 36/76, Madison, Wisconsin: CDE, 1976.
- WAGLEY, C., *Race and Class in Rural Brazil*, Nova York: Columbia Univ. Press, 1952.
- , *Amazon Town, A Study of Man in the Tropics*, Nova York: Macmillan, 1953.
- WARNER, W. L., "American Caste and Class", *American Journal of Sociology*, n. 42, p. 234-7, 1936.
- WARREN, B. L., "A multiple variable approach to the associative mating phenomenon", *Eugenics Quarterly*, n. 13, p. 285-90, 1968.
- WHITE, H. C., *An Anatomy of Kinship*, Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice Hall, 1963.
- WILLEMS, E., *Uma Vila Brasileira. Tradição e Transição*, São Paulo: Difel, 1961.
- ZIMMERMAN, B., "Race Relations in the Arid Sertão", in: WAGLEY, C. (ed.), *Race and Class in Rural Brazil*, Nova York: Columbia Univ. Press, 1952.

SUMMARY

The social gap and inter-racial marriage in Brazil

Some assumptions about inter-racial marriage in Brazil are discussed in the light of sample data taken from the 1980 census. An analytical scheme is proposed which takes into account marriage partner selection as directly determined by three variables; a) the population's racial make-up, i.e. the ratio of married individuals to each color group; b) the social gaps existing between different color groups; and c) endogamic trends, i.e. the weight of endogamic rules and propensities in such groups.

Employment of a log-linear type model that adequately reflects the proposed analytical scheme indicates that all three variables seem to significantly affect the pattern of inter-racial marriage in Brazil. In particular, evidence seems to support the following conclusions:

1) A major portion of exogamic marriages can be explained by differences of a demographic

nature — size and ratio between the sexes — amongst the color groups.

2) There seems to be no significant difference between the sexes as regards marriage partner selection over and beyond the effects of differences in the general population make-up. In other words, a predominance of marriages between women of skin lighter than their darker husbands may be attributable to demographic differences between the various color groups.

3) Endogamic trends play an important role in marriage patterns in Brazil. They appear to be most prevalent among "Blacks" and least so among "Browns".

4) Social gaps play a significant but clearly secondary role in determining inter-racial marriage. Findings further indicate that social gaps in marriage are probably not primarily of a socio-economic nature, but rather follow other gap patterns of a more cultural or geographic nature.

RÉSUMÉ

Distance sociale et mariage interraciel au Brésil

Quelques hypothèses sur le mariage interraciel au Brésil sont examinées à la lumière des données d'un échantillon du recensement de 1980. Nous proposons un schéma analytique qui considère la sélectivité maritale comme étant directement déterminée par trois variables; a) la composition raciale de la population, c'est-à-dire, la proportion des conjoints dans les divers groupes de couleur; b) les distances sociales qui séparent ces groupes de couleur; et c) les tendances à l'exogamic, c'est-à-dire, le poids des normes et des tendances à l'endogamic dans ces groupes.

L'application d'un modèle du type log-linéaire, qui exprime de manière adéquate le schéma analytique proposé, montre que les trois variables semblent affecter de façon significative le modèle du mariage interraciel au Brésil. L'évidence semble confirmer particulièrement les conclusions suivantes:

1) Une grande partie des mariages exogamiques s'explique par les différences d'ordre démographique — nombre de représentants de chaque sexe et sa proportion — entre les groupes de couleur.

2) Il semble qu'il n'y a aucune différence significative entre les sexes en ce qui concerne la sélectivité maritale, outre les effets de différences dans la composition de la population. Soit, la prédominance de mariages entre des femmes à la peau plus claire que celle de leurs maris peut être attribuée à des différences d'ordre démographique entre les groupes de couleur.

3) Les tendances à l'endogamic jouent un rôle important dans le mariage au Brésil. Elles semblent être très grandes parmi les "Noirs" et très petites parmi les "Mulâtres".

4) Les distances sociales jouent un rôle important, mais nettement secondaire sur la détermination du mariage interraciel. Les résultats obtenus montrent également que les séparations sociales en ce qui concerne le mariage ne sont probablement pas de nature fondamentalement socio-économique, et se doivent peut-être à d'autres systèmes de séparations, de nature plus culturelle ou géographique.

A QUESTÃO DA COR NAS RELAÇÕES DE UM GRUPO DE BAIXA RENDA *

*Moema de Poli T. Pacheco***

* Este artigo é parte da dissertação de mestrado "Família e identidade racial: os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda", 1986, na defesa da qual contei com as valiosas sugestões de Peter Fry e Roberto da Matta, aos quais expressei os meus agradecimentos.

** Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional. Pesquisadora do IBGE.

Introdução: cor como critério de classificação

Durkheim e Mauss no início do século, como parte dos estudos que empreenderam no sentido de afirmar a Sociologia enquanto ciência, demonstraram que o ato de classificar não era nem dado pelo mundo sensível nem inato nos indivíduos mas, sim, elaborado a partir de suas relações sociais, constituindo, portanto, um princípio de organização social.¹

Segundo este ponto de vista, não existiria nada numa determinada categoria classificatória em si mesma que atestasse que os indivíduos só poderiam ser assim classificados e não segundo outros critérios. Mais que isso, os critérios acionados deveriam ser compreendidos como expressão da forma como a sociedade se encontra organizada.

Muitos trabalhos que tratam a questão racial no Brasil partindo da dicotomia brancos e negros podem conduzir a uma visão de que este seja um princípio de classificação inquestionável aplicável sem maiores problemas a qualquer instância da organização social, quando não consideram qualquer outra forma de tratar o tema como uma falsa questão.

Esse princípio dicotômico tem sido bastante difundido nos últimos anos, tanto no meio acadêmico quanto no da militância, em geral vinculado à discussão da questão raça e classe suscitada por trabalhos como os de F. Fernandes (1965), deixando um pouco à margem do debate estudos que trataram a questão das relações raciais, como os de Donald Pierson (1945), Wagley (1952), Harris e Kottak (1952) e Oracy Nogueira (1985), talvez porque em se tratando de estudos comparativos – Brasil e Estados Unidos – tivessem muitas vezes levado a conclusões acerca da natureza do preconceito e da discriminação raciais no Brasil.

Alguns deles, mesmo tendo reforçado a idéia da democracia racial brasileira (por

exemplo: Donald Pierson), por darem muita ênfase à miscigenação e aos casos de mobilidade social de "elementos negros", ao tratarem as relações raciais como um aspecto das relações sociais (Wagley, 1952: 14) levantaram questões importantes acerca da classificação racial dos indivíduos nos momentos de interação, em especial do "mulato"², apontando para a questão da ambigüidade dos termos utilizados.

"Ambiguity, both of a definitional and referential sort appear to be built into the meanings of these terms, and is in a sense a more important feature of the system that the attention which is supposed to be paid to actual physical appearance." (Harris e Kottak, 1963: 205)

O trabalho aqui desenvolvido suscita, de alguma forma, o diálogo com esses autores a partir do momento em que era objetivo de minha pesquisa para a dissertação de mestrado caracterizar a família negra no contexto social mais amplo de uma comunidade de baixa renda em Niterói. Uma vez no campo, colocou-se para o pesquisador a impossibilidade de identificar famílias brancas e negras a partir do ponto de vista do informante. Falava-se de *famílias misturadas*, "tem gente de tudo quanto é cor na minha família", o que me levou à necessidade de fazer um estudo taxonômico na tentativa de compreender o que era uma classificação de cor para o grupo e a partir de que critérios eram as categorias definidas.

Pretendo, neste artigo, deter-me na elucidação do sistema de classificação do grupo pesquisado, o que seria para Leach o momento *ideal*,³ sem contudo perder de vista, a partir de minha observação participante, sua relação com o comportamento *real* dos indivíduos dentro do grupo.⁴

Harris e Kottak (1963: 203) enumeraram cerca de 40 tipos raciais diferentes na sua pesquisa em Areembepe (BA). Para todo o

Brasil, Harris (1964: 57) fala que "cerca de uma dúzia de categorias poderiam ser reconhecidas conforme as combinações de cor e textura do cabelo, cor dos olhos e da pele". Hutchinson (1952: 28) descreve oito categorias por ele encontradas em Vila Recôncavo: preto ou preto retinto; cabra; cabo verde; escuro; mulato, que pode ser mulato claro ou mulato escuro; pardo; sarará e moreno. Diz ele: "In Vila Recôncavo, it is not simply a matter of black and white, but of all the shades in between".

Quando a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) 76 incluiu no questionário uma pergunta aberta sobre cor, também surgiu uma infinidade de designações diferentes, onde as mais frequentes eram branca, 41,9%; morena, 34,4%; preta, 7,6%; parda, 7,6%; morena clara, 2,8%; clara, 2,5%; e amarela, 0,97% (ver Araújo, Tereza C. N., "Notas sobre o quesito cor para a Pesquisa Mensal de Emprego", DEISO/IBGE, 1985 - mimeo).

Claro que com tudo isso não se pretende dizer que não existam brancos e negros, ou que a sociedade brasileira não possa ser compreendida também através de uma análise com base na existência de duas raças dicotômicas, o que seria um absurdo, como bem demonstram os trabalhos que temos desenvolvido com os dados do IBGE a partir da variável cor.⁵ O que se está querendo fazer é recuperar um outro tipo de enfoque centrado no estudo das categorias raciais em seu momento de interação dentro de um contexto social mais amplo, quando surgem levantadas pelos próprios agentes, para classificar e identificar pessoas e grupos.

As categorias de cor

"Nunca pensei nisso, sobre cor de pele, não. Nunca me liguei nisso, não... Eu nunca deixei que isso tomasse conta de mim, não."

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

A reação das pessoas à introdução da questão começava por uma negativa onde, aos poucos, se entrevia que, antes de significar a negação de uma classificação com base na cor em si mesma, tentava demonstrar que essa era uma forma de classificação sem importância, que não era por eles e nem deveria ser por ninguém levada em consideração.

“Porque eu acho que é uma coisa que não se deve pensar. Por que a pele? Mas o sangue não é a mesma coisa?”

Em outras palavras, significava dizer que antes deveria ser privilegiado um outro princípio que iguale — o sangue —, aqui utilizado como fator biológico que une todos no sentido da humanidade, e não um princípio que diferencie as pessoas, como a cor da pele.

Sob a via da negação transparecia no seu discurso uma certa consciência da existência de uma questão racial, na medida em que faziam uso de termos relativos a diferenças com base na cor e mostravam uma percepção da situação de inferioridade a que esse princípio submetia alguns, assim como denunciavam a existência, em algum nível, do preconceito.

Negavam-se, eu concluiria, o valor e o lugar dados pela sociedade aos indivíduos com base nessas diferenças. Sob esse discurso negativo existia mesmo uma valorização da cor “inferiorizada”, não no sentido, evidentemente, veiculado pelo movimento negro, “de busca de um nobre passado africano” ou de uma “história do Brasil construída por negros” (ver Teixeira, 1980) mas, sim, através da demonstração de um certo orgulho de terem superado em suas relações pessoais essa distinção e o preconceito que a acompanhava. Não que acreditassem numa “democracia racial”. Acreditavam, penso eu, que se poderia viver com essas diferenças sem problematizá-las, o que não deixa de ser, no meu entender, uma forma de assumi-las.

“Eu falo com eles, nós conversamos, eu converso com meus filhos a respeito das coisas. As pessoas mais escuras, as pessoas mais claras, as pessoas como tratam as pessoas de cor, às vezes com indiferença. Mas também eu mostro pra eles que é só pele.”

A manutenção de um grande número de categorias utilizadas para descrever as pessoas com base na cor revelaria que características raciais deveriam ser, no entanto, importantes formas de classificação dentro do grupo.

A questão era compreender de que maneira essas diversas categorias eram construídas e qual era o princípio de classificação que as norteava.

“A pessoa branca me tratou bem, eu trato bem também. Se é da minha cor, me tratou bem, eu trato bem. Agora, se a gente é destrutado, a gente tem que . . . Não é? Jogar com a mesma pedra, não é isso? Se a pessoa é destrutada, você tem também que destratar. Dependendo do momento, né? Então, graças a Deus, eu não tenho preconceito nenhum com ninguém.”

A questão começava a ser abordada nas entrevistas através da descrição de atitudes, mostrando que tomava forma a partir do contato, dos relacionamentos.

Para a maioria das pessoas a cor parecia estar sempre referida a uma atitude defensiva. Como se aqueles que não são brancos deveriam estar preparados para estabelecer qualquer tipo de relação, em especial as mais agressivas, e, de certa forma, ficassem à espera de que a primeira atitude partisse do outro a fim de que, a partir dela, pudessem definir uma reação. O que de fato demonstra que as relações raciais não podem ser definidas *a priori*, fora do contexto em que se

apresentam, na medida em que estão também referidas a formas de tratamento em determinadas situações de contato entre pessoas e grupos.

Essa postura levanta um caráter de certa instabilidade nas relações que podem vir a ser travadas, o que se reflete sobre a construção das categorias. Pois, da mesma forma em que é o *momento* que define a *reação*, é também na relação que o tipo racial de uma pessoa é definido.⁶

A princípio, toda a atribuição de cor mostrava-se em si mesma indefinida, imprecisa e até mesmo múltipla. Geralmente surgiam referidas às pessoas presentes ou conhecidas — “da cor de fulano”, “mais clarinha que você” ou “mais escura que não sei quem”. E uma vez definidas por uma situação de contato e na maioria das vezes por comparação à cor de alguém, as possibilidades de classificação de algumas pessoas — em especial as mestiças — tornavam-se praticamente infinitas.

“Meu marido, ele é mulato claro, bem claro, o cabelo assim . . . espere . . . black, sabe? Daqueles cabelo bem grosso. Ele é bem mulato claro mesmo . . . Minha mãe é preta assim (aponta para uma pessoa presente), o cabelo de henê, né? Meu padrasto é branco de olhos verdes . . . Meu pai é preto. É da cor de I., assim escurinho assim, igual a I., cabelo assim igual ao dela.”

Percebe-se que dizer que alguém é branco ou preto não parece suficiente, como também viu Hutchinson em Vila Recôncavo. É preciso acrescentar aos termos outros dados físicos, como o tipo de cabelo e a cor dos olhos, o que revela a ambigüidade favorecida pela existência de uma grande maioria de mestiços no grupo.⁷ Vemos que as categorias, embora não esteja explícito, têm como referência última a dualidade brancos e pre-

tos navegando no meio dela, ora aproximando-se de uma extremidade ora de outra: o marido é “mulato claro” mas de “cabelo bem grosso”, ou seja, ao dizer “claro” ela aproxima o mulato do branco na cor da pele e, ao enfatizar o cabelo grosso, aproxima-o do preto; o padrasto é “branco de olhos verdes” o que atesta que ele deve ser “totalmente branco” em todas as suas características físicas e permite pensar que exista branco que não o seja; a mãe é “preta assim”, o pai é “preto da cor de I.”, o que demonstra que devem existir “muitos pretos” com outras características.

A ambigüidade, pois, se instaura de três formas: pela utilização de mais de um termo relativo à cor — “mulato bem claro”; pelo acréscimo de alguma outra característica física como cabelo ou olhos — “mulato claro do cabelo grosso”, “preta do cabelo de henê”, “branco de olhos verdes”; e, ainda, pela associação à cor de alguma pessoa presente ou de conhecimento mútuo — “da cor de I.”, “escurinho igual a I.” e do “cabelo assim igual ao dela”.

“Meus poucos namorados eram brancos, muito poucos. A maioria era moreninho, mulatinho, a maioria era escurinho mesmo, escuro mesmo, sabe? . . . Eu namorei um rapaz moreninho, Orlando, era um caboclinho, sabe . . .”

(Essa entrevistada deixou claro que, embora pudesse passar por branca, ela assim não se considerava porque a mãe era *morena* e o pai *mulato*.)

Esse discurso exemplifica, além de uma riqueza dos termos, a existência de uma hierarquia entre eles que, numa escala, iria do elemento “mais claro” possível, passo a passo “escurecendo” no sentido da tonalidade da pele: branco, moreninho, mulatinho, escurinho, escurinho mesmo, escuro mesmo, caboclinho.

O diminutivo, segundo pude apreender, é uma maneira empregada para aproximar, uma forma carinhosa e íntima, que serve por sua vez para atenuar as possíveis diferenças e distâncias entre as categorias.

Por outro lado, esse mesmo discurso revela que a entrevistada, embora podendo passar por branca, namorou pessoas que percorrem todas as tonalidades da escala de cor e que foram em seu maior número mais escuros. E também comprova que a distância entre as categorias pode ser bem estreita, não sendo elas mesmas mutuamente exclusivas: o namorado "moreninho" também era um "caboclinho".

"Eu não sou racista. Tenho uma filha clara, o pai dela é claro, eu sou escura. Eu acho que a minha cor nunca atrapalhasse em nada. Eu acho que nunca lidei com pessoas que tivesse racismo porque eu, com minha cor, do jeito que sou, eu chego em qualquer lugar, faço o meu ambiente. Não tenho e eu vou ensinar a minha filha a não ter racismo também porque a mãe dela é preta."

O trecho acima confirma que a categoria preto, utilizada isoladamente, não acrescida de outros termos, é de fato empregada na terceira pessoa. Ao referir-se a si mesma em dois momentos diferentes, a entrevistada faz uso de categorias diferentes. Quando fala na primeira pessoa, ela é "escura"; ao falar na terceira pessoa, torna-se "preta". A utilização da categoria nas citações anteriores também mostra que ela é, em geral, atribuída a pessoas que não estão presentes: "minha mãe é preta do cabelo de hene".

O discurso deixa transparecer que existe no grupo uma certa percepção do racismo, que é visto como possuindo duas vertentes: a da pessoa mais escura sobre a mais clara e vice-versa. Ele também vem de encontro à ideologia do grupo que, como vimos, valo-

riza a superação da dualidade brancos e negros, que pode existir ao tratar-se de uma classificação com base na cor, que, neste exemplo, é apontada pela existência dentro de uma mesma família de pessoas de categorias raciais diferentes. A entrevistada estaria dizendo, "eu não sou racista porque o pai da minha filha é claro. Minha filha também é clara. E eu vou ensiná-la a também não ser racista porque a mãe dela é preta." Logo, a prática da mestiçagem é utilizada para negar — a nível do discurso — a prática do racismo dentro do grupo.

Só pessoas *muito escuras mesmo* no contato com pessoas *bem claras* utilizaram o termo para si mesmas.

"Não é que eu sou racista não, entendeu? Tenho muitos amigos pretos... o que é isso? Tenho? Eu também sou preta!"

Sem dúvida essa pessoa não se classificaria como preta se não tivesse comparado naquele momento sua cor com a minha.

A categoria pode também aparecer para designar *os pretos em geral* ou, em alguns casos, alguém de quem não se é bastante chegado. Os migrantes nordestinos, chamados genericamente de "paraíbas", costumam se referir aos demais moradores do morro como "pretos".

"O meu pai, ele se entrosa mais com o preto, por exemplo, assim, vamos dar um exemplo, se for do norte, sabe? Ele dá a maior força, ele é amigaço daquele preto. Agora, se for daqui, ele já não tem muita amizade. Ele passa, fala: oi, tudo bem? Mas amizade com ele não... Preto nordestino pra ele é o mesmo que branco, agora daqui pra ele é preto mesmo, é carvão pra ele."

O discurso demonstra a relatividade das categorias raciais. O que é realmente "ser

preto" ou "quem é realmente preto" no grupo? A questão racial é levantada quando se quer, assim como as categorias atribuídas a quem se deseja. Vemos que entre os migrantes nordestinos, os "paraibas", a questão se apresenta com algumas especificidades. Existe, a meu ver, o "paraíba preto" e não o "preto paraíba", ou seja, "paraíba" é uma categoria que precede à categoria de atribuição de cor.

Isso fica claro, também, nos momentos de escolha do cônjuge. Segundo pude perceber, pode existir uma certa preferência entre os "paraibas" pelo casamento com o "paraíba claro" ou "branco", mas o relacionamento com um "paraíba preto" é preferido ao com outra pessoa qualquer, o que também ocorre entre os outros moradores que casam mais entre si e consideram o "paraíba" como alguém não integrado ao grupo.⁸

Em resumo, uma vez que as classificações de cor são relacionais, lança-se mão de uma terminologia para dar conta das possibilidades de manipulação, que se acentuam devido à predominância no grupo do elemento mestiço.

Penso que a base desse sistema de classificação são as categorias escuro e claro, a que são acrescidas os termos de intensidade *mais*, *bem*, *mesmo*, que dão margem a diversas combinações, caso se pretenda precisar melhor a categoria, principalmente se a pessoa a quem é atribuída não se encontra presente.

Em presença de alguém, é muitas vezes suficiente a menção às categorias *escuro* e *claro* ou à expressão *da cor de*, já que a visão da própria pessoa fala por si mesma.

Percebi que não se atribui as categorias *branco* e *preto* na presença da pessoa em questão, a não ser que se queira estabelecer dela um certo afastamento. Portanto, essa forma de classificação também permite a aproximação das possíveis distâncias entre uma categoria e outra. Talvez porque *branco* e *preto* sejam termos mais absolutos, catego-

rias já definidas por oposição, enquanto *claro* e *escuro* são categorias relativizadoras, que atenuam a possibilidade de conflito porque permitem, de forma mais acentuada, a manipulação e a ambigüidade, já que o que é *claro* na relação com alguém pode ser *mais escuro* frente a um outro, enquanto as possibilidades de relativização dos termos *branco* e *preto* são muito mais reduzidas.

Os outros termos que apareceram foram *mulato*, *caboclo* e *moreno*, todos sujeitos ao acréscimo das categorias que consideramos como básicas, *claro* e *escuro*.

Mulato foi uma categoria pouco usada, na maioria das vezes atribuída a alguém mais distante. Assim mesmo, surgiu referida a alguns homens e nenhuma vez às mulheres. Foi apenas em um discurso que ela surgiu atribuída às mulheres, mas no sentido geral, indefinido, sugerindo uma certa utilização sexual da mulata pelo homem branco.

"A gente pode ver, com pessoas que freqüentam, né?, que freqüentam assim boates, festas, esses lugares assim, só quando ele (o homem branco) está já mais idoso, não é? depois que ele já tá quase nos 40 é que eles faz assim uma relação mais . . . um português, por exemplo. Português adora uma mulata, né? mas só assim: ela novinha, né? e ele já, né? de maior idade. Antes é mais difícil eles assumir."

Já a categoria *caboclo*, que parecia designar pessoas de pele *bem escura* ou *preta* que possuíam os outros traços como nariz fino e cabelos bastante lisos, identificados com o elemento branco, era mais atribuída ao migrante nordestino ou "paraíba", que, por sua vez, costumava enfatizar que se tratava de uma ascendência indígena, deixando mostrar uma declarada intenção de se distanciar do que presumivelmente deveria ser uma "as-

condência negra” dos demais tipos “escuros” (ver nota 9).

Moreno foi uma categoria bastante empregada, no meu entender, exatamente por ser imprecisa e ambígua, e permitir que a ela fossem alocados praticamente todos os indivíduos em suas várias possibilidades de atribuição. Entre o *branco* e o *preto* em termos absolutos ela é capaz de abranger características suficientes para substituir qualquer categoria, embora na escala de cor estabelecida pelo grupo ela ofereça uma proximidade maior com o *branco* e, por isso, muitas vezes implique uma ambigüidade positiva, uma vez que se entenda por socialmente positivo na escala de valores da sociedade o elemento *branco*.

A categoria *negro* só apareceu, utilizada pelos nordestinos, referida de uma maneira geral aos outros moradores que encontraram ao chegar no morro. No discurso destes, no entanto, a categoria não foi utilizada nenhuma vez, e quando foi perguntado diretamente o que era *negro* e quem era *negro*, ouvi dizer que chamar alguém de *negro* era uma ofensa muito grave. Alguns fizeram a associação de negro com escravo. Uma mulher nitidamente mestiça, ao ser questionada em qual categoria de cor utilizada pelo censo demográfico se enquadraria, respondeu *parda*; ao fazer a associação negro = escravo excluiu para si mesma a possibilidade de enquadramento nas categorias *preto* ou *negro*.

“Os antepassados deles, dos pretos, eram negros mesmo, né? Eles eram o quê? Escravos, né?”

Uma outra, com as mesmas características, também associa o negro à escravidão. É como se a abolição tivesse eliminado com a escravidão o próprio elemento negro.

“Na época da escravidão só os brancos que tinham vez, né? e os negros não.

Tinham mais era que ser escravos... Hoje em dia não, tão tudo misturado.”

Em alguns casos a categoria surge num momento de oposição e funciona praticamente como um xingamento, como coloca essa informante, que é nordestina e, como disse antes, foi apenas entre eles que a categoria apareceu espontaneamente.

“Eu acho que uma pessoa branca com um preto tem mais problema... porque qualquer coisa que eles trocam palavra ela diz logo assim: você é tão rico e é negro! De tão ruim tu és negro!”

“Eu tenho uma cunhada que é morena. Tem alguém na minha família que tocou no assunto de gente negra pra ela, que ela ficou com essa diferença de visão da família por causa disso.”

Uma entrevistada define assim o que é negro:

“Negro é preto que chega a brilhar no sol quente.”

A não ser no momento de conflito entre “paraíbas” e “brasileiros”, onde toma outro caráter no contato entre grupos, a categoria *negro* é relegada a uma categoria de cor, a *mais escura* que se possa encontrar, embora apenas por definição, já que dificilmente ela é atribuída. Não se trata, portanto, de uma categoria racial que englobe todas as categorias que designam os não brancos ou os *mais escuros*. O *negro*, nesses termos, não existe para o grupo. Existem *indivíduos claros, escuros, morenos, pretos e negros*. Não existe uma categoria racial única que se atribua a todos no sentido de estabelecer uma origem ou mesmo uma ascendência comum. O que não permite que se fale então de categorias étnicas tal como foram definidas por Barth.⁹

Poder-se-ia resumir a tipologia da seguinte forma:

Negro -- Escravo, empregado como ofensa e com menosprezo, empregado mais pelos nordestinos; conceitualmente seria o indivíduo *mais escuro* que o *preto*.

Preto -- Em geral atribuído apenas na terceira pessoa, de quem se fala; atribuído na presença de alguém assume caráter pejorativo, de confronto ou de distanciamento.

Escuro -- Usado no sentido geral de *preto*; associado a outra categoria aproxima-a dele.

Bem escuro ou escuro mesmo -- Literalmente *preto*.

Caboclo -- *Mais escuro* que o *mulato* no tom da pele; quase *preto*, cabelos bem lisos.

Mulato -- *Mais escuro* que o *moreno* e *mais claro* que o *caboclo* no tom de pele; os demais traços como o cabelo, nariz e boca são característicos do *preto*.

Bem mulato, mulato mesmo ou mulato escuro -- Possui características que o aproximam bastante do *preto*.

Moreno -- *Mais claro* que o *mulato* e os demais traços mais finos; cabelos ondulados; categoria que mais se aproxima da ambigüidade, podendo servir como atenuante da intensidade da cor de qualquer das categorias anteriores.

Claro -- Muitas vezes sinônimo de *branco*; outras vezes tem a pele do *branco* mas alguns traços como o cabelo, nariz ou boca do *preto*, denotando a existência de miscigenação onde houve predomínio do elemento branco.

Branco -- Em geral apenas atribuído na terceira pessoa ou no sentido dos brancos em geral, sempre com o caráter de distanciamento.

A percepção de diferenças raciais traz implícita uma oposição ou possibilidade de conflito que acaba por ser revelada por alguns informantes.

“Aqui em cima nunca notei isso, sabe? Porque todo mundo que mora aqui nessa redondeza, pelo menos, foi criado junto. Então nunca teve, você é branco, você é preto. Foi todo mundo crescendo junto, aí quando a gente pegou a tenência que ela era preta e eu era branca, a gente já tava amiga, tão amiga, que nem dava pra gente brigar mais. A gente brigava por um monte de coisas, menos pela cor, sabe?”

Segundo pude perceber, oposição e conflito são evitados através de um discurso que veicula os princípios de igualdade e amizade, e através de uma prática de manutenção de estreitos laços de vizinhança e solidariedade.

Parece-me que é pela via da *amizade entre vizinhos*, tomada como um valor pelo grupo, que identidades possivelmente conflitantes convivem lado a lado, compartilhando o mesmo espaço físico e social.

“Mcu irmão é branco. É mais moreno pouca coisa que você. Ele tem mais amizade pelo um preto que pelo um branco. Ele prefere um preto.”

Uma relação pessoal íntima ou uma amizade, como foi por eles denominada, não se estabelece, portanto, baseada nos princípios hierárquicos de cor. Fazendo uso de um conceito definido por Goffman,¹⁰ o processo de *reconhecimento social* dos indivíduos que compartilham de uma mesma situação social, aqui no caso uma mesma comunidade de periferia urbana, exige que um vínculo social entre eles seja estabelecido. Este vínculo pode ser superficial ou íntimo, entre iguais ou não (1978: 78). A amizade, tornada um vínculo íntimo, mostra-se como o vínculo

capaz de superar toda e qualquer possibilidade de conflito racial, embora ele permaneça latente através da manutenção de um sistema de classificação com base na cor. O contato, o vínculo entre os indivíduos considerados ideologicamente como iguais, mesmo que pertençam a diferentes categorias de cor, é exigido, mas esse princípio igualitário não perpassa todos os planos de sua vida social. Como pudemos constatar, existem momentos nos quais esse princípio de classificação torna-se fundamental no estabelecimento das relações no interior do grupo: caso da oposição "paraíba"- "brasileiro"; caso de escolha do cônjuge.

Nesse processo de aprendizagem de diferenças raciais percebe-se que, em algum momento, é passada a existência de uma hierarquia entre elas, onde aos elementos de cor *mais escura*, a que alguns, especialmente os mais idosos, atribuem em determinados momentos apenas o termo genérico "de cor", é atribuído o *status* mais baixo e o papel inferior na sociedade.

"Tem várias pessoas morenas que eu conheço. Eu me dou bem com eles todos. Gosto deles, convivo com algumas delas.

A gente tem relação aberta assim de conversa de uma pra outra."

"Ah! Tem sim, muita gente morena, preta, que é legal."

A frase enfatizada demonstra que, mesmo convivendo intimamente com "morenos" e "pretos", a ideologia de sua inferioridade social em algum nível é reproduzida: "Se existe muita gente preta que é legal" é porque o que se espera desse elemento, a imagem de referência que dele se tem é justamente o contrário.

"Eu tenho a minha irmã lá em cima. Ela fez agora em fevereiro 20 anos de casada. Tem a outra que tem 15 anos de

casada. Eu tenho 12 anos e tem a outra que vai fazer 2 meses de casada. Essa é que casou com escuro, mas é uma pessoa ótima."

(Todas as irmãs mencionadas foram classificadas pela que foi entrevistada como sendo pardas pela terminologia sugerida do censo demográfico.)

Essa ideologia geral de inferioridade do elemento negro em muitos momentos aparece no grupo na forma de superioridade do branco. J., uma senhora que também se autot classificou, pela terminologia do censo, *parda*, enfatiza que o morro "melhorou após a chegada de um grupo de portugueses" que ali instalaram um pequeno comércio. Deu mais prestígio, mais *status*, de certa forma trouxe mais progresso — no discurso expresso, por *mais movimento* — ao morro a chegada de mais brancos.

"Quando eu mudei praqui, morava assim umas pessoas de cor . . . Pessoas que tinha, não sei, umas casinhas assim clandestinas, né? . . . Depois chegou uns portugueses prali, foram comprando e melhorou aquilo ali."

— Quer dizer que antes a maioria das pessoas que morava aqui eram de cor? (repeti o termo utilizado por ela)

"É, a maioria."

— Só naquela época? Hoje em dia não é mais assim?

"Não. Hoje em dia melhorou muito, né? Esta portuguesada que mudou praí . . . ele (o morro) melhorou muito também. Fizeram casas, né? e ficou movimentado o lugar. Melhorou bastante aquela parte do lado de lá."

Concluindo, não se pode dizer que o grupo se pense enquanto brancos e negros, embora esta oposição seja um ponto de referência, dado pela própria sociedade, para o sis-

tema de classificação utilizado, que pretende, de alguma forma, relativizá-la ao tornar relacional toda categoria racial. Assim, não se pode compreender as diferenças que se estabelecem entre pessoas e grupos de pessoas com base em categorias raciais fora do contexto das relações, como chegaram a vislumbrar nos seus estudos, Harris, Wagley, Hutchinson, embora não se queira tomar por este dado, como eles o fizeram, que isto se dê por constituir a classificação racial um dos critérios da classificação por classe social.

Pretendeu-se aqui apontar para a complexidade da questão da classificação racial e para o perigo de querer tomá-la tanto com o *a priori* no estudo de grupos sociais que determina suas formas de organização, quanto o de reduzi-la a um elemento de uma classificação mais ampla, que seria, em última instância, a classe.

Quer-se argumentar que ela é, de fato, uma instância própria a ser considerada na compreensão do sistema social, e tentou-se desvendar, através da análise de um grupo de

baixa renda, onde estariam reunidas tanto a questão racial, quanto a questão de classe, como a primeira se atualiza, sob que formas pode surgir e como torna-se um critério importante de classificação das relações sociais que podem se estabelecer entre indivíduos e grupos de indivíduos, a meu ver, de qualquer grupo, de qualquer classe, no interior de cada grupo e de cada classe.

Viu-se, por exemplo, que categorias raciais podem aparecer sob a forma da divisão do grupo entre "paraíbas" e "brasileiros", embora não se reduzam a ela e nem esta oposição possa ser compreendida, segundo pode-se perceber, apenas sob esse aspecto.

Penso que esse exemplo pode oferecer alguma contribuição para a avaliação, quem sabe, dos próprios rumos do debate em torno da questão racial no Brasil, que deve ser vista em todos os seus aspectos, a fim de que possamos compreender melhor *do que e de quem* realmente estamos falando, assim como que lugar a ela pertence no contexto maior das formas de organização e representação da sociedade. □

NOTAS

1. "A sociedade não foi simplesmente um modelo segundo o qual o pensamento classificatório teria trabalhado; foram seus próprios quadros que serviram de quadros ao sistema. As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens nas quais tais classes foram integradas. Foi porque os homens estavam agrupados e viam-se em pensamento em forma de grupos que agruparam idealmente os outros seres, e as duas maneiras de agrupamento começaram a confundir-se a ponto de se tornar indistintas... Pensava-se que as coisas faziam parte integrante da sociedade e foi seu lugar na sociedade que determinou seu lugar na natureza." (Durkheim e Mauss, 1981: 45.)
2. "Como observou certa vez Sérgio Milliet, enquanto nos Estados Unidos há uma linha de cor a separar os brancos dos não-brancos, no Brasil há uma zona intermediária, fluida, vaga, que flutua, até certo ponto, ao sabor do observador ou das circunstâncias." (Wagley, 1985: 6)
3. Leach separaria essa questão em dois momentos de comportamento distintos: o momento do sistema de classificação propriamente dito e o momento da interação social, em que se inicia o ato de classificar. Em suas palavras, o *ideal* e o *real*: "O pesquisador de campo tem três 'níveis' distintos de padrão de comportamento a considerar. O primeiro é o comportamento real dos indivíduos. A média de todos esses padrões individuais de comportamento constitui o segundo nível, o qual pode ser licitamente descrito como 'a norma'. Mas existe um terceiro padrão, a descrição que o nativo faz de si mesmo e da sua sociedade, e que constitui 'o ideal'." (Kuper, 1978: 192)

4. O próprio Leach nos dá ainda uma pista de como distinguir e relacionar esses três níveis podem ser uma tarefa bastante complicada. Diz ele: "Como o tempo do pesquisador de campo é curto e ele deve confiar num limitado número de informantes, é sempre tentado a identificar o segundo desses padrões com o terceiro. É claro que a norma recebe sempre uma forte influência do ideal, mas eu pergunto se alguma vez norma e ideal serão precisamente coincidentes." (Idem: 192)

5. Trabalhos como "O Lugar do Negro na Força de Trabalho", de Oliveira, Porcaro e Araújo Costa, IBGE, 1983 (mimeo), e "Os Diferenciais de Raça e Sexo na Estrutura Ocupacional", de Oliveira, Pacheco, Porcaro e Araújo, DEISO/IBGE, 1985 (mimeo), têm constantemente apontado para a existência de mecanismos de reprodução das desigualdades raciais na análise da situação sócio-econômica da população brasileira.

6. Mesmo o que se entende por cor pode ser difícil de ser compreendido em determinados contextos, como mostra esse diálogo travado com um informante. Nela, evidentemente, o termo *cor* representava para cada um de nós a cor do outro.

- A cor, pra você, o que você pensa a respeito disso? Você acha que existe alguma diferença? . . .
- Acho cor bonito. Não. Acho bacana.
- O que é que você acha bacana?
- Eu acho que mexe.
- Por quê?
- Mexe.
- O que é que mexe com você?
- A cor, mexe com a gente.
- Que cor?
- A branca.
- É?
- Acho a branca linda, jóia.

7. Utilizando as categorias do censo demográfico, de uma amostra de 40 famílias estudadas, quase 50% - 19 famílias - provinham da união de brancos com pretos e pardos; outras 19, da união entre pretos e pardos; e apenas 2, da união entre brancos.

8. Trata-se, aqui, de um outro tipo de classificação encontrado no grupo com base no lugar de origem, onde o *paraíba* é o "intruso", "o estrangeiro" no sentido de estranho, que não pertence àquele lugar (cf. dicionário Aurélio), e os demais frente a eles se colocam como "brasileiros".

"Antigamente a coisa pegava pra caramba, viu? Um *paraíba* vinha de lá, chegava aqui, era uma briga danada porque não se dava com o pessoal daqui. A metade do povo era sempre preto, né? Começava uma briga danada. Hoje, não. Hoje a coisa está bem melhor, mas ainda existe isso, ainda existe."

"O pessoal lá em cima é mais do Nordeste, né? Veio de lá. Eles moram tudo mais lá em cima. Quer dizer, cá em baixo é mais os brasileiros . . . Tem bastante gente branca, né? Mas também tem muito . . . eu acho que, juntando bem, acho que tem mais é preto, né?"

9. "Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando ela classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e *background*." (Barth, 1969: 13.)

10. "Dentro do círculo de pessoas que têm uma informação biográfica sobre alguém - que sabem coisas sobre ele - haverá um círculo menor daqueles que mantêm com ele um vínculo "social", quer superficial ou íntimo, e quer como igual ou não. Conforme dissemos, eles não só sabem "de" ou "sobre" ele, como também o conhecem "pessoalmente". Eles terão o direito e a obrigação de trocar um cumprimento, uma saudação e "bater um papo" com ele quando se encontram na mesma situação social, e isso constitui o *reconhecimento social*." (Goffman, 1978: 78.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Teresa C. N. "Notas sobre o Quesito Cor para a Pesquisa Mensal de Emprego". DEISO/IBGE, 1985 (mimeo.).

BARTH, F. "Introduction". In: *Ethnic Groups and Boundaries*. Londres, George Allen & Unwin, 1969.

Estudos Afro-Asiáticos, n.º 14, 1987

- DURKHEIM, E. e MAUSS, M. "Algumas Formas Primitivas de Classificação". In: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1981.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classe*. São Paulo, Dominus Editora, 1965.
- HARRIS, M. "The Brazilian Pattern". In: *Patterns of Race in The Americas*. Nova York, Columbia University Press, Walker and Company, 1964.
- HARRIS, M. e KOTTAK, C. "The Structural Significance of Brazilian Racial Categories". In: *Sociologia*, vol. XXV, n.º 3, São Paulo, 1963.
- HUTCHINSON, H. W. "Race Relations in a Rural Community of the Bahian Recôncavo". In: Wagley, C. (ed.). *Race and Class in Rural Brazil*. Paris, Unesco, 1952.
- KUPER, A. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- NOGUEIRA, O. *Tanto Preto quanto Branco: Estudo de Relações Raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz (ed.), 1985.
- OLIVEIRA, Porcaro e ARAÚJO COSTA. *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*. FIBGE, 1981 (mimeo.). O trabalho foi editado em livro pelo IBGE, em 1985.
- OLIVEIRA, Pacheco, PORCARO e ARAÚJO. "Os Diferenciais de Raça e Sexo na Estrutura Ocupacional". DEISO/IBGE, 1985 (mimeo.).
- PIERSON, D. *Branços e Pretos na Bahia*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1945, 1.ª ed.
- TEIXEIRA, Moema De Poli. "Identidade Étnica e Entidades Negras", 1980 (mimeo.).
- WAGLEY, C. "Introduction". In: *Race and Class in Rural Brazil*. Paris, Unesco, 1952.

SUMMARY

The color issue in lower income brackets

Articles dealing with the social issue from the viewpoint of a black-white dichotomy may lead to the conclusion that such an unshakable truth can explain any kind of social organization, or yet lead to the belief that any other approach to the subject would be a fallacy.

This article taps the works of from other writers involved with racial relations as one side of social relations who have raised some major questions about the racially-based system for sorting out individuals, a model built at times of social interaction, and points in particular to the ambiguity of terms employed. This is achieved through a taxonomic study of color in a low-income group defined by its neighborhood ties, in an attempt to understand the meaning of racial ranking to this group in its broader social environment. It also

tries to determine when and based on what criteria do these players themselves built and develop such categories as a basis to rank people and groups of people.

The study reveals that although this group is ultimately affected information-wise by the dichotomy, it does not think of itself in terms of blacks or whites. They resort to a classification system that treats the dichotomy on a relative scale where each and every racial category is relationally oriented. Therefore, it is not feasible to understand *a priori* the lines drawn between individuals on the basis of racial categories unless we see them against the backdrop of relationships formed within the very group where those categories are truly defined and explained in all their ambiguity.

RÉSUMÉ

Le problème de la couleur dans les rapports entre un groupe de moindre revenu

Les travaux sur le problème racial, ayant comme point de départ le rapport dichotomique existant entre blancs et noirs peuvent mener à une vision où il s'agit d'un principe de classification incontestable, capable d'expliquer une quelconque instance de l'organisation sociale et, si ce n'est pas le cas, de mener à croire qu'envisager le problème sous un autre angle est, en effet, une question fautive.

Cet article a l'objectif de stimuler des travaux d'auteurs ayant traité les relations raciales en tant qu'un aspect des relations sociales et ayant suscité des questions fondamentales sur le système de classification des individus d'après leur race, système construit aux moments d'interaction sociale, et se propose surtout à mettre en relief l'ambiguïté des termes employés. Ceci est fait à travers une étude taxinomique de la couleur au sein d'un groupe de moindre revenu, défini par ses liens de

voisinage, dans le but d'essayer de comprendre, dans son contexte social le plus large, ce que veut dire pour ce groupe une classification raciale, quand et à partir de quels paramètres sont construites et relevées, par les agents-mêmes, des catégories qui identifient personnes et groupes de personnes sur cette base de classification.

L'étude conclut que, quoiqu'il soit, en dernière analyse, informé par cette dichotomie, le groupe ne se regarde pas en tant que blancs et noirs, et fait appel à un système de classification qui rend cette dichotomie relative parce que rend relationnelle toute catégorie raciale. Il ne nous est pas ainsi permis de comprendre *a priori* les différences qui s'établissent entre personnes et groupes de personnes, basées sur des catégories raciales, sans tenir en compte le contexte des rapports établis à l'intérieur du groupe-même où ces catégories sont à vrai dire, définies et expliquées dans leur ambiguïté.

EFEITOS DA CRISE NO MERCADO DE TRABALHO URBANO E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL*

Lucia Elena G. de Oliveira
Rosa Maria Porcaro
Tereza Cristina N. Araujo**

Introdução

O presente estudo faz uma análise da força de trabalho no período 1979-1983, quando o País atravessou a mais grave crise econômica de sua história recente, e apresenta uma avaliação dos profundos efeitos da crise sobre a força de trabalho manual urbana negra.¹ A ênfase conferida às categorias sócio-ocupacionais de trabalho manual se justifica, por um lado, por serem estas categorias fortemente atingidas pela crise e, por outro, por ser esta a inserção predominante da força de trabalho negra.²

Interessa-nos, pois, verificar como a crise afetou as formas de inserção na produção e as condições de trabalho dos trabalhadores manuais urbanos e se esta atingiu de forma desigual os diversos segmentos da força de trabalho, acentuando as desigualdades já existentes no mercado de trabalho urbano entre brancos e negros.³

Os efeitos setoriais da crise econômica

Os dados da tabela 1 nos fornecem alguns parâmetros econômicos do período. Verificamos que a crise se acentua em 1981, chegando a seu ponto máximo em 1983, quando a variação anual do produto real foi de -1,6% e -3,2%, respectivamente. Notamos, ainda, a redução mais que proporcional do PIB *per capita*, decorrente do aumento populacional no período, atingindo em 1983 uma queda de 5,5%.

A crise econômica do período atingiu de forma mais acentuada o setor industrial e, dentro deste, sua parte mais dinâmica. Isto pode ser facilmente detectado pela leitura da tabela 2, através da qual se constata uma queda na produção industrial de 6,56% entre 1981 e 1983, o que acarretou uma expressiva queda no pessoal ocupado no setor: 14,9%.

* Trabalho apresentado na mesa-redonda População Negra, durante o 5.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, em Águas de São Pedro (SP), em outubro de 1986.

** Pesquisadoras do IBGE.

Tabela 1
Índice do Produto Real e PIB per capita

Anos	Índice do Produto Real		PIB per capita	
	1979 = 100	Variação anual	1979 = 100	Variação anual
1979	100,0	6,4	100,0	3,8
1980	107,2	7,2	104,6	4,6
1981	105,5	-1,6	100,5	-4,0
1982	106,5	0,9	98,9	-1,5
1983	103,2	-3,2	93,5	-5,5
1984*	107,8	4,5	95,3	2,0

* Estimativa preliminar.

Fonte: FGV, IBGE, CCN — Anuário Estatístico — 1984. In: Angela F. Jorge e Fania Izhaki, *Mudanças na distribuição do rendimento no período 1979-1984: Uma reflexão preliminar*.

Tabela 2
Indicadores da produção industrial (base média de 1981 = 100)
(Indústria de transformação)

Anos	Produção física	Pessoal ocupado	Folha de pagamento real por trabalhador*
1981	100,0	100,0	100,0
1982	99,72	92,82	102,90
1983	93,44	85,70	97,01

* Deflacionado pelo INPC.

Fontes: Anuário Estatístico do Brasil, Indicadores Sociais, vol. 2, 1984. In: Angela F. Jorge e Fania Izhaki, *Mudanças na distribuição de rendimento no período 1979-1984: Uma reflexão preliminar*.

Apesar de bastante agregados, tais indicadores já sugerem um quadro de retração da economia com conseqüências negativas sobre a força de trabalho urbana e suas condições de trabalho.

Para efeitos da presente análise os setores foram desagregados de forma a possibilitar uma melhor apreensão daqueles mais intensivos em mão-de-obra, em geral com pouca capitalização e baixa produtividade, que funcionam às vezes como única alternativa de engajamento da força de trabalho em período de crise. Estes são os setores nos quais se encontra predominantemente inserida a

força de trabalho negra, tendo sido ainda os setores mais fortemente atingidos pela crise.

No período 1979-1983 observamos que a indústria de transformação quase não absorveu mão-de-obra e que a indústria dinâmica demitiu mais que contratou, ou seja, teve um decréscimo de quase 4% (tabela 3). Dentre os setores industriais dinâmicos, a queda de crescimento foi mais intensa nos setores produtores de bens de capital e, em segundo lugar, nos setores produtores de bens de consumo não duráveis. Já dentre os setores classificados como tradicionais, os produtores de bens de consumo não duráveis apresentaram

Tabela 3

Indicadores de participação e de rendimento das pessoas ocupadas por setores de atividades

Setores de atividades selecionados	Pessoas ocupadas ¹				Variação na participação	Rendimento médio a preços de setembro de 1983 ²		% de negros em cada setor	Diferencial do rendimento médio negros/brancos	
	Distribuição		Taxa geométrica de crescimento			Em salários-mínimos				Taxa de crescimento no período
	1979	1983	79/83	81/83		79/83	1979			1983
Total absoluto (em 1.000)	29.076,7	35.351,3	-	-	-	3,4	-	-	38,2	-
Total relativo	100,0	100,0	5,0	4,8	-	-	-14,9	-	30,8	47,4
Ind. dinâmica	8,8	6,9	-1,0	-1,9	-1,9	5,4	-4,7	30,8	37,9	56,0
Ind. tradicional	13,0	11,3	1,5	1,3	-1,7	2,8	-10,0	37,9	51,3	56,4
Ind. construção civil	10,1	13,0	11,8	12,5	2,9	2,8	-40,8	51,3	51,3	65,3
Com. de mercadorias	13,4	13,6	5,5	4,2	0,2	3,4	-13,3	33,9	33,9	57,2
Feira e com. amb.	2,3	2,5	6,9	5,4	0,2	2,3	-21,0	49,6	49,6	65,3
Prestação de serviços	21,3	21,3	5,0	6,6	0,0	1,6	-17,0	47,5	47,5	58,0
Serv. domést. rem.	9,1	8,9	4,4	7,2	0,0	0,8	-15,9	55,3	55,3	90,7
Transp., comun. e outros	6,9	6,3	2,8	0,5	-0,6	4,5	-7,2	38,0	38,0	59,0
Serv. util. pública										

¹ Excluído os sem declaração de setor de atividade.

² O deflator utilizado foi o INPC, tomando-se outubro como mês de referência para 1979 e 1981 e setembro para 1983, por serem os meses utilizados no levantamento das informações de rendimento das PNADs daqueles anos. Os índices encontrados foram 1979 = 17,5952 e 1981 = 4,5945.

Fontes: Tabulações Especiais do Censo de 1980 e das PNADs 1979 e 1983 - IBGE.

pequeno crescimento. Assim é que a indústria de transformação tradicional cresceu, em termos de pessoas ocupadas, a uma taxa média anual de 1,5%.

O setor da construção civil, por sua vez, manteve-se como grande absorvedor de mão-de-obra com quase 12% do crescimento do período. Cabe lembrar que os dados utilizados são provenientes de pesquisa domiciliar que capta em grande extensão as pessoas ligadas ao setor informal, que tem peso expressivo no setor de construção civil. Esta aí incluídas também as pessoas ligadas às frentes de trabalho freqüentemente acionadas pelo governo, especialmente no Nordeste, no período mais intenso da recessão. Não obstante isto, o setor secundário apresentou sempre crescimento inferior ao crescimento total dos setores de atividades urbanas.

Por outro lado, os serviços com menor grau de capitalização e baixa produtividade e que abarcam grande proporção de ocupações menos qualificadas cresceram consideravelmente, especialmente quando do agravamento da crise. Cabe destacar o subsetor feira e comércio ambulante, que apresentou sempre crescimento superior ao crescimento médio total (quase 7% entre 1979 e 1983) e ao do próprio setor terciário, e o subsetor serviços domésticos remunerados, que entre 1981 e 1983 cresceu à taxa média anual de 7,2%.

Em particular, o setor prestação de serviços e o subsetor feira e comércio ambulante foram grandes absorvedores de mão-de-obra no período, respondendo por mais de 41% desta mão-de-obra, com destaque para a prestação de serviços, com 39% em 1983.

Podemos acrescentar, ainda, que os demais setores do terciário mantiveram praticamente suas participações quanto à absorção de mão-de-obra. Exceção feita ao setor transporte, comunicação e outros serviços de utilidade pública, que apresentou uma redução de 0,6%. Isto se deve, em grande parte, à

estreita relação que este setor guarda com o industrial, isto é, a recessão industrial reduz a demanda por estes serviços.

Entre 1979 e 1983 o rendimento médio da força de trabalho urbana declinou aproximadamente 15% (12,7% apenas no período 1981-1983), passando de 3,4 salários-mínimos para 2,9. Se o nível de rendimento setorial médio da força de trabalho reduziu-se ao longo do período, tal redução contudo não se deu de forma homogênea, como podemos observar na tabela 3. Esta aponta também para a inserção diferenciada de brancos e negros nos setores de atividade estudados. Podemos verificar que a força de trabalho negra está mais concentrada nos setores cujo nível de rendimento médio foi mais intensamente atingido pela crise.

Uma das menores perdas médias foi justamente a do setor industrial dinâmico de transformação. Podemos assinalar, pois, que a expulsão de força de trabalho no setor foi acompanhada por uma perda de rendimento proporcionalmente menor (-4,7%), tendo os trabalhadores aí inseridos quase conseguido manter o nível médio de rendimento. É neste setor, que detém um dos maiores níveis de rendimento médio, onde encontramos a menor participação de negros na composição dos setores: apenas 30,8% são negros, enquanto 60,2% são brancos. Isto significa que apenas 7,5% da força de trabalho negra urbana está inserida no setor industrial dinâmico da economia.

Por outro lado, a maior participação dos negros se dá na construção civil: 51,3% são negros no setor (participação esta bem superior à da média urbana, que é de 38,2%), o que representa 21,5% dos homens negros em atividades urbanas. Este setor apresentou a maior redução de rendimento médio no período, de 2,8 salários-mínimos em 1979 para 1,7 em 1983.

No setor terciário é o setor da prestação de serviços, onde se inclui de forma expres-

siva o subsetor serviços domésticos remunerados (com mais de 40% das pessoas ocupadas do setor), aquele que incorpora a maior proporção de trabalhadores negros urbanos, 23,7%, sendo que para as mulheres esta proporção se eleva a 49,7%, ou seja, quase a metade das mulheres negras. Este setor, que já apresentava o mais baixo nível de rendimento médio (1,6 salário-mínimo em 1979 e 1,4 em 1983), teve ainda uma significativa perda de rendimento: -17%.

Foram os subsetores do terciário, grandes absorvedores de mão-de-obra menos qualificada, aqueles que quando do agravamento da crise tiveram ainda mais reduzido o seu já então baixo nível de rendimento médio. As perdas de rendimento foram sempre superiores à média (15% aproximadamente), sendo que o subsetor feira e comércio ambulante chega a cair cerca de 20%, passando de 2,3 salários-mínimos em 1979 para 1,8 em 1983. O subsetor serviço doméstico remunerado, que já não alcançava rendimento médio de um salário-mínimo em 1979, passa a ser de, apenas, quase meio salário-mínimo.

A análise da força de trabalho segundo sua inserção nos setores de atividade urbanos mostra, pois, que a crise não afetou os trabalhadores de maneira uniforme, e sim atingiu mais fortemente aqueles engajados nos setores de atividade que absorvem a força de trabalho pior remunerada, onde os negros estão predominantemente inseridos.

A crise e o crescimento do mercado informal de trabalho

Dentre os efeitos mais visíveis da crise poderíamos destacar a redução do setor mais formal, mais organizado da economia, no qual a maioria dos trabalhadores goza de proteção legal. Tal redução foi acompanhada por um aumento considerável do contingente de mão-de-obra que trabalha sem qualquer

vínculo formal, em pequenos estabelecimentos, ou pulverizados em biscates e pequenos negócios, regulares ou não.

Também se verifica a redução generalizada do rendimento médio no período da crise para todas as categorias sócio-ocupacionais, sendo os níveis de rendimento em 1983 bastante inferiores aos de 1979.⁴

A própria política salarial adotada no período jogou importante papel na redução do poder aquisitivo da força de trabalho. Muito embora até o início de 1983 ela trouxesse em sua formulação medidas redistributivas para os salários mais baixos (propondo ganhos reais e assegurando reajustes semestrais), como não havia garantia de estabilidade no emprego a dispensa de mão-de-obra era prática recorrente nos meses próximos ao dissídio e a recontração efetuada *a posteriori* se fazia freqüentemente a níveis salariais reais inferiores.⁵

No entanto, as informações de que dispomos mostram que também o crescimento do setor informal, em função tanto das muitas demissões no setor formalmente organizado como da entrada de outros membros das famílias na força de trabalho (grande número de mulheres), pressionou fortemente o rendimento das pessoas com inserção não formal para baixo.

O aumento considerável de mão-de-obra nas categorias sem vínculo formal de trabalho está estreitamente relacionado com a própria questão do subemprego em nossa economia.⁶ Nesta situação encontra-se parte considerável da força de trabalho que, não podendo arcar com os custos do desemprego, se insere precariamente no mercado de trabalho na luta pela subsistência. Assim é que o nível de desemprego aberto é bastante baixo e a ele corresponde uma elevada taxa de ocupação, preponderando condições de trabalho insatisfatórias para um grande contingente de pessoas ocupadas (por exemplo, em torno de 30% dos trabalhadores auferiam

rendimento menor que um salário-mínimo em 1983).⁷ A situação do subemprego torna-se ainda mais grave em períodos de recessão, quando aos fatores estruturais juntam-se os da conjuntura adversa. Assim, o maior volume de demissões terá como consequência imediata o aumento das atividades informais: pequenos negócios, biscates etc. Vale dizer, a um aumento no nível de desemprego do setor formal pode corresponder um incremento no nível de ocupação. A perda do emprego é, pois, fator marcante no crescimento do tipo de inserção informal no mercado de trabalho.

Outro fator responsável pelo maior incremento da força de trabalho sem vínculo formal, e que guarda estreita relação com o apresentado anteriormente, é a entrada acentuada de mulheres no mercado de trabalho. No período 1981-1983 verificamos que o crescimento das mulheres ocupadas foi proporcionalmente mais acentuado: 6,5% contra 4,8% para o total das pessoas ocupadas.⁸ A demissão ou a redução de rendimento do chefe da família (ou de outro membro também participante do orçamento familiar) acarreta a necessidade de outras pessoas da unidade familiar contribuírem para a manutenção do orçamento doméstico. Com a maior rigidez do mercado, o engajamento informal é a única alternativa viável a um número considerável de mulheres.

A tabela 4 resume os movimentos mais significativos da força de trabalho entre as diversas formas de inserção na produção e suas respectivas variações de rendimento médio. Podemos observar que são as categorias manuais com ou sem vínculo à Previdência Social as que respondem pelas principais alterações na força de trabalho.

Em 1979, 69,5% dos trabalhadores brasileiros urbanos estavam vinculados à Previdência Social enquanto em 1983 a proporção encontrada foi de 61,4%, portanto, uma queda de 8,1% (tabela 4). A categoria em-

pregados em ocupações manuais com contribuição para a Previdência Social, a mais representativa, foi a que apresentou a maior redução, passando a responder em 1983 por 30,1% dos trabalhadores brasileiros, quando em 1979 representava 35,6%.

Em contrapartida, aumenta de 9,3% para 14,9% a proporção dos empregados em ocupações manuais sem contribuição para a Previdência Social. A utilização da força de trabalho sem vínculo empregatício passa a ser um mecanismo bastante acionado pelas empresas ou mesmo pelos pequenos estabelecimentos ou negócios não formalmente constituídos, como forma de enfrentamento da crise. Este mecanismo visava sobretudo minimizar perdas ou garantir lucros, pois, fugindo da Legislação Trabalhista, os empregadores reduziam seus custos, não pagando encargos trabalhistas e não remunerando ao nível mínimo legalmente fixado.

Também a categoria sócio-ocupacional autônomos em ocupações manuais sem contribuição para a Previdência Social tem aumento significativo, passando a responder por 11,8% das pessoas ocupadas em 1983. Isto representa um maior crescimento das atividades de biscate na prestação de serviços ou no comércio de mercadorias, dando conta de uma estratégia individual de subsistência, num quadro de alternativas de trabalho bastante limitado.

Foram, pois, estas as formas de inserção utilizadas por grande parte da força de trabalho, na tentativa de fugir ao desemprego e conseguir algum rendimento. Isto significou um crescimento de 18,1% e 10% ao ano, no período, respectivamente para as categorias de empregados e autônomos em ocupações manuais não vinculados à Previdência Social, enquanto o crescimento médio anual da força de trabalho foi de 5% no período. Estas categorias e a de empregados domésticos, as três mais representativas do conjunto de ocupações sem vínculo formal, absorve-

Indicadores de participação e de rendimento das pessoas ocupadas por categorias sócio-ocupacionais

Categorias sócio-ocupacionais urbanas selecionadas	Pessoas ocupadas ¹				Rendimento médio a preços de setembro de 1983 ²			Distribuição dos negros ocupados	% de negros em cada categoria	Diferencial de rendimento médio negros/brancos
	Distribuição		Taxa geométrica de crescimento	Variação na participação	Variação na participação	Em salários mínimos	Taxa de crescimento no período			
	1979	1983	79/83	81/83	79/83	1979	1983			
Total absoluto (em 1.000 pessoas)	29.064,0	35.350,1	-	-	-	-	-	-	-	
Total relativo	100,0	100,0	5,0	4,8	-	3,4	2,9	-	38,4 ³	
Vinculados à Previdência Social	69,5	61,4	1,8	0,1	-8,1	-	-	66,0	34,0	
Empregados em ocupações manuais Autônomos em ocupações manuais	35,6	30,1	0,7	-1,0	-5,5	2,6	2,4	42,9	41,0	
Empregados em ocupação de nível médio	6,3	5,7	2,3	-4,3	-0,8	4,5	3,9	5,9	32,1	
Empregados domésticos	17,3	15,1	1,5	1,5	-2,2	4,4	4,0	11,0	25,3	
	2,3	1,7	-2,8	-1,4	-0,6	1,2	1,0	3,1	51,9	
Não vinculados à Previdência Social	28,4	35,5	12,0	14,1	8,1	-	-	33,5	-	
Empregados em ocupações manuais Autônomos em ocupações manuais	9,3	14,9	18,1	21,0	5,6	1,5	1,0	11,3	51,2	
Empregados domésticos	9,8	11,8	10,0	10,8	2,0	1,6	1,5	11,6	73,7	
	6,7	7,0	6,4	9,2	0,3	0,6	0,5	8,6	93,0	

¹ Excluídas as pessoas sem declaração de ocupação.

² O deflatores utilizado foi o INPC, tomado-se outubro como mês de referência para 1979 e 1981 e setembro para 1983, por serem os meses utilizados no levantamento das informações de rendimento das PNADs daqueles anos. Os índices encontrados foram 1979 = 17,5952 e 1981 = 4,5995.

³ Excluídas as pessoas sem declaração de contribuição à Previdência Social.

Fontes: Tabulações Especiais do Censo de 1980 e das PNADs 1979 e 1983 - IBGE.

ram 55% do incremento ocupacional no período.

A tabela 4 também fornece indicações sobre a inserção sócio-ocupacional bastante diferenciada de brancos e negros. É exatamente naquelas três categorias sem vínculo com a Previdência Social que os negros se encontram inseridos mais que os brancos, com participações superiores a 51%. Há apenas uma categoria daquelas com vínculo à Previdência Social em cuja composição predominam os negros, a de empregados domésticos. Estas categorias englobam cerca de 40% da força de trabalho negra urbana. Além das categorias ocupacionais citadas, os negros se inserem, ainda, expressivamente, como empregados em ocupações manuais com vínculo à Previdência Social, que responde pela absorção de mais de 40% da força de trabalho urbana negra.

As categorias mencionadas, que englobam cerca de 80% dos trabalhadores urbanos negros, respondem, sob o impacto da crise, pelas principais alterações nas formas de inserção na produção da força de trabalho e respectivas variações de rendimento médio daí decorrentes.

Dentre as categorias sócio-ocupacionais que compõem a de manuais sem vínculo à Previdência Social, foi a de empregados em ocupações manuais sem contribuição para a Previdência Social a que apresentou a maior redução de rendimento médio no período, -30,5%, passando a auferir um salário-mínimo em 1983 em comparação com 1,5 em 1979. Afora esta grande perda salarial, cabe lembrar que foi esta a categoria que mais absorveu pessoas, 18,1% ao ano contra 5% observado para a média urbana. Isto significou uma perda considerável na participação no rendimento total para esta categoria, uma vez que a variação das pessoas ocupadas foi de 5,6% no período e a do rendimento urbano total de 1,2%. Também as categorias de autônomos em ocupações manuais e empre-

gados domésticos sem contribuição para a Previdência Social apresentaram perdas, embora menos acentuadas, na participação no rendimento total, uma vez que ao incremento de pessoas ocupadas nestas categorias não correspondeu um aumento na mesma proporção no rendimento total por elas apropriado. Tais informações indicam que a crise acentuou ainda mais certas desigualdades de rendimento do mercado de trabalho.⁹

Pode-se reiterar, portanto, que o intenso crescimento do setor informal jogou importante papel na redução do rendimento médio das pessoas aí inseridas. Até mesmo as pessoas engajadas na categoria empregados domésticos, que já possuíam rendimento médio irrisório, 0,6 salário-mínimo em 1979, perderam (-7,3%) rendimento no período. Cabe lembrar que somente esta categoria absorvia em 1980 um quarto das mulheres negras em atividades urbanas.

Já as categorias sócio-ocupacionais manuais com vínculo à Previdência Social cresceram apenas 1,8% no período, apresentando uma taxa quase nula na fase mais aguda da crise entre 1981 e 1983, sendo que as categorias de empregados e autônomos em ocupações manuais e a de empregados domésticos apresentaram taxas negativas naquele período. Tais categorias possuem ren-

Tabela 5

Diferenciais de rendimento por categorias sócio-ocupacionais

Categorias sócio-ocupacionais manuais	Diferencial de rendimento médio entre as categorias não vinculadas/vinculadas	
	1979	1983
Empregados	55,7	41,5
Autônomos	36,5	38,7
Empregados domésticos	51,6	58,6

Fonte: Tabulações Especiais das PNADs 1979 e 1983 - IBGE.

dimento médio bem superior àquelas sem contribuição, tendo estas últimas em média, no ano de 1983, apenas 40% a 50% do rendimento médio das categorias com vinculação, como podemos observar na tabela 5.

Assim, podemos concluir que o trabalhador negro engajado nas categorias sócio-

ocupacionais manuais urbanas sofreu duplamente os efeitos da crise. Isto é, seu nível de rendimento e de suas condições de trabalho foram afetados expressivamente, tanto pela expulsão do setor organizado da economia quanto pelo inchamento do setor não formalmente organizado. □

NOTAS

1. Para uma análise do impacto da crise sobre a força de trabalho urbana, ver o trabalho de Rosa Maria Porcaro, "Efeitos da Crise no Mercado de Trabalho Urbano", DEISO/IBGE, março de 1987.

A decisão de analisar as conseqüência da recente crise apenas sobre a força de trabalho urbana se deve ao próprio caráter da crise que afetou mais fortemente os setores produtivos mais dinâmicos e pela qualidade da informação disponível, bastante inferior para as atividades agrícolas.

As informações utilizadas, para a análise do período da crise, são as da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do IBGE (PNAD) referente aos anos de 1979, 1981 e 1983. Os dados referentes à inserção do trabalhador negro são provenientes do Censo Demográfico de 1980, uma vez que tais dados não são disponíveis para os anos estudados pela PNAD.

2. Afora as categorias analisadas no presente estudo, cabe mencionar, quanto às ocupações não manuais, a de empregados de nível superior e administradores como uma categoria de perda de rendimento acentuada no período (-24,2%). Esta perda certamente se relaciona com a forte carga redistributiva entre salários promovida pela política salarial adotada. Naquela categoria de trabalhadores não manuais, no entanto, encontram-se apenas 2% dos negros ocupados.

Já a categoria de empregados em ocupações de nível médio com contribuição à Previdência Social, a mais representativa quanto à inserção não manual dos negros (responde por 11% dos negros ocupados), apresentou um pequeno crescimento no período, de 1,5% ao ano (bem abaixo da média, 50%), com uma redução bruta de rendimento da ordem de 8,3% (bem inferior à média, que foi de -14,9%).

3. A respeito das desigualdades raciais e indicadores referentes à situação sócio-econômica do trabalhador negro, ver: Lucia Elena G. de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina N. Araujo, "O Lugar do Negro na Força de Trabalho", Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

4. Pretendemos, mediante a classificação da força de trabalho em categorias sócio-ocupacionais, abordar a questão das formas de inserção na produção e da diferenciação interna à força de trabalho. Estas categorias estabelecem uma mediação entre o nível teórico e aquele das informações disponíveis, tendo sido construídas a partir do cruzamento das seguintes variáveis: posição na ocupação, ocupação, setor de atividade e vinculação à Previdência Social. Foram as ocupações qualificadas ainda como manuais e não manuais, uma vez que estas distinções apontam para condições diferenciadas de trabalho e rendimento internas à força de trabalho. No texto "Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil", Angela F. Jorge *et alii*, Rio de Janeiro, DEISO/IBGE, 1984, descrevemos os procedimentos e critérios adotados na construção de categorias sócio-ocupacionais. Ver "O lugar do negro na força de trabalho", de Lucia Elena G. de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina N. Araujo, Rio de Janeiro, IBGE, 1981, em que utilizamos as categorias na análise de reprodução das desigualdades raciais.

5. As modificações na política salarial introduzidas a partir de fevereiro de 1983 eliminaram o adicional de 10% sobre a inflação (medida pelo INPC) para os trabalhadores com rendimento até três salários-mínimos e, de maneira geral, reduziram os reajustes dos demais trabalhadores, levando o arrocho salarial a seu ponto máximo. Para uma análise mais aprofundada dos efeitos da política salarial após 1979, ver "Uma avaliação da política salarial a partir de 1979", Angela F. Jorge e Fania Izhaki, DEISO/IBGE.

6. Ver a este respeito: "Desemprego e subemprego", elaborado por Jane M. Souto de Oliveira, in: *Indicadores Sociais - Relatório Anual para o Conselho de Desenvolvimento Social*, IBGE, 1977; e "O subemprego na Grande São Paulo, segundo os principais enfoques e critérios de medição" - Estudo Especial in: *Pesquisa de Emprego e Desemprego*, n.º 19, São Paulo, Seade/Dieese, 1986.

7. A ausência do seguro desemprego adequado e de outros mecanismos que assegurem ao trabalhador um certo rendimento, viabilizando, portanto, a procura de trabalho, é fator relevante na configuração do subemprego. Questiona-se, por outro lado, em que extensão o seguro-desemprego recém-criado (Decreto-lei n.º 2.283) contribuirá para reduzir a situação de subemprego. Isto porque o direito de usufruir de tal seguro só foi concedido aos trabalhadores que possuíram anteriormente vínculo (comprovado e por determinado período) formal de trabalho.

Assim, parte significativa da força de trabalho, aquela com inserção informal, ficou sem acesso ao seguro.

8. Com efeito, verificou-se no período 1979-1983 uma elevação da taxa de atividade das mulheres residentes em áreas urbanas de 33,4% para 35,6%. Constatamos que a elevação desta taxa se deve a uma maior participação das mulheres de 25 a 49 anos na força de trabalho feminina urbana (mais 3,6%). Tais informações apontam para uma maior participação das mulheres chefes ou cônjuges na força de trabalho urbana como parte de uma estratégia de sobrevivência familiar.

9. Informações recentes do IBGE e do Seade/Dieese, relativas ao período 1985-1986, indicam que os trabalhadores negros continuam tendo as mais altas taxas de desemprego e subemprego, não se verificando uma recuperação do seu nível de rendimento e de acesso à Previdência Social aos níveis de 1979.

SUMMARY

Effects of the job market crisis in city environments and duplication of racial inequalities

This study analyzes the labor force in the 1979-1983 period when the country went through its worse economic crisis in recent years, and discusses the severe effects of that crisis on the working conditions of the black urban unskilled labor force. The emphasis given to unskilled job categories is justified on the one hand because they are more strongly hit by any crisis and, on the other hand, because unskilled jobs are predominantly filled by the black labor force.

Industry was hurt the hardest by the crisis and its most dynamic segments in particular. The number of jobs was noticeably reduced, especially in the heavy and non-durable consumer goods industries. Conversely, the traditional transformation industry increased the number of employees at an average annual rate of 1.5% and the building

industry was the major employer throughout the period. However, the secondary industry experienced growth rates consistently lower than the total figures for other urban industries. The less capital-intensive, low-productivity and more unskilled labor-intensive industries grew during the crisis, however, and took in much of the female work force just entering the job market during that period.

Throughout the crisis there was a decline in the number of individuals attached to the Social Security system. Resort to a self-employed labor source was a mechanism tapped by companies to face the crisis since this was an easy way to escape payment of both labor benefits and the minimum required legal wages.

RÉSUMÉ

Effects de la crise sur le marché de travail urbain et l'accroissement de l'inégalité raciale

Cette étude fait une analyse de la force de travail dans la période comprise entre 1979 et 1983, époque où le pays a traversé la crise économique la plus grave de son histoire contemporaine, et présente une évaluation des effets de la crise sur les conditions de travail de la force de travail manuel urbaine noire. L'accent mis sur les catégories socio-occupationnelles de travail manuel s'explique d'un côté par le fait que ces catégories sont fortement

atteintes par la crise et, d'un autre côté, par le fait que c'est justement là que la force de travail noire prédomine.

La crise économique ayant atteint plus durement le secteur industriel, et dans celui-ci, sa partie la plus dynamique, il en résulte une réduction du nombre de personnes qui y travaillent, surtout dans les secteurs produisant des biens d'équipement et de biens de consommation durables. Toutefois, l'in-

industrie de transformation traditionnelle a grandi en nombre de travailleurs à un taux moyen annuel de 1,5%, et le secteur de la Construction Civile, pendant cette période, commande l'absorption de main d'oeuvre. Le secteur secondaire, pourtant, a toujours présenté une croissance inférieure à la croissance totale des secteurs des activités urbaines. Les secteurs ayant un moindre degré de capitalisation, une baisse de productivité et une grande absorption du travail non qualifié ont été ceux qui

se sont développés pendant la crise, et ont absorbé une grande partie des femmes qui, pendant cette période, ont intégré la force de travail.

A ce moment de la crise l'on observe une diminution des personnes inscrites à la Sécurité Sociale. L'utilisation de la force de travail d'ouvriers non employés devient un mécanisme mis en pratique par les entreprises pour faire face à la crise; à travers ce procédé elles échappent aux charges sociales et à la rémunération minimale établie par la loi.

LITERATURA NEGRA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA*

Luiza Lobo**

* Pesquisa integrada no Programa de Estudos Afro-Brasileiros do CEEA.

** Doutora em Literatura Comparada pela Universidade da Carolina do Sul (EUA). Professora de Literatura Comparada da Faculdade de Letras da UFRJ.

“Eu tenho o costume de dizer que meu nascimento foi assim: Era uma vez uma erê que pulava na esquina do Universo e o céu todo ficou riscado de vermelho e o vento agitou as águas do mar e eparrei e os pretos velhos fumavam cachimbo e um olhou pro olho da minha mãe, pegou na sua mão e disse: Vai nascer amanhã e é uma menina.

E a mãe acordou e eu nasci.” (Miriam Alves, Entrevista, 13-4-87)

“Ser negro é um estado de espírito. Não é ir contra o branco. O branco e o índio também têm preconceito. O negro não é unido.” (Ironides Rodrigues, Entrevista, 25-4-87)

“O que esperáveis que acontecesse, quando tirastes a mordação que tapava estas bocas negras? Que vos entoariam louvores? Estas cabeças que nossos pais haviam dobrado pela força até o chão, pensáveis, quando se reerguessem, que leríeis a adoração em seus olhos? Ei-los em pé, homens que nos olham, e faço votos para que sintais como eu a comoção de ser visto.” (Sartre, “Orfeu Negro”, 1948)

Breve introdução pessoal

Ao comentar com Carlos Hasenbalg que preparava um levantamento da produção literária de proletários do Grande Rio para a *Revista do Brasil*, ele me sugeriu incluir também a mais recente produção de grupos negros (Lobo, 1986a). Pouco depois, passando a vice-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Candido Mendes, convidou-me para realizar um levantamento e posterior análise da literatura afro-brasileira após a década de 1970.

Esta se constitui na sua quase totalidade de edições independentes, mas não foi in-

cluída nos estudos sobre produção marginal dos anos 1970, junto com Nuvem Cigana, Chacal, Cacaso, Chico Alvim ou Ana Cristina César (Messeder, 1982; Holanda, 1976; 1980).

Desde o início ficou bem nítido, através de uma entrevista com autores negros no CEAA¹ que: ou você está a favor da autonomia da cultura negra, mas se coloca *de fora* das suas discussões intrínsecas, ou você adota uma atitude pseudo-acadêmica, científica, objetiva e *finje* que está *por dentro*: mas aí cai na armadilha do paternalismo. Não tem meio termo. É preciso ser convidado para romper o cerco que os negros se criaram para pensarem sua identidade. "Mas" — explica Miriam Alves, uma das autoras contemporâneas — "o que nós poetas negros vivemos hoje não é um gueto. Gueto é quando se é segregado pelos outros. Hoje nós vivemos o quilombo; a revolta que nós mesmos provocamos: Quilombhoje."²

Grupos negros atuantes hoje

Há três grupos de autores de literatura negra atuantes hoje, no Brasil: Quilombhoje, de São Paulo; Negrícia, do Rio de Janeiro; Gens, da Bahia. O grupo Palmares, criado em 1978 por Oliveira Silveira, desenvolvendo teatro, literatura e outras atividades no Rio Grande do Sul, foi dissolvido em 1980. O grupo Uni-Verso, de Campos (RJ), tem atuação apenas local.

O Quilombhoje, criado em 1978, começou a publicar então os *Cadernos Negros* em anos alternados de poesia (nº 1) e prosa (nº 2). O grupo se autofinancia e aceita contribuições de autores negros de todo o País. Consiste de: Cuti (Luiz Silva), Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Oubi Inaê Kibuko (A. T. dos Santos), Sonia (Sonia Fátima da Conceição) e Jamu Minka (José Carlos de Andrade).

O grupo Negrícia, "Poesia e Arte de Crioulo", foi criado em 19 de abril de 1982. Dos 13 integrantes, hoje permanecem Éle Semog (anagrama de Luís Gomes), Hermógenes Almeida Silva Filho — os únicos que já publicaram livros — Delei de Acari (Vanderlei da Cunha), Hélio de Assis e Togo Ioruba (Gerson Theodoro).

O grupo Gens (Grupo de Escritores Negros de Salvador), criado em 1985, se compõe de Jônatas Conceição da Silva, José Carlos Limeira (parceiro de Semog quando vivia no Rio), Nivalda Costa e Edu Omo Oguian.

As características desses grupos de poeta nascidos na década de 50 é a publicação independente, fora do circuito das editoras tradicionais, e se constituírem basicamente de poetas.

Cadernos Negros é o veículo mais importante de divulgação dos novos autores negros, como Miriam Alves, Marise Tietra, Geni Mariano Guimarães, Cuti e outros. Alguns jornais de São Paulo, em parte devido à influência do autor negro e jornalista do *Jornal da Tarde* Oswaldo de Camargo, têm mostrado a repercussão do movimento literário negro como a *Folha da Tarde*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal de Cultura de São Paulo*, *Jornal da Comunidade Negra de São Paulo*, *Jornal Negro*, no Rio, pouco espaço tem sido reservado para o assunto, além de em *Maioria Falante*, *Ipeafro* e alguns artigos e resenhas em *O Globo* (Coutinho, 1987; Sodré, 1986; Lobo, 1987) e uma página em *Jornal das Idéias do Jornal do Brasil*.³

Autores independentes hoje

Há autores negros que, evidentemente, desenvolvem sua produção literária e ensaística fora desses grupos militantes.

Axé — *Antologia contemporânea de poesia negra*, organizada por Paulo Colina (Coli-

na, org., 1982) foi um dos livros responsáveis pelo renascimento da literatura negra contemporânea, com uma boa amostragem de poetas contemporâneos: Abelardo Rodrigues, Adão Ventura, Arnaldo Xavier, Geni Mariano Guimarães, Maria da Paixão, Miriam Alves, Oliveira Silveira, Oswaldo de Camargo, entre outros. *A razão da chama – Antologia de poetas negros brasileiros*, organizada por Oswaldo de Camargo – e colaboração de Paulo Colina e Abelardo Rodrigues (Camargo, org., 1986) – teve importância capital na recuperação histórica da poesia no Brasil, desde Caldas Barbosa (século XVIII) até o período contemporâneo (Lobo, 1987).

Romance

Enquanto os grupos militantes organizados ainda não produziram romances, estes existem, em pouco número, na geração anterior de escritores independentes.

Joel Rufino dos Santos, professor historiador, já publicou seis livros de literatura infanto-juvenil e três de história do Brasil romancada, onde busca reexaminar a posição do negro na história do País. Seu último livro, *Ipupiara* (Santos, J. R., 1985), uma novela, é sobre um monstro de origem indígena devorador de gente. Suas obras mais conhecidas são *O dia em que o povo ganhou* (Santos, J. R. 1982) e *Quatro dias de rebelião* (Santos, J. R. 1980). Para o autor, os escritores de literatura negra realmente importantes já alcançaram aceitação nas editoras tradicionais.⁴

João Ubaldo Ribeiro, baiano que vive em Itaparica, é autor de *Sargento Genílio*, um sucesso internacional, e *Viva o povo brasileiro* (Ribeiro, J. U., 1984), onde buscou recuperar a história do negro. Na tentativa de engendrar um romance nacionalista com ritmo rápido de aventuras, aproxima-se bastante das sagas do Jorge Amado da última fase.

Alguns escritores negros afastaram-se do tema e da ideologia ligados a eles. Nataniel Dantas, Raimundo Sousa Dantas – jornalista, embaixador – e Aguinaldo Silva. Para Ironides Rodrigues, advogado, professor e militante negro, apesar das possibilidades de divulgação de sua obra na televisão, Aguinaldo Silva “tem sido omissos na questão da defesa do negro”.⁵ Já o escritor negro Oswaldo de Camargo considera que a concentração nesta única temática ligada a um grupo pobre, sem prestígio social, isolaria o autor e lhe tiraria a universalidade.⁶

Para Camargo, Romeu Crusoé deveria merecer mais atenção dos jovens. Em 1951 publicou *A maldição de Canaã*, livro raríssimo hoje e que constitui o primeiro romance negro da modernidade. Escreveu também *Filho nativo e negrinho*. Mas hoje vive sozinho e esquecido no Rio, no bairro de Jacarepaguá – informa Ironides Rodrigues. Este autor e pesquisador tem inédito o romance *Crepúsculo noturno*, quase autobiográfico, sobre um professor aposentado e militante negro. Provavelmente perdeu-se o romance *A fábrica*, de Aguinaldo Camargo, que fundou o Teatro Experimental do Negro com Abdias do Nascimento em 1944, e já falecido.

A descoberta do frio, do paulista Oswaldo de Camargo (1936), é uma novela autobiográfica, como quase toda a obra do autor (Camargo, 1979). Promete para breve *A queda da casa dos Silvas* – talvez uma releitura parodística do conto de Edgar Allan Poe *A queda da casa de Usher*? Sua obsessão com a queda, a culpa cristã é visível em todas as suas obras de prosa e poesia.

As mulheres tiveram pouca representação no romance neste século. De Aline França, *A mulher de Aleduma*, sobre um deus africano, já na segunda edição (França, 1956); de Carolina Maria de Jesus, oriunda de Sacramento (MG) e autora do diário revisto por Audálio Dantas, famoso em todo o mundo: *O quarto de despejo* (Jesus, 1960). *Casa de al-*

venaria (Jesus, 1961) e seu último livro publicado, *Diário de Bitita* (Jesus, 1986), retomam o tom do diário, já fora da favela do Canindé, em São Paulo (Vogt, in Schwartz, 1983).

Francisca Sousa da Silva, oriunda do Nordeste, que passou de favelada a doméstica no Rio, também relatou sua existência sob a forma de diário em *Ai de vós! Diário de uma doméstica* (Silva, F. S., 1983).

Conto

Oswaldo de Camargo foi a principal figura que causou, na década de 1970, grande impacto na literatura negra com *O carro do êxito* (Camargo, 1972). No conto "Negrícia", pergunta: "Onde andava o pensamento dele? E a 'negrícia' dele?" — referindo-se à capacidade de luta, rebeldia do personagem. O termo inspirou o grupo do mesmo nome, no Rio. O autor o propõe como uma alternativa para o termo *négritude*, criado por Aimé Césaire e Léopold Senghor, por volta de 1934, em Paris — ou mesmo para "negridão", de Sérgio Milliet (Milliet, 1958). Camargo definia "négritude" como excessivamente carregada de sacrifício, escravidão, sofrimento, inferioridade,⁸ negrícia era algo muito mais essencial, afirmativo. Mas Camargo carrega em seu estilo traços de sua formação católica no Seminário Menor Nossa Senhora da Paz, em Rio Preto (SP), e vê na sua obra o movimento negro também, de certa forma, como um apostolado.

Eustáquio José Rodrigues relata sua experiência no Zaire, além do Brasil, em *Cauterizai o meu umbigo* (Rodrigues, 1986), que será examinado com mais detalhe neste trabalho.

Os *Cadernos Negros* lançaram diversos autores que muito prometem com a continuidade de suas publicações: Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira), com "Fogo Cruza-

do" (CN 2, 1979; Colina, 1982); Aristides Barbosa, com "Jeremias um e Jeremias dois", buscando recuperar a oralidade das histórias (CN 2); assim como Aristides Theodoro e Celinha (CN 2); Ele Semog e Geni Mariano Guimarães (CN 4, 1981; CN 6, 1983; CN 8, 1987; Cuti (CN 7); Esmeralda Ribeiro, (CN 8); e J. Abílio, Márcio Barbosa e Miriam Alves com o angustiado "Um só gole" (CN 8). São contos que se destacam pela qualidade técnica e a capacidade de reviver temas africanos num novo contexto antropológico e sociológico: o Brasil.

Poesia

Sem dúvida é na poesia que a produção negra mais se destaca desde o final da década de 1970. Quer porque a mais jovem geração de autores negros recebeu maior influência da música popular, quer porque durante a ditadura houve a evasão de poetas exilados, abrindo espaço para novos grupos (Sant'Anna, 1978). Os poetas negros também venderam sua produção poética de mimeógrafo de mão em mão, e ainda hoje a maioria publica por conta própria.

É essa produção marginal que tem trazido as propostas mais inovadoras para a criação literária. Com ela se constitui um divisor de águas com relação à escrita do passado — do século XVIII até Solano Trindade, inclusive.

Este identificava a luta do negro à de todos os oprimidos e achava que o negro seria redimido pela luta de classes do Partido Comunista — justamente o inverso da posição dos autores jovens, que enxergam a permanência do racismo dentro da luta de classes. Um autor de extração popular como o paulista Bélsiva, que se diz "poeta primitivo" e "pedreiro, cozinheiro, copeiro, instrutor de auto-escola" etc., em seu único livro ainda carrega o sentido do humilhado (Bélsiva, 1973):

Mudaram meu destino

Meu avô e meu bisavô foram trazidos
e eu não pude ter nascido lá
e eu não fui culpado de não ter sido
aquele autêntico negrinho
africano.

Vê-se o mesmo tom de súplica recalcada que percorre a descrição do tombadilho no "Navio Negreiro", de Castro Alves, tanto aí quanto no poema em prosa "O Emparedado", de Cruz e Sousa.

Os poemas plangentes de *O Estranho* (Camargo, 1984) também não fogem ao tom de autocomiseração próprio ao tom simbolista de Cruz e Sousa — o que se evidencia pela leitura de um "Alba" ou "Antífona", que soam como colagens do poeta catarinense. O projeto de Camargo de criar um efeito de horror quanto ao branco tão forte quanto o horror que o negro inspira a este (*sic*) não é transparente no decorrer do livro. Aliás, sua obra foi para Camargo um exercício de estilo, tendo passado por vários gêneros literários, como ele próprio admite.⁹

O que caracteriza a nova voz atuante dos autores negros é buscar na linguagem poética o "lugar" de sujeito e não de objeto da história. E, para empregar as metáforas de Octavio Paz, tomadas de Hegel, eles percebem que a lírica tem o ritmo da dança e é a linguagem da paixão, em oposição à prosa, que é a marcha (Paz, 1976). E a emoção é a arma mais eficaz da revolta contra o racismo, pois serve-lhe de antídoto, feito do mesmo elemento (ver Santos, J. R., 1980). Neste sentido, o poema "Protesto", de Carlos Assumpção, transformou-se num manifesto na década de 1950, quando o movimento negro se esboçava, à época incentivado por Sérgio Milliet, Florestan Fernandes e Roger Bastide (Assumpção, 1956).

No Sul, Oliveira Silveira desenvolveu uma poética baseada na experiência da vida rural

— bem mais sofisticada em Adão Ventura, mineiro — que parte do negro como trabalhador braçal, ex-escravo dos grandes proprietários do Rio Grande do Sul (Silveira, 1981). Numa linguagem ritmada pelo som dos atabaques na dança ao sol, no trabalho ao ar livre, ele procura uma expressão despojada e crua, que compara, por exemplo, a carne do negro ao charque. Noutra extremo, Eduardo Oliveira, em São Paulo, prefere a prosódia de versos longos e empostados, típicos do simbolismo-parnasianismo, como em Cruz e Sousa.

Tal postura está em desacordo com a visão de *différance* (Derrida, 1972) ou corrosão, preconizada pelo pós-modernismo (Lyotard, 1979), ou mesmo de experiência de choque (Benjamin, 1975), que caracterizam a era atual: um corte epistêmico radical. Uma "faca só lâmina" que apresente numa "arte mínima" um perfil do real extremamente complexo e dispersivo da fragmentada sociedade tecnológica do presente.

Do mesmo modo, não é simplesmente a cor da pele que define a literatura negra. É preciso uma convicção ideológica que a corrobore na postura do autor. Domício Proença Filho, professor de literatura e ensaísta, empregou em *O cerco agreste* (Proença Filho, 1979) uma linguagem concretista, abstrata, cabralina, sem relação com a causa negra. Mas em *Dionísio esfacelado (Quilombo dos Palmares)*, busca recuperar seu passado africano (Proença Filho, 1984). No entanto — afirma ele¹⁰ — sempre se sentiu mais identificado com a cultura branca, por força de seu trabalho no magistério, onde pouco contato teve com elementos da raça negra. Este livro, feito de grande pesquisa histórica e antropológica — tendo em apêndice um glossário com referências bibliográficas —, resgata o tema pela racionalidade, sem recuperar a paixão, como também acontecerá com Stel-la Leonardos em seu *Cancioneiro da Abolição*, Prêmio Nestlé de Poesia 1986, onde a

perfeição técnica não suprirá a falta de identificação com a causa negra, enquanto raça. "Será esta uma nova sangria?" — pergunta Semog, do grupo Negrícia.¹¹

Assim, a busca da "negridão", no atual estágio da literatura negra, é um encontro existencial consigo mesmo e ideológico com a cultura afro-brasileira.

Teatro

Desde a criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944, o Rio de Janeiro não apresenta a mesma efervescência. Já com a primeira montagem do TEN, *Imperador Jones*, de O'Neill, evidencia-se a carência de textos de autores negros. Uma exceção foi *Sortilégio, Mistério Negro*, de Abdias do Nascimento (Nascimento, A., 1951).

Outras peças não chegaram a ser montada, como as de Agostinho Olavo (ator do TEN já falecido), *Além do Rio (Medeia)*, e Rosário Fusco (Cataguases, MG), *Auto da noiva* (ver TEN - Testemunhos, 1966). Outras inéditas, segundo Ironides Ribeiro (em entrevista), são: de Aguinaldo Camargo (ator e fundador do TEN), *O êxodo da senzala* — cujos originais estão perdidos — e dele mesmo diversas peças inéditas: *Sinfonia da favela* — sobre um negro do interior que sonha com a vida na cidade; *Príncipe Obá* — acerca de uma figura popular de rua da época do Império, citada por Melo de Moraes, que fora "rei na África" e herói da Guerra do Paraguai, que chegou a ser recebido pelo imperador no Palácio; e *Réquiem de Cruz e Sousa* — na qual os negros do mundo todo se reúnem para o julgamento do poeta simbolista.

Estêvão Maya-Maya, autor maranhense que emprega na sua poesia os ritmos e a tradição popular rural do bumba-meu-boi, quatro peças, das quais tem três inéditas: *Ongira: grito africano; Ópera afro-brasileira*, em parceria com Antonio de Pádua (encenada em 1980); *Do país do saque tudo à terra onde*

os mortos falam (com versão espanhola), 1981; e *Terra nossa ou dama-valete-rei de espadas* (musical de 1981). Na verdade, seu livro de poesia *Regresso triunfal de Cruz e Sousa e Os segredos de "seu Bitá dá nó em pingo d'água"* (Maya-Maya, 1982) poderia ser encenado como teatro musicado, pois sua técnica se aproxima da composição oral.

Oubi Inaê Kibuku (A. T. dos Santos) tem participado no grupo Ilê Omo Dadá, com uma *performance* visual: *Cruz e Sousa in-Zumbi sendo* (mimeo), em 1985; e escreveu dois monólogos, "Como se fosse pecado" (1982) e "Axé Basafro" (1981).

Cuti publicou a peça *Suspensão* (Cuti, 1983) um pouco no estilo das "rodas de poemas", recitais em locais públicos que o Quilombhoje iniciou em São Paulo em 1978 — este grupo encenou em 1983 *Despacho poético*, no qual a macumba é recriada numa linguagem humorística em simbiose com a tecnologia eletrônica.

Ensaio

Professor de Comunicação e ensaísta, autor de diversos livros, ensaios e resenhas, em *A verdade seduzida* Muniz Sodré procura contrapor o conceito europeu e iluminista de cultura a uma proposta de definição de cultura afro-brasileira ligada à concretude das manifestações da comunidade negra no seu dia-a-dia — opondo-se assim a uma escola de preocupação mais metafísica ou generalista que aproxima o Brasil da África, sem ver as diferenças culturais entre os povos de raça negra (Sodré, 1983).

Lélia Gonzalez, na teoria e na prática psicanalítica, tem divulgado o papel da mulher negra e da comunidade negra no Brasil e no exterior; em *Lugar de negro* (Gonzalez, Hasenbalg, 1982) apresentou uma visão sociológica do problema.

Neusa Santos Souza publicou, no campo da psicanálise, *Tornar-se negro* (Souza, N.S.,

1983), uma tese de mestrado com o estudo de apenas dez casos. Aí estuda a profunda depressão/repressão dessas mulheres devido à falta de auto-estima — mas nessa análise talvez parta da premissa errada, pois enquanto a psicanálise se restringe ao aspecto da auto-imagem, o que essas mulheres negras sentem é o preconceito racial concreto, externo, alheio ao plano da representação.

Mulher negra, de Sueli Carneiro e Teresa Santos, pesquisa a mulher negra no mercado de trabalho (Carneiro; Santos, T., 1985).

Fora do âmbito do trabalho acadêmico, o mais importante sintoma da autonomia do corpo da comunidade negra é sua iniciativa de expor seus próprios pensamentos a respeito de si mesma e sua cultura, não só através da organização de antologias (*Axé, A razão da chama*), como também de discussão cultural teórica. *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*, realizada pelo Quilombhoje, focaliza a literatura negra buscando encontrar um modelo de análise próprio (*Reflexões*, 1985). Além de inúmeros encontros de literatura, que se sucedem no Brasil e no exterior — como o Perfil de Literatura Negra, as bienais Nestlé — *Criação crioula, Nu elefante branco* reproduz o I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros em São Paulo (*Criação crioula*, 1987), em que vinte escritores negros leram seus textos, realizaram *performances* e avaliaram seu trabalho na Faculdade de Ipiranga, em 1985.

Literatura oral e popular

Em *O Cordel do Grande Rio, Catálogo* (1985), há listadas apenas quatro obras de cordel versando sobre o negro: *A escravidão moderna*, de João José dos Santos (o Azulão); *A escrava Isaura — a jovem sofredora*, de Apolônio Alves dos Santos; *História e martírios da Escrava Anastácia*, do mesmo autor; e *Umbanda em versos*, de Flávio Fer-

nandes Moreira (Flávio Poeta Fernandes). O ponto de vista destas é sempre externo, pois nenhum dos autores é negro. Aos domingos pela manhã podem ser vistos, com cantadores e repentistas, no “Cantinho da Poesia”, na Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

O registro de fontes orais, como contos, relatos e história oral das populações descendentes de africanos e grupos isolados ainda está incipiente no Brasil. Assim, deve-se a Mestre Didi (Deoscóredes M. dos Santos), em *Contos crioulos da Bahia* (Santos, D.M., 1961), a recuperação da memória nagô no Brasil, inclusive por sua profunda vivência no Axé Opo Afonjá, em São Gonçalo do Retiro, Salvador.

Contos afro-brasileiros, antologia organizada por Júlio Santana Braga (Braga, 1980), revela a sabedoria preservada oralmente pelo sistema divinatório do Ifá, onde o babalaô (sacerdote) precisa de conhecer de cor um número considerável de histórias, *itan*, agrupadas em 16 blocos principais, *Odu*, que permitem encontrar, a partir da análise de seu conteúdo mítico, as respostas às questões formuladas pelo consulente. Muito popular na Nigéria e Benin, o culto é pouco conhecido no Brasil.

Por outro lado, a produção oral como se dá no samba — exceto em casos como o do compositor Nei Lopes — por seu caráter anônimo, espontâneo, até passageiro, raramente se transforma em “documento”, no dizer de Walter Benjamin. No Ocidente, é apenas a partir do registro em livro que a obra ganha uma “aura” — ainda na terminologia de Benjamin — e passa a exigir do escritor uma formação complexa, formal, erudita, distanciada da do compositor popular. Para Le Goff, em *A civilização do Ocidente*, o livro torna-se “instrumento de cultura e de poder. Por muito tempo, objeto de luxo. Com as universidades (século XIII) tende a converter-se em objeto utilitário fabricado em série. O livro

por excelência é a Bíblia, que reúne todas as funções de prestígio, de alimento espiritual e de educação. O trabalho intelectual é, fundamentalmente, *ler*." (Le Goff, 1969).

Só nos resta perguntar por quanto tempo ainda a função do livro, do intelectual e da leitura permanecerá estatística na era dos meios de comunicação de massa e sob o influxo de uma sociedade que se pretende democrática.

Por enquanto, o certo é que a literatura negra brasileira atual se caracteriza por uma notável oralidade, e por aquilo que André Jolles denomina de formas simples: chiste, legenda, caso, saga, mito etc., em oposição às formas complexas: romance, teatro (Jolles, 1976). Na confrontação de forças com a cultura literária brasileira do século XIX — onde se destaca Maria Firmina dos Reis, com *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista — e início do XX — em que Lima Barreto fotografa o drama social de subúrbio e o preconceito racial nas páginas de *Clara dos Anjos* (Barreto, 1923-4), *Recordações do escrívão Isaias Caminha* e tantas outras obras de crônicas, contos e cartas —, consideram-se esses e outros nomes do passado como exceções brilhantes em meio a uma cultura erudita dominada pelo branco. Mas é notável o descenso da qualidade literária do texto hoje escrito. Mesmo assim, autores populares como os paulistas Lino Guedes e Bêlsiva (1973) complementam o traço espontâneo da oralidade com um registro pessoal, ideológico do cotidiano, que constituirá um documento para uma história da literatura negra.

Proposta de definição da literatura afro-brasileira

A literatura negra parte, portanto, de um profundo traço de logocentrismo, com ênfase na palavra oral, *phoné*, em oposição à grafia, que tem prevalecido na civilização judai-

co-cristã-européia (Derrida, 1972). A *diferença* entre o escrito e o falado, entre o significado lógico e o sentido pragmático, que tem marcado toda a cultura ocidental, notadamente no Primeiro Mundo, tem sido conscientemente abandonada pelos escritores de origem africana, até mesmo na tentativa de encontrar um universo simbólico-discursivo próprio. Muitos autores partem para a criação de uma literatura infanto-juvenil, a começar por Joel Rufino dos Santos, Esmeralda Ribeiro e outros, no intuito de explorar este tom de oralidade imanente ao relato da estória infantil, bem como do traço didático, importante para as comunidades negras no Brasil.

A literatura brasileira foi escrita maciçamente por autores brancos. Enquanto classe dominante, automaticamente eles começaram a imprimir no papel uma imagem pejorativa, destrutiva, corrosiva do escravo e posteriormente do negro livre que lhe eram inferiores socialmente. Até o proletário foi descrito de modo parodístico. Ao contrário de Voltaire, que era um plebeu a criticar a nobreza, no *Cândido*, Monteiro Lobato em *Jeca Tatu* ou José Alencar no moleque negro Pedro (ver "A Mãe") buscam encontrar o que há de pior na visão ideológica do Outro, vendo-o de cima para baixo.

Criaram-se assim os estereótipos sobre os negros: um clichê aviltado, simplificado preconceituosamente. O estereótipo não se identifica com o tipo — descrição do personagem realizada durante o naturalismo que tenta ligar, é verdade que de forma um tanto esquemática, o sujeito a um grupo, a um comportamento, até mesmo a uma classe social.

Na história literária brasileira, o estereótipo passou a ocupar papel primordial nos estudos de personagem, principalmente através de ensaístas estrangeiros — desde Bastide (1943), passando por Raymond Sayers (1958), Gregory Rabassa (1965) e, ultima-

mente, Brookshaw (1983) e Haberly (1983), mais ou menos explicitamente, seja como estereótipo, seja como personagem negro, visto de fora, externamente.

Conseqüentemente, no estudo da literatura afro-brasileira mistura-se a obra do autor negro com a obra *sobre* o tema negro. Como até agora havia poucos autores negros, era inevitável que isso acontecesse — somado ao fato de que autores como Kilberry ou Auta de Souza, no simbolismo, não se assumiam ideologicamente como negros. Mas, atualmente, partindo-se de um posicionamento político dos autores contemporâneos, já se pode propor um delineamento desse corte específico da história literária, começando em Caldas Barbosa, Cruz e Sousa, Luís Gama, Lino Guedes, Lima Barreto, Solano Trindade e tantos outros que ainda cabe aos pesquisadores localizar.

Assim, um poema como “Essa nega Fulô”, de Jorge de Lima, só pode ser analisado como a projeção sobre a mulher negra dos desejos do homem branco em ver atirar-se a seus pés uma escrava subserviente (Lima, 1928). As mulatas de Di Cavalcanti ou as páginas de Jorge Amado não poderiam ter nascido hoje sem uma severa crítica ideológica.¹²

Principalmente o Modernismo tem de ser revisto. Numa excepcional análise, Luiz Costa Lima mostrou como o poema épico *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo, longe de enaltecer as três raças brasileiras, acaba por privilegiar uma e *denegrir* a outra. Ao final do poema, o negro, que trabalhou na lavoura, que produziu o café, acaba “bebido” num balcão da cosmópole de São Paulo, sob a forma de um inocente cafezinho; depois o burguês branco e capitalista sai dali distraído e vitorioso (Lima, 1975).

Por outro lado, Mário de Andrade, autor mulato, ao mostrar a impressionante arte amorosa do herói da tribo dos tapanhumas, Macunaíma, o Grande Malvado, que, ainda

criança, resolve conquistar a mulher do irmão Jiguê, Sofará, o transforma num lindo príncipe (branco) (Cap. 1). Adiante, ao justificar a existência das três raças, dentre as quais Macunaíma fica “branco louro e de olhos azuizinhos.” (Cap. 5), a partir da lenda de uma poça d’água dentro do pé de Sumé, pois é o primeiro a se banhar. Jiguê fica índio, pois usa a água ainda limpa. Mas Maanape fica preto porque só encontra água servida.

Sousândrade (1832-1902), outro mulato claro, embora tenha tido mais de uma filha com suas escravas, nas poucas referências ao negro em sua obra poética se refere à escrava Dulaleda — com quem manteve amores — morta, estirada numa esteira no chão, abandonada com um toco de vela ao lado (*Harpas selvagens*, 1857; *O Guesa*, 1884).

Machado de Assis, apesar de sua cáustica visão do mundo burguês e branco — onde a proximidade com o ápice da pirâmide, na visão de Raymundo Faoro, representava um enorme poder através do compadrio com o Imperador, dentro da tradicional estrutura social brasileira —, pouco se debruçou sobre o negro. Afora algumas passagens em *Brás Cubas*, onde um negro é espancado em praça pública, e mais tarde, alforriado, vinga-se espancando os outros, “Pai contra mãe” (Assis, 1906) tem a mesma visão imobilista-psicologizante que explica o *status quo*, justificando a inércia humana de lutar pela própria identidade.

O protagonista do conto é um ex-feitor branco que vive da renda de encontrar escravos e devolvê-los para os seus donos. Sua esposa está grávida mas toda a família vive em grande penúria. Machado acompanha minuciosamente os seus passos, até quando encontra uma escrava fugida e obtém a sua recompensa, voltando para casa com o dinheiro, coberto de alegria e sorrisos. Numa cortante cena final, no entanto, a escrava fugida aborta um filho morto, diante do dono.

Não caberá à literatura a análise do perverso como expressão do recalçado nem o julgamento ideológico do autor em função de sua classe social ou biografia — mas fixa explícita aqui a indiferença de Machado pelo tema abolicionista, à diferença de tantos outros do mesmo período, como Luís Gama, José do Patrocínio e Cruz e Sousa, que não se isentaram do problema.

Efetivamente, para cada Lima Barreto, há um Mário de Andrade, um Monteiro Lobato (ver o conto “Negrinha”), um Nelson Rodrigues (ver “O anjo da morte”); para cada Luís Gama, com suas famosas *Trovas burlescas*, há um Gregório de Matos, um Machado de Assis, um Gonçalves Dias (que, como outros românticos, preferiu enaltecer o índio do que percorrer o caminho espinhoso da própria individualidade). Assim como faltou ao romantismo indianista de Gonçalves Dias e José de Alencar a pesquisa de fontes etnográficas como a realizada, por exemplo, pelos irmãos Grimm com relação aos contos infantis orais na Alemanha, que mostravam a “cor local” — pesquisa encetada posteriormente pelos modernistas Mário e Oswald de Andrade —, também faltou ao romantismo social e abolicionista este mesmo mergulho no estudo do negro, o que pode estar sendo suprido agora pela nova literatura que se vem fazendo.

Márcio Barbosa, do grupo Quilombohoje, contrapõe literatura negra a uma “literatura branca” que a domina: “Não só a ‘universalidade da literatura branca’ é imposta, mas o é através da sua dominação pela força”; quando os negros escrevem, “se deparam com um dilema fundamental: as técnicas e a linguagem que usam são técnicas e linguagem brancas” (Barbosa, 1985).

Este parágrafo leva inevitavelmente à comparação com alguns trechos sobre literatura feminina de Virginia Woolf em *Um quarto próprio* (Woolf, 1929). Ali — aponta ela — um dos maiores problemas das escri-

toras era escrever tendo de usar uma gramática dominada pela sintaxe regida pelo masculino.

Há muitos pontos em comum entre a emergente literatura negra e a feminina. Ambas estão conseguindo, conscientemente, e pela primeira vez, afirmar-se num espaço autônomo, um espaço de sobrevivência, conquistado palmo a palmo (Lobo, 1986, 1987a).

A situação de ser mulher — genética e socialmente — equipara-se à de ser negro, como já se lia em Sartre: “Quando se é judeu e se sofre o preconceito, ainda assim se é parte da sociedade de raça branca. Mas quando se é negro e se sofre o racismo, não se pode arrancar do corpo a própria pele.” (Sartre, 1948).

Sartre ignora aqui uma série de ligações raciais existentes entre os povos de raça semita e os negros; mas tem razão quando afirma que “sentir na própria pele” a negritude é algo que é próprio apenas ao negro. Assim, o “sentir na própria pele” é importante na medida em que se estabelece uma ponte entre o ser e o sentir ideológico, existencial. Portanto, concordo plenamente com Márcio Barbosa quando este afirma: “. . . a existência de uma literatura negra é posterior à existência de uma consciência negra.” (Barbosa, 1985, p. 51).

Diante disso, algumas definições de literatura negra se mostram insuficientes do ponto de vista ideológico. Semog, por exemplo, afirma que literatura negra “é aquela que trata no seu conteúdo contextos onde os personagens (ou fatos) se desenvolvem segundo princípios e fins históricos, relacionados no tempo e no espaço com aspectos do indivíduo, da família e dos povos negros, em função de relações sociais conhecidas ou decodificáveis”.¹³

Para Ironides Rodrigues, “literatura negra é aquela desenvolvida por autor negro ou mulato que escreva sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra,

de forma assumida, discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo. Ele tem de se assumir como negro".¹⁴ E como exemplo cita "O Emparedado", de Cruz e Sousa; Jamu Minka, Isabel Hirata, Madalena de Sousa. Éle Semog, entre outros.

Para ficarmos com uma definição de 1973 de Lilyan Kesteloot, ao definir negritude, neologismo surgido há cinquenta anos: 1) pertencer-se à raça negra; 2) pertencer-se à própria raça enquanto coletividade; 3) consciência e reivindicação de homem negro *civilizado* (sic); 4) negritude é um estilo artístico ou literário; 5) ser-no-mundo negro (Sartre); 6) conjunto de valores de civilizações africanas (Senghor).

Levando em conta alguns dos aspectos da negritude levantados por esses filósofos, do ponto de vista ideológico, seria preciso, para uma autêntica literatura afro-brasileira, o repensar desses princípios com relação ao sistema cultural, intelectual do Brasil. Este repensar está portanto mais ligado ao eixo da corrosão do que ao da tradição.

Bases para uma análise

Em "Apesar de dependente, universal", Silviano Santiago afirma que a perspectiva de uma cultura periférica ou dominada é angustiante porque se constitui de um passado antropológico que nos explica — "fomos índios, fomos negros" (sic) —, mas apenas na medida em que nos destruiu. A dependência cultural do Brasil para com a Europa, desde a "descoberta" da América, quando Anchieta empregava uma visão didatizante na relação com o índio, pode ser transposta hoje para o fenômeno da literatura negra emergente no confronto com a literatura da elite branca. Seria nos interstícios, na visão da história dos vencidos, que se traçaria uma releitura social, conforme conclui Silviano Santiago: "Nas culturas periféricas, os textos descolo-

nizados questionam, na própria fatura do produto, o seu estatuto e o estatuto do avanço cultural colonizador" (Santiago, 1982).

Focalizando a literatura negra que surgiu desde a década de 1970 como uma possibilidade de releitura cultural, então se percebe que nela não importa sua *qualidade*, mas sim sua *oportunidade*. É o próprio *sintoma* de sua emergência que altera a dialética do corpo da linguagem, que passa a expressar uma nova letra, pois inverte a ordem do colonizador e introduz novos parâmetros na discussão da cultura nacional. Poderia o Brasil continuar vivendo do mito do samba e do carnaval, da tradição folclórica e da mulata-objeto sexual? Isso corresponderia ao desenvolvimento urbano do País, que tem pelo menos 60% de sua população de 130 milhões de habitantes com algum sangue africano?

Assim, a recepção ou recusa que este texto emergente venha a encontrar por parte do leitor tradicional da elite branca burguesa deve ser objeto de estudo. Do ponto de vista da estética da recepção, é preciso alterar o "horizonte de expectativa" do "leitor ideal" (Iser, 1972; Jauss, 1972). Atualmente, são os *Cadernos Negros* que têm imprimido uma "experiência de choque", no dizer de Benjamin, criando, com uma postura de grupo, coletiva e agressiva, condições para transformar, pela rebeldia, o "repertório" do leitor brasileiro que terá de despertar para a existência de uma literatura negra.

Ao contrário do que afirmava Mac Luhan, nos anos 70, para o êxito do texto são precisos 90% e não 10% de novidade semântica — caso contrário seria difícil explicar o êxito de *Ulisses*, de Joyce. Assim, negros em ascensão social, tendo cursado a universidade, ocupando profissões liberais na sociedade, de professor, assistentes sociais, programadores de computador, assessores de secretarias, buscam escrever e divulgar seus textos agressivos, contendo uma mensagem de libertação, como "um tapa de luva no gosto públi-

co” – nas palavras de Maiakovski. Ao proporem a subversão da linguagem, dão voz ao reprimido, ao reprimido. Uma revolta que começa pela linguagem, à la Barthes.

Ele Semog, do grupo Negrícia, de alguma forma captou essa postura indiscreta, irreverente, no seu manifesto lido no Kizomba, evento realizado dia 26 de novembro de 1986, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, quando reeditou o Manifesto Antropofágico de Oswald (1928), sem conhecê-lo.¹⁵ Como “um negro tangendo um alaúde”, para modificar a postura indianista de Mário de Andrade, ele sai do terreiro e invade o pátio da universidade. Não é a voz de um fazendeiro de café da burguesia decadente de São Paulo, como Oswald, mas um negro nascido em Nova Iguaçu em situação socialmente ascendente, que toma da mão do senhor o chicote, símbolo da revolta do povo que se cansou de ser escravo.

Épica e tradição

O padrão literário “universal”, inserido na história literária consagrada, é atualmente almejado por alguns escritores, como Oswald de Camargo, Abelardo Rodrigues, Paulo Colina (São Paulo) e Joel Rufino dos Santos (Rio de Janeiro). Uma dimensão alcançada, nos Estados Unidos, por James Baldwin, na prosa, e Langstone Hughes, na poesia; por Alice Walker, na poesia, autobiografia e romance; e por outras escritoras que também chegaram à Universidade, como alunas, professoras, conferencistas, profissionais liberais, ocupando espaços em antologias, revistas, jornais (não só de negros): Gwendlyn Brooks, Ann Petry, Dorothy West, Carolyn Rodgers, Paule Marshall, Toni Cade Bambara, Mari Evans, Toni Morrison e Maya Angelou (Wade-Gayles, 1984).

No Brasil, são as autoras que depois da década de 1970 apresentaram um salto quali-

tativo no sentido de sua autonomia da criação, principalmente através de publicações nos *Cadernos Negros*, mas também com sua produção independente, no caso de Miriam Alves (1985; 1983); Marise Tietra (Maria Helena do Nascimento Araújo), Geni Guimarães (tem um livro publicado), Esmeralda Ribeiro, Sonia (Sonia Fátima da Conceição), Anita Realce, Celinha (Célia Aparecida Pereira), Benedita Delazari, Roseli Nascimento.

As mulheres negras se sentem menos comprometidas com o coletivo do movimento e experimentam com menos culpa a ascensão social; da mesma forma, estão menos comprometidos com uma noção de épica histórica, tradicional, e têm mostrado mais possibilidades de renovação da linguagem e criação de uma expressão própria. Como nos Estados Unidos, também mostram-se avessas a movimentos feministas, pois sentem-se discriminadas enquanto negras, e no Brasil até hoje muitas sentem-se exploradas pelas brancas, que ainda funcionam como as *ladies* da época da escravidão norte-americana para grande número delas.

Do ponto de vista do homem, o compromisso de sua literatura com uma postura até certo ponto didatizante, militante, épica, os lança num lento processo de reafrikanização. Em que medida o brasileiro, um “povo sem memória”, pode reviver o passado africano (religião, culinária, línguas, hábitos e costumes) para encontrar sua identidade – mesmo que isso ocorra no plano simbólico como resgate na linguagem da memória popular?

Alguns dos escritores de sexo masculino empregam pseudônimos africanos, atualmente: Oubi Inaê Kibuko (A. T. dos Santos), Jamu Minka (José Carlos de Andrade), Abayomi Lutalo, Edu Omo Oguiam (Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus), José Luanga Barbosa (José Aparecido dos Santos Barbosa). Esse fenômeno não encontra paralelo entre as mulheres – com exceção de Zula Gibi. Elas escolhem pseudônimos quase familiares: Ce-

linha, Anita Realce, Sonia etc. Isso mostra maior vínculo do escritor para com a visão épica da história, a mensagem heróica do passado africano, anterior à escravidão. No tópico de retorno à África, Eustáquio José Rodrigues publicou seus contos de *Cauterizai o meu umbigo* (Rodrigues, E. J., 1986) e Rogério Andrade Barbosa um relato autobiográfico de sua experiência como professor na Guiné-Bissau, em *La-le-li-lo-luta* (Barbosa, 1984).

Novamente uma comparação com os Estados Unidos mostra que o retorno à África é o caminho encontrado por uma autora do porte de Alice Walker, em *A cor púrpura* (Walker, 1982). Nas cartas de Nettie, a irmã de Celie que lhe descreve em cartas a sua viagem à África em companhia de uma família de pastores protestantes, há a mesma ausência de questionamento ou pouca consciência que se vê em Eustáquio, de que ambos são agentes destruidores da história e da cultura africana que tanto desejam preservar. Em *A cor púrpura* é o protestantismo da família de Nettie que se sobrepõe aos hábitos morais da tribo — até que uma estrada aberta bem no meio das casas destrói seu caráter agrícola milenar. Em *Cauterizai o meu umbigo*, num relato confessional na primeira pessoa do singular, Eustáquio teme a vingança de Zacchary, no Zaire, por ser estrangeiro, explorador, e critica a construção de estradas e os ambiciosos projetos de “urbanização” e “desenvolvimento”, mas de certa forma, como oriundo de um país do Terceiro Mundo, não se vê como um dos agentes predadores daquela região. Evidentemente, este é um modo de visão típico do modo de produção capitalista, que leva à fragmentação de cada elo da cadeia como parte de uma série geral de montagem.

Em certos momentos de seus contos, Eustáquio J. Rodrigues se deixa levar pelo aspecto que Flora Süssekind caracterizou como típico da tradição literária brasileira: o aprisio-

namento no descritivismo naturalista (Süssekind, 1984). Eventos e diálogos são reproduzidos num esmiuçamento quase jornalístico, que se afasta do eixo do literário. Noutros momentos ele alcança um grau de simbolização difícil de esquecer-se, principalmente nos contos relativos à África — que é também a Grande Mãe dos Mitos (ver o conto “Cauterizai o meu umbigo, oh, mãe!”, p. 91). Não é vítima da visão do exótico, como vencido/vencedor num país estranho, num ângulo externo, mas se coloca como vítima de um processo civilizatório e repelidor em que foi expulso do Grande Útero Mítico para mergulhar na cultura desmi(s)tificada do Brasil. Imerso nessa sociedade prosaica, destituída de valores, chegando ao interior da selva do Zaire, ele busca se rebatizar na Terra da Grande Mãe (“O louco do Pavãozinho”, p. 103), numa cena que relata em *flash-back*, onde mulheres insinuantes se misturam a destrutivos elefantes. Talvez uma reedição africanizada do capítulo VII (“O Delírio”), também em *flash-back*, de *Brás Cubas*, onde um hipopótamo dispara pelo solo gelado (europeizado?) no leito de morte de Brás Cubas, que se encontra com Pandora, que sincretiza tudo o de mais gelado e alienígena, no Mito Grego da Mãe Natureza.

Para Eustáquio, a Mãe Natureza é igualmente algo real, cultural: como os pares de gêmeos que serão sempre denominados Nzuzi (o primeiro, o mais forte) e Djimba (o segundo, ou segunda) (“Festa na casa de Kagoa, o muniabungo”, p. 73). Mãe Natureza dos filhos bastardos de ingleses e franceses, que os abandonam, terminada a estrada, e os exploram durante sua construção (daí o sentimento de vingador oprimido de Zacchary); ou que mata por malária, por não ser concedido o remédio à febre senão aos estrangeiros. Lucidamente, o livro propõe um caminho de retorno não para a África, de *per se* frustrada, mas para uma africanização interior, uma identificação com a visão do venci-

do, onde nos inserimos por força da História, e daí é que é preciso recomeçar.

Enquanto busca épica da África como a Grande Mãe, Semog trilha um caminho inverso ao de Eustáquio. Começa a escrever seus poemas num teor político (Semog, 1978), onde já se vê o traço urbano, humorístico-crítico que desenvolve em seus livros de parceria com José Carlos Limeira (Semog; Limeira, 1979). Entretanto, em seu último livro, *Curetagem (Poemas doloridos)* (Semog, 1987), a idéia da cicatrização do trauma do parto através da cicatrização do umbigo se frustra, e o poeta se vê como “podre e amargo” (p. 14), como “eu, o lixo eu” (p. 28), “homem vazio/foi como um tamarindo que todos sabiam que era azedo” (p. 27); atirado no real, “navegar para mim não é preciso, sinceramente, não é.” (p. 31), e conclui que é um “objeto inadequado” de amor:

hoje você me deixou
como uma roupa torcida,
que esquecida num canto da área
seca sem pegar sol.
hoje você me usou assim,
com cheiro de mofo,
amarrotado e meio úmido por dentro.
pensando bem,
no fundo, no fundo. ...
você nem teve coragem
de me usar.

15/12/86

Esse desencontro do eu que se descentraliza de si mesmo, perdido na busca de uma grande mãe que não se encontra pela via épica da africanização, já se configurava para o poeta num conto de *Cadernos Negros* (CN 6, 1983), “A seiva da vida” (p. 15-23). O protagonista Jorge Ganga, perseguido pela imagem da mãe prostituta, Dalva, no circuito entre a Rua Princesa Isabel e o Largo do Machado, a qual desejava levá-lo com o amante para Roma (a suprema libertação dos confli-

tos?), termina repetindo este seu projeto, indo “descansar na Suíça”. Na imensidão da neve que é até “cálida” (p. 21), fugindo da origem matricial, Jorge Ganga acaba recaindo nela mesmo. Num grande ato de amor (ver adiante “Ogun”, de Esmeralda Ribeiro), ele reencontra sua mãe-amante-vampira, agora a “condessa Dalva, a negra do Caribe” (p. 22), que se desagrega em pó, com “mais de 223 anos”. Ausentando-se da via da africanização, na qual Exu bebe o sangue (de animais) para perpetrar a vida, na Europa o herói encontra a vampira, que se alimenta de sangue (das pessoas) para eternizar a morte.

Também no vôo de retorno Zurich—Rio, passando pela Bélgica e a França, Eustáquio corre o perigo de vampirizar-se em companhia da sensual Maritza no sofisticado restaurante Faisan d’Or (p. 119), perigo que ele dribla, com ginga, por exemplo, em “Vira-Vira” (p. 136), conto-depoimento sobre o Morro 60, na Saúde.

É o humor que apresenta a melhor resposta corrosiva para uma postura épica tradicionalista, como se vê em grande parte dos poemas de Semog (Semog; Limeira, 1979, p. 128);

Curta montagem

Filmei minha alma
Preso nos arames farpados
Da nossa história
Na cena final
Houve um miserável
Que censurou
A minha agonia.

Ou em Auto-Retrato (idem, p. 147):

Não fui feito
Para os cantos
De paredes.
Muito menos para
Out-door de corações.

Urbano, parodístico, Semog (1978, p. 49) tem uma importante atuação na poesia negra contemporânea ao empregar a gíngua da linguagem dialogada, rápida, desestruturante:

Oração

Senhor
sede coerente com
essa tropa de amaldiçoados.
Dai senhor sede apenas
A quem tem o que beber. . .
Porque senão
Isso vai virar uma baderna.

Mas a africanização é o traço mais pertinente em toda a produção negra, como no conto de Cuti (CN 8, 1985, p. 21-28) "o dito pelo dito Benedito", onde os olhos verdes do rapaz não servem para o pai de santo, porque são verdes (p. 27). No conto "Ogun", de Esmeralda Ribeiro; em "A casa de Fayola", de J. Abílio, onde o peji de Oxum e o fogo de Exu espreitam a falsa mansidão do lar; nos símbolos afros do conto de Márcio Barbosa, "Outra história de amor", em que Agbale, Inila, Sauenga, Oxum, Ogun, Xangô, Iansã se cruzam no culto africano e no balé afro (todos de CN, 8).

Muitos títulos também se referem à aceitação da africanização através dos traços físicos da raça negra, bem como por seus equivalentes metaforizados: *Teclas de ébano* (Jamu Minka, 1986), *A cor da pele* (Adão Ventura, 1980), *Poemas da carapinha* (Cuti, 1978), *Ovelha negra* (Maria Izabel Leme, s.d.), *Memória da noite* (Abelardo Rodrigues, 1978).

Assim, a busca da identidade pela via da africanização é também o encontro metafísico-existencial com as não-verdades do mundo contemporâneo – como nos diz Lyotard em *O pós-moderno* (Lyotard, 1979), com a realidade de um corpo até então não-aceito e que se institui como princípio estético.

Num sentido épico tradicional, Eduardo Oliveira permanece no tom elegíaco parnasiano bilaquiano, que resvala no condoreirismo de Castro Alves ou Victor Hugo (CN 3, 1980):

Anjo Africano

Filho amantíssimo da liberdade
feliz eu fora há mil e tantos anos
quando eu vivia pela imensidade
dos tórridos desertos africanos!
(. . .)

Também "Alba", por exemplo, de Oswaldo de Camargo, retoma o tom declamativo de Olavo Bilac; em lugar do humor, a ironia sombria, schopenhaueriana que marca o parnasianismo (Camargo, org., 1986; 1984):

Alba

Ora se deu que me vi
nos braços de certa dama
taciturna e já sabendo
que a vida me ia mal.
(. . .)
tive saudades da minha
amiga soturnidade;
ela queria salvar-me
de mim, da vida. Me amava?
(. . .)
Ela, alva, pulcra, e eu.
sozinho, vou entre breus.
Uns dizem: rapaz feliz.
Rezam outros: se perdeu!

Em "Em Maio" (Camargo, org., 1986; p. 57; 1984, p. 36-7) o tom declamativo associa a figura épica da Liberdade com uma dama distante do povo, em profundo desencanto, poema alheio, por exemplo, à obra de um Solano Trindade. Oliveira Silveira também se rebela contra a data formal da pseudolibertação (idem, p. 62):

Treze de Maio

Treze de maio traição
liberdade sem asas
e fome sem pão.

Liberdade de asas quebradas
como

este verso

(. . .)

Adão Ventura vê o tema da escravidão e da senzala em oposição a quilombo e alforria, numa colagem de imagens metafóricas que imprimem ao poema um tom muito mais renovador:

Negro Forro

minha carta de alforria
não me deu fazendas,
nem dinheiro no banco,
nem bigodes retorcidos.

minha carta de alforria
costurou meus passos
aos corredores da noite
de minha pele.

Cuti também rememora o "ferro" da escravidão nas marcas indelévels no corpo negro, trabalhando com as variações semânticas do termo (idem, p. 90):

Ferro

Primeiro o ferro marca
a violência nas costas
Depois o ferro alisa
a vergonha nos cabelos
Na verdade o que se precisa
é jogar o ferro fora
é quebrar todos os elos
dessa corrente
de desesperos.

A nova épica desenvolvida pela mais recente geração de poetas se dispõe com o tom heróico escolhido por Solano Trindade, que num momento muito mais engajado da arte conseguia enxergar lírica no gemido humano: ("Quem tá gemendo?", idem, p. 38): "Quem tá gemendo/Negro ou carro de boi?"/ "Gemido de negro é cantiga/Gemido de negro é poema".

Jamu Minka prefere criar uma nova épica a partir da consciência da linguagem através da decomposição das sílabas do seu poema Zumbabwe (CN 5, 1982, p. 31):

Zumbabwe

Zimba
Zumbi
Zumba. . . bwe
(. . .)

como Palmares a mata mais que refúgio
laboratório da vida nova
quartel de gente que
renasceu
valente enfrentando a
gana-lucro
que d'Europa veio
invadindo tudo
juntar fortuna e espalhar
miséria

agora não mais Rodésia
fim da vida subvívda
na mata, escondido
um povo se organiza e decidido volta
recuperando tudo
Zimba
Zumba
Zumbi
Rodésia no fim
é Zimbabwe lembrando Zumbi.

De Solano Trindade, Lino Guedes, Eduardo Oliveira para a nova geração de poetas, vemos a utilização de recursos vocabulares em que o símbolo estático e tradicional se

rompe e dá lugar para a aura, corrosiva e desconstrutora. A ênfase é na metáfora — colagem de elementos díspares — como entre “Zimbabwe” e “Zumbi” (Jamu Minka); “carta de alforria costurou. . . corredores da noite”, inclusive com aliteração do *r* (Adão Ventura) ou o desdobramento semântico do termo “ferro” (Cuti). Neste processo, não há a estratificação simbólica e heróica da linguagem, mas a (re)criação aurática de cada termo, no deslocamento de significados na superfície da linguagem, no dizer de Deleuze em *Logique du sens*.

Épica como anti-épica

Conseqüentemente, é no eixo desconstrutor, corrosivo, aurático de invenção da palavra que se insinua a melhor poesia contemporânea, criando-se a “negrícia” *versus* a negritão/negritude. Mais descomprometidas com o eixo social e podendo dedicar-se à invenção do texto, as mulheres é que mais aceitam com a colagem entre o africanismo passado e a dimensão urbana e cotidiana da existência, como neste poema de Miriam Alves sobre Luísa Mahin, heroína da revolta dos malês em 1835, na Bahia, e mãe do poeta Luís Gama (CN, 9, 1986, p. 46):

Mahin Amanhã

Ouve-se nos cantos a conspiração
vozes baixas sussurram frases precisas
escorre nos becos a lâmina das adagas
Multidão tropeça nas pedras

revolta

há revoada de pássaros

sussurro, sussurro:

“— é amanhã, é amanhã.

a cidade toda se prepara

Malês

bantus

geges

nagôs

vestes coloridas resguardam esperanças
aguardam a luta

Arma-se a grande derrubada branca
a luta é tramada na língua dos Orixás
“— é aminhã, aminhã”

sussurram

Malês

geges

bantus

nagôs

“— é aminhã, Luíza Mahin falô”¹⁷

Celinha (Célia Aparecida Pereira) utiliza a técnica do cordel, desdobrando os fonemas de “chibata” em cada verso, quem sabe “rebatendo” os atabaques de Béisiva em “Curimbeiro”: “Irmão, bate os atabaques/Bate, bate, bate forte/Bate que a arte é nossa/(. . .) Irmã bate, bate, bate. . .” (Béisiva, 1973, p. 31); (CN 1, 1978, p. 29):

A chibata

Chi de Chico, de “Chico Preto”

Ba bantos, de negros bantos

Ta de tatuagens, de marcas à brasa —

Chibata, bata e mais bata

Batendo é gente sofrendo e morrendo por nada.

Tarados senhores, feitores safados,

Chi é Chico, é “Chico Preto”

Bá é som de batendo, e batendo e tendo a chibata também,

ta, todos os brancos correndo

chi, os negros estão se juntando

bá! que cena gozada

‘tá, os brancos morrendo de medo

de medos dos Chicos, dos bantos, da ira dos ventos.

(. . .)

Também em “Cantiga” (CN 7, 1984, p. 25), Celinha reconstrói versos com elaborações anagramáticas, dentro do espírito lúdico do cordel:

Cantiga

T rançar teus cabelos, negra, é
R ecordar canções
A rdentes dos dias de sol e das frias
N oites dos tempos. Tran-
Ç ar teus cabelos tal qual
A s cordas, as correntes e os açoites; é
S entir nas mãos o acalanto do vento.

É traçar as linhas
do mapa de uma nação.
É escrever em tua cabeça
uma negra canção.

Enquanto corrosão e desconstrução das verdades, Esmeralda Ribeiro introduz como tema de seu poema uma das pontas de lança da crítica contra-ideológica do discurso do negro contra a hegemonia do branco (CN 9, 1986, p. 97) — a crítica da linguagem:

Falar negramente
nem claro
nem negligente

Tornar negro
sem ficar claro
sem clarear a mente

Falar negramente
nem que pra isso
eu fale naturalmente

Banir da língua negra
a palavra racista
que alguém implantou
no vocabulário pobre, branco, manco
que o negro invejou

O traço épico-didatizante, que aqui Esmeralda Ribeiro introduziu criativamente, ocorre com frequência na literatura negra contemporânea — conforme notou Selma Maria da Silva em “A poética negra — didática?”

(Silva, S.M., s.d.). Ela tanto pode ocorrer como resultado das propostas dos grupos militantes, como na tentativa didática de abrir caminho para as novas gerações, através do conto infanto-juvenil (Esmeralda Ribeiro, Celinha, Estêvão Maya-Maya, Joel Rufino dos Santos são alguns dos autores desta vertente).

De qualquer forma, é imensa a importância atribuída à dimensão didatizante de todo o aspecto escolar, como bem atesta o conto “Merdaçu”, de Valdir Ribeiro Floriano (CN 6, 1983, p. 59-64). Ali a postura didática, moralista, político-doutrinária resvala para a cartilha da possível ascensão social através da escola, e se afasta da criação. No outro extremo Sônia Fátima da Conceição, no seu poema “Jurema” (CN 9, 1986, p. 19) revela a importância do riso como argumento educativo na medida em que desconstrói o sistema instituído: “Ri, Jurema, ri/das leis que regem/a discriminação racial”.

Também é através do humor que Esmeralda Ribeiro percebe a função moralizante e recalçada da umbanda e do Carnaval na formação da comunidade negra, em “Ogun” (CN 8, 1985, p. 33-40).

Mariana Cesário, negra, nasceu numa família dividida pelo preconceito: o pai negro e a mãe branca, a irmã loura e o irmão mulato. O pai separa-se e desaparece, deixando-lhe um estranho legado: um telefone negro que não funciona e que ela não poderá vender, de acordo com o contrato de doação. Toda a decoração da casa familiar é branca, de lá o negro foi banido. Mariana trabalha na firma “Aqui não há racismo”, e é lá que mais o sofre, sendo preterida na ascensão profissional por uma candidata branca. O irmão abandona o emprego por assistir a atos racistas na sua firma, e passa a vender na rua produtos que tornam o cabelo do negro atraente; o namorado branco de Mariana viaja para a Suíça e casa-se com uma antiga namorada loura.

Mariana Cesário é o correlato brasileiro da heroína jamaicana do romance da autora negra Paule Marshall, *Brown girl, brownstones*, que só deseja realizar o sonho de sua comunidade na Jamaica para ser feliz: comprar uma casinha exatamente igual a todas as outras em Brooklyn, de tijolinhos marrons. Mas o marido, também negro, é irresponsável profissionalmente e tem sonhos bem mais arrojados: comprar uma casa toda branca, de colunatas brancas, como a dos senhores de escravos do sul dos Estados Unidos. Evidencia-se assim o descompasso criado nas sociedades de afluência entre a cor inconsciente do desejo (o branco) e o plano escuro do real (consciente).

O telefone transforma-se aos poucos em personagem. Emite constantemente a frase: "A qualquer momento eu crio asas", e Mariana tranca-se com ele no quarto por dias. Realizando a imagem freudiana do prazer, Mariana sobe com ele infundáveis escadas — ele agora transformado num lindo moço. Mas ela precisa libertar-se. Doa-o para sua escola predileta e o telefone ali se transforma em alegoria. Atraída para o desfile no último dia, em companhia do irmão, Mariana percebe que o telefone vem sobre um carro como enorme alegoria travestida de branco. Sente-o voar e atira-se atrás, morrendo na passarela. A escola a pisoteia, sem parar, para não perder os pontos já ganhos. A caminho de casa, o irmão percebe que o telefone pode ser o pai dela, pois, como aquele, era o único que a chamava de Marianinha.

Explicita-se assim a situação edípica do conto, raramente encontrável na literatura negra brasileira. A figura alegórica-surrealista, metafórica e travestida simboliza o Carnaval atual, onde o importante é ganhar pontos, não mais o ritual — ao mesmo tempo em que aponta, por condensação, para a figura do pai, representante do inconsciente, do recalçado negro, do deus Ogun, origem de toda a africanização perdida, sofrida.

O recalçado negro aparece igualmente em muitas estórias que lidam com a memória, seguindo a tradição oral africana dos casos. Em "Histórias da vó Rosária" (CN 4, 1981, p. 37-9), repete-se a criticada estrutura perversa de punição física no conto "Negrinha", de Monteiro Lobato. Aqui, os "moleques" ouvem as estórias da vó Rosária, que se aproxima com seu porrete, mancando. A negra Isabel, escrava doceira, tem as mãos queimadas pela dona, sinhá Leopolda, que tem ciúmes do marido. Com as mãos retorcidas, disformes, inútil para o trabalho, sinhá Leopolda manda matá-la, substituindo-a por outra doceira: "Acabou Isabel, acabou a história" (p. 39). Impotentes diante da injustiça no passado, durante a escravidão, os moleques vingam-se dos brancos no presente, atirando água fervendo de sabão nas pernas de dona Joaquina.

Ora, por mais prazerosa que seja a inversão de atores, no plano do imaginário, no plano do real ela não resolve a perversão histórica de Leopolda. A passagem entre real histórico e presente imaginário é muito mais problemática. A dimensão oral do narrado — as "formas simples" de Jolles — tira do autor o compromisso ideológico da elaboração do problema. Mas até que ponto isso é sustentável?

No poema "Exus", Miriam Alves (CN 5, 1982, p. 42) parece consciente da necessidade de romper com a dimensão histórica, passada, introduzindo a corrosão antiépica e anticlimática que constitui o cotidiano nos grandes centros urbanos:

Exus

Exus soltos
nas matas virgens
dos sentimentos

arreliam medos
escavam toco seco

procuram verdades
escondidas nas encruzilhadas
sem despachos.¹⁶

A função desmistificadora, desconstrutora, típica dos poemas-piada de Oswald de Andrade (“verdades escondidas nas encruzilhadas sem despachos”), atiram o leitor de encontro ao cotidiano urbano atual. Na dimensão aurática do presente poema, desfazem-se os mitos: uns estão presos ao memorialismo oral e histórico da vó Rosária; outros à escravidão do “Navio negreiro”; outros ao paredão de Cruz e Sousa, no simbolismo; ainda outros aguardam, com Solano Trindade, que o Partido Comunista vá redimir os negros do preconceito racial existente entre o povo. Mas aqui, enfrentando o desnudamento da dimensão presente, sem qualquer verdade já dada, o poema renasce no quilombo, transplantado mefasticamente para a palavra reinventada.

Erotismo e identidade

Descrentes dos valores contemporâneos, vivendo numa sociedade estereotipada, as mulheres negras têm maior dificuldade de afirmação social – mas no plano do imaginário, literariamente, têm buscado uma posição radical para a busca da sua identidade, onde ousam mais porque já sofreram mais e porque já não têm mais nada a perder: “. . . as mulheres negras são pessoas agredidas são somente porque são negras e frequentemente pobres, mas também porque misturam as cores de seus sonhos nas taças de victimização e sexismo dos homens negros. A linha que divide opressão sexual e racial é tão tênue que se torna, por vezes, imperceptível” (Wade-Gayles, 1984, p. 225).

Além do machismo como elemento repressor na sociedade, a mulher negra tem de

enfrentar ainda a dificuldade de aceitação da sua própria imagem, devido ao preconceito racial que cerca o físico da raça negra. Mary Helen Washington afirma que “o tema da beleza física da mulher negra ocorre com tanta frequência nos textos femininos que basta para indicar a que ponto ela foi atingida pela discriminação contra a sua pele e a textura de seu cabelo” (Washington, in Wade-Gayles, 1984, p. 232).

Nos Estados Unidos o tema da cor da pele, o não possuir olhos azuis, afeta profundamente a vida das personagens de romances importantes, como *This child's gonna live*, de Mary Upshur, e *The bluest eye*, *Maud*, *Martha*, *Corregidora*, *The living is easy*, *Mrs. Hedges*, *The Street*, de Toni Morrison. Já Alice Walker preferiu tangenciar o problema, deslocando o texto para a cor púrpura.

Durante a escravidão, a mulher era primeiro mulher-trabalho, e só depois mulher, descendo sua auto-estima ao ponto mais baixo quando era vendida em praça pública, depois de ter sua força de trabalho apreçada. Neusa Santos Souza mostra como problemas de falta de auto-estima ainda afetam as mulheres negras brasileiras (Souza, N. S., 1983).

Através da poesia, as autoras negras tentam reverter e subverter essa imagem negativa que ainda persiste no meio social. Em “Jantar”, Miriam Alves inverte a posição atribuída à mulher em “Receita de mulher”, de Vinicius de Moraes, onde seus dotes físicos são vistos como “comida”. ao mesmo tempo em que reconstrói o “lugar de negra” na cozinha a partir de novos eixos associativos e metafóricos (Alves, 1985, p. 99):

Jantar

Minha carne queimou
na panela

Minh'alma penou no porão
d'algun navio

Minha cabeça
conserva lembranças na geladeira
da resistência

Hoje
raspo com palha de aço
o chão que exala
barro branco

Queimo minhas mãos no fogo
da revolta
ralo sempre os sentimentos
no ralador de queijo
(...)

Em "Pedacos de mulher", Miriam Alves recupera a identidade feminina, reconstruindo-a na figura da aventureira caçadora (Alves, 1985, p. 44-5):

Pedacos de mulher

Sou eu
que no leito abraço
mordisco seu corpo
lascivo ardor

Sou eu
cansada inquieta
que lanço-me à cama
mordo nos lábios
o gosto da ausência
sou eu essa mulher

A noite
no leito nas ruas procuro,
vejo-me agachada nas esquinas
chicoteada por uma ausência
Desfaleço
faço-me em pedaços

Mulher
sou eu esta mulher
rolando feito confete
na palma de sua mão

Mulher – retalhos
a carne das costas secando
no fundo do quintal
presa no estendal do seu esquecimento

Mulher – revolta
Agito-me contra os prendedores
que seguram-me firme neste varal

Eu mulher
arranco a viseira da dor
enganosa¹⁷

A afirmação da sexualidade como forma de encontrar a identidade é uma constante em Marise Tietra (CN 5, 1982, p. 61):

Negra raiz

adormeci debaixo de teu tronco
negra raiz
e
sonhei sonhos

acordei molhada pelo orvalho
do teu suor
q
derramaste com o prazer
do meu sonho

depois sorrindo,
bebi do teu caldo
negra raiz

enlouqueci

viajei viagens

aterrissei nos braços abertos
da noite
lindo dia.
(...)

Ainda no conto "Penumbra" (CN 8, 1985, p. 19-20), Anita Realce vê a sensuali-

dade do ato do amor através do sonho e identifica a mulher com a natureza. Em "Neide" (CN 2, 1979, p. 71-4), de Maga, a sensualidade da descrição da tarde morna está presente no relato da construção da estrada que poderá trazer o progresso para a cidade adormecida: "Neide recostou-se na tábua [de madeira] que servia de cama. O sol se escondia por entre as encostas do morro. Era dezembro e o calor molengo do fim da tarde trazia o chiado das carroças que traziam os homens."

O conto ♂♀, de Marise Tietra, deve ser o mais erótico publicado (CN 5, 1982, p. 59). A postura assumidamente sensual da autora negra que tenta romper as convenções, deveres e moralismos da sociedade dominante é assim resumida por Esmeralda Ribeiro: "O meu trabalho literário está dirigido a todas as pessoas que: têm gingado no andar, estão nos guetos da vida e fazem do espelho sua própria realidade." (CN 8, 1985, Introdução, p. 9).

Conclusão:

criação como reconstrução

Eu, pássaro-preto

Eu, pássaro-preto,
cicatrizo
queimaduras de ferro em brasa,
fecho corpo de escravo fugido
e
monto guarda
na porta dos quilombos.

Para um negro

Para um negro
a cor da pele
é uma sombra
muitas vezes mais forte
que um soco.

Para um negro
a cor da pele
é uma faca
que atinge
muito mais em cheio
o coração.

Adão Ventura, *A cor da pele*,
Livro 2: Da servidão e chumbo

Na dimensão rememorativa do passado, traço marcante na literatura negra brasileira contemporânea, há constantemente uma separação entre o plano do real, do imaginário (plano literário, onírico) e simbólico (mítico). Algumas obras colocam-se no plano do real histórico, como a de Joel Rufino dos Santos e Paulo Ricardo de Moraes (1984), tendendo a inverter a ótica do vencido através do ressurgimento da perspectiva do quilombo; igualmente no ficcional há em poemas e contos (ver o conto "Impacto poético", de Cuti, CN 6, 1983, p. 10-4, ou o conto "Vó Rosária", já comentado) uma certa tendência para o confessional-biográfico mimético ao real histórico. Em outras obras, quando a literatura se quer mítica, há referência de poemas a fatos anteriores à abolição, enquanto real revivido na dimensão da memória, por um lado, e, por outro, a ênfase na importância dos quilombos e na beleza física dos negros — elementos, em geral, recriados pela linguagem literária.

Flash back

Áfricas noites viajadas e navios
e correntes,
imprimem porções de amargo sal
no meu rosto
construindo paredes
de antigas datas e ferrugens
selando em elos e cadeias,
o mofo de velhos rótulos deixados
no puir dos olhos

Cuti, *Flash crioulo*

Pela recriação literária desvencilham-se alguns poetas e contistas contemporâneos da armadilha de mimetizar servilmente o passado: Solano Trindade, Cruz e Sousa, quando não Castro Alves — numa tendência que Flora Süssekind alia à tradição naturalista, mimetizante brasileira (1984).

Por outro lado, a par de uma pálida pesquisa de relatos típicos da oralidade africana, os contos incidem numa linguagem descuidada, prosaica, cotidiana, sem grandes tentativas metaforizantes nem incentivo à fantasia, no que tange às estórias infantis (estas em *Cadernos Negros*). Uma literatura influenciada pela comunicação de massa, que se destina à pura transmissão de mensagens e se afasta da “experiência de choque” que caracteriza o discurso complexo, inovador, bem construído que o diferencia das “formas simples”.

Como afirmavam os formalistas russos — Chklovski, Tomachevski, Jakobson —, é a confrontação de semas e efeitos sonoros que

enreda o ouvido em aliterações, ilusões e ecos fonéticos, criando um mundo imaginário e onírico que carrega o leitor para fora do real (*Formalistas russos*, 1978). É a associação entre os sons da cadeia fonemática, em primeiro lugar, que leva à criação de metáforas, em nível semântico, num efeito criativo do texto poético — conforme analisa Iuri Lotman em seu *A estrutura do texto artístico* (Lotman, 1976).

Alguns dos poetas contemporâneos, aqui analisados, colocam-se nessa dimensão presente do texto recriado e abandonam o mito, o símbolo do passado. Abandonam o significado lexical e empreendem uma aventura ousada na procura de sentido no nível da significação que reflita uma sociedade em forte ebulição. É a transgressão da norma — ainda para usar um termo caro aos formalistas russos — o que praticam. Não a repetição de palavras já trilhadas, mas os descaminhos de uma nova voz consciente, angustiante e angustiada, autônoma e recalçada, são os riscos que assume uma nova geração. □

NOTAS

1. Entrevista com Éle Semog, Arnaldo Xavier, Roseli Nascimento e José Jorge no CEAA, em abril de 1986.
2. Entrevista de Miriam Alves à autora, em abril de 1987.
3. Resenha única de três livros no suplemento “Idéias” do *Jornal do Brasil*, em 3-5-1987.
4. Declaração à autora, em 23-4-1987.
5. Entrevista à autora, em 25-4-1987.
6. Depoimento à autora, em 3-5-1987.
7. “Negrícia”, p. 29-34. Ver Camargo (1972).
8. “Negritude”, p. 73, in: Camargo (1972).
9. Depoimento à autora, em 3-5-1987.
10. Entrevista à autora, em janeiro de 1987.
11. Ver Manifesto de Semog no Kizomba: Semana de 12 a 26 de novembro de 1986, no pátio da UERJ, dia 26-11-1986.
12. Ver demonstração de racismo contra uma das ex-mulatas, motivo das pinturas de Di Cavalcanti, Marina Montini, quando errou, conscientemente ou não, na classificação das Escolas de Samba no Carnaval de 1987, no Rio. *Jornal do Brasil*, “Cidade”, 6-3-1987, p. 1.

13. "Perfil da Literatura Negra", São Paulo, Centro Cultural, 1984. Mostra Internacional de Literatura Negra, organizada pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (mimeo.).
14. Entrevista à autora, em 25-4-1987.
15. Ver nota 11. Com efeito, Semog declarou à autora não conhecer o texto de Oswald de Andrade.
16. Em "Noticiário" (CN 9, 1986, p. 47), Miriam Alves também utiliza o tom dramático, enfatizando o crescimento da revolta organizada de boca em boca, nas senzalas; e em "13 de Maio" (CN 7, 1984, p. 100), também corrói o sentido da data abolicionista.
17. Num poema em que o poeta se identifica com a personagem feminina que se afirma, muito comentado entre a comunidade negra, José Carlos Limeira se projeta na voz feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Miriam (1985). *Estrelas nos dedos*. São Paulo, Ed. do Autor.
- (1983). *Momentos de busca*. São Paulo, Ed. do Autor.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de (1906). "Pai contra mãe". In: *Relíquias da casa velha. Obras completas* v. 2. Rio de Janeiro, Aguilar, 1962, p. 659-67.
- ASSUMPTÃO, Carlos (1982). *Protesto*, poemas. Prefácio de Aristides Barbosa. São Paulo, Ed. do Autor.
- BARBOSA, Márcio (1985). "Questões sobre literatura negra". In: *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*. São Paulo, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, p. 50-55.
- BARBOSA, Rogério Andrade (1984). *La-le-li-lo-luta*. Um professor brasileiro na Guiné-Bissau. Rio de Janeiro. Achiamê.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima (1923-24). *Clara dos Anjos*. São Paulo. Brasiliense. 1956.
- BASTIDE, Roger (1943). "A poesia afro-brasileira". In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo, USP, 1973, p. 3-110, 1.^a ed. São Paulo, Martins.
- BÉLSIVA (1973), "poeta primitivo". *Lamentos, só lamentos*. São Paulo, Ed. do Autor.
- BENJAMIN, Walter (1975). "A modernidade". In: *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 7-36.
- (1978). "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica". In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo. Paz e Terra, p. 209-44.
- BROOKSHAW, David (1983). *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- Cadernos Negros* (CN), (1978-86). São Paulo, Quilombhoje, n. 1-9.
- CAMARGO, Oswaldo de (1972). *O carro do êxito*. Contos. São Paulo, Ed. do Autor.
- (1979). *A descoberta do frio*. São Paulo, Edições Populares.
- (1984). *O estranho*. São Paulo, Roswitha Kempf.
- (1958). *Um homem tenta ser anjo*, poemas.
- (1961). *15 poemas negros*. São Paulo, Ed. do Autor.
- , org. (1986). *A razão da chama*. Colaboração de Paulo Colina e Abelardo Rodrigues. São Paulo, GRD.
- CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Teresa (1985). *Mulher negra*. São Paulo, Nobel.
- COLINA, Paulo (1980). *Fogo cruzado*. Prefácio de Fábio Lucas. São Paulo, Edições Populares.

———. org. (1982). *Axé – Antologia contemporânea de poesia negra*. São Paulo, Global.

O Cordel do Grande Rio, Catálogo (1985). Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro.

COUTINHO, Sonia (1987). "A voz negra dos anos 80". In: *O Globo*, Segundo Caderno, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1987, p. 1.

Criação crioula. Nu elefante branco (1987). I Encontro de poetas e ficcionistas negros brasileiros – São Paulo, setembro de 1985. São Paulo, s.ed.

CULLER, Jonathan (1982). *On Deconstruction. Theory and criticism after Structuralism*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1983.

CUTI (1982). *Batuque de tocaia*. São Paulo, Ed. do Autor.

——— (1987). *Flash crioulo sobre o sangue e o sonho*. Belo Horizonte, Mazza Edições.

——— (1978). *Poemas da carapinha*. São Paulo, Ed. do Autor.

——— (1983). *Suspensão*. Teatro. São Paulo, Ed. do Autor.

DANTAS, Nataniel (1969). *Ifigênia está no fundo do corredor*. Rio de Janeiro, Record.

DANTAS, Raimundo Sousa (1944). *Sete palmos de terra*. Rio de Janeiro, Vitória.

DERRIDA, Jacques (1972). "La pharmacie de Platon". In: *La Dissémination*. Paris, Seuil, p. 74-197.

Formalistas russos. Teoria da Literatura (1978). Porto Alegre, Globo.

FRANÇA, Aline (1956). *A mulher de Aleduma. a mensagem de nossos ancestrais*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor.

LE GOFF, Jacques (1969). *La civilización del Occidente Medieval*. Barcelona, Ed. Juventud, p. 654, 1.ª ed., 1965.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero.

HABERLY, David T. (1983). *Three sad races*. Racial identity and national consciousness in Brazilian literature. Cambridge, Cambridge University Press.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (1980). Impressões de viagem: *CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970*. São Paulo, Brasiliense.

——— (1976). *20 poetas hoje*. Rio de Janeiro, Labor.

ISER, Wolfgang (1972). *The implied reader*. Baltimore, The John Hopkins University Press, c. 1974. (Capítulo 11).

JAUSS, Hans Robert (1972). *Pour une esthétique de la réception*. Paris, Gallimard, 1978. (Capítulo 9.)

JESUS, Carolina Maria de (1961). *Casa de alvenaria*. Diário de uma ex-favelada. Apres. Audálio Dantas. Rio de Janeiro, Paulo de Azevedo.

——— (1986). *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

——— (1960). *Quarto de despejo*. Prefácio de Audálio Dantas. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

JOLLES, André (1976). *Formas simples*. São Paulo, Cultrix.

KIBUKO, Oubi Inaê (1986). *Canto à negra mulher amada*. São Paulo, Ed. do Autor.

LEME, Maria Izabel (s.d.) *Ovelha negra*. Brasília, Thesaurus.

LIMA, Jorge de (1929). "Essa nega Fulô". *Novos poemas*. In: *Obras Poéticas*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1980. (Ver também *Poemas negros*, 1947.)

LIMA, Luiz Costa (1975). "As projeções do ideológico". In: *Cadernos da PUC-RJ*. 1.º Encontro Nacional de Professores de Literatura. Rio de Janeiro, PUC, p. 55-203.

- LOBO, Luiza (1986). "Dez anos de literatura feminina brasileira". In: *Letras Hoje*. Porto Alegre, PUC, n. 66, dezembro, p. 107-25.
- (1986a). "Escrita proletária e grupos independentes na Nova República". In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 5, p. 104-13. Na p. 109 o *Carro do êxito*, de Oswaldo de Camargo, é atribuído erroneamente a Oliveira Silveira.
- (1987). Resenha de *A razão da chama*, org. por O. de Camargo. In: *O Globo*, janeiro de 1987.
- (1987a). "Women writers in Brazil today". In: *World Literature Today*. v. 61, n. 1, winter.
- LOTMAN, Iuri (1976). *Structure du texte poétique*. Paris, Gallimard. *A estrutura do texto poético*. Lisboa, Estampa, 1978.
- LYOTARD, Jean-François (1979). *O pós-moderno*. Petrópolis, Vozes.
- MAYA-MAYA, Estêvão (1982). *Regresso triunfal de Cruz e Souza e Os segredos de "seu Bitá da nó em pingo d'água"*. São Paulo, Kukulakaji.
- MESSEDER, Carlos Alberto (1982). Com HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Anos 70 - Poesia marginal*. Rio de Janeiro, Funarte.
- MINKA, Jamu (1986). *Teclas de ébano*. São Paulo, Quilombhoje.
- MILLIET, Sergio (1958). "Alguns aspectos da poesia negra". In: *Revista Brasileira*. São Paulo, n. 17, maio-junho 1958, p. 82-97.
- MORAES, Ricaró de (1984). *João Cândido*. Porto Alegre, Tchê.
- NASCIMENTO, Abdias do (1968). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, GRD.
- (1951). *Sortilégio*. Mistério negro. Rio de Janeiro, TEN.
- (1959). *Sortilégio II*. Mistério de Zumbi redívivo. Rio de Janeiro, TEN, São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- PAZ, Octavio (1976). "Versos e prosa". In: *Signos em rotação*. São Paulo, Perspectiva, p. 11-36.
- PROENÇA FILHO, Domício (1979). *O cerco agreste*. Belo Horizonte, Comunicação; Brasília, INL/MEC.
- (1984). *Dionísio esfacelado* (Quilombo dos Palmares). Rio de Janeiro, Achiamê.
- RABASSA, Gregory (1965). *O negro na ficção brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Reflexões sobre a literatura afro-brasileira* (1985). São Paulo, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo.
- RIBEIRO, João Ubaldo (1984). *Viva o povo brasileiro!* Rio de Janeiro, Record.
- RODRIGUES, Abelardo (1978). *Memória da noite*. São Paulo, Ed. do Autor.
- RODRIGUES, Eustáquio José (1986). *Cauterizai o meu umbigo*. Rio de Janeiro, Anima.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de (1978). *Música popular e moderna poesia brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- SANTIAGO, Silviano (1982). "Apesar de dependente, universal". In: *Vale quanto pesa*. São Paulo, Paz e Terra, p. 13-24.
- SANTOS, D. M. dos (Mestre Didi) (1976). Narrados por *Contos crioulos da Bahia*. Petrópolis, Vozes.
- (1961). *Contos Negros da Bahia*. Rio de Janeiro, GRD.
- SANTOS, Joel Rufino dos (1979). *O dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- (1985). *Ipupiara*, novela. São Paulo, Moderna.
- (1980). *Quatro dias de rebelião*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- (1980). *O que é racismo?* São Paulo, Brasiliense.

- SARTRE, Jean-Paul (1948). "Orfeu Negro". Prefácio a SENGHOR, Léopold, *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*. Paris, Press Universitaires, 1948. In: *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo, Difel, 1976, p. 89-125.
- SAYERS, Raymond (1958). *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.
- SEMOG, Éle; LIMEIRA, José Carlos (1979). *Atabaques*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor.
- (1978). *O arco-íris negro*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor.
- SEMOG, Éle (1987). *Curetagem* (Poemas doloridos). Rio de Janeiro, Ed. do Autor.
- SEMOG, Éle *et alii* (1978). "Alta tensão". In: *Ebulição da escravidão*. Treze poetas impossíveis. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 147.
- SILVA, Francisca Sousa da (1983). *Ai de vósi! Diário de uma doméstica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SILVA, Selma Maria da (s.d.). "A poética negra – didática?" Dept. of Modern Language. Faculty of Arts, Univ. of Guyana (mimeo).
- SILVEIRA, Oliveira (1981). *Roteiro dos tantãs*. Escrito 1970-72, rev. até 1981. Porto Alegre, Ed. do Autor.
- SODRÉ, Muniz (1986). Resenha de *Cauterizei o meu umbigo*, de E. J. Rodrigues. In: *O Globo*, 14-9-86.
- (1979). *Samba o dono do corpo*. Rio de Janeiro, Codecri.
- (1983). *A verdade seduzida*. Por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Codecri.
- SOUZA, Neuza Santos (1983). *Tornar-se negro*, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, Graal.
- SÜSSEKIND, Flora (1984). *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro, Achiamê.
- TEN-Testemunhos (1966), org. Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro, GRD.
- THEODORO, Lourdes (1986). *Fricote: swing*, ensaio sócio-antropológico em ritmo de jazz. Brasília, The-saurus.
- TRINDADE, Solano (1961). *Cantares ao meu povo*. São Paulo, Fulgor.
- VENTURA, Adão (1980). *A cor da pele*. Belo Horizonte, Ed. do autor, 3.^a ed. 1984.
- VOGT, Carlos. "Trabalho, pobreza e trabalho intelectual/Carolina Maria de Jesus". In: SCHWARTZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, p. 204-13.
- WADE-GAYLES, Gloria (1984). *No crystal stair*. Visions of race and sex in black women's fiction. New York, Pilgrim, 1984, p. 16.
- WALKER, Alice (1982). *The color purple*. New York, Pocket Books, 1985. *A cor púrpura*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1986.
- WOOLF, Virginia (1929). *A room of one's own*. *Um quarto próprio*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- XAVIER, Arnaldo *et alii* (s.d.). *Contramão*. São Paulo, Pindaíba. (Com Aristides Klafke, Celso Luiz Marangoni, Lucia Villares, Mauricio Merlini, Tadeu Gonçalves, Ulisses Tavares).
- XAVIER, Arnaldo (1982). *A rosa da recusa*. São Paulo, Ed. do Autor.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALVES, Henrique L. *Bibliografia afro-brasileira*. Estudos sobre o negro. 2.^a ed. rev. amp. Rio de Janeiro, Brasília; Cátedra, INL, 1979.

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Ed. crítica de Telê Porto Ancona Lopes. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos/São Paulo, Secretaria de Cultura, 1978.
- Antologia dos poetas da Cacimba*, Poemas. Org. Mozart, Natal, Gráfica Manimbu.
- BAMBARA, Toni Cade. "What is I think I'm doing anyhow". In: STERNBURG, Janet. Int. ed. *Women writers talking*. Nova York, W. N. Norton, 1980.
- BERND, Zilé. *Qual é a questão da negritude*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BRAGA, Julio Santana. *Contos afro-brasileiros*. Salvador, Fundação Cultural da Bahia, 1980.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões pretos e contos*. Goiânia, U.B., 1977.
- BRASIL, Assis. "Arte e tradição". *Jornal de Letras*, 1.º caderno, junho 1986, p. 3.
- BROOKSHAW, David. Entrevista à revista *Veja*, São Paulo, 12-10-1983, p. 5-8.
- BRUNO, Hernani Silva. "Literatura e teatro na luta pela abolição". *Folha de São Paulo*, 13-5-1983.
- CAMARGO, Oswaldo de. "A nossa literatura negra". *Jornal da Tarde*, 25-5-1985, p. 2.
- CARDOSO, Lucio. *Salgueiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935 (sobre o negro).
- CARRILHO, Maria. *Sociologia da negritude*. Lisboa, Edições 70, 1975.
- Chamanegra*. São Paulo, julho de 1986, ano 1, n. 0.
- COLINA, Paulo. *Plano de voo*. São Paulo, Roswitha Kempf, 1981.
- COSTA, Haroldo. *Fala crioulo*. Rio de Janeiro, Record, 1982.
- CUTI. "Conquistas poéticas dos Cadernos Negros". *Folha de São Paulo*, 1984.
- 1.º Encontro Nacional de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros. São Paulo, FAI (Faculdade de Teologia do Ipiranga), 7-8 de setembro de 1985 (mimeo.).
- 2.º Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros. Rio de Janeiro, FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), 28-30 de março de 1986 (mimeo.).
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Maria Adriana da Silva Caldas. Salvador, Livraria Fator, 1983.
- FERREIRA, J. Abílio. "O branco nos *Cadernos Negros* n.º 9". *Leitura*, São Paulo, ano 5, n. 55, dezembro de 1986, p. 19.
- GAMA, Almerinda. *Zumbi*. Rio de Janeiro, Gráfica Canton & Reile, 1942.
- Garra Suburbana*, Rio de Janeiro, ano 1, 1976.
- GONZALES, Lélia. Prefácio in: *Cadernos Negros*, n.º 5, São Paulo, Quilombhoje, 1982, p. 3-6.
- GUEDES, Lino. Obras. *Canto do cisne preto*. Pref. de Roger Bastide.
- . *Mestre Domingos* (1935-37).
- . *Negro preto cor da noite*.
- . *O pequeno bandeirante*.
- . *Sorrisos de cativo*.
- . *Urucungo* (1926).
- GUIMARÃES, Geni Mariano. *Da flor o afeto, da pedra o protesto*. Poesia. Barra Bonita, Ed. do Autor, 1981.
- KENNEDY, James H. *A current bibliography on African Affairs*, v. 17, n. 4, 1984-5, p. 327-45.

KESTCLOOT, Ljlyan. "Polissemia do vocábulo". In: *Anthologie de négro-africaine*, 1973. In: BERNDT, Zilé, *op. cit.*, p. 13

LAMB, Ruth. "Eugene O'Neill and the 'Teatro Experimental do Negro' in Brazil". *Encruzilhadas/Crossroads*, v. 2. 2nd Symposium on Portuguese Traditions (Europe, America, Africa, Asia), May 10-11, 1979, Univ. of California Los Angeles, p. 106.

LEMINSKI, Paulo. *Cruz e Souza, o negro branco*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LEONARDOS, Stella. *Romanceiro da Abolição*. São Paulo, Melhoramentos, 1976. Prêmio 3.ª Bienal de Poesia (sobre o negro).

"Literatura Negra". Antes da Bienal [3.ª], uma prévia de sua força e criatividade. *Jornal da Tarde*, 5-7-1986, p. 6.

MARANHÃO, Heloísa. *Negra Bá*. Peça teatral. Rio de Janeiro, Dramas e Comédias, 1959 (sobre o negro).

MARANHÃO, Salgado. "Pau e circo". In: *Ebulição da escravatura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, Heitor. "White on black in Cruz e Souza". In: *New Perspectives in Brazilian Literary Studies: Symbolism Today*. Ed. Darlene J. Sadlier. Bloomington, Indiana University, 1984, p. 7-17. (Ver BALAKIAN, Anna. "Response to communications on Brazilian Poetry in the Symbolist mode", p. 47-53.)

MATOS, Gramiro de. *Influência da literatura brasileira sobre as literaturas de língua portuguesa*, 1982.

MINKA, Jamu. "Personagens negros, literatura branca". *D. O. Leitura*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, dezembro de 1986.

MOTT, Luiz. "Relações raciais entre homossexuais no Brasil colônia". Seminário conjunto IUPERJ e Mestrado de Ciências Sociais da UFBA, Rio de Janeiro, 8-10 de setembro de 1982. In: *Revista Brasileira de História - São Paulo*, v. 5, n. 10, março-agosto de 1985, p. 99-122.

NEGO. *Jornal do Movimento Negro Unificado*, Bahia.

NEVES, Guilherme Santos (org.). *Romanceiro capixaba*. Vitória, Funarte/Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983. (Coleção Estudos Capixabas, 5.)

Nova reunião de poesia do mundo negro. Poemas. Org. Léon Damas. Paris, 1967.

NUNES, Benedito. "Dicionário esfacelado, caçioneiro do Quilombo dos Palmares". *O Estado de São Paulo*, 16-9-1984, n. 223, p. 10.

OGUIAN, Edu Omo. *Utopia?* Salvador, Ed. do Autor, julho de 1984.

OLINTO, Antônio. *A casa da água*. 3.ª ed. São Paulo, Difel, 1978 (romance sobre o negro).

"Páginas negras da literatura". Bienal Nestlé [3.ª]. *O Estado de São Paulo*, 10-7-1986, p. 7.

Grupo PALMARES. *Mini História do negro brasileiro*. Porto Alegre, Ed. Grupo Palmares, 1976.

PEIXOTO, Dinah Terra. "Em questão, o primeiro poeta negro". Domício Proença Filho. *Cerco agreste*. Rio de Janeiro, *Tribuna da Imprensa*, 7-11-1985.

"Perfil da literatura negra - Mostra Internacional de São Paulo". *O Estado de São Paulo*, 28-5-1985.

PESCATELLO, Ann (ed.). *Female and male in Latin America*. Essays. Pittsburgh, The University of Pittsburgh Press, 1979, c. 1973.

Poetas negros do Brasil. Cadernos literários. Porto Alegre, Instituto Cultural Português, Departamento Editorial, 1983.

PIVA, Marco Antonio. "O espírito de Palmares na poesia". *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 27-9-1986, p. 3.

PRENSHAW, Peggy Whitman. *Women writers of the contemporary South*. Jackson, The University Press of Mississippi, s.d.

- PROENÇA FILHO, Domício. "Notas para um debate sobre literatura negra na literatura brasileira". Perfil da Literatura Negra – Mostra Internacional de São Paulo – 1985 (mimeo.).
- QUEIROZ Jr., Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata*. São Paulo, Ática, 1975. (Col. Ensaios 19.)
- QUILOMBHOJE. "Exército de palavras". Entrevista a *Afinal*, São Paulo, Difel, 1978 (romance sobre o negro).
- RIBEIRO, Léo Gilson. Resenha sobre *A razão da chama*. *Jornal da Tarde*, 1.º-11-1986, p. 6.
- RIBEIRO, Teresa. Resenha de *A razão da chama*. *Jornal da Tarde*, 3-10-1986, p. A-13.
- RODRIGUES, Abelardo. "Das túnicas e teclas de ébano: quando nem nove cadernos resolvem nossa poesia". *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, ano 2, n. 8, out.-nov. 1986, p. 6.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 4.ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. 5 v. 1.ª ed., 1888.
- SANTIAGO, Silvano. "A condição de negro revalidada na poesia do mineiro Adão Ventura". *A cor da pele. Folha de São Paulo*, 23-8-1981, p. 12.
- SANTOS, João Felício dos. *Ganga-Zumba*. Romance. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964 (romance sobre o negro).
- SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo, Moderna, 1985.
- SCHNEIDER, Deborah. "A search for selfhood: Paule Marshall's *Brown Girl, Brownstones*". In: BRUCK, Peter & KARRER, Wolfgang. *The Afro-American novel since 1960*. Amsterdam, B. R. Grüner, 1982.
- Semeando*. Poesia n.º 1. Diversos Autores. São Paulo, Ed. dos Autores, 1983.
- SEMOG, Êle. "A palavra amordaçada, ou vice-versa de um mosaico". Bial Nestlé [3.ª], 1986 (mimeo.).
- Série Cultura Negra 1*. 1. Poemas. São Paulo, Associação Cultural do Negro, 1959.
- SHOWALTER, Elaine (ed.). *The new feminist criticism*. Essays on women, literature and theory. Nova York, Pantheon, 1985.
- SILVA, Jonatas C. da. *Miragem do engenho*. Poemas. Salvador, IRDEB, 1984.
- SILVA F., Hermógenes Almeida. *Reggae-Ijêxá*, poemas, canções & anúncios. s.l., Ed. do Autor, 1974.
- SILVEIRA, Oliveira. *Banzo, saudade negra*. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1970.
- _____. *Décima do negro peão*. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1974.
- _____. *Germinou*. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1976.
- _____. *Pelo escuro*. Poemas afro-gaúchos. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1968-77.
- _____. *Poemas regionais*. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1968.
- _____. *Praça da palavra*, poemas. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1976.
- SODRÉ, Muniz. "O negro e os meios de informação". In: *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 1973, v. 3, abril 1979, n. 3, p. 197-202.
- SOUSÂNDRADE, J. de. *O Guesa*. Londres, 1884.
- _____. *Harpas selvagens*. Rio de Janeiro, Laemmert.
- SÜSSEKIND, Flora. *O negro como arlequim; teatro & discriminação*. Rio de Janeiro, Achiamé; Socii, 1982. (Coleção Textos Paralelos.)
- TEIXEIRA, Luciano Trigo. Resenha de *História e sexualidade no Brasil*. VAINFAS, Ronaldo (org.). In: "Idéias". *Jornal do Brasil*, 8-11-1986, p. 4.
- TUTUCA, Ronald. *O paquiderme com asas de água*. Poesia. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1981.
- _____. *Mortoalegrense*. Porto Alegre, Ed. do Autor, 1982.

TUTUCA, Ronald; SILVA, Jaime da e MORAES, Paulo Ricardo de. *Negro três vezes negro*. Poesia. s.l., Ed. dos Autores, 1984.

———. *Homem ao rubro*. Poesia. Porto Alegre, Edição do Grupo Pró-Texto, 1983.

"A veiculação da literatura é tema da Bienal". *Folha de São Paulo*, 10-6-1986.

VENTURA, Adão. *Abrir-se um abutre ou mesmo depois de deduzir dele o azul*. Belo Horizonte, Edições Oficina, 1970.

———. *As musculaturas do Arco do Triunfo*. Belo Horizonte, Comunicação, 1976.

VIEIRA, Antonio. *Cantares d'África. Songs of Africa*. Ed. bilingüe. s.l., Gráfica Riex, s.d.

———. *Cantos, encantos e desencantos d'alma*. Salvador, Ed. do Autor, 1975.

———. *Areia, mar, poesia*. Salvador, Ed. do Autor, 1972.

SUMMARY

Contemporary black Brazilian literature

The purpose of this essay is to present a survey of current literature trends among black authors in Brazil in poetry, short stories, novels and essays. A tentative definition of subjects and trends is given and an objective description of black Brazilian literature proposed focusing only on the works written by black authors ideologically identified with their race and color. An attempt has been made therefore to avoid the stereotypes typical of works by white authors who choose to write about black characters.

Poetry stands out as the chief literary genre produced by black authors of note such as Oswald de Camargo, Oliveira Silveira, Ele Semog and Adão Ventura. They were preceded in the '60s and '70s by Belsiva and Solano Trindade who relied heavily on poetry readings, and by Lino Guedes in the '20s. The Quilombhoje group is very active in São Paulo; since 1978 they have been publishing the *Cadernos Negros* magazine alternating poetry and prose issues.

Muniz Sodré and Joel Rufino dos Santos are prominent essayists. In novel, the only major and innovative name is João Ubaldo Ribeiro. The short story is still a very incipient technique heavily academic in style in the *Cadernos Negros*.

In this analysis, we have chosen two major veins to explore: on the one hand, the strong epic tone of African roots on which black Brazilian literary tradition is built; on the other, an unconstructive, corrosive trend followed by female authors who take to the erotic and to humor as a means of rebellion and renewal. Some authors adopt Africanized names and select subjects from Brazilian history: slavery, the fallacy of their "liberation" by Princess Isabel, the Quilombo rebel movement. The female authors, on the other hand, innovate in style for lack of an individual literary tradition, and resort to the erotic to signify their rejection of their role as passive domestic beings — worsened by the fact that they usually serve white mistresses. Humor is among the strongest unconstructive weapons employed by these female writers who above all reflect the new critical and urban awareness of São Paulo and other major cities.

So the basic focus of this analytical essay covers humor, erotic subjects and a search for identity through African epics, all built around the fact that black literature is produced by members of that race and color who see themselves as such, rather than identify with the ruling white society.

RÉSUMÉ

La littérature noire brésilienne contemporaine

Cet essai se propose à présenter un aperçu des tendances actuelles de la production littéraire des auteurs noirs au Brésil, dans la poésie, le conte, le roman et l'essai, essayant d'en définir les thèmes et

les tendances; nous proposons une conception objective de la littérature noire brésilienne, prenant comme point de départ les œuvres d'auteurs noirs, idéologiquement identifiés avec leur race, leur

couleur — il ne s'agit donc pas des stéréotypes qui se présentent lorsque des noirs sont présentés comme personnages des auteurs blancs.

Le genre le plus représentatif de la production noire actuelle est la poésie, où il faut mettre en relief les noms de Oswaldo de Camargo, Oliveira Silveira, Éle Semog et Adão Ventura. Dans les années 60, imprégnés d'oralité, Belsiva et Solano Trindade les ont précédés, et, dans les années 20, Lino Guedes. A São Paulo le groupe Quilombhoje a une participation littéraire intense, et publie, depuis 1978, les *Cadernos Negros* (Cahiers Noirs) dont les publications font alterner la poésie et la prose.

Dans l'essai nous avons Muniz Sodré et Joel Rufino dos Santos. Dans le roman, la seule présence renovatrice importante est celle de João Ubaldo Ribeiro. Le conte est encore à ses débuts en tant que technique et se présente dans les *Cadernos Negros* imprégné de didactique.

Dans cet essai nous avons choisi deux axes d'analyse: d'un côté, l'imprégnation épique de l'africanisation, pierre première sur laquelle est bâtie la tradition littéraire noire au Brésil; d'un

autre côté, une ligne "déconstructive", corrosive, marquée par des auteurs qui se servent de l'érotisme et de l'humour comme forme d'expression de rébellion et de renouveau. Les auteurs adoptent des noms africanisés, et leurs thèmes sont liés à l'histoire du Brésil: l'esclave, l'illusion découlant de sa libération par la Princesse Isabelle, le "quilombisme". D'un autre côté, les femmes écrivains, faute d'une tradition littéraire qui les caractérise, innovent en termes de style et emploient l'érotisme comme expression de refus à leur rôle passif dans la maison — plus pénible encore puisqu'elles sont des femmes noires qui, en général, se trouvent au service de femmes blanches. L'humour est une arme "déconstructive" des plus fortes de ces femmes auteurs qui représentent, avant toute chose, la nouvelle conscience critique et urbaine de São Paulo ainsi que d'autres centres urbains.

Les points d'analyse principaux de cet essai sont donc l'humour, l'érotisme et la recherche d'identité à travers l'épique africaine; nous partons de la conception que la littérature noire est un produit des représentants de la race noire, identifiés avec son idéologie, et non avec la société blanche dominante.

NEGRA: MULHER E DOMÉSTICA — CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS NO EMPREGO DOMÉSTICO*

Celma Rosa Vieira**

* Este trabalho recebeu o primeiro e único prêmio do Concurso de Monografias "O Negro no Brasil após a Abolição", promovido pelo CEEA em 1986 e destinado a estudantes de graduação de todo o Brasil, nas áreas de Ciências Sociais, Sociologia, História, Comunicação e Letras. A premiação foi em 15 de junho de 1987.

** Aluna do Curso de História da Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro.

Introdução

Este trabalho busca evidenciar algumas questões referentes à identidade da mulher negra e empregada doméstica no Brasil.

O sistema capitalista reforça as diferenças existentes entre o rico e o pobre, o homem e a mulher, o branco e o preto. A cor é um agente discriminatório na escala de valores.

Como consolidar os objetivos de um projeto individual de ascensão social com a imagem negativa da mulher negra?

"Negra é para trabalhar, mulata para trepar e branca para casar."

Ditos como este fazem parte do nosso dia-a-dia, de forma "espontânea" ou até mesmo inconsciente. Embora aparentemente inocentes são elementos fundamentais para reconhecermos (identificarmos) mais rapidamente o problema da diferença racial e de classe enfrentado pela mulher negra.

Para entender melhor essa problemática é preciso analisá-la sob dois aspectos: o econômico e o racial. Quando pensamos o negro, pensamos em minoria, em oprimido. O negro após tantos anos de lavagem cerebral incorporou essa idéia, introjetando-a. Isso, visto sob o ponto de vista da mulher, é mais complexo ainda, pois, além de ser mulher, ela é negra! A competição no mercado de trabalho é acirrada. Em termos de garantias legais ela é cotidianamente desfavorecida. A grande maioria de mulheres negras são empregadas domésticas, ou ocupam cargos inferiores, tais como: balconistas de supermercado, garis, cobradoras de ônibus etc., sem contar com um grande número delas que, como estratégia de sobrevivência, tornam-se prostitutas.

"As empregadas domésticas viram prostitutas porque é o seguinte: uma pessoa que vem de fora, que não conhece nada, vai pra dentro de uma casa, de re-

penete a patroa bota na rua. Então às vezes ela é forçada a ser, e às vezes até se acomoda naquele tipo de vida.” (J.)

Raramente se aceita a idéia de uma mulher negra com capacidade, apta a competir com uma mulher branca. Ela é duplamente oprimida — enquanto negra e mulher. Num dado momento há ainda uma outra questão a ser considerada: a valorização da beleza — o impasse, a divisão em que a mulher negra se encontra para conviver com o modelo de beleza branco.

Quando uma mulher negra lê num anúncio “exige-se boa aparência” que interpretação ela poderá dar? Interpretar segundo o padrão de beleza negro ou branco? Estigmatizações desse tipo fatalmente levam a mulher negra a profundos conflitos de identidade. A todo momento ela se vê forçada a se afastar de seus próprios valores, passando a adquirir valores diferentes, padrões de beleza diferentes, padrões de comportamento diferentes, e a imitar modelos da classe dominante.

A ideologia dominante se utiliza da mulher negra através dos trabalhos domésticos, via os discursos da inferioridade e da incapacidade, mantendo assim a infra-estrutura que vai possibilitar cada vez mais a obtenção de lucro.

A mulher negra contribui com o seu serviço para a emancipação da mulher branca, tanto a nível cultural quanto econômico. Assim sendo, na medida em que fica em casa cuidando da infra-estrutura do lar, ela possibilita à patroa a chance de ir à luta pela sua libertação. Durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, numa das entrevistas feitas, ouvi algo de uma doméstica que considero importante registrar aqui:

“A libertação da mulher branca, da patroa, só é possível porque ela deixa em casa uma escrava. A libertação da mulher negra é diferente da mulher branca, aliás

não se pode falar em libertação da doméstica, porque ela é escravizada pela patroa. A libertação só existe para a branca. Para a negra, não.” (O.)

A volta das mulheres negras para o serviço doméstico prestado aos senhores, agora industriais, possibilitando assim um novo modelo de exploração, reside no fato de que a casa era o seu instrumento de trabalho, já explorado, e o domínio de suas técnicas assegurava-lhes condições mínimas de sobrevivência.

É a trajetória dessas mulheres negras, discriminadas, domésticas e exploradas que tentarei acompanhar neste trabalho.

Metodologia

A partir do dado de que o maior número de mulheres que trabalham como empregadas domésticas são negras, e levando-se em conta toda a ideologia do embranquecimento existente no Brasil, busquei desenvolver um trabalho que tentasse evidenciar como estas mulheres tratam e se relacionam com a questão racial. E ainda, como vivenciam, no seu dia-a-dia, a realidade de um trabalho que tem a sua origem nos primórdios da escravidão e que até hoje tem seus reflexos ainda bem desenvolvidos. Para tanto busquei fazer uma pesquisa que envolvia não só uma revisão bibliográfica como também visitas à Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro.

Minha hipótese parte do princípio de que a questão racial dentro do universo da empregada doméstica se constitui em fator secundário, não sendo considerada uma preocupação principal, relegada a segundo plano dentro da pauta de reivindicações defendida por elas, em favor da luta de classe.

Assim sendo, após o período da pesquisa de campo, passo a apresentar o resultado do material colhido.

O trabalho se baseia nas entrevistas feitas com algumas das sócias da Associação, panfletos, recortes de jornal, boletins informativos e bibliografia sobre o assunto.¹

O negro e sua história: um breve perfil

“Chama-me X. É melhor assim. Como quem nomeasse o homem sem nome. Mais exatamente o homem de quem roubaram o nome. Falas de história. Isto é história e famosa. Cada vez que me chames, isto me fará lembrar o fato fundamental, que tu me roubaste tudo: até minha identidade.” (Aimé Césaire)

“Eu acho importante a gente ter história. Isso é muito válido. Eu acho que todo mundo tem que ter a sua história... A mesma coisa que a gente luta aqui. A doméstica tem que ter a sua história e o negro também. Tanta coisa bonita que houve, Zumbi... essa gente toda, que lutou. Isso servia de incentivo.” (J.)

Levando-se em conta o que foi dito acima, tornou-se relevante a inclusão de dados acerca da participação do negro. Como sabemos, os estudos feitos até agora a respeito do regime escravista pouca importância têm dado ao negro enquanto sujeito atuante, capaz de atitudes e gestos que modifiquem os rumos dessa história. Na verdade, o negro teve sua contribuição eficaz, e foi através dela que as contraditórias modificações ocorridas foram possíveis.

Se nos basearmos nos dados oficiais, perderemos a chance de ver o negro como sujeito atuante, passando a encará-lo apenas como ser passivo. Pois, por mais forte e desumana que fosse a escravidão, o negro não perdeu, pelo menos na sua totalidade, a sua interioridade humana. Através das suas várias formas e níveis de atuação, o negro foi

um componente dinâmico no desgaste do sistema escravista.² Pelo menos no que tange à “escravidão oficial”.

Diversas foram as formas de resistência do escravo negro ao regime escravista. Apesar das limitações impostas pela estrutura, o escravo, ao contrário do que é afirmado oficialmente, resistiu usando desde formas ativas, como as insurreições ocorridas em Salvador (século XIX), até os quilombos existentes no mesmo período em todo o território brasileiro. Resistiram também através das fugas isoladas, práticas de suicídio, e até mesmo se deixando morrer de melancolia. As mulheres desempenharam papéis de grande destaque, da luta armada à resistência pela manutenção das raízes africanas, através de uma liderança forte. O Quilombo dos Palmares, o maior e mais organizado, era formado por uma confederação de mocambos, sendo que dois desses eram liderados por mulheres: a mãe de Zumbi, Alquatune, e Acotirene (1630), considerada por todos uma rainha. Na Revolta dos Malês novamente encontramos mulheres participando. Uma delas, Luiza Mahin (1835), cedeu sua casa para que pudessem ser realizadas as reuniões; ali foram decididas as principais revoltas negras ocorridas em Salvador. Após violenta repressão desencadeada pelo governo, Luiza Mahin foi presa e deportada para a África. Outro nome importante é o de Tia Ciata — Hilária Batista —, uma das principais responsáveis pela manutenção e divulgação da história africana no Rio de Janeiro.³

A história oficial do Brasil está bem destoante dos dados mais recentes e pouquíssimo divulgados sobre a realidade histórica do País, no que tange aos fatos nacionais relatados em livros didáticos utilizados nos estabelecimentos de ensino. A classe dominante tem o cuidado de desprestigiar, omitir, falsificar temas e acontecimentos que são básicos para a classe dominada — basta acompanhar o que podemos perceber sobre os índios e os

negros. No caso do negro, que é nosso objeto de estudo, observamos como isto mantém e reforça a idéia da primitividade, inferioridade e até imbecilidade destes homens e mulheres. A eles é negado o direito ao conhecimento da sua origem, da sua história de lutas, resistência física e cultural; na verdade só é passada a submissão, e até a opressão, em todos os níveis, é camuflada em expressões como "sofriam castigos severos", sem que se exemplifique quais. Além disso, quando falam, não mostram o requinte da tortura. Sem dados que dignifiquem e norteiem a estruturação da sua personalidade (seus costumes e tradições são desvalorizados), resta ao negro o "atestado de incapacidade" e, como único modo de tornar-se gente, o embranquecimento. A negação da sua cor e tudo que a ela diz respeito. Por esses e outros motivos que apresento neste trabalho, pode-se entender a falta de interesse e resistência da Associação em desenvolver/promover o tema racismo entre seus membros, e tê-lo como bandeira de luta junto à sua pauta de reivindicações.

A Associação

Em 28 de dezembro de 1986 a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro completou 25 anos da sua fundação e de sua luta em defesa dos direitos da classe.

A história da Associação no Rio teve início em 1960, a partir da necessidade de se ter um órgão que defendesse a mulher, a doméstica, a trabalhadora de um modo geral.

"A gente começou a se preocupar com a vida dessas companheiras que viviam muito relegadas a segundo plano, e muito mais, como se diz, escravizadas do que quando tinha uma senzala, né. Eu acho que aí era uma escravidão consciente. A

pessoa, quando tinha uma senzala, os senhores tinham o cuidado de cuidar dos seus escravos, e agora, só porque tinha que pagar, dizia que era livre, então você não me interessa mais, não faz as coisas como eu quero, escravatoriamente, então vai. Você ia pra rua a qualquer dia, a qualquer hora. Então como não tinha ninguém que defendesse, ninguém que brigasse contra isso, a gente via que as outras patroas do Rio de Janeiro, das cidades grandes, não estavam satisfeitas com o trabalho da menina, mandavam embora. Elas sabiam ir buscar na fazenda, mas aqui elas não queriam saber." (B)

Esse grupo de domésticas buscou, junto com o pessoal da Juventude Operária Católica (JOC) — da qual, aliás, faziam parte, juntamente com outros trabalhadores —, reunir outras empregadas domésticas, começando a discutir a questão.

Um ano depois, em 1961, auxiliadas também por irmãs de caridade e uma assistente social, recorreram à orientação de um advogado, que processou a feitura do estatuto, e em 28 de dezembro de 1961 fundou-se a Associação no Rio de Janeiro com a participação de 60 domésticas. No mesmo período foi fundada também a Associação em São Paulo.

Naquele ano o objetivo das domésticas era um só: a defesa das moças que aqui chegavam, bem como daquelas que já estavam nas cidades há tempos, dos abusos dos patrões. Esta tarefa consistia também em um trabalho de conscientização da doméstica sobre o seu valor e o valor do seu trabalho, e que portanto mereciam ser tratadas de modo digno, terem um local de trabalho digno.

Em 1963 é feito o 1.º Encontro, que reuniu empregadas domésticas de todo o Estado para discutir e estudar diversos projetos de lei.

Só em 1967 é que a Associação vai conseguir um local onde possa funcionar a sua sede; até então elas se reuniam em dependências da PUC/RJ cedidas pelos padres. A primeira sede foi em Botafogo.

A luta prossegue, e em 1968, em São Paulo, a Associação promove o seu 1.º Encontro Nacional. Com a aprovação da Lei da Empregada Doméstica em 1972, as empregadas passaram a ter direito à Carteira de Trabalho, Férias e Previdência Social. Este fato representava uma conquista; entretanto, ainda era muito pouco. Fazia-se necessário um fortalecimento maior da classe e isso só aconteceria com a intensificação da luta. Em função disso ocorre o 2.º Congresso Nacional, no Rio, uma oportunidade para se saber o nível do avanço do movimento. Este ganha uma amplitude maior em 1981, com a realização do 4.º Congresso, em Porto Alegre, onde foi dado o alerta para um grave problema: a exploração da empregada doméstica menor.

Visando reforçar a sua proposta de categoria de trabalhadoras, a Associação passa em 1982 a participar da Conclat, enquanto órgão que representa as empregadas, no sentido de unir-se a toda categoria de trabalhadores do Brasil.

Hoje a Associação tem uma sede própria, no Rio Comprido — zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O atendimento na sede é feito pelas próprias sócias, que se revezam de modo a que cada uma possa dar parte do seu tempo à Associação.

A sede serve como ponto de encontro das sócias. É onde se realizam as reuniões internas, debates e as festas — estas servindo também para angariar fundos para a manutenção do espaço. Serve ainda de lugar onde as sócias mais idosas, e portanto sem condições de trabalhar, podem ser amparadas.

A nível financeiro a Associação conta com a mensalidade das sócias, a ajuda do Banco da Previdência e com fundos levanta-

dos nas festas e passeios promovidos por elas. O horário de atendimento começa às 08:00 h, encerrando-se às 20:00 h. Ali a doméstica pode receber orientação, tanto da assistente social como também do advogado, podendo ainda contar com a solidariedade das demais companheiras.

Todos os domingos a casa fica movimentada. Nesse dia um grupo alegre de mulheres se reúne para tratar tanto de temas atuais, como reforma agrária, Constituinte etc., como travar conversas sobre seu dia-a-dia. A faixa etária não é homogênea: existem as mais jovens (em torno de 20 anos) e aquelas com idade avançada (50 a 60 anos). O clima de bom humor se mantém até às 21:00 h, mais ou menos, quando o grupo começa a se despedir, retornando ao seu local de trabalho.

Por dispor de poucos recursos financeiros, a Associação conta muito com a criatividade das suas sócias. Estas se empenham tanto nas festas, passeios, bem como na feitura de pratos que são vendidos lá mesmo a um preço bem acessível. O trabalho de divulgação conta com a ajuda das associadas, na sua grande maioria; o resto fica por conta da disponibilidade e interesse das emissoras de rádio, televisão e dos jornais locais.

Uma das principais preocupações da Associação, atualmente, é a frequência com que as domésticas vêm sendo acusadas de serem ladras. Em São Paulo foi criada uma delegacia para tratar especificamente desse problema. Sobre isso as associadas do Rio protestaram com veemência, afirmando tratar-se de uma forma brutal de discriminação, pois essa delegacia tem por objetivo apurar os crimes da doméstica.

Relataram que no Rio as autoridades proferiram a criação de uma delegacia similar, e que se elas colaborassem teriam um dia específico para tirar seus documentos. A proposta foi recusada, sob a alegação de que elas realmente desejam ser tratadas normalmente,

como todos os outros trabalhadores, não como exceção. É mais, que no caso de denúncia de roubo cometido pela doméstica, a primeira providência a ser tomada deveria ser a verificação da sua carteira profissional. Deve-se observar se está assinada ou não. Este procedimento facilitaria a identificação da ladra e evitaria que uma trabalhadora fosse acusada injustamente.

A Associação e a discriminação racial

Embora na sua grande maioria a Associação Profissional dos Empregados Domésticos seja constituída por mulheres negras, a sua principal preocupação não é com a questão racial. Do material recolhido das entrevistas pudemos constatar que toda a luta empreendida pelas componentes da Associação é pela garantia dos direitos da doméstica frente à discriminação sofrida pela sua profissão. A questão racial é colocada enquanto discussão dentro de um conjunto, superficialmente. Em nenhum folheto, cartilha, boletim ou mesmo recortes de jornal encontrei qualquer alusão ao fator "cor".

Durante as visitas feitas e conversas travadas, ficaram evidentes as acusações de exploração por parte dos patrões, o desamparo, a falta de garantias legais, o reconhecimento do seu trabalho enquanto tal, sua contribuição na força de produção, fatores que constituam as principais causas da luta das empregadas domésticas.

Muito se falou em discriminação, exploração, mas sempre deixando claro que se trata de uma questão de classe, não de um problema racial. Ficou evidente que todas têm conhecimento do problema racial, mas evitam tratá-lo como um caso pessoal, justificando que a discriminação existe para todos aqueles que são pobres, que não é um problema exclusivo dos negros. Para todos os desprovidos de condição social, a discriminação se

mostra evidente. "É um problema que está aí há muito tempo e que não foi resolvido." Dizem que alguns negros já conseguiram ascender socialmente, mas nada fazem pelos outros. Para elas, no momento a doméstica tem que lutar é pela garantia dos seus direitos, não dá para pensar em empreender uma luta pela consciência racial, pois elas têm que fazer todo um trabalho de conscientização entre si pelo reconhecimento da doméstica, do seu valor como pessoa, como trabalhadora, que é desvalorizada, explorada pelos patrões, discriminada pela sociedade e pelo governo, que não reconhece a sua profissão e lhe nega as garantias devidas, como as das demais categorias profissionais.

Quando perguntei sobre o problema racial, as respostas foram as seguintes:

"O racismo existe sim, mas eu nunca o senti por parte dos meus patrões. Eles me tratam igual a qualquer outra pessoa. Sou discriminada pelo meu trabalho; agora, porque sou negra, não me lembro." (A.)

"Para mim isso tudo [o racismo] é secundário, mais ainda é ver a minha profissão, *tudo no preto e no branco* teoricamente, eu fazendo parte como trabalhadora, depois eu vou lutar por outras coisas." (B.) (Grifo da autora.)

Pode-se perceber que tratar da questão racial lá dentro constitui um problema muito delicado. Admitem o racismo de um modo geral, mas é muito doloroso. Nesse fato reside a resistência em não perceber o problema enquanto étnico. Preferem acreditar que é uma questão de categoria profissional. À medida que são todas domésticas e pobres, tratam da discriminação como um problema que faz parte de uma classe dominada e explorada. Porém a negação da negritude é real, dificultando a relação com seu ambiente de trabalho.

Isso é relatado de forma que não seja desenvolvida a idéia do preconceito racial.

"O racismo ainda não faz diferença. Para eles é trabalho doméstico, é tudo serviço doméstico. Não olha se a minha pele é mais escura e a dela é mais amarela." (A.)

Ao mesmo tempo em que esse fato é relevante, num segundo momento pode-se observar que ele não lhes passa despercebido. Vejamos os seguintes relatos:

"Uma senhora me chamou para trabalhar, ela me disse: 'preciso de uma outra empregada, só que não pode ser mais preta que você'. Então eu não fui nem levei." (B.)

"A gente também discrimina a questão do racismo. São pouquíssimas as vezes que falamos da questão racial – a gente fala da discriminação social –; não é o objetivo da Associação." (C.)

A resposta recebida à pergunta "por que não se discute a questão racial na Associação" foi:

"Eu acho porque a gente batalha muito mais a condição trabalhista, porque a luta é de trabalhador." (D.)

A vivência da negritude

A história nos transmite que a trajetória da mulher negra foi marcada por grandes perdas, humilhações, desrespeito, violação dos seus direitos e a condição de ser o suporte de uma vida passada (laços africanos) e o braço direito da "nova família", onde se torna encarregada da casa (colonizadores), filhos, enfim, tudo que se faz básico à manutenção da sua própria dominação.

Tal fato proporciona um grande desgaste emocional e chega próximo a um impasse. Perceber que a cor, da qual não se pode livrar, é determinante de uma relação de dominação traz em si à tona a inquietação de se perceber negra. Esta dificuldade provoca uma nova leitura de sua vida e da relação não só com o patrão, mas com toda a cultura preconceituosa que não favorece a negra se ver como uma pessoa com dignidade.

Faz-se necessário questionar uma relação de poder e total dominação – padrões e normas que limitam a sua existência. Daí a vantagem de "acreditar" que a questão é social e não racial. É admitir que doméstica ela é, mas pode ascender socialmente, porém a cor da pele não será possível mudar. Um momento de mobilidade, resistência. Ela nega a sua cor, para junto com a questão social não admitir toda a história de sofrimentos e tristezas, sem se permitir ver a possibilidade de encarar a questão racial.

"Eu não sei te dizer, as pessoas de fora, os patrões, como é que eles definem a coisa. Você não vê, eu sou negra, que já trabalhei com muitas brancas. E como eu não via a diferença, se era melhor tratada, ou se a companheira... Eu não! Pra mim era tratado tudo igual porque era o trabalho que se fazia. Muito pelo contrário, na ocasião a minha companheira era cozeira e eu era babá, e eu ficava muito mais lá dentro, pela minha condição de trabalhadora que era com o menino, né, e a companheira vivia muito na cozinha... Aparentemente não existia. Eu só sei que eles são racistas, porque quando alguém ou o rapaz tem algum colega de cor mais escura, aí já pergunta que família é a sua... pela condição financeira, pela condição social." (B.)

Na maior parte das entrevistas insisti na questão racial, e a ambigüidade nas respostas

demonstrava a dificuldade delas em aceitar a influência da sua cor na relação de trabalho.

“Quando a patroa diz assim: ‘eu prefiro uma empregada negra’, ela tá achando que a empregada negra tem mais força que a branca. Só que o negro hoje pra mim não abaixa tanto a cabeça. Então, se passa por aí, vai deixar de passar. Eu não abaixo a minha cabeça pela minha condição de trabalhadora, não acho que ninguém trabalha mais do que eu. No meu trabalho eu sou um pouquinho melhor do que qualquer outra. Qualquer uma que chega até lá. Porque eu me responsabilizo pelo meu trabalho.” (B.)

Algumas reconhecem que existe algum tipo de discriminação racial, mas quando se trata do seu trabalho este dado não parece ter maiores significados.

Os relatos de algumas domésticas negras sugerem que, apesar do esforço para assumir a negritude, este ainda está relacionado à submissão e inferioridade.

“Eu me assumo enquanto negra, de coração. Tenho lá meu orgulho da minha raça, da minha raiz. Eu gosto muito da história africana... pra mim foi um espetáculo aquele sofrimento todo. Pra mim negro é uma raça superior.” (A.)

“Pra mim uma libertação nunca vai ter isso. Faz parte da humanidade. A condição do negro de oprimido vai continuar sempre, mas sempre naquele disfarce.” (S.)

“Eu nunca pensei, nunca levei a sério de ser negra... Isso nunca me trouxe tristeza, nunca tive vontade de ser branca, um ideal. Se eu fosse branca eu teria isso, aquilo. Eu gostaria de estudar, de ter estudado. O negro tem suas raízes, seus valo-

res, é um ser humano, um ser espiritual como o branco ou outra raça. Ele tem sentimento como qualquer raça, qualquer pessoa. O negro é apenas a cor da pele.” (N.)

“Eu nunca tive complexo de ser empregada doméstica, também nunca tive complexo de ser negra, não sei se é porque nunca encontrei nada que me discriminasse realmente. Não sei se é porque eu tenha sempre me colocado, eu só, no meu lugar...” (B.)

A ideologia do branqueamento passa a seguinte idéia: negro está relacionado à sujeira, feiúra, burrice e vários outros adjetivos desqualificantes. O desprazer é tão forte que não há motivos para aceitar a condição de ser negro. “Tal processo social por si é muito violento e praticamente massacra a capacidade de reação à submissão.”⁴

Hoje, com o desenvolvimento do capitalismo e o empobrecimento cada vez maior das classes populares, as mulheres brancas, oriundas dessa classe, foram forçadas a procurar trabalho como empregadas domésticas. Este fato contribui para que a questão racial das domésticas negras seja encoberta, e reforçada a idéia de igualdade de condições. Trata-se de um jogo da ideologia dominante para dificultar a luta pela conscientização do negro que reitera o discurso da igualdade, em oposição ao “mito da democracia racial”.

O cotidiano

A vida na casa da patroa

Este item tem por objetivo evidenciar alguns exemplos da vida cotidiana da empregada doméstica com seus padrões.

Oriundas quase sempre do interior, as domésticas chegam às grandes cidades sem

nenhuma orientação, muitas sequer sabem ler e escrever. Deixam para trás sua família, tendo que encarar a dura realidade da cidade grande.

“Nós somos empregadas domésticas, a maioria não sabe ler, porque sai da sua cidade pequena, vem, começa a trabalhar muito cedo. Quer saber, a gente somos oriunda da agricultura, ou a gente fica lá na enxada trabalhando, sempre sem futuro nenhum, ou vem ser empregada doméstica, à procura de um salário melhor, e que no fundo a gente acaba ficando também sem ter muita expectativa de vida, pois então você trabalha dentro de uma casa que não é sua, de uma família que não é sua, de nada que é seu. E você enfrenta uma realidade, é o que acontece com a maioria das domésticas. Ela perde a sua personalidade. Ela passa a viver aquela personalidade falsa, como uma coisa, não aceita querer ser doméstica, tá vivendo, tá vendo a condição. Ela é jogada dentro daquilo sem ter uma estrutura, uma preparação. A patroa, muitas vezes, bota na cabeça que ela é filha da casa, que não sei o quê, e tal, só pra enganar, porque no fundo não é.” (J.)

Paul Singer afirma que o trabalho doméstico é “falso tanto do ponto de vista social, pois está à margem da divisão social do trabalho, como do ponto de vista da emancipação da mulher. A empregada doméstica continua desempenhando as funções femininas tradicionais — prestar serviços pessoais aos membros de uma família — só que não à própria, mas a uma família estranha. Mas nem por isso ela atinge qualquer grau de independência; menos que uma trabalhadora, a empregada doméstica sofre uma pseudo-integração no domicílio, como um membro inferior do círculo familiar, ao qual se impõem as restrições habituais de ordem

moral à liberdade pessoal. Ao mesmo tempo, ela tende a ser superexplorada, sem contar sequer com a proteção das leis do trabalho. (...) Sem direito a 13.º salário, a Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a aviso prévio e à sindicalização, as empregadas domésticas só conseguiram, até agora, o direito de se tornarem seguradas do INPS. Como a lei de dezembro de 1974 tornou facultativa a inscrição ao sistema previdenciário e como o desconto de 8% de um salário baixo é na maioria das vezes penoso para a empregada, a maioria delas tende a não se registrar.”⁵

A casa alheia é o primeiro problema a ser encarado. Ela já não tem mais casa. Passa a morar na casa, cuidar dela, no entanto, não é a sua casa. O seu espaço de moradia se restringe a um quarto apertado, na maioria das vezes ocupado pelas quinquilharias que já não servem mais. Assim sendo, o espaço físico é mínimo.

“Você não podia chegar no quarto de empregada, mal tinha um pedaço para você botar os seus pés, porque o resto eram todos os utensílios que não podiam ficar na sala, na varanda, na cozinha do patrão. A empregada é considerada como aqueles utensílios, apesar deles dizerem que ‘fulana é muito boazinha, fulana é ótima’, mas não se lembravam que era um ser humano.” (B.)

As dependências de empregada se constituem num fator importante, pois influencia em muito na sua identidade, na vida psíquica e na capacidade de constituir-se enquanto pessoa merecedora de respeito, atenção e afeto. Seu espaço em nada favorece uma estruturação da sua personalidade.

A questão do espaço físico dentro da casa da patroa nos leva a pensar historicamente, sem nos esquecermos, entretanto, que este espaço é o mesmo dividido com as domésticas brancas. Durante a escravidão a servição

doméstica não dividia a senzala com os outros escravos. Ela "gozava do privilégio" de viver na casa grande, mas seu espaço neste lugar era limitado.

Observando a arquitetura das casas grandes e senzalas quanto ao espaço destinado para seus senhores e seus escravos, podemos notar que este espaço e a construção atual das casas e apartamentos em muito pouco foram modificados. O chamado quarto de empregada nada mais é do que um cubículo apertado voltado para a parte interior dos edifícios, sem iluminação, ventilação, enfim, sem as mínimas e dignas condições de vida.

Além de continuar desempenhando as funções femininas tradicionais, e consideradas desprezíveis para mulheres brancas, a empregada doméstica ainda tem uma outra especificidade que nos remete aos idos de 1800.

"A patroa sempre dizia: cozinheira boa tinha que ser aquela preta, gorda, de bunda grande . . . quer dizer, então, ela fazia discriminação." (J.)

"Na Zona Sul tem uma rua, que o casal tem um filho que eu não sei se ele é retardado ou não é, mas só sei que quando a madame contrata a empregada, ela já contrata a empregada e ela aceita ou não aceita. Mas é para trabalhar de arrumadeira e ser mulher do filho. Claro, isso aí ainda é assim . . . A empregada negra para testar a hombridade dele . . . porque a branca não satisfaz ele não . . . isso aí ainda existe lá. Ela paga um salário de enfermeira, mas quem aceitar, vai saber que entrou naquela casa, que tem duas funções." (B.)

"Que filho de patrão rico se aproveita com a empregada isso sempre tem . . . tem um filho com a empregada e a coisa fica incubada entre os dois. Isso não é muito raro de acontecer não." (E.)

A empregada doméstica vê seu trabalho desvalorizado do ponto de vista econômico, na medida em que este não constitui uma atividade produtiva propriamente dita.

"Quando eu cozinho para esses caras que estão lá discutindo, para esses médicos, para esses engenheiros, para tudo, eu estou dando uma contribuição . . . Na medida que eu luto para sobreviver dentro do país, eu sou responsável . . . Então eu acho que a doméstica faz parte do mundo operário . . . Mesmo que a doméstica não esteja considerada assim na faixa de produção, como dizem, a gente faz parte de um mundo de trabalho. Só que a gente trabalha em lugares diferentes. E atua diferente."⁶

Outro elemento de subordinação na vida da doméstica é a alimentação, pois esta é vinculada ao salário da empregada — considerada como forma indireta de pagamento —, deixando de ser uma condição essencial do trabalho doméstico.

"Muitas domésticas chegam a aceitar um salário baixo só porque têm a comida. Muitas patroas acham que a empregada pode ganhar pouco porque elas dão casa e comida, ignorando a quantidade e qualidade do trabalho da doméstica. Certo que a comida faz parte, mas eu tenho que ver também quantas horas eu trabalho dentro de uma casa para ter essa comida."⁷

A doméstica e a patroa

Uma visão crítica do comportamento da patroa demonstra que o discurso de algumas mulheres a respeito de suas empregadas traz em si a discriminação. As patroas apresentam as empregadas domésticas como "secretárias", "amigas", "pessoas essenciais", "com-

ponentes da família" etc. Porém, quase que por encanto, esta relação chega ao fim sem justificativa razoável.

Com os dados colhidos na Associação, consegue-se entender alguns itens através da narração das associadas a respeito da convivência com suas patroas. A condição de ser mulher, a discriminação social, a libertação feminina e o racismo são exemplificados com depoimentos.

"A patroa sempre dizia: cozinheira boa, tinha que ser aquela preta, gorda, de bunda bem grande . . . quer dizer, então, ela fazia discriminação." (J.)

"O racismo é tão grande que a gente não se assume, ninguém aí, preta, pobre . . . na minha carteira de identidade não diz que eu sou negra, diz que eu sou parda, tá a própria sociedade que já coloca em nós, negras, a discriminação." (B.)

"Enquanto ela sai para o trabalho, nós, domésticas, ficamos em casa fazendo todos os trabalhos dela; então nós estamos ali, torna-se um pouco diferente a nossa libertação. Eu acho que talvez é maior na medida que eu sou uma consciência, do meu valor como trabalhadora, como pessoa . . . meu objetivo é essa parte, minha libertação é a partir daí, né, meu trabalho, minha cor." (O.)

"A mulher que se liberta, ela oprime a outra mulher: é que a patroa, no caso, ela quer ser livre, mas ela quer que eu, a empregada doméstica, assumo o papel dela lá dentro da casa, mas ela não diz que eu estou assumindo o papel da dona da casa, eu estou trabalhando; então, se libertação é isto, que a patroa se embeleza, vai pra rua, e me deixa trabalhan-

do no lugar dela, quer dizer, é uma mulher oprimindo a outra, então não existe a libertação da mulher e menos ainda quando a opressora e a oprimida é uma mulher branca e uma negra, ou seja, é a patroa e a empregada doméstica, porque o número de patroas pretas é muito pequeno. Então o nível no geral é a branca oprimindo a preta." (B.) (Grifo da autora.)

"Não que o trabalho doméstico é uma opressão. O que eu acho é que ele é desvalorizado, discriminado, e visto pela sociedade toda como um trabalho marginalizado, e a patroa que sai, ela se valoriza enquanto profissional, só que ela não valoriza a profissional que fica dentro da casa dela, principalmente a preta." (O.)

A respeito da convivência da empregada doméstica com uma patroa negra, as associadas informaram que o número de patroas negras é muito pequeno, e elas não detêm maiores informações sobre o assunto.

Quando perguntei se havia algum tipo de discriminação, disputa ou qualquer dificuldade na convivência de uma empregada negra com outra também negra no mesmo espaço de trabalho, ficou evidente que se desenvolve uma disputa por quem tem maiores privilégios em relação à patroa.

A disputa por privilégios, maior atenção e valorização da família que a empregada desenvolve faz parte do dia-a-dia dessas mulheres, o que me leva a crer que esse processo se deve ao próprio clima de insegurança profissional e afetivo desenvolvido nesse tipo de relação.

"(. . .) tem talvez por falta de consciência e de ver a solidariedade profissional. A doméstica querendo sempre aparecer mais para a patroa, se desfazer da outra . . . uma falta de consciência." (J.)

Sobre a questão do racismo na relação da doméstica negra com a doméstica branca, a associada nos afirma que:

“Eu nunca vi gente reclamar muito aqui dentro não.” (B.)

Entretanto, em outro momento relatou a experiência vivida durante um congresso de empregadas domésticas em Porto Alegre.

“A gente tinha companheiras lá no Sul, só que a gente não se conhecia, a gente se correspondia. E no congresso das empregadas domésticas a gente teve oportunidade de se conhecer. Eram umas meninas louras, lindonas, de Erichim, quase fronteira com Montevidéu, e um dia a gente encontra essas meninas chorando pelo corredor do seminário, porque elas eram muito louras e estavam no meio de negras. Elas estavam tão apavoradas, mas isso você vê, a gente reclama do racismo, da opressão do patrão, e ali a gente viu o racismo entre a própria categoria, entre as próprias companheiras da gente. O caso ficou tão sério, que depois do congresso nunca mais essas meninas responderam uma carta da gente. Elas se correspondiam muito comigo, mas elas não sabiam que eu era negra, elas pensavam que eu fosse loirinha feito elas.” (B.) (Grifos da autora.)

O relacionamento afetivo

Outro ponto a ser considerado no universo da empregada doméstica é a sua relação com os homens, seja o pai, o patrão, o irmão e, por último, o namorado/marido.

A vida da empregada doméstica é marcada pela ausência de uma figura masculina. Oriunda de família numerosa em que o pai morre quando os filhos são pequenos, ou,

mesmo vivo, não tem condições de mantê-los e é preciso empregá-los ou dividi-los entre os parentes. Cabe à adolescente empregar-se em casa de família, o que a afasta de uma convivência saudável com a figura masculina, reconhecendo no pai autoridade e carinho e no irmão, a naturalidade de uma amizade, enfim, modelos masculinos que não sejam muito fortes a ponto de oprimi-la, como ocorre com a violência psicológica sofrida na relação com o patrão e uma posição inferior em relação aos outros homens.

A razão que a trouxe para esta casa já é de inferioridade, pela boa vontade das pessoas em a aceitarem e o compromisso, embora inconsciente, de servir. Não existiam nesta adolescente o interesse nem a vontade de ser empregada doméstica. A necessidade e a falta de outra alternativa de sobrevivência é que a transforma em serviçal doméstica. Este comportamento logo encontra reforço no modo como esta família vai relacionar-se com ela. A patroa desenvolve a idéia, junto a ela e a todos os demais membros da família, de que ela passe a sentir-se como uma protegida, “a nova filha da casa”.

A vida na casa da patroa é bastante diferente da sua experiência familiar. Seu comportamento de um modo geral é modificado, tudo é novidade — as dependências da casa, os utensílios domésticos, o modo de manuseá-los e até a maneira de relacionar-se com os outros membros da família. A introdução desta adolescente neste novo mundo é responsabilidade da patroa, que na troca de ensinamento “exige” submissão e toma para si todo o resultado positivo da aprendizagem, deixando para a adolescente apenas a promessa de pertencer a esta família. Apesar do sofrimento decorrente do afastamento de seus familiares e a dificuldade de adaptação, para esta adolescente, viver nesta casa é ainda melhor que o modo de vida anterior. Desta forma a patroa e sua família passam a tê-la como propriedade, regulando a sua vida, o

encontro com outras domésticas, a ida ou não à escola, cuidados com a sua saúde, vestuário e sua vida amorosa.

A pouca convivência com os homens durante a sua infância/adolescência acaba por deixar esta mulher com dificuldades no relacionamento com os homens em geral. A experiência com o patrão é uma relação de poder: ele é o patrão, é quem manda; ela é a empregada, é quem obedece. A relação de namoro, quando acontece, é mais natural; o que é mais difícil é quando se trata de fazer amigos. Para a doméstica, conviver com outro operário e ter com ele a experiência da amizade e companheirismo é mais confuso.

O dia-a-dia com a patroa faz com que, sem perceber, a doméstica incorpore algumas idéias e valores da dona da casa. Este seu novo modo de pensar e agir a afasta do seu provável companheiro operário, porque ela começa a desejar que ele propicie a ela o que a madame tem, e este homem, também por sua defesa, não vai querer passar por essa humilhação, pois isso não será possível, afastando-se assim da doméstica.

O afeto a ser dedicado à doméstica não existe. Ela se sente só, carente de uma relação afetiva verdadeira que busca ter com os operários, por serem os homens mais próximos de sua condição social. A relação afetiva-sexual desenvolvida com esses homens muitas vezes baseia-se na solidão e em uma possibilidade de sair da casa “dos outros” (patrões) através do casamento, que é uma proposta usada como mecanismo de conseguir um relacionamento sexual com a doméstica, que é porém descartada quando fica grávida, momento este em que o homem desaparece.

“O cara promete que vai ajudar e tirar ela da casa dos patrões, mas basta ela ficar grávida e ver, ele desaparece. E isso são operários. Não é gente rica não. A maioria é gente como a gente.”⁸

A relação com o operário não representa apenas uma saída da casa da patroa, mas uma busca de afeto incondicional. A doméstica também se enamora do homem rico, mas com esse ela já sabe como será o final do relacionamento. A relação muitas vezes serve de reforço/valorização pessoal.

“Quando a menina, por exemplo, se perde, na maneira de dizer, com um rico, pelo menos ela sabia que aquele rico não ia casar com ela. É mais um carinho, e também — quem é que não entende? — é uma valorização.”⁹

O relacionamento com o homem apresenta-se conflitante, podendo levá-la à timidez, ao recolhimento e à solidão:

“Eu namoro pouco. Primeiro eu não gosto de sair, e quando tem namorado, tem que sair... Quando eu não vou à igreja, eu estou em casa deitada ou fazendo alguma atividade minha... Tenho dificuldade de fazer amizade, tenho dificuldade de conversar, aí com a timidez eu fico botando na cabeça que eu não sei conversar.” (G.)

No desenrolar deste trabalho, ouvindo o depoimento das domésticas, um dado relevante se fez notar: a maioria é solteira e justifica os motivos dessa situação a partir da dificuldade de encontrar operários no seu meio, falta de tempo, discriminação racial e social.

“Na maioria das vezes o que mais aparece na minha vida é homem branco. Agora, como eu sou preconceituosa, então eu sempre acho que na minha vida é assim. Então quando eles falam assim: ‘Ah! porque eu gosto muito de uma escurinha’, eu falo assim pra eles: ‘Se você gosta tanto de uma escurinha por que você casou com

branca? Por que você não mora com uma negra dentro de casa?' Esses homens casados que dão em cima de mim, porque eu sei que é casado. Aí, eles respondem: 'Ah não, que não sei o quê... coisa e tal'. Então, eu falo: 'Fala com sinceridade, você sempre acha de ficar em paz com a sociedade. Você não vai querer ter um filho negro, que a mãe não quer, que o pai não vai gostar, aquela história toda.' Então ele pega a branca e casa. E quer arranjar uma namoradinha negra pra tirar sarro na rua. Então fico sempre com um pé na frente e outro atrás. É o motivo d'eu quase não ter namorado, quase não namorar... Não namoro os pretos porque não pinta na minha vida. É incrível, mas isso é verdade. Principalmente aqui no Rio de Janeiro." (G.)

"Não arrumo namorado, nem preto, nem pobre de dinheiro como eu... Pra mim é a pior tristeza. Eu sou preta, pobre... e agora só me aparece branco, amarelo..." (B.)

"Porque você trabalha e mora em bairro onde não tem operários, então você não tem a possibilidade de casar. Você vai encontrar quem pra você casar? É por isso que a maioria não casa... porque os homens que a cercam não são do seu meio. Eu trabalho em Copacabana, o operário que trabalha ali, o porteiro do edifício, já são casados, ou algum operário que vai trabalhar e volta pro subúrbio. Então você não tem possibilidade de casar." (J.)

A discussão do racismo e o movimento negro

A Associação tem sua pauta de reivindicações norteada na luta de classe, sem levar em conta a questão racial. A proposta da Associação

se baseia na questão social, como a maioria das associações, sindicatos etc. Embora grande parte de suas associadas sejam negras, o racismo não é relevante, pois as domésticas negras ainda não fizeram uma relação entre a cor da pele e o trabalho desenvolvido.

O racismo faz-se presente nos depoimentos das associadas, no seu dia-a-dia, mas não ocupa espaço para uma maior conscientização dentro da Associação. Este comportamento das domésticas negras e a posição da Associação é que permitem uma análise da exclusão do assunto nesta instituição.

"Bom, eu assumo a minha negritude, entre aspas, porque a maioria dos negros, no fundo, no fundo, ele não assume, e na maioria das vezes da boca pra fora... eu não sei explicar o porquê, mas o assunto do negro... se a pessoa é branca ninguém insulta, o negro é como se fosse um insulto... qualquer discussãozinha... 'Ah, porque o negro, que o negro.' Então, eu que aceito isso tudo um pouquinho, como se fosse um insulto, que na verdade eu sei que eu sou negra, mas eles [brancos] acham e realmente eles ofendem. Quando eles chamam o negro de negro, a pessoa se sente diminuída... e o próprio negro se sente ofendido." (G.)

Ao concluir a entrevista, a mesma doméstica, negra, de 35 anos, solteira, afirma:

"Eu vou trabalhar em cima dessa neurose. Uma outra oportunidade que você me entrevistar eu vou dizer que sou negra assumida, gosto de ser negra." (G.)

Quando questionadas sobre um possível engajamento no movimento negro, na medida em que dizem ter uma "certa consciência racial", elas apresentam suas idéias em relação ao negro que ascende socialmente.

“O negro que fica rico não quer saber de negro pobre, ele já se julga branco.” (J.)

“O negro está lutando, coisa e tal, mas quando ele melhora um pouquinho, ele esquece do outro que tá lá embaixo . . . ele melhorou um pouquinho, ele vai escravizar o outro que está lá em baixo.” (M.)

“Às vezes o negro tem muito mais preconceito que o próprio branco, porque ele tem preconceito da própria raça. O verdadeiro negro não quer se misturar. O branco não quer se misturar também. Aí fica aquele conflito. A humanidade toda é assim, judeu, japonês.” (S.)

“O pessoal diz que eu tenho preconceito. Por que o negro quando melhora um pouquinho, ele não casa com uma pessoa da cor dele? E tá lutando, ele vai procurar uma branca, quer dizer, isso aí também é discriminação, eu ainda não consegui entender isso, não que eu queira separação, não.” (J.)

A resistência ao movimento negro é facilmente identificada. O depoimento desta associada, que se refere a um militante, é um bom exemplo disso.

“Ele me falou, e tal, eu achei muito bacana. Depois, numa reunião, em outro dia, em outro lugar, me aparece uma mulher branca e tal dizendo: ‘Eu sou a esposa do fulano’. Eu fiquei . . . Mas ele tá defendendo mesmo o negro? Se a gente vê tanta preta bonita, tanta preta bem vestida, será que aquela preta não serve? Ah, não sei, não dá pra entender, gostaria que alguém me esclarecesse isso pra mim poder entender.” (J.)

O relato a seguir é o exemplo mais nítido da dificuldade da empregada doméstica negra com o movimento negro:

“Eu tenho um primo que ele é da Aeronáutica, estudou, e tal, tem um posto bom, hoje em dia ele está lá no Amazonas, assumindo o comando da base aérea, ele é negro. Eu fui no aniversário na casa dele e a irmã dele casou com um outro rapaz que é negro e todos tiveram a oportunidade de estudar, mas a família se julga, sabe, é gente que conseguiu melhorar, mas que veio lá de baixo também. Mas eles se julgam os tais, tanto que eles não falam nem com a gente. E eu fui no aniversário lá na casa da irmã desse meu primo . . . fui e fiquei lá esperando no cantinho com o resto da família, e eles totalmente separados da gente, ficou até engraçado. E tava lá um senhor que começou a conversar com o meu primo: ‘Pois é, Paulo, você deveria entrar pro movimento negro, que a gente tá a fim que você entre, que você é um fulano que se destacou . . .’ Quer dizer, eu fiquei olhando . . . tá procurando um fulano que tenha posse. Aí depois o meu primo chegou e apresentou a gente pra ele . . . a gente tava isolado. ‘Essa aqui é minha prima, e madrinha’ – e aí ele começou a falar de movimento negro e eu aí dei um fora nele, sabe, e baixe mesmo, ah, faltei mesmo com a educação, falei logo uma porção de besteiras, que eu não acreditava em movimento negro, que é gente que só procura quem está melhor, o que tá lá embaixo ninguém olha mesmo. Então é um negócio que não vai pra frente mesmo, que se pegasse lá de baixo talvez fosse, o que adianta pegar lá de cima?” (J.)

A entrevistada afirma que o movimento negro é elitista, que trata das questões de cima para baixo. Acrescentou ainda:

“Eu não participo do movimento negro, primeiro porque não tenho tempo, com o trabalho da Associação, não há tempo, realmente, não dá. Eu já fui convidada muitas vezes. A empregada não tem horário de trabalho, e as reuniões geralmente são à noite, então não há possibilidade. E eu não vejo o movimento negro fazer movimento de base.” (J.)

Por várias vezes pode-se notar que as empregadas domésticas reproduzem o discurso da “democracia racial”, quando justificam a discriminação racial baseada na pobreza, independente da etnia.

“Aqui no Brasil é muito a questão do *status* e do dinheiro: se você tiver dinheiro você entra em qualquer lugar; agora, se você não tem, você pode ser branco que você também não vai entrar.” (J.)

O dia-a-dia da doméstica negra apresenta várias situações de discriminação que ela introjeta fortemente, chegando a ter receio não apenas da situação de discriminação, mas também da sua reação perante a violência vivida, isolando-se cada vez mais.

“Trabalhei no Norte como doméstica, então a discriminação lá é grande. Mas aqui eu me sinto mais ainda discriminada pelo fato de que lá no Norte é casa... então, quando a empregada chegava, ela entrava pela sala e tudo... Aqui tem esse problema de barrar na portaria, eu nunca fui barrada diretamente, mas por quê? Porque também eu tenho esse receio. Eu faço parte de um grupo lá na minha igreja, eu nunca saí pela sala. Porque eu tenho receio de sair ou chegar pela porta e ser barrada. Então eu tenho medo da minha reação na hora que eu for barrada. Porque quando eu fui barrada, não por causa da cor, mas na minha cabeça veio

logo isso. Porque foi no colégio quando eu estudava lá, o porteiro me barrou. Quando chegaram duas meninas brancinhas ele deixou elas entrar, então eu tive uma reação tão forte, tão forte, que eu agredi o cara, dei uns tapas no cara, o cara me deu tapa. Eu achei que ele não me deixou entrar porque eu era negra. Depois ele veio, me explicou que as duas meninas tinham saído pra fazer não sei o quê na rua, mas na hora, na minha cabeça, não entrou nada, minha cabeça não registrou e foi confusão total. Por isso que eu digo que eu não me assumo. Eu assumo assim pra dizer, bater papo, qualquer pessoa diz... Não sei se eu queria ser branquinha, mas eu não gosto de ser negra não.” (G.)

Após uma observação criteriosa dos depoimentos colhidos nas entrevistas, torna-se necessário comentar a questão racial e sua não discussão na Associação. Embora esta instituição não tenha o compromisso de questionar o assunto, ela, não o fazendo, perde um espaço onde poderia ampliar a experiência de ser negra com a associada, desenvolvendo um trabalho transformador. Não se trata de negar o valor atribuído ao problema das diferenças de classe, mas, quando se trata de uma categoria cujo trabalho historicamente é, na origem, escravo, negar o peso da questão racial pode ser uma forma de negar sua própria identidade.

Conclusão

No decorrer deste trabalho as empregadas domésticas apresentaram algumas queixas em relação ao movimento negro.

É preciso, no entanto, levar-se em conta que o movimento negro vem de longa data desenvolvendo uma luta pela construção de uma identidade positiva do negro num con-

texto social dominado pela ideologia da democracia racial.

Nos últimos dez anos foram criadas várias entidades negras, que atuam de formas variadas, desenvolvendo atividades que caracterizam o cunho do trabalho, o combate e a denúncia do racismo e da discriminação racial.

Ao se referirem ao movimento negro como "elitista", "coisa de negro que ascendeu", as domésticas simplificam o problema, não levando em conta que há negros que ascendem, sem que, contudo, militem no movimento, e ainda aqueles que ascendem, mas ao mesmo tempo "deixam de ser negros".

As domésticas lutam pelos seus direitos, melhores garantias profissionais, contra a exploração e a discriminação por seu trabalho. Paralelo a isso desenvolvem um trabalho junto a outras domésticas que visa a conscientizá-las do seu problema.

O movimento negro, por sua vez, luta pelo resgate da identidade do negro. Essa luta se assemelha em alguns aspectos com a luta das domésticas.

Na pauta de demandas e reivindicações do movimento negro, no item *b*, relativo ao trabalho, consta o seguinte: "A mulher negra está ligada a ocupações associadas a atividades domésticas e a ocupações gradativamente abandonadas por homens e mulheres brancos."

Em primeira instância tudo leva a crer que essas denúncias e reivindicações circulam quase que exclusivamente no circuito reduzido dos militantes. Entretanto, o que ocorre

na verdade é uma falta de divulgação maior dessas denúncias. Isso se deve ao fato de que a ampliação da discussão desses temas no espaço público terminaria por desmoroar com toda a estrutura montada pela "democracia racial". É preciso se levar em conta também que, independente de avaliações quanto à sua eficiência, a voz do movimento negro não é ouvida pela sociedade e que o próprio fato de ter que desenvolver um trabalho com o negro em contextos sociais onde a população não é homogênea reforça a idéia de democracia. Outro dado que não deve ser esquecido é que muito pouco se sabe sobre o que o negro pensa de si mesmo, e ainda as conotações negativas/ofensivas associadas à palavra *negro*.¹⁰

Neste aspecto é possível entender a dificuldade da empregada doméstica negra em associar a cor de sua pele à discriminação sofrida no seu cotidiano, pois as desigualdades entre negros e brancos não são percebidas, e nem relacionadas as considerações raciais, mas encaradas como resultado de fatores de classe.

Resta apenas acrescentar que a Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro vem há 25 anos lutando pela garantia dos direitos da sua categoria. E o movimento negro, igualmente, vem conjugando esforços no sentido da promoção e valorização da identidade negra. São duas instituições de peso na luta em defesa dos direitos humanos. É necessário, ao meu ver, que se criem canais que abram espaço para o diálogo e a experiência de um trabalho de conscientização conjunta. □

NOTAS

1. *Jornal Zero Hora*, 26/01/81; *Boletim da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro*, set., out., nov./86 e fev./87; *Cartilha da Associação* - "De olho na vida e na Bíblia", ano 3, n.º 12, fev./85; *Cartilha da Associação* - "Quem sou eu", s/d (mimeo.); Panfleto: *A história de luta pela libertação das empregadas domésticas*, s/d (mimeo.).

2. Clóvis Moura, *Os Quilombos e a rebelião negra*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, 9.ª ed.
3. Conselho Estadual da Condição Feminina, *Recuperando a nossa história – Mulheres negras no Brasil*, São Paulo, 1987.
4. Neuza Santos Souza, *Tornar-se Negro*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.
5. Paul Singer, "Caminhos brasileiros para o movimento feminista", *Opinião*, n.º 24, citado em *Cadernos Brasileiros de Debate*, n.º 2, "Mulher – Depoimentos sobre o trabalho ignorado". Ed. Brasiliense, 1976.
6. *Cadernos de Educação Popular*, n.º 4, "Só a gente que vive é que sabe – Depoimento de uma doméstica", Ed. Vozes/Nova, 1982.
7. *Idem*.
8. *Idem*.
9. *Idem*.
10. Carlos A. Hasenbalg, "O negro nas vésperas do centenário", X Encontro Anual da ANPOCS, GT Temas e Problemas da População Negra no Brasil. [Este trabalho foi publicado no número 13 de *Estudos Afro-Asiáticos*.]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS, Vera Daysc. "Democracia Racial e a Situação da Mulher Negra". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 8/9, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1983.
- BERNARD, Zilé. *A questão da negritude*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CONSELHO Estadual da Condição Feminina. *Mulher negra: dossiê sobre a discriminação racial*, dezembro de 1986.
- COSTA, Haroldo. *Fala Crioulo*. Rio de Janeiro, Record, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 16.ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. "O Negro nas Vésperas do Centenário". X Encontro Anual da ANPOCS, GT Temas e Problemas da População Negra do Brasil.
- MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a rebelião negra*. 4.ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. "O negro no mercado de trabalho, conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra do Estado de São Paulo", s/d (mimeo.).
- OLIVEIRA, Caetana Damasceno. "Dados sobre a empregada doméstica", outubro de 1985 (mimeo.).
- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria e ARAUJO, Tereza Cristina N. "Efeitos da crise no mercado de trabalho urbano e a reprodução de desigualdade racial". ABEP, 1986 (mimeo.).
- _____. "Repensando o lugar da mulher negra". *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 13, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, março de 1987.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *História do negro no Brasil*. São Luís, Centro de Cultura Negra do Maranhão, 1985.
- SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se Negro; as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- SOUZA DA SILVA, Francisca. *Ai de Vós! diário de uma doméstica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

KANIMAMBO,* SAMORA

Dizem que era um exímio atirador. Outros, de mais fértil imaginação, que as balas não entravam em seu corpo. Presidente da Frelimo, não evitava o combate, ao contrário, parecia desejá-lo ainda mais. O entusiasmo percorria as fileiras daqueles homens analfabetos semifamintos, cuja aparência às vezes era desoladora. Sentiam nele o grande chefe, o descendente dos grandes guerrilheiros do século XIX, que haviam por algum tempo expulso os portugueses de todas as margens do Zambeze.

Nunca se sabe, nessas estórias, o que é verdade e o que é fruto da imaginação popular. Mas para o seu povo pouco importava esta nuance. Parecia imortal, e no seu gingado, ria das balas dos soldados portugueses.

Aliás, aos poucos estes já não saíam muito de seus quartéis. Um antigo soldado do exército colonial contara-me como isso se passava: "Saíamos com ordens de vasculhar uma determinada zona que se sabia os 'turras' estavam circulando. Após cinco quilômetros, porém, saíamos da estrada, nos escondíamos e dois dias depois voltávamos, dizendo que nada havíamos visto. Ninguém queria se arriscar, pois os 'turras' eram uns diabos, e o chefe então . . ."

Para dizer a verdade, não vi nada disso. Contaram-me ou li. E nem posso dizer se na minha memória fatos, versões, imaginações também não se misturam. Quando o conheci era já presidente da República Popular de Moçambique. Dizer que o conheci bem seria mentir. Não se conhece bem alguém que já é presidente de um país estrangeiro, nem mesmo um ministro. Salvo raríssima exceção. Pode-se conhecê-lo antes. Como o fez Miguel Arraes, que ajudou seu partido, quando ele não era mais que um guerrilheiro, e por quem nutria, aliás, um profundo carinho. Sabia dar valor àqueles que, mesmo estrangeiros, haviam ajudado seu partido quando estavam em luta, maltrapilhos, sem armas. E talvez por isso nutria uma grande curiosidade

* Significa "obrigado" em várias línguas nacionais moçambicanas.

pelo Brasil, dizendo freqüentemente que, quando o nosso país se "libertasse", a humanidade como um todo começaria a mudar. Seria o fim do imperialismo americano. Tinha a noção de que o Hemisfério Norte não poderia manter sua estrutura de exploração sem o domínio sobre o Sul. E o Brasil era um país-chave não apenas para a América Latina, mas também para a África. Os nossos traços culturais comuns eram maiores do que a cultura elitista e mimetista das classes dominantes brasileiras permitia antever.

Sabia ser também irreverente. Antes da independência nacional decidiu percorrer todo o país, de norte a sul, visitando as capitais e principais cidades. Começou por Pêmba, a capital de Cabo Delgado. O administrador português quis por bem dar-lhe as boas-vindas, o infeliz. Ele simplesmente respondeu que não necessitava delas e a principal razão é que não havia saído do país. Estava sempre por ali, nas zonas libertadas, nas zonas do inimigo, no mato. E, finalmente, não cabia a um estrangeiro desejar a ele as boas-vindas, mas sim ao povo. Não preciso comentar a ovação da população presente no comício e a cara do pobre funcionário português que ainda não havia compreendido completamente o que havia se passado com a vitória da Frelimo.

Quando cheguei em Maputo, antes do aniversário do primeiro ano da independência, em incícios de junho de 1976, ele estava fazendo visitas de surpresa aos presídios da capital, a partir de denúncias de que os antigos policiais da polícia portuguesa, sobretudo torturadores, estavam sofrendo maltratos. Seu rosto parecia inflamado, quase raivoso, por descobrir que em alguns lugares aplicavam-se métodos similares aos dos portugueses, métodos que eles haviam arriscado a vida para fazer desaparecer da face da terra.

A mesma energia, que beirava o autoritarismo, vi também nas medidas contra os guerrilheiros que, chegando à grande cidade,

queriam usufruir de seus confortos com prepotência, entrando em cinemas, clubes e ônibus (mechibombos) sem pagar, assim como em restaurantes. Todos que tiveram comportamento semelhante foram enviados para o interior, após alguns dias de prisão.

A primeira vez que o vi, numa reunião, na escola Josina Machel, veio-me à cabeça a imagem de Jairzinho entrando na grande área para fazer um gol: peito insuflado, cabeça erguida, olhos irrequietos, gestos rápidos e precisos, como se temesse que alguém viesse lhe roubar a bola. No caso, como se alguém viesse lhe roubar a vida. E não era para menos: ninguém conseguia reunir tão completamente o ódio dos racistas do *apartheid*. E o local onde estávamos situava-se precisamente "a quatro minutos de Mirage" de Johannesburg, sem que qualquer obstáculo sério existisse para impedir que uma bomba fosse lançada ali, tirando-lhe a vida.

Os sul-africanos jamais o perdoaram, porque apoiou a luta no Zimbábue, após a independência nacional. Todos acreditavam que ele fosse fazer algum acordo secreto para que a paz retornasse ao país, depois de dez anos de guerra. Enganaram-se.

Os jornais ocidentais, na época, chamavam-no de pró-soviético, simplesmente porque no terceiro Congresso da Frelimo, em 1977, seu partido havia declarado sua adesão ao marxismo-leninismo. Nada mais falso. É verdade que os soviéticos ajudavam as forças armadas moçambicanas, com assistência militar. Mas os cooperantes que chegavam para ajudar a reconstruir um país que os portugueses haviam dizimado de maneira quase indescritível provinham de todos os países, tanto do ocidente quanto do oriente, tanto do norte quanto do sul. E entre eles, evidentemente, chineses. Na saúde, na agricultura, na administração. Com a mesma coragem que lhe parecia peculiar, proclamava em frente a soviéticos, alemães e cubanos que os livros de Mao Tsé-Tung eram fundamentais

na formação dos militantes de seu partido. E a nós brasileiros, professores de História Contemporânea, dizia com tranqüilidade: "O conflito sino-soviético não tem visto de entrada no país, e tuas posições sobre a questão, diferentes da nossa, ficam no aeroporto."

O nacionalismo parecia ser a marca maior de seu comportamento como estadista. Um amor ao país que lhe permitia guardar certos princípios, quando era indispensável salvar a liberdade de seu povo. Acossado por uma guerrilha financiada por sul-africanos e antigos colonialistas, soube fazer um acordo com os racistas do *apartheid* e dirigir-se aos americanos, solicitando-lhes ajuda. Soube detectar o não funcionamento da economia estatizada, clamando ao capital privado, desestatizando a economia. Estatização, diga-se de passagem, jamais planejada, ou mesmo decidida. Simplesmente assumida pelo comportamento dos colonialistas, que decidiram aplicar a tática de terra arrasada antes de deixar o país, abandonando fazendas, indústrias, empresas e casas comerciais, levando tudo a que tinham direito e a que não tinham, destruindo as máquinas que podiam. Foram não menos de 200 mil pessoas a deixarem o país em menos de dois anos.

Lembro-me da situação das casas que visitei quando da minha chegada. Todas as casas de aluguel haviam sido nacionalizadas. A empresa estatal responsável deu-me diversas chaves, com endereços, para que eu escolhesse a que mais me conviesse. Eram muitas as casas vazias naquela época. Em várias delas encontrei os azulejos internos todos quebrados, as portas internas também, assim como cimento na encanação e a instalação elétrica simplesmente destruída. Eram os sinais mais claros da civilização ocidental em seu vandalismo escondido nas boas maneiras dos finos salões europeus.

Não tenho receio em afirmar que foi um dos grandes estadistas africanos e um dos mais nacionalistas e pragmáticos. Com um senso agudo de oportunidade. Nos grandes e pequenos momentos. Tanto visitava Moscou, quanto Pequim ou Washington.

Afirmava-se marxista-leninista, mas acrescentava que a base do socialismo eram as experiências das zonas libertadas, as experiências e a cultura de seu povo. Convidava estrangeiros para participar de postos importantes, mas submetia-os à chefia de moçambicanos, mesmo que bem mais jovens e inexperientes. E estrangeiros de origens diferentes, dizendo-lhes sempre muito claramente: "Quem decide em última instância é o moçambicano; vocês têm opiniões diferentes, é isso o que queremos, a experiência internacional para enriquecer nossa cultura, para que possamos aprender com outros povos, para que saibamos escolher aquelas experiências que são mais convenientes à nossa situação." Aos brasileiros exilados recebia de terno, e exigia que todos assim fossem, para atribuir solenidade à recepção. E no dia seguinte recebia o embaixador brasileiro de uniforme militar.

Não acertou sempre, é claro. Errou muito. Pelo seu entusiasmo quis socializar um país que não tinha as mínimas condições para tal. Soube, no entanto, aprender a lição e valorizar as iniciativas individuais e as formas de trabalho do camponês tradicional. Mas os revezes eram muitos. Não apenas naturais, como secas e enchentes periódicas que dizimavam colheitas imensas condenando seu povo à fome. Mas também políticas, cercado pela África do Sul e isolado pelo mundo ocidental, dominado pelos meios de informação mais bem "desinformados" que já conheci.

Tinha um amor pelo seu povo como parece só os santos há tempos distantes. E, talvez por isso, o povo tinha-o, em termos ocidentais, como um santo. O pai da pátria, o

exemplo máximo de dedicação e trabalho. Servir ao povo, em sua boca, não era nenhuma expressão eleitoreira, como os nossos ouvidos estão repletos nesses dias.

A rigor não se pode acusá-lo de querer implantar um regime totalitário no país, à semelhança do socialismo real, embora nutrisse por este uma grande simpatia, que aos poucos ajuntava-se algumas críticas mais veladas e íntimas. Embora tenha optado pelo regime de partido único, convocou eleições no tempo mais breve que se conhece na história do socialismo real. É verdade que eleições com candidatos apresentados pelo partido. Mas o povo, porque assim o vi, sabia recusar vários com motivos muito próprios àquela cultura banto. O povo falava e dizia claramente que não queria determinado candidato porque era prepotente no trabalho, batia na mulher, era relapso, oportunista e falso, comportando-se de uma maneira no partido e outra no bairro ou na família, era polígamo ou praticava lobolo.

Ele estava dominado, como toda a direção da Frelimo, pela idéia de que é possível criar um homem novo, na exigência de uma coerência absoluta entre o público e o privado. Por isso não temeu em mandar para um campo de reeducação seu amigo íntimo e querido, Joaquim de Carvalho, pelo simples fato de que havia engravidado uma estudante de Medicina. Ou, mesmo, o primeiro-ministro da Educação, por comportamentos semelhantes.

Tudo muito estranho para as nossas idéias democráticas. Mas é difícil julgar determinadas questões numa sociedade em que as mulheres são compradas no berço e, em algumas etnias, têm o clitóris cortado. Quando os poucos negros que haviam ascendido a alguma educação substituíam os portugueses com os mesmos estilos de mando. Pequenos chefetes ditatoriais.

Todas as circunstâncias eram-lhe desfavoráveis, mas ele não parecia se abater,

mudando sempre suas opiniões, na medida em que compreendia, com maior profundidade, os condicionamentos estruturais de uma sociedade "arcaica" que tem de vencer simultaneamente a dependência externa, o subdesenvolvimento e os traços coloniais e racistas que permanecem como herança do colonialismo. E isso, sem quadros competentes.

No país, quando cheguei, não faltavam apenas médicos, engenheiros, administradores, professores, como também datilógrafos, motoristas e operários especializados. Lembro-me de carros parados na garagem do Ministério da Educação, doados por um país estrangeiro, pelo simples fato de que não havia quem os pudesse conduzir. Faltava tudo em termos de pessoal.

Sua vontade não era suficiente, assim como a de seus companheiros de luta. Mas eles não se dobravam. Persistentes em encontrar as fórmulas que permitisse, em seu país, gerar alimentos, criar empregos, melhorar a educação, a saúde e as condições básicas de vida da população. Num diálogo contínuo e difícil com o povo, por vezes temeroso dos quadros intermediários. Na sua frente estavam à vontade, mas ele não podia estar em todo o lugar. Por mais incansável que fosse. Depois, havia as diferenças do Comitê Central da Frelimo, os que queriam medidas duras, uma maior estatização da economia, uma maior militarização da sociedade, uma maior aproximação com a União Soviética; e os que tinham mais sensibilidade às peculiaridades daquele povo, daquela cultura, daquela sociedade, buscando alianças com todos os países para salvaguardar melhor a independência nacional. Unir estas tendências, para que seu país não ficasse em pior situação, com uma direção dividida e ameaçada de entrar numa crise semelhante à dos fins dos anos 60, parecia ser uma preocupação constante, assegurada por sua autoridade.

de. Sua iniciativa e carisma buscavam forjar a unidade dos países vizinhos contra o cerco da África do Sul, naqueles dias que antecederam a "queda" do avião que lhe levou a vida.

Era um amante de seu povo, amante de sua raça, ferrenho anti-racista, aparentemente

te indispensável para o seu povo. E, no entanto, morreu. Deixando diversas lições, a mais importante, a da dignidade.

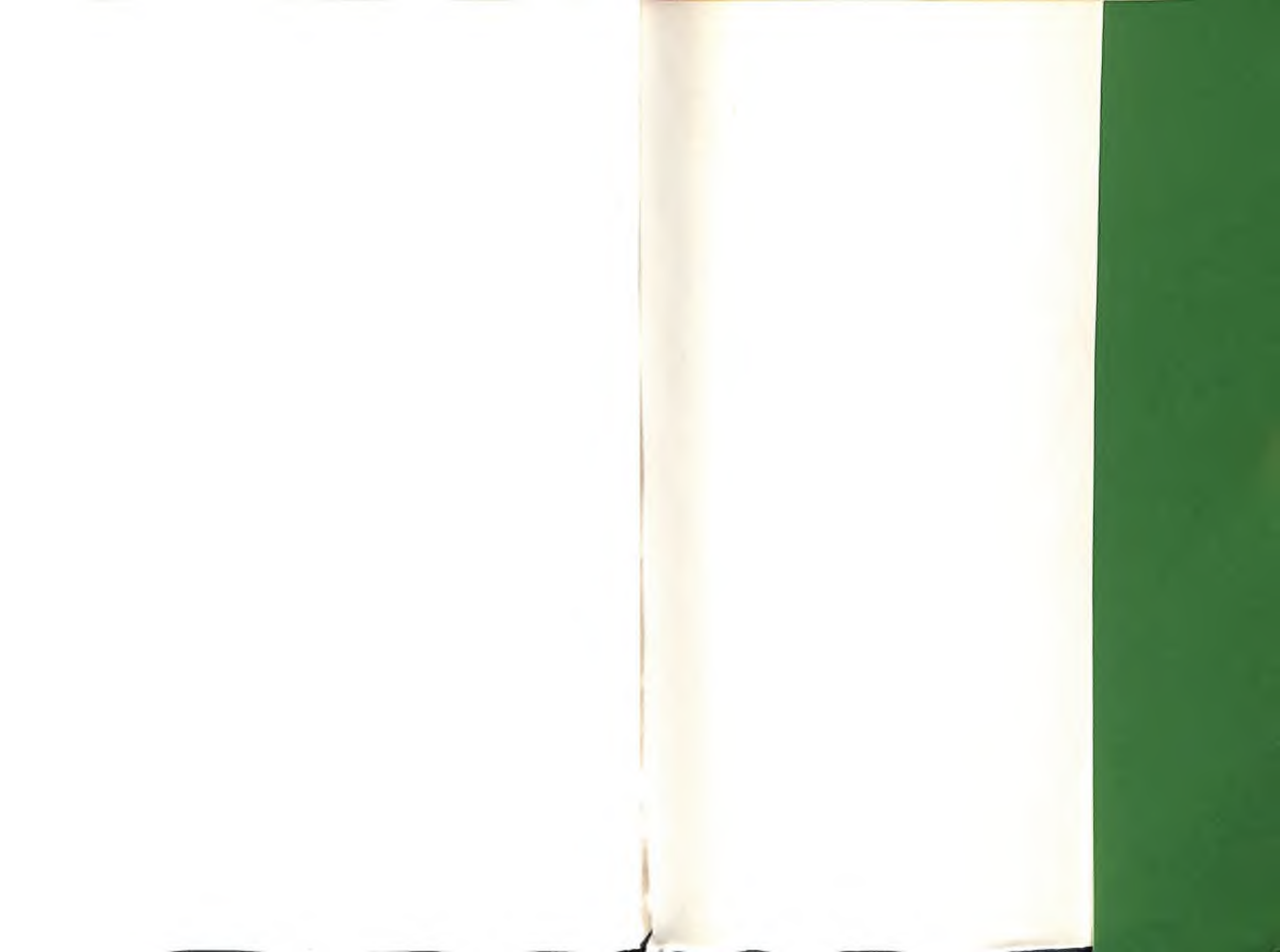
Kanimambo, Samora Machel!

Elimar Nascimento



ébano

gráfica e editora Ltda.



estudos
AFRO-ASIÁTICOS

NÚMERO ANTERIOR

Relações França-África

Brasil, Atlântico Sul e África Austral

Estado-Nação e pluralidade étnica

O "partido negro" na Independência da Bahia

O negro paulistano em busca da cidadania

O negro nas vésperas do centenário

O lugar da mulher negra

A família negra

